

Carlos A. M. Gouveia

O AMANSAR DAS TROPAS
LINGUAGEM, IDEOLOGIA E MUDANÇA SOCIAL
NA INSTITUIÇÃO MILITAR

Lisboa
1997

Carlos A. M. Gouveia

O AMANSAR DAS TROPAS
LINGUAGEM, IDEOLOGIA E MUDANÇA SOCIAL
NA INSTITUIÇÃO MILITAR

Dissertação para Doutoramento em Linguística
Aplicada, apresentada à Universidade de Lisboa

Lisboa

1997

Para os meus pais

Para a Ana e a Odete

Índice

<i>Agradecimentos</i>	7
Introdução: problemática, objectivos e objectos de análise	11
1. Análise crítica do discurso: perspectivas e problemas	19
1.1. A linguística crítica	21
1.2. A análise crítica do discurso	35
1.3. O modelo faircloughiano	49
2. Aproximação ao objecto	65
2.1. A instituição militar	67
2.1.1. A disciplina militar	78
2.2. Motivações para a escolha dos <i>corpora</i>	83
2.3. Descrição dos critérios de selecção	103
2.3.1. Códigos e regulamentos	106
2.3.2. Revistas militares	108
2.3.3. Construções sociais da instituição	111
2.4. Como estudar os dados criticamente?	119
Anexo 2-A	129
3. Análise I: <i>Regulamento de Disciplina Militar</i>	131
3.1. Linguagem legal militar	133
3.2. Disciplina militar e hierarquia de relações	151
3.3. Deveres militares e constrangimentos institucionais	171
Apêndice 3-A	185
4. Análise II: <i>Soldier, Magazine of the British Army</i>	189
4.1. A instituição em revista	191
4.2. Tradição e inovação	207
4.3. Papéis institucionais e sujeitificação	231
Apêndice 4-A	249

5. Análise III: <i>The New York Times</i>	251
5.1. (In)formar a opinião pública	253
5.2. Actores sociais	267
5.2.1. Categorias	267
5.2.2. Representação	268
5.2.3. Actores militares	273
5.3. Projecção de vozes	289
5.3.1. Construções sociais da instituição	295
5.3.2. O homossexual como inimigo	308
Apêndice 5-A	321
 6. Plano de conjunto	 323
6.1. Aspectos estruturais e discursivos	325
6.2. Aspectos institucionais e sociais	343
 Conclusão	 357
 Anexo A: <i>Regulamento de Disciplina Militar</i>	 365
Anexo B: <i>Soldier</i>	399
Anexo C: <i>The New York Times</i>	427
 Bibliografia	 471

Agradecimentos

Os investigadores são seres sociais e, como tal, não vivem isolados da sociedade em que fazem investigação, nem das transformações, dos desenvolvimentos, das injustiças, das lutas e da falta de consciência social que na mesma se verificam; como todos os outros cidadãos, têm problemas, dúvidas, sofrem de solidão, apaixonam-se, são mais ou menos felizes, têm mais ou menos auxílios no exercício da actividade que escolheram seguir, têm mais ou menos amigos. Apesar das muitas dificuldades (económicas, institucionais, de isolamento, de solidão) que ainda hoje se levantam a quem faz um doutoramento em Portugal, a dissertação que aqui apresento e a investigação que à mesma conduziu contaram com vários apoios – alguns inesperados, outros menos, outros ainda como o corolário natural de relações de amizade intensas. É, por isso, um prazer enunciar cada um deles e proceder ao seu reconhecido agradecimento.

Em primeiro lugar, destaco os meus colegas do Departamento de Estudos Anglísticos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, cuja confiança e amparo foram vitais, ao facultarem-me três anos seguidos de dispensa de serviço docente, apesar das perturbações que uma ausência como essa introduziu na distribuição do serviço de outros colegas. À Fundação Calouste Gulbenkian e ao seu Serviço de Bolsas de Estudo tenho a agradecer o reconhecimento da validade do projecto de investigação que lhes submeti e a bolsa de estudo, com a duração de 10 meses, que no seguimento desse reconhecimento me atribuíram. Sem as deslocações a Inglaterra, primeiro por seis meses e depois por períodos de um mês, que a bolsa me permitiu efectuar, o trabalho que agora apresento não teria sido possível. Da mesma forma, também a bolsa do Instituto John F. Kennedy, da

Universidade Livre de Berlim, foi importante. Permitindo-me fazer uso, durante todo o mês de Setembro de 1993, da maior biblioteca de temas americanos fora dos Estados Unidos da América, foi graças a essa bolsa e à estada no Instituto que procedi às primeiras leituras da bibliografia de análise crítica do discurso e que as primeiras hipóteses de *corpora* de análise foram equacionadas.

Se a dispensa de serviço docente e as duas bolsas referidas foram importantes para este trabalho, não menos determinante foi a orientação da Professora Emília Ribeiro Pedro, mestra, colega e amiga, com quem tenho vindo a trabalhar, desde os tempos do meu curso de mestrado. Durante esses anos, a nossa relação cresceu, transformou-se, e os conselhos, as críticas ou os louvores a aspectos da minha investigação foram apenas uma parcela mínima e a continuação natural da amizade que nos une. À Professora devo parte da minha formação como investigador e docente de linguística, é certo, mas à amiga devo mais do que os ensinamentos que cabem no espaço de uma tese.

A Luísa Aзуaga é outro caso sério de amizade, paciência e resistência, neste caso desde os tempos da licenciatura, quando foi minha professora. Entre tantas outras coisas, devo-lhe as leituras atentas e críticas de tudo quanto escrevo sobre linguística, incluindo esta dissertação. Muito obrigado também à Conceição Barraca, pelas mesmas razões e outras, nomeadamente por ser uma presença constante na minha vida desde os tempos em que fizemos a Faculdade.

Da minha experiência em Lancaster, realço o apoio e a amizade de Norman Fairclough, com quem aprendi muito sobre análise crítica do discurso, quer com as apreciações críticas que fez ao meu trabalho, quer com a minha participação no Grupo de Pesquisa sobre Linguagem, Ideologia e Poder, por si coordenado. Da minha participação no Grupo recordo as discussões e o convívio com Erzsebet Barat, John Heywood, Sari Pietikäinen e Célia Mota. Ainda com o pensamento em

Lancaster, quero agradecer também à Cristina Pinto da Silva, ao João Araújo e, mais uma vez, à Célia Mota; se outras razões não houvesse, tê-los conhecido teria bastado para fazer das minhas estadas em Lancaster um período muito especial da minha vida.

Parte do pouco conhecimento directo que tenho sobre a organização militar foi adquirido por meio dos contactos que a minha participação como docente na Academia da Força Aérea me proporcionou, em particular as conversas tidas com o Tenente-Coronel Luís Almeida Pinheiro, a quem agradeço ainda a confiança renovada que sempre me demonstrou.

Por último, uma palavra especial para o João, a Odete e a Ana, pela compreensão, pelo carinho, pela motivação e por estarem *sempre* presentes.

Introdução:
problemática, objetivos e objectos de análise

Orientado pelos pressupostos teóricos e pela metodologia da *análise crítica do discurso*, pretendo com este trabalho dar conta dos mecanismos subjacentes à expressão ideológica da instituição militar, por meio da análise de práticas discursivas que, directa ou indirectamente, a ela estão associadas.

Seguindo a teorização e a metodologia propostas por Kress & Hodge (1979), Fowler *et al.* (1979), Kress (1985^c), Wodak (1989 e 1996) e sobretudo Fairclough (1989, 1992, 1995^a e 1995^b), que apresento no Capítulo 1, entendo por análise crítica do discurso um tipo de análise equacionada para o desvendar dos elos de causalidade e determinação existentes entre eventos e práticas discursivas, por um lado, e estruturas e processos sócio-culturais mais vastos, por outro, e para a investigação de como tais práticas são informadas ideologicamente por relações de poder, por lutas pelo poder e pela manutenção da hegemonia. Como afirma Fairclough (1989: 26), quando se encara a linguagem como discurso e como prática social, está-se empenhado não apenas em analisar textos, não apenas em analisar processos de produção e de interpretação, mas sobretudo em analisar as relações entre textos, processos e suas condições sociais: tanto as condições imediatas do contexto situacional, como as condições, mais remotas, das estruturas institucionais e sociais.

A análise que me proponho desenvolver será efectuada sobre três diferentes *corpora*, pretendendo os textos incluídos em pelo menos dois deles serem produtos representativos de práticas discursivas ligadas à ordem de discurso da

instituição militar¹. O terceiro *corpus*, claramente definível como exterior à instituição e à sua ordem discursiva, vê, todavia, a sua pertinência de análise garantida por a elas se encontrar indubitavelmente ligado, já que as Forças Armadas e as suas opções de organização fazem parte do conteúdo dos textos nele incluídos.

O primeiro desses *corpora*, que analiso no Capítulo 3, diz respeito aos regulamentos e códigos de conduta que, enquanto manifestações do sistema racional-legal que enforma a instituição, condicionam as práticas sociais e discursivas nela manifestadas, nomeadamente ao nível dos princípios de funcionamento da interacção entre sujeitos no interior da hierarquia. A especificidade destes regulamentos, enquanto, simultaneamente, legislação emanada do estado e legislação que diz apenas respeito à instituição militar e às suas práticas sociais, configura-os como produtos de convergência de ordens de discurso diferentes (da instituição jurídica e da instituição militar, respectivamente). A sua pertinência para o presente estudo resulta da sua característica de regulamentos que pré-existem (no sentido em que definem e limitam comportamentos futuros) às práticas sociais da instituição, assim constringindo a sua efectivação.

O segundo *corpus* engloba textos de uma revista, *Soldier*, publicada por e para militares e pretende, a partir do caso em análise, dar conta do papel das revistas militares na doutrinação dos membros da instituição e na *naturalização* da ideologia. A pertinência da análise, que registo no Capítulo 4, resulta do facto de estas revistas terem um horizonte de divulgação e de consumo especificamente militar e serem, portanto, o reflexo de uma política de transformação e de

¹Sobre os conceitos de ordem de discurso e de prática discursiva, *vd.*, respectivamente, Foucault (1971) e Fairclough (1992), por exemplo, e, adiante, o Capítulo 1, em que apresento os pressupostos teórico-metodológicos da análise crítica do discurso.

manutenção dos valores militares (nomeadamente no que à boa ordem, disciplina e hierarquia de relações estes valores dizem respeito), que visa o controlo doutrinário-ideológico das tropas. Por outro lado, em homologia com as transformações que ditaram uma nova ordem mundial, e que não podiam deixar de ter consequências a nível discursivo, são visíveis, nos textos da revista que analiso, alguns reflexos de certos processos de reestruturação em curso na instituição militar em geral. Neste sentido, a análise procurará, também, localizar os textos na ordem de discurso da instituição, por referência à rede social das ordens de discurso que com ela entram em conflito ou em diálogo.

O terceiro *corpus* é constituído por textos jornalísticos publicados no *The New York Times*, a propósito da polémica do levantamento, ou não, da directiva que proíbe a presença de soldados homossexuais nas Forças Armadas norte-americanas – a Directiva 1332.14 –, ocorrida durante a campanha para as Presidenciais de 1992 e nos primeiros seis meses da Administração Clinton. A análise do *corpus*, ao longo do Capítulo 5, procurará evidenciar a representação discursiva da instituição, operada, por um lado, pela própria instituição, na voz dos seus representantes, e, por outro, pela sociedade, na voz dos diferentes intervenientes da sociedade civil, nomeadamente os jornalistas e os responsáveis políticos.

Ao longo do Capítulo 2, apresento algumas questões relativas ao formato organizativo da instituição militar, procurando estabelecer, regularmente, relações entre os três *corpora* e algumas dessas questões, como justificação da pertinência das motivações da sua escolha enquanto possíveis objectos de análise, por um lado, e para clarificação de alguns aspectos contextuais a eles ligados, por outro. A essa descrição sumária da instituição militar e das motivações que me guiaram nas escolhas, segue-se a apresentação dos critérios seguidos para a selecção dos

corpora. Ainda nesse capítulo, mas na parte final, e já como ponte para as análises que no capítulo seguinte inicio, procurarei caracterizar um problema que cada vez mais se coloca à análise crítica do discurso (ACD) e que, neste trabalho, foi de importância seminal na preparação e execução das análises: trata-se das questões práticas, mas de implicação teórica, levantadas pela utilização, como objectos de análise, de amostras com um número razoável de textos, em vez de amostras de extensão reduzida, como normalmente acontece na maioria dos estudos da ACD (cf. Fairclough, 1992: 230; Hardt-Mautner, 1995^b).

Para o último capítulo, o Capítulo 6, e para as reflexões finais sobre o trabalho – prévias à Conclusão e posteriores às análises entretanto efectuadas –, reservo o estabelecimento de linhas de sentido e de continuidade entre os três *corpora*, assim como a explicitação das implicações institucionais e sociais motivadas pela, e motivadas na, nova ordem discursiva da instituição militar e vice-versa. Depois deste último capítulo, já por si estruturado em jeito conclusivo, apresento ainda a Conclusão final, cuja teor se centra, sobretudo, na avaliação do trabalho efectuado.

Por agora avanço com o Capítulo 1, em que apresento os pressupostos teórico-metodológicos (e ideológicos) da análise crítica do discurso. Nesse sentido, começarei com uma breve resenha histórica que pretende dar conta do seu aparecimento e dos seus desenvolvimentos, ao longo dos últimos vinte anos, desde que em 1979 foram publicados os livros *Language and Control* (Fowler *et al.*, 1979) e *Language as Ideology* (Kress & Hodge, 1979; Hodge & Kress, 1993), as duas obras mais directamente responsáveis pela criação daquilo que ficou para a história como uma nova linguística, uma linguística crítica, de que a actual análise crítica do discurso é herdeira.

Por razões que se prendem com o modo como se deu o desenvolvimento

gradual da teoria, essas considerações, de teor histórico, como disse, mas também de cariz teórico-metodológico, abordarão, num primeiro momento, aspectos ligados ao que então era referido por linguística crítica (LC), e, num segundo momento, a, mais recente, análise crítica do discurso. Ao mesmo tempo, procurarei clarificar quer alguns conceitos e noções por demais importantes para um entendimento da área, quer as diferentes perspectivas e posições teóricas dos principais investigadores que nela trabalh(ar)am. Na terceira parte, procederei à explicitação do modelo a que atribuo mais preponderância no resto do trabalho, o modelo tri-dimensional de Norman Fairclough (1989, 1992), fazendo, desde logo, referência a alguns aspectos relativos à especificidade dos três *corpora* que, posteriormente, analiso.

1. Análise crítica do discurso: perspectivas e problemas

- 1.1. A linguística crítica
- 1.2. A análise crítica do discurso
- 1.3. O modelo faircloughiano

1.1. A LINGUÍSTICA CRÍTICA

«(..) seria absurdo (e ignorante) negar a importância dos contributos produzidos pela investigação linguística durante o séc. 20 (...) para a compreensão da multiplicidade e complexidade do fenómeno linguístico. Não é isso, portanto, o que aqui se argumenta. Mas defende-se a legitimidade de definir, para a linguística, um objecto de estudo não confinado aos parâmetros em que a linguística tradicional o tem considerado.»

Emília Ribeiro Pedro (1992: 339)

Como já deixei antever, o termo linguística crítica (*critical linguistics*) foi usado pela primeira vez em 1979, por Roger Fowler e Gunther Kress, como título do capítulo final de *Language and Control*, um livro da autoria destes dois investigadores e ainda de Robert Hodge e Tony Trew, na altura todos eles a trabalhar na Universidade de East Anglia, Norwich. Preocupados fundamentalmente com as correlações entre a estrutura linguística e a estrutura social, sobretudo as que até então estavam à margem e para além do que, à data, se fazia em muitos estudos em sociolinguística, estes autores pretenderam demonstrar, com as suas análises, que os grupos e as relações sociais influenciam o comportamento linguístico e não-linguístico dos sujeitos, incluindo a sua actividade cognitiva. Das suas análises retêm a premissa de que a sintaxe, por exemplo, pode codificar uma visão do mundo particular, sem qualquer escolha consciente por parte dos falantes; ao mesmo tempo, sendo derivada da relação que os falantes têm com as instituições e a estrutura sócio-económica das sociedades de que fazem parte, tal visão é-lhes disponibilizada e confirmada pelo cunho ideológico dessas mesmas sociedades (Fowler & Kress, 1979: 185).

Abrindo, assim, caminho para a questionação do que consideravam os dois dualismos prevalecentes na teoria linguística – a crença de que o significado pode

ser separado do estilo ou expressão, por um lado, e a validação da separação entre a estrutura e o uso linguísticos, defendida pelas teorias linguísticas dominantes, por outro –, Fowler *et al.* (1979) tornaram sua a asserção *funcionalista* de que a capacidade linguística de produção de significado é um produto da estrutura social, pelo que, seguindo Halliday (1970), defendem o princípio de que os significados sociais e as suas realizações textuais devem ser incluídos no escopo de uma descrição gramatical.

Como eles próprios afirmam, se o significado linguístico é inseparável da ideologia, estando ambos dependentes da estrutura social, então a análise linguística deverá ser um instrumento precioso para o estudo dos processos ideológicos que medeiam as relações de poder e de controlo (Fowler & Kress, 1979: 186). Só que alguns problemas se levantam a este projecto, pois, como qualquer disciplina académica, a linguística não se constitui como um instrumento neutro, é também ela o produto de um conjunto de suposições que denotam uma ideologia:

(...) linguistics is an academic discipline, and like all academic disciplines it rests on a number of assumptions which constitute an ideology of the subject. It is not a neutral instrument for the study of ideology, it is one that has been neutralized. The need then is for a linguistics which is critical, which is aware of the assumptions on which it is based and prepared to reflect critically about the underlying causes of the phenomena it studies, and the nature of the society whose language it is.

Como se depreende desta citação, o projecto de uma linguística crítica está longe de ser pacífico. Controverso quanto baste, por força das posições teóricas assumidas, contrárias a alguns princípios centrais das teorias linguísticas dominantes, o projecto foi, na altura, objecto de críticas por parte da comunidade científica defensora dos princípios em causa, por um lado, mas também por parte

de alguns investigadores solidários com o projecto, por outro, que nele viam, todavia, um uso pouco rigoroso de certos conceitos, nomeadamente o de *ideologia* (Fowler, 1991^a: 90). Apesar das críticas, o projecto fez valer um princípio geral, fundamental para as teorizações posteriores: a linguagem é uma prática social. Ao contrário do que muito do trabalho mais convencional em sociolinguística parece pressupor, assim como certos estudos decorrentes da problematização, proposta por Dell Hymes (1971), do conceito de competência de Chomsky, a linguagem não se encontra separada da sociedade, como se se tratassem de dois fenómenos independentes. A linguagem faz parte da sociedade, é uma prática social e, como tal, é um dos mecanismos pelos quais a sociedade se reproduz e auto-regula.

Ao mesmo tempo que (re)valida o princípio de que a linguagem é uma prática social, a linguística crítica posiciona-se no interior de uma tradição essencialmente britânica que tem vindo a ser desenvolvida desde os anos trinta e que é visível nos trabalhos de J. R. Firth, de M. A. K. Halliday e, embora com outras ênfases, de John Sinclair. Como afirma Michael Stubbs (1996: 22-23 e sgg.), esta tradição representa uma linha persistente e distintiva nos estudos linguísticos e nela podem ser detectados cinco princípios que, genericamente, definem a prática de investigação que lhe subjaz. Tais princípios referem-se aos seguintes aspectos:

- a natureza da linguística – a linguística é essencialmente uma ciência social e uma ciência aplicada, com implicações práticas;
- a natureza dos dados na linguística – a linguagem deve ser estudada tendo por base instâncias de uso autênticas e comprovadas; a linguagem deve ser estudada tendo por base textos e não frases isoladas ou fragmentos textuais; os textos deverão ser estudados comparativamente, atravessando diferentes *corpora* textuais;

- o teor essencial da linguística – a linguística deve estudar o significado; a forma e o significado são inseparáveis; o léxico e a gramática são interdependentes;
- a natureza do comportamento linguístico – o uso da linguagem envolve tanto rotina como criação; o uso da linguagem transmite cultura;
- a estrutura conceptual da disciplina – os dualismos saussureanos (em especial *langue/parole* e sintagmático/paradigmático) requerem uma revisão radical.

Para além da reivindicação da tradição linguística britânica referida, a linguística crítica abre-se também à interdisciplinaridade, provocada quer pelo empréstimo assumido de conceitos que busca em diferentes teorias linguísticas – *modalidade*, da gramática sistémico-funcional, *transformação*, da gramática generativa, *acto de fala*, da pragmática, por exemplo –, quer pela redefinição do objecto de estudo que advoga e que lhe permite utilizar noções usadas noutras áreas de estudo, como acontece com a noção de *discurso*, que, embora já usada no âmbito da análise do discurso, vê o escopo da sua conceptualização alargado, quando introduzida na LC.

Aliás, já em certos capítulos de *Language and Control* (Fowler *et al.*, 1979), assim como em *Language as Ideology* (Kress & Hodge, 1979), se verifica que a noção de discurso se não restringe meramente à noção de unidade suprafrástica, condição que, com as devidas diferenças, partilha com a noção de *texto*, e reflecte, para além disso, uma forte influência da mesma noção na acepção de Foucault, para quem o discurso se refere aos modos, quase sempre linguísticos, mas não exclusivamente linguísticos, de organizar o significado, aos sistemas de poder/conhecimento (*pouvoir/savoir*) em que assumimos posições de sujeito (cf. Foucault, 1980). Neste sentido, o significado é produzido não por vontade de um

sujeito unitário, não por determinação do sistema linguístico ou por relações sócio-económicas, mas por intermédio de sistemas de poder/conhecimento que são impostos pelas instituições sociais, que organizam textos e que criam as condições de possibilidade para diferentes actos linguísticos. Tais sistemas de poder/conhecimento, ou discursos, delineiam, na prática, o que pode ser dito e pensado acerca do que definem como os seus domínios (Pennycook, 1994: 128).

O reconhecimento da influência de Michel Foucault e da sua concepção de discurso é claramente expresso por Gunther Kress, por exemplo, em trabalhos posteriores aos que tenho vindo a referir, nomeadamente em *Linguistic Processes in Sociocultural Practice* (1985^c: 6):

Institutions and social groupings have specific meanings and values which are articulated in language in **systematic ways**. Following the work particularly of the French philosopher Michel Foucault, I refer to these systematically-organised modes of talking as DISCOURSE. Discourses are systematically-organised sets of statements which give expression to the meanings and values of an institution. Beyond that, they define, describe and delimit what is possible to say and not possible to say (and by extension – what it is possible to do or not to do) with respect to the area of concern of that institution, whether marginally or centrally.

Embora, como afirma Wodak (1996: 12), o termo discurso incorpore, actualmente, um vasto leque de acepções que muitas vezes se contradizem ou mutuamente excluem, há na maior parte dos trabalhos consequentes da linguística crítica uma zona de confluência na sua conceptualização que é muito mais devedora da noção derivada de Foucault do que da noção derivada, por exemplo, da análise de discurso¹.

Os analistas/linguistas críticos partilham com os analistas de discurso uma

¹Sobre os diferentes significados associados às noções de discurso e de análise do discurso, *vd.*, também, Schiffrin (1994). Para uma apreciação da noção de discurso mais ligada à LC ou à ACD, em alguns casos criticando o uso da noção nestas disciplinas, *vd.* Pennycook (1994) e Widdowson (1995), por exemplo.

concepção de discurso que engloba a noção de fragmento/parte/instância de uso da linguagem; todavia, ao contrário destes, para quem a noção de discurso remete para a noção de uso linguístico, os analistas críticos vêem o discurso como uma prática social, em relação, portanto, com outras práticas sociais, e, como tal, socialmente determinada. Por outro lado, muitos dos modelos da análise do discurso e da análise conversacional, que desde os anos 70 têm vindo a ser desenvolvidos, não deixam de ser análises estruturais, tão abstractas e afastadas da realidade social de efectivação da linguagem quanto as dos estudos sobre unidades frásticas e infra-frásticas do paradigma dominante, o da linguística *propriamente dita*. Preocupados, fundamentalmente, com a forma e a estrutura, em detrimento do conteúdo, os analistas do discurso examinaram as estruturas das trocas conversacionais, a estrutura conversacional e a estrutura dos domínios semânticos e negligenciaram a questão do que *é dito* no discurso, o mesmo é dizer, a questão do significado e da sua interpretação (Thompson, 1984: 8).

A tomada de empréstimo, por parte dos linguistas/analistas críticos, da noção de discurso proposta por Foucault não se faz sem a alterar. Aliada às especificidades teóricas da área para que foi trazida, nomeadamente a validação do conceito de ideologia, que Foucault (1980) rejeita declaradamente, a noção de discurso adquire uma conceptualização diferente, mais precisa, permitindo, assim, que lhe sejam associadas, a partir de categorias independentes, questões de poder e de ideologia. Ao contrário do que a posição do filósofo francês pode deixar ler (cf. Pennycook, 1994: 127), a adopção do conceito de ideologia não implica necessariamente a sua utilização em contraste com algo que é considerado *verdadeiro* e *real* (a partir de um ponto exterior à ideologia, de julgamento do que é verdadeiro e do que é falso), e assim assumir-se que a ideologia ofusca a verdade e leva a uma falsa consciência.

Numa concepção que procura ser de teor meramente descritivo, a ideologia refere-se a sistemas de pensamento, de valores e crenças, por exemplo, que denotam um ponto de vista particular sobre o real, uma construção social da realidade, independentemente de aspirarem ou não à preservação ou à mudança da ordem social. A ideologia é, nesta acepção, mais facilmente entendida não como uma imagem distorcida do real, uma ilusão, mas como parte do real social, um elemento criativo e constitutivo das nossas vidas enquanto seres sociais. Como defende Thompson (1984: 5), reconhecendo que a ideologia opera por intermédio da linguagem e que esta é um instrumento de acção social, deveremos também reconhecer que a ideologia é parcialmente constitutiva daquilo que nas nossas sociedades *é real*. Ora, o facto de trabalharmos com uma concepção crítica da ideologia, i. e., ligando-a a processos de manutenção (mas também de contestação) de relações de poder assimétricas, a sistemas de dominação, não altera em nada o pressuposto veiculado por Thompson; trabalhar com uma concepção crítica de ideologia apenas denota uma preocupação com o modo como os sujeitos se envolvem em processos de transformação, destruição ou reforço das suas relações com os outros e com o real social. Nesta acepção, a ideologia não é, portanto, uma ofuscação da verdade que leva a uma falsa consciência, mas uma verdade particular com implicações na ordem e no real sociais e na consciência que deles têm os sujeitos.

Abandonar a noção de ideologia, a favor de uma noção de discurso necessariamente mais abrangente, como faz Foucault, implica o abandono, sem necessidade, de uma distinção útil, a distinção entre discurso e ideologia. Embora seja esta a posição dos linguistas críticos, i. e., a manutenção da distinção entre discurso e ideologia, ela não surge claramente expressa, como surge, por exemplo, na escrita de Terry Eagleton (1991: 8), cuja formulação me parece resumir

adequadamente os pressupostos que subjazem à utilização das noções de discurso e de ideologia, por parte de alguns daqueles linguistas, nomeadamente Gunther Kress:

The force of the term ideology lies in its capacity to discriminate between those power struggles which are somehow central to a whole form of social life, and those which are not. A breakfast-time quarrel between husband and wife over who exactly allowed the toast to turn that grotesque shade of black need not be ideological; it becomes so when, for example, it begins to engage questions of sexual power, beliefs about gender roles and so on. To say that this sort of contention is ideological makes a difference (...).

A ausência de uma dimensão crítica no conceito de ideologia, que explicitamente associe o conceito à noção de dominação, é, aliás, uma das críticas que se pode levantar ao modelo inicial da linguística crítica. É essa, por exemplo, a posição de Thompson (1984: 126), para quem o uso de certos termos, para além, inclusive, do de ideologia, por parte dos proponentes do modelo, carece de uma definição clara e de uma inserção no seio de uma teoria social sistemática: «(...) what is missing from the writings of Fowler et al., as well as from the writings of many recent theorists of ideology, is a recognition of the link between *ideology and domination*».

Pelo que ficou enunciado, parece-me incontestável que o conceito de ideologia requer cuidados vários na sua utilização. O leque dos seus significados é tão vasto que muitos deles são por vezes incompatíveis entre si, como provado por Terry Eagleton com a sua listagem de dezasseis definições possíveis do conceito. O que Eagleton (1991: 1-2) retém de fundamental deste seu pequeno exercício é que, primeiro, as dezasseis definições não são todas compatíveis entre si, segundo, algumas delas são pejorativas, outras não o são e outras ainda ficam-se por uma zona de indeterminação e ambiguidade e, terceiro, algumas envolvem questões de

índole epistemológica, enquanto outras nada têm de epistemológico. Clarificadas as diferenças e as semelhanças entre as dezasseis definições, Eagleton avança, na linha de Thompson (1984), que cita, com algumas características importantes associadas à noção de ideologia. Dessa síntese, retenho como princípio definidor a utilizar ao longo deste trabalho o facto de o termo fazer referência não só a sistemas de crença, mas também a questões de poder (Eagleton, 1991: 5) e, acrescento eu, de dominação.

Estudar a ideologia corresponde, nesta acepção, portanto, a estudar os modos como a significação serve para manter relações de dominação (Thompson, 1984: 4; Eagleton, 1991: 5). Dentro desta lógica, um poder dominante pode legitimar-se a si próprio por promoção de crenças e valores que lhe são congénitos, por naturalização e universalização dessas crenças e valores, de modo a torná-los auto-evidentes e aparentemente inevitáveis, por denegrição das ideias que o questionam, por exclusão de formas de pensamento rivais e por obscuração do real social. Um problema há, porém, que se levanta a uma definição deste género. É que, apesar de estar intimamente ligada a questões de dominação e de manutenção do poder e de se referir, normalmente, a casos reportáveis a formas dominantes de pensamento social, a ideologia não diz respeito apenas a tais casos e apela, por isso, a uma definição mais geral. De acordo com essa definição, a ideologia diz respeito a qualquer intersecção entre sistemas de crenças e poder, independentemente de a intersecção contestar ou confirmar uma ordem social particular (cf. Eagleton, 1991: 6).

As práticas discursivas têm grandes efeitos ideológicos. Pelo modo como representam a realidade e posicionam os sujeitos podem ajudar a produzir e a reproduzir relações de poder desiguais. No caso da instituição militar, a apropriação do conceito de ideologia para caracterizar os motivos e as formas do

seu funcionamento, quer ao nível das relações com a sociedade, quer ao nível da sua estrutura organizativa, resulta das próprias características da instituição e do controlo institucional e social por ela e nela exercido, facultado, por exemplo, pelo dilema de segurança, num caso (*vd.*, adiante, p. 89), e pelos códigos e regulamentos militares, no outro. Quer um, quer o outro exemplo são produtos da ideologia da instituição e ajudam-na a colocar-se numa posição de dominação.

A associação das questões de poder e de ideologia com o discurso é tornada evidente pelo carácter de princípio estruturante da realidade que a este está associado: enquanto prática social, o discurso estabelece uma relação dialéctica com a estrutura social, na medida em que se afirma como um dos seus princípios estruturadores, ao mesmo tempo que é por ela estruturado e condicionado. Ou seja, a estrutura social é uma condição para a existência do discurso, mas é também um efeito de tal existência: por um lado, o discurso é constrangido e formado por relações ao nível da sociedade, por relações específicas a instituições particulares, por sistemas de classificação e por várias normas e convenções, de natureza quer discursiva, quer não-discursiva, de tal forma que os eventos discursivos variam, na sua determinação estrutural, de acordo com o domínio social particular ou enquadramento institucional em que são gerados; mas, por outro lado, o discurso é um princípio estruturador, no sentido em que Foucault usa o termo discurso, i. e., os objectos, os sujeitos e os conceitos são formados discursivamente. O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, directa ou indirectamente, o modelam e constrangem: as suas próprias normas e convenções, assim como as relações, identidades e instituições que lhe subjazem (cf. Fairclough, 1992: 63-64; Wodak, 1996: 15).

A influência de Foucault nas concepções teóricas da linguística crítica é apenas um dos momentos da permeabilidade desta corrente às influências

exteriores oriundas de outras áreas que não propriamente da linguística. Uma outra linha de influência, por exemplo, recua aos trabalhos do filósofo italiano Antonio Gramsci ou, como afirma Van Dijk (1993^b: 251), aos seus seguidores em França e na Grã-Bretanha, com especial destaque, no último país referido, para o Centro de Estudos Culturais Contemporâneos (*Centre for Contemporary Cultural Studies*) da Universidade de Birmingham. Por outro lado, a própria ideia de uma linguística crítica, por exemplo, é fortemente influenciada por trabalhos no âmbito da teoria social, nomeadamente da teoria crítica, ligada aos membros da chamada Escola de Frankfurt² (Adorno, Benjamin e outros) ou aos seus herdeiros, em especial Jürgen Habermas, a partir dos anos 60. A gradual incorporação de diferentes contributos exteriores à linguística, com o intuito de formulação de uma teoria geral dos processos discursivos, da construção e circulação do significado, marca, aliás, momentos de crescimento e desenvolvimento da linguística crítica, ou, mais correctamente, a passagem da linguística crítica para a análise crítica do discurso.

Nesse sentido, quando, por exemplo, em 1985, Norman Fairclough intitula um seu artigo, publicado no *Journal of Pragmatics*, de “Critical and Descriptive Goals in Discourse Analysis”, está não só a separar dois tipos diferentes de análise do discurso, identificáveis em função dos objectivos de análise, mas também, e simultaneamente, a demarcar-se, quer da análise do discurso tradicional (de pendor descritivo e a trabalhar, como vimos, com uma noção de discurso essencialmente linguística), quer da linguística crítica associada aos escritos do grupo da Universidade de East Anglia, entretanto disperso por dois continentes³. A

²Sobre a importância da Escola de Frankfurt e os desenvolvimentos da teoria crítica em geral, *vd.* Assoun, 1987. Como exemplos da afirmação do reconhecimento do papel da Escola de Frankfurt na instauração e validação da análise crítica do discurso, veja-se, por exemplo, Wodak (1989: xiv) e Van Dijk (1993: 251).

³Com a deslocação para a Austrália de alguns dos seus membros, o grupo original da Universidade de East Anglia deixou de existir enquanto grupo ou escola. Talvez por isso, os trabalhos que vieram posteriormente a público da autoria de elementos do grupo marcam uma separação relativamente a algumas das posições teóricas do grupo original e encontram-se sobretudo ligados aos membros imigrados para a Austrália e a colegas e colaboradores destes. Sobre este assunto, *vd.*, também, o que afirmo mais adiante, no ponto 1.2..

influência de uma tradição filosófico-linguística de origem francesa, que engloba nomes como os de Althusser, Foucault e Pêcheux, é já visível neste artigo de Fairclough, que marca o primeiro momento de uma linha de investigação que tem o seu momento de auge em 1992, com a publicação de *Discourse and Social Change*. Não é, portanto, de estranhar, encontrarmos, neste artigo, a seguinte formulação (Fairclough, 1985: 747), denotadora, por um lado, de uma reivindicação de semelhança, mas, por outro, de recusa de confluência de princípios, metodologia e objectivos com a linguística crítica:

In using the term 'critical' I am also signalling a connection (though by no means an identity of views) between my objectives in this paper and the 'critical linguistics' of a group of linguists and sociologists associated with Roger Fowler (Fowler *et al.* (1979), Kress and Hodge (1979)).

Também para Fairclough, a adopção de objectivos críticos implica a análise das interacções verbais como fenómenos dialecticamente associados às estruturas sociais, no sentido em que por estas são fortemente determinados, ao mesmo tempo que sobre elas actuam; e como, na maior parte das vezes, a determinação e os efeitos não são necessariamente reconhecidos pelos participantes, é ainda tarefa da análise relacionar o *micro*-evento (discursivo) com a *macro*-estrutura (social) e *desnaturalizar* o que foi *naturalizado*, ou seja, o que foi dissociado dos interesses e da classe ou grupo social particular que o gerou e, consequentemente, assumido como senso-comum, i. e., como sendo baseado na natureza das coisas ou das pessoas.

Aceitando que o discurso contribui cumulativamente para a reprodução das estruturas sociais, a adopção de objectivos críticos na análise do discurso, proposta por Fairclough, vem contrariar a des-socialização da linguagem e do discurso própria da disciplina, que sempre se preocupou com a descrição linguística sem dar

atenção ao lugar do discurso nas matrizes institucionais que o enformam e informam.

De um modo geral, podemos dizer que ao mesmo tempo que vão registrando um reconhecimento crescente da importância do discurso, os trabalhos posteriores a Fowler *et al.* (1979) e Kress & Hodge (1979) vão também denotando um afastamento cada vez mais acentuado relativamente aos pressupostos da linguística crítica, um pouco por alargamento das implicações teóricas e práticas decorrentes de tal reconhecimento. É assim nos trabalhos de Norman Fairclough e de outros investigadores que, como ele e por outras vias, acabaram por vir a trabalhar na área (Teun Van Dijk, Ruth Wodak ou Theo Van Leeuwen, para citar apenas três nomes determinantes), mas também nos trabalhos de alguns autores envolvidos no *projecto* inicial da linguística crítica, como Gunther Kress, por exemplo, nomeadamente no já citado *Sociolinguistic Processes in Sociocultural Practice* (também de 1985, como o artigo de Fairclough referido), mas sobretudo no segundo volume que assina conjuntamente com Robert Hodge, *Social Semiotics*, vindo a público em 1988.

Defendendo a validade da teoria que ajudaram a afirmar na década de 70, Hodge & Kress (1988: vii) reconhecem, porém, que a mesma, no seu escopo, padece de algumas limitações intrínsecas que convém rever, se se quiser constituir uma teoria crítica da linguagem, *de facto*. Assim, ao contrário do que acontecia em *Language as Ideology*, em que, apesar do reconhecimento da importância da dimensão social, eram sobretudo os textos e a estrutura linguística que constituíam o ponto de partida para a análise, Hodge & Kress (1988: viii) advogam agora a necessidade de fazer das estruturas e dos processos sociais, das mensagens e do significado o ponto de reflexão a partir do qual a análise dos sistemas de significado deve ter lugar. Neste sentido, limitar uma teoria, como acontecia com a

linguística crítica, à linguagem verbal é, por um lado, reduzir as potencialidades do seu uso, e, por outro, chegar a uma visão particular que perde a visão do conjunto; uma teoria da linguagem verbal deve, portanto, ser integrada numa teoria geral de todos os sistemas de signos socialmente constituídos:

Meaning resides so strongly and pervasively in other systems of meaning, in a multiplicity of visual, aural, behavioural and other codes, that a concentration on words alone is not enough. (...) no single code can be successfully studied or fully understood in isolation. So, a theory of verbal language has to be seen in the context of a theory of all sign systems as socially constituted, and treated as social practices. That led us to this extension of our earlier enterprise, and hence the title of this present book: *Social Semiotics*.

Tal como acontecia em Fairclough (1985), também em Hodge & Kress (1988), no seguimento de Kress (1985^c), se testemunha um afastamento relativamente ao projecto inicial da linguística crítica e a procura de modelos de referência mais abrangentes para a teoria. Não se defende, ou publicita, apenas o seu uso por teóricos críticos de outras disciplinas, como acontecia originalmente, pretende-se sobretudo que ela própria possa contribuir para o entendimento do fenómeno linguístico, mesmo quando este é visto a partir de outras disciplinas que não a linguística⁴. Daí que a acompanhar esta necessidade de crescimento e de alargamento no escopo da teoria, se opere também uma alteração na designação da área que definitivamente erradica a linguística do seu âmbito: a linguística crítica dá assim lugar, numa das suas vertentes, à ACD, e, noutra, à semiótica social.

⁴A questão aqui levantada não é irrelevante e reflecte o estatuto de minoridade que normalmente é atribuído à linguística pelas outras ciências sociais e humanas. Apesar de trabalhar com um objecto de inqualificável centralidade para o entendimento das práticas humanas e, consequentemente, importante para as ciências que com elas trabalham, a linguística falhou em providenciar outras disciplinas com as conclusões, os instrumentos e as metodologias que lhes permitam equacionar os seus objectos de estudo à luz de um entendimento social da linguagem de cariz essencialmente linguístico. Porque muitas das conclusões da linguística dita própria pouca ou nenhuma repercussão e importância têm, quando pensadas a partir de outras disciplinas sociais, tiveram de ser estas, como, por exemplo, a psicologia, a filosofia, a sociologia, a antropologia, etc., a proceder a conceptualizações e apreciações que pouco ou nada devem à linguística, por forma a melhor caracterizarem os objectos com que trabalham.

1.2. A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

«I am certain that by the end of this century we will have produced more than the outlines of a theory adequate to our present tasks. To achieve this we will need, all of us, to bear in mind, in the hurly-burly of our working lives in our various areas, that we now have the theoretical resources to begin the task of constructing a theory of language adequate to our present needs.»

Gunther Kress (1993: 22)

À semelhança do ano de 1979, que ajudara a instaurar e a afirmar um projecto⁵, o ano de 1985 foi determinante para as mudanças referidas no final do subcapítulo anterior. Para além dos dois trabalhos citados, Fairclough (1985) e Kress (1985^c), vieram ainda a público o volume *Language and the Nuclear Arms Debate: Nukespeak Today*, com organização de Paul Chilton e importantes contribuições de Roger Fowler, Bob Hodge e Gunther Kress, três nomes cuja importância na área remonta a 1979, como vimos, e a obra *Handbook of Discourse Analysis*, organizada por Teun A. Van Dijk, em quatro volumes. Se bem que, no primeiro caso citado, nem todas as contribuições do volume se situem na linha do modelo de análise que tenho vindo a definir, todas elas, embora de modos diferentes, confrontam os objectos em análise com o contexto histórico-político que os motivou, fazendo da própria investigação um instrumento de resistência face à situação internacional de defesa do armamento nuclear. Do conjunto dessas contribuições, retenho sobretudo a de Gunther Kress (1985^a), pela relação que estabelece com o volume *Linguistic Processes in Socio-cultural Practice*, cujas formulações teóricas repete, às vezes em parágrafos inteiros, dando-lhes assim uma

⁵Como afirmam Hodge & Kress (1988: vii), a publicação de *Language as Ideology* (Kress & Hodge, 1979), vista por estes autores como o momento determinante para a criação da linguística crítica, não foi fruto do acaso, mas o culminar de um trabalho que se iniciara seis anos antes.

maior divulgação, que, no caso daquele volume, apenas foi garantida com a publicação da sua segunda edição, em 1988, pela Oxford University Press⁶.

Quanto ao volume organizado por Teun Van Dijk, trata-se de um projecto arrojado, a aspirar à unificação da análise do discurso e ao exorcismo de uma certa dispersão e errância nas metodologias e nos objectivos da área. Todavia, longe de reflectir uma linha de continuidade entre os quatro volumes e as contribuições neles presentes, denotadora da uniformidade de pressupostos no interior do projecto da análise do discurso, a obra de Van Dijk aponta sobretudo para o sentido contrário, i. e., para o carácter inconciliável entre as diferentes perspectivas de encarar a análise do discurso e para a separação irreversível então em curso.

Sintomaticamente, as contribuições ligadas a uma perspectiva crítica encontram-se agrupadas no último dos quatro volumes (que outro lugar lhes caberia?), intitulado *Discourse Analysis in Society*. Só que, mais do que demonstrarem que os avanços documentados nos anteriores volumes podem ser postos em uso de um modo crítico e inteligente, como afirmado por Van Dijk na introdução (1985: 8), tais contribuições demonstram sobretudo a fragilidade e a inconsistência de muitos desses avanços, assim como a fraca pertinência da sua relevância, quando encarada, quer de um ponto de vista teórico-académico, quer, e sobretudo, de um ponto de vista sócio-político.

Embora nem todas as contribuições desse volume cumpram os objectivos de realização de uma análise crítica e aplicada, por exposição do carácter tendencioso do discurso, é de salientar que tais objectivos estão bem conseguidos nas

⁶O livro *Linguistic Processes in Sociocultural Practice* foi originalmente escrito e publicado, em 1985, no contexto de um Curso de Mestrado em *Language Education* pela Universidade de Deakin, Vitória, na Austrália. Publicado pela própria universidade, juntamente com outros livros de outros autores, como M. A. K. Halliday, Ruqaiya Hasan e James Martin, por exemplo, fazia parte de uma bibliografia obrigatória para o referido curso. De distribuição e divulgação limitada à Universidade e ao país, o livro passou a ser de referência obrigatória na ACD apenas após a publicação da segunda edição, pela editora referida no corpo do texto.

contribuições de Gunther Kress (1985^b), Roger Fowler (1985) e Ruth Wodak (1985), as quais representam mais um passo em frente no projecto de emancipação da área, relativamente à linguística dita formal e à própria análise do discurso. Ao mesmo tempo, estes textos vêm validar a importância dos nomes dos seus autores num projecto em constante renovação e com análises que vão alargando cada vez mais o espectro das suas aplicações⁷.

Um terceiro momento de importância seminal para o desenvolvimento da análise crítica do discurso é o ano de 1990, com o aparecimento de uma revista internacional da especialidade, intitulada *Discourse & Society* e subintitulada *An International Journal for the Study of Discourse and Communication in Their Social, Political and Cultural Contexts*. Dirigida por Teun A. Van Dijk e publicada por uma grande editora do Reino Unido, as publicações Sage, *Discourse & Society* marca, com o seu aparecimento, por um lado, o reconhecimento da análise crítica do discurso como área de investigação e especialização académicas, com canais próprios de publicação especializada, e, por outro, o reconhecimento da mesma área como movimentadora do mercado das publicações académicas, algo que já vinha dando os seus frutos com a cada vez maior aceitação, nesse mercado, de

⁷A propósito dos quatro volumes organizados por Van Dijk, veja-se a recensão crítica que William Frawley deles fez, para o número 2 do volume 63 da revista *Language*, ao longo de trinta e sete páginas. Frawley (1987) é pouco entusiasta da obra, enunciando várias críticas, que vão desde pormenores particulares do processo de organização, como uma fraca revisão de provas, a repetição de pressupostos teóricos de um texto para outro, etc., até pormenores mais gerais de organização estrutural dos volumes, passando por crítica e problematização de muitas das contribuições. Retenha-se, todavia, que relativamente ao Volume 4, Frawley rejeita sobretudo a introdução de Van Dijk, que considera retórica e a resvalar para o mesmo tipo de discurso que critica: «Because Van Dijk is not specific or concrete in his call to action, his own discourse is not critical. He falls into the very discourse he seeks to criticize: his rhetoric reproduces the pseudo-leftist program of action which the rightist economic establishment has allowed academics to develop because it makes academics feel better, and because it is ineffectual.» (p. 388). Relativamente às contribuições do volume, Frawley destaca, entre outras, as de Fowler, de Wodak e de Kress, considerando o texto deste último como um bom exemplo do que Van Dijk deveria ter feito e não fez: «This is the sort of thing that van D[ijk] should have said in his introduction, since it confronts the leftist clichés directly. A pseudo-objective and vague metalanguage goes nowhere. (...) K[ress] specifically shows how ideological content is expressed in linguistic form, and he argues that one must work backward from the latter to lay bare the former. (...). For K[ress], critical D[iscourse A[nalysis] is not just DA in the service of the radical left, but DA committed to clarity.» (p. 389).

livros inteiramente dedicados à área⁸.

Embora não acuse explicitamente, no título e no subtítulo, a relação íntima com o projecto da ACD, a revista conta com um Conselho Consultivo (*Advisory Board*) em que figuram os nomes de todos os investigadores importantes a trabalhar na área – acrescidos de nomes de investigadores de outras áreas que com ela dialogam, como a psicologia social, a sociologia e a teoria política, por exemplo – e afirma-se, nos seus “Aims and Scope”, como multidisciplinar e crítica, tendo como objectivo principal a publicação de investigação pertinente, situável nas fronteiras da análise do discurso e das ciências sociais:

DISCOURSE & SOCIETY is a multidisciplinary journal whose major aim is to publish outstanding research at the boundaries of discourse analysis and the social sciences . (...). DISCOURSE & SOCIETY is a critical journal. It favours contributions that pay attention to the detailed analysis of social and political relations of power, dominance and inequality, and to the role of discourse in their legitimation and reproduction in society, for instance in the domains of gender, race, ethnicity, class or world region.

O Editorial de Teun Van Dijk para o primeiro número da revista, messianicamente intitulado “*Discourse & Society: A New Journal for a New Research Focus*”, claramente associa a revista ao trabalho anteriormente feito na área, ao mesmo tempo que dá conta da multiplicidade de orientações, escolas e movimentos que cada vez mais concorrem para um paradigma crítico. A necessidade de implantação e desenvolvimento de tal paradigma é um objectivo determinante, pelo que, em sua opinião, se torna necessário concertar esforços por meio da afirmação de uma revista internacional que, pelo espaço aberto de

⁸Neste sentido, o ano de 1996 marca um quarto momento de importância para a área, atendendo a que é desse ano a criação, pela editora da Universidade de Edimburgo (Edinburgh University Press), de uma colecção de livros inteiramente dedicada à área. Intitulada “Critical Discourse Analysis”, a colecção é dirigida por Norman Fairclough e encontra-se neste momento na sua fase de lançamento, com três livros a serem produzidos.

discussão que proporciona, facilite a tarefa.

Procurando sobretudo garantir uma posição de poder nas relações entre as diferentes vertentes académicas de investigação, o projecto busca, no entanto, uma unificação difícil de conseguir, se aceitarmos, como Van Dijk afirma (1990: 12), que há bastantes diferenças de formação e informação entre os autores dos trabalhos que se inserem no paradigma crítico e que incluem investigadores oriundos de áreas tão autónomas como a dos estudos sobre os *media* e a dos estudos culturais, para além das da linguística crítica e da semiótica social:

Several of these strands [different inspirations] come together in work done in the framework of critical media studies and the Cultural Studies paradigm in the United Kingdom, an orientation that also increasingly influences research in the United States. In the UK, Australia and the Federal Republic of Germany, there have been important developments within the field of 'critical linguistics' and 'social semiotics' during the last decade. The new journal intends to incorporate these various directions in critical discourse analysis.

Para além de associar claramente a revista com o projecto da ACD, Van Dijk levanta, consciente ou inconscientemente, nesta citação, duas questões que merecem reflexão e que demonstram, na prática, a previsível falência do projecto nela expresso.

A primeira dessas questões é geral e diz respeito às relações entre diferentes áreas de investigação no interior de um mesmo paradigma crítico. Ao contrário de Van Dijk, não me parece correcto considerar que projectos tão distintos como o dos estudos sobre os *media*, o dos estudos culturais e o da análise do discurso são linhas de investigação (*directions* é o termo usado) da análise crítica do discurso. Se bem que todas estas áreas possam contribuir para a instauração e desenvolvimento de um paradigma crítico, a afirmação de que todas são ACD é ingénua, irrealista e padece dos mesmos problemas que o paradigma a desenvolver

visa eliminar, ou seja, resulta de uma visão hegemónica da análise do discurso. Na prática, trata-se de reivindicar (de uma forma dúbia, pois é feita por pressuposição e não directamente), para a análise do discurso, uma posição de centralidade e de confluência que esta, não só não pode, como não deve assumir, por razões que se prendem com a sua própria especificidade, mas também por razões que se prendem com a especificidade das outras áreas em causa.

A segunda questão, ainda que ligada à primeira, é mais particular e diz respeito às relações entre as diferentes escolas no interior da ACD e às diferenças e semelhanças entre elas. Porque tal questão se encontra ligada à apreciação histórica que tenho vindo a desenvolver e a um dos objectivos enunciados no início – o de clarificar as diferentes perspectivas e posições teóricas dos principais investigadores a trabalhar na área da ACD –, a sua problematização e discussão constitui o remanescente deste subcapítulo e ajudará a encetar o próximo.

Ao afirmar, à semelhança do que fez relativamente às outras disciplinas, que a linguística crítica e a semiótica social são linhas de investigação no interior da ACD, Van Dijk legitima, mau-grado os seus objectivos (mas muito bem, quanto a mim), a separação dos três projectos. Van Dijk reconhece, assim, a existência de diferenças entre eles, pelo que falar de linguística crítica não é o mesmo que falar de semiótica social ou de ACD, como, de um modo bastante confuso, fazem certos autores, alguns dos quais com responsabilidades na ACD (cf., por exemplo, Wodak, 1996). A distinção entre estas várias escolas, se assim lhes podemos chamar, é de importância capital para o entendimento do que é hoje a ACD, mas agrupá-las sob a designação genérica de ACD é recusar-lhes a especificidade que reivindicam umas face às outras. Por outro lado, quer-me parecer que tal agrupamento, a acontecer, só poderá efectuar-se sob a égide da semiótica social proposta por Gunther Kress, que assim incluirá a ACD, e não o contrário.

É evidente que as diferenças teóricas existentes entre investigadores a trabalharem nas mesmas áreas reflectem as diferentes formações e motivações de investigação a que estes estiveram sujeitos e que necessariamente trazem consigo para a investigação. Assim acontece, como veremos, na ACD. Mas as diferenças entre a linguística crítica, a ACD e a semiótica social ultrapassam tal facto, pois sobretudo reflectem, por um lado, diversos estádios de desenvolvimento de uma mesma teoria e, por outro, aplicação dos mesmos princípios metodológicos, à luz de pressupostos teóricos semelhantes, a diferentes objectos de estudo. Isso mesmo afirmam Hodge & Kress, no capítulo final que acrescentaram a *Language as Ideology*, aquando da publicação da segunda edição (1993: 159):

Critical linguistics has tended to merge with 'critical discourse analysis', which subsumes the account of linguistic forms of CL into a broader account of discursive processes. Social semiotics then emerged to subsume CDA into a broader study of all semiotic systems involved in the construction and circulation of meaning. But the successive stages have not rendered the previous stages obsolete. On the contrary, CDA requires an even stronger account of linguistic forms in order to carry out its primary activity of tracing the dialectic between text and process, linguistic form and social and semiotic process. The project of social semiotics likewise would be impoverished if it neglected to study discourse, and the role of verbal language in the semiotic repertoire.

Se bem que Hodge & Kress defendam o carácter não obsoleto da linguística crítica, o certo é que a maior parte da investigação actual é efectuada no âmbito da ACD e da semiótica social. À linguística crítica nada mais parece restar do que permanecer no limbo do reconhecimento da sua importância enquanto primeiro momento de um projecto que, entretanto, alargou os seus horizontes de teorização e de intervenção, mau grado as tentativas de Roger Fowler de a ressuscitar desse limbo (cf. Fowler, 1996). Roger Fowler é, aliás, o único membro do grupo original

da Universidade de East Anglia a manter-se fiel ao projecto inicial da linguística crítica, defendendo a possibilidade, prática e desejável, do seu desenvolvimento teórico e metodológico⁹. Embora reconheça a relação de tal desenvolvimento com a investigação entretanto efectuada por outros investigadores, em especial Gunther Kress, Fowler (1996: 12) recusa a classificação da área no âmbito da análise do discurso, contrariando assim as tendências mais recentes:

(...) nowadays it seems that anything can count as 'discourse analysis', and if, as is happening, critical linguistics gets classified under that heading, there is a danger that the compactness of the original analytic methodology will dissipate in the presence of competing and uncontrolled methodologies drawn from a scatter of different models in the social sciences. The original model has the advantage of being based on the powerful and much-discussed linguistic theory of Halliday.

A recusa de classificação da linguística crítica sob a designação de análise do discurso representa, infelizmente, a meu ver, também uma recusa, explícita e implícita, de grande parte dos pressupostos entretanto defendidos pela ACD, nomeadamente o de que é tempo de abandonar o estatuto de cliente relativamente a outras disciplinas, e que leva ao uso, na área, de categorias desenvolvidas nessas

⁹É lamentável, porém, que Fowler nada faça nesse sentido e, face às oportunidades, opte por reproduzir ideias velhas de nove anos, como acontece com este texto, que é «uma versão ligeiramente modificada» de um outro texto originalmente publicado em 1987 (Fowler, 1996: 13). A escrita de Fowler denota uma preocupação com aspectos que se prendem com a reivindicação de uma posição de autoridade e de poder relativamente à *paternidade* do projecto de uma linguística ou de uma análise do discurso críticas. Claramente expressa – em Fowler (1991^a e 1996), por exemplo – tal reivindicação passa pela afirmação da importância de Fowler *et al.* (1979), em detrimento de Kress & Hodge (1979) e pela sua própria auto-promoção; veja-se, por exemplo: «The term **critical linguistics** was first used in its currently accepted sense in 1979, as the title of the synoptic and programmatic concluding chapter of *Language and Control* (...)» (Fowler, 1991^a: 89); ou «The label 'critical linguistics' and the book *Language and Control* are frequently used as reference points (...). A kind of institutional recognition has been implied in my being invited to contribute a long entry on 'critical linguistics' for *The Linguistics Encyclopedia* [Fowler, 1991^a] (...)» (Fowler, 1996: 5). Mas esta atitude de reivindicação de paternidade não é exclusiva de Roger Fowler, pois é visível também em Hodge & Kress (1993), que, obviamente partindo de uma perspectiva interessada, destacam sobretudo a importância de Kress & Hodge (1979) em detrimento de Fowler *et al.* (1979): «*Language and Ideology* was a handbook for what has come to be called 'critical linguistics'» (Hodge & Kress, 1993: 159). Esta posição é ainda mais clara na contracapa do livro, em que se afirma que a linguística crítica surgiu com a publicação, em 1979, de *Language as Ideology*, mesmo que depois de lido o livro na sua primeira edição se verifique não haver qualquer uso de tal designação ao longo das suas páginas (os pressupostos teóricos estão, todavia, lá, evidentemente).

disciplinas, optando-se por se avançar para a articulação de uma teoria da linguagem mais apta para o projecto (cf. Kress, 1996: 15). Por outro lado, tal recusa contraria ainda o princípio de unificação do projecto da análise crítica do discurso, visto como um esforço conjunto dos principais investigadores a trabalhar na área, apesar das diferenças de ênfases que entre eles se verificam¹⁰. Desse esforço conjunto resulta(rá) o desenvolvimento de métodos e instrumentos de análise do discurso próprios (Wodak, 1996: 17), assim como a definitiva emancipação da ACD relativamente a disciplinas com as quais estabelece fronteiras ou de que sempre se serviu, nomeadamente a linguística, consolidando, num todo uno e coerente, pressupostos teóricos e metodologias de análise (Fairclough, 1995^a: 20):

CDA has now passed through the first flush of youth, and is embarked upon the maturation process. It is the moment for some collective thought to be given to the unity and coherence of CDA, its theoretical bases, its methods of analysis, and to its relationship with adjacent areas of study (including linguistics, sociolinguistics, sociology, and other social sciences). This process is already under way.

Defendido também por Kress (1996: 15 e 19), o projecto conjunto da ACD permite, todavia, a existência de zonas de investigação e de interesse diferenciáveis entre si. Sem entrar em conflito com a semiótica social (cf. Hodge & Kress, 1988 e 1993; Kress, 1997), na qual se insere e da qual se distingue por fazer apenas da linguagem verbal o objecto da sua reflexão e estudo, a ACD incorpora diferentes escolas e correntes, a maior parte delas indistintas entre si, no que diz respeito a

¹⁰Reflexo prático deste esforço conjunto é o estabelecimento, no âmbito do programa Erasmus, de uma rede europeia de analistas críticos do discurso, com vista à produção conjunta de uma introdução à ACD (cf. Fairclough, 1995^a: 20). Criada em 1993, esta rede incluía inicialmente participantes do Reino Unido (Norman Fairclough, Gunther Kress e Theo Van Leeuwen), da Áustria (Ruth Wodak), da Holanda (Teun Van Dijk), da Itália (Paul Thibault) e da Suécia (Per Linell). No ano seguinte foi alargada a participantes da Grécia (Bessie Dendrinos), Portugal (Emília Ribeiro Pedro) e Espanha (Luisa Martín Rojo).

nome ou designação particular. Assim, é possível distinguir, por aproximação e por afastamento entre elas, no que a metodologias e reivindicações teóricas diz respeito, as ACDs propostas por Teun A. Van Dijk, por Norman Fairclough, por Ruth Wodak, por Theo Van Leeuwen e por Gunther Kress (embora os trabalhos mais recentes deste analista, como penso ter ficado claro, se situem mais no âmbito da semiótica social, como aliás os de Van Leeuwen).

Motivado pelos seu trabalhos de estudo do racismo em textos de imprensa (cf. Van Dijk, 1991, por exemplo), e com ênfases vindas do domínio da psicologia social e da psicologia cognitiva, o modelo de Van Dijk centra as suas atenções nas relações entre o discurso e o poder social, mais concretamente nos modos como o abuso do poder é desenvolvido, reproduzido e legitimado pelas práticas discursivas de grupos e instituições dominantes, alertando-nos para a relevância da dimensão cognitiva associada ao controlo. Porque o poder nas sociedades democráticas é mais persuasivo e manipulatório do que coercivo, a dimensão discursiva desempenha um papel determinante na manufatura do consentimento, relativamente à efectivação prática da ideologia do poder dominante. De um modo geral, a manufatura do consentimento faz-se, do ponto de vista de Van Dijk (1996: 85), pela manipulação de modelos mentais de eventos sociais, a partir do uso de estruturas discursivas específicas, como estruturas temáticas, manchetes-títulos, estilo, figuras de retórica, estratégias semânticas, etc.. O resultado de tal manipulação é a formação de modelos preferenciais de situações particulares, os quais, podem, por sua vez, ser generalizados para conhecimentos, atitudes e ideologias preferenciais mais gerais.

Daí que, na sua opinião, um dos objectivos mais importantes da ACD deva passar, necessariamente, pelo estudo das estruturas e estratégias cognitivas particulares envolvidas nos processos que afectam a cognição social dos grupos e

dos sujeitos. A ênfase nestes aspectos, em detrimento de outros, não torna o modelo de Van Dijk radicalmente diferente dos modelos dos outros analistas críticos. Pelo contrário, à semelhança do que esses modelos fazem relativamente ao seu, complementa-os, delineando alguns dos elementos teóricos que, no seu entender, deverão entrar na reconceptualização da ACD como uma teoria da comunicação completa (cf. Kress, 1996: 19).

Dos vários modelos, o que denota, à partida, uma maior separação relativamente a todos os outros parece ser o de Ruth Wodak, quanto mais não seja pelo facto de reivindicar uma designação própria. Desenvolvido, como ela própria afirma (1996: 3), ao longo de vários anos e intitulado sociolinguística do discurso (*discourse sociolinguistics*), é, todavia, um modelo pensado mais para dar coerência à investigação da sua autora do que para trazer algo de novo, do ponto de vista teórico, para a ACD¹¹. Aliás, para que não restem dúvidas, é a própria autora a referir a dependência do seu modelo relativamente à ACD, como já antes fizera em relação à linguística crítica (cf., Wodak, 1989): «Discourse sociolinguistics thus practises critical discourse analysis and adheres to certain principles of C[ritical] D[iscourse] A[nalysis] (...). Critical discourse analysis (...) serves as a framework for discourse sociolinguistics (...).» (Wodak, 1996: 15, 17).

Entendida como uma sociolinguística vocacionada explicitamente não só para o estudo do texto em contexto, mas também para a atribuição de importância semelhante a ambos os factores, a sociolinguística do discurso visa identificar e

¹¹Mais uma vez, estamos perante o que considero a reivindicação de uma posição de autoridade face ao desenvolvimento da ACD (*vd.*, a esse respeito, o que escrevi na nota 9 deste mesmo capítulo, sobre as posições de Roger Fowler, Gunther Kress e Robert Hodge). Trata-se, na prática, de assumir uma posição de poder, garantida pelos anos de trabalho numa área particular, a sociolinguística, e pela aproximação aos pressupostos teóricos do paradigma crítico na análise linguística. Atente-se, por exemplo, na seguinte formulação: «In this book I would like to present, with illustrative examples, an approach I have developed over several years' research (starting out with the analysis of courtroom interaction in the 70s and ending with the research of meetings in schools in the 90s) and which I have termed **discourse sociolinguistics**.» (Wodak, 1996: 3).

descrever os mecanismos subjacentes que contribuem para as desordens do discurso decorrentes de um contexto particular e que inevitavelmente afectam a comunicação. Por desordens do discurso, Wodak entende as barreiras que se levantam à comunicação, resultantes da separação entre mundos cognitivos distintos e não suficientemente coincidentes, ou seja, resultantes da separação entre diferentes formações discursivas e culturais.

Na prática, a sociolinguística do discurso procura dar conta do modo como os sujeitos, os grupos, as instituições se apoderam da linguagem e dela se servem para produzir e manter relações de poder e situações de desigualdade social e cultural. O que parece tornar o modelo diferente do da ACD, em que se insere, é apenas a insistência na incompreensão e no ruído da comunicação, i. e., nas desordens do discurso, enquanto factores decorrentes do tal propósito de manutenção da desigualdade social. Só que, nesse aspecto, o modelo também não se distingue dos outros, nomeadamente do de Norman Fairclough, pois as desordens do discurso são tão somente um dos aspectos presentes no discurso, como tantos outros, que servem propósitos de controlo e de manutenção do poder.

À semelhança de Van Dijk, mas diferentemente de Fairclough ou Gunther Kress, por exemplo, Wodak (1989, 1996) introduz, todavia, no seu modelo uma dimensão importante, ainda não discutida nesta minha breve apreciação da ACD. Refiro-me ao que Van Dijk (1993^a, 1993^b, 1994^a) chama de mudar o mundo, i. e., a adopção de princípios de intervenção mais directos por parte dos investigadores, de uma atitude mais política em defesa daqueles que sofrem de dominação e de desigualdade:

(...) critical discourse analysts (should) take an explicit sociopolitical stance: they spell out their points of view, perspective, principles and aims, both within their discipline and within society at large. (...) their work is admittedly and

ultimately political. Their hope, if occasionally illusory, is change through critical understanding. Their perspective, if possible, that of those who suffer most from dominance and inequality. Their critical targets are the power elites that enact, sustain, legitimate, condone or ignore social inequality and injustice. (...) In this sense, critical discourse scholars should also be social and political scientists, as well as social critics and activists.» (Van Dijk, 1993^b: 252-253).

Mas ao contrário de Van Dijk, para quem todas estas coisas se traduzem, na prática, na análise crítica do discurso, sem que esta tenha depois, efectivamente, as consequências que reivindica no seu discurso panfletário, limitando-se, portanto, a denunciar, sem resultado, perante as elites que o lêem, as situações de dominação e de desigualdade que elas próprias fomentam, Wodak assume uma atitude verdadeiramente intervencionista e pedagógica. O seu modelo providencia, de facto, como nenhum outro, os instrumentos para um discurso menos autoritário, podendo tais instrumentos, que passam, por exemplo, por enunciação de reformulações, de diferentes modos discursivos com menos desordens, levar à emancipação. Como afirma (Wodak, 1996: 32) os resultados dos seus estudos são importantes por várias razões. Em primeiro lugar, tornam a desigualdade e a dominação transparentes; em segundo, permitem propor possibilidades de mudança; e, em terceiro, mostram os limites de uma possível emancipação apenas por intermédio de novos padrões discursivos, já que estes não são suficientes para contrariar a dominação e a desigualdade.

A preocupação com aspectos de emancipação é também visível nos trabalhos de Fairclough e dos seus seguidores na Universidade de Lancaster, nomeadamente na defesa de uma consciência crítica da linguagem, ou conhecimento crítico (*critical language awareness*). Tal defesa é objecto, por exemplo, das contribuições presentes no livro *Critical Language Awareness* (Fairclough, ed. 1992), em particular do excelente texto de Janks & Ivanic (1992), no qual se

defende claramente que uma consciência ou conhecimento crítico da linguagem pode contribuir para processos de emancipação, se empossar (*empower*) as pessoas para, com sucesso, contestarem as práticas que as desempossam (*disempower*).

De todos os modelos da ACD, o modelo de Fairclough parece-me ser, aliás, o que se apresenta mais coeso e mais apto para responder a solicitações de vários domínios. A sua principal preocupação centra-se em questões que dizem respeito às relações entre o discurso e a mudança social, ligando as mudanças nas ordens do discurso contemporâneas a mudanças que afectam a vida social moderna em várias periodicidades. Enquadram-se, obviamente, neste âmbito os seus trabalhos sobre a *mercaturização do discurso público*¹² (1993), a *tecnologização do discurso* (1996^b), a *conversacionalização do discurso político* (1993) e outros, mas o seu modelo não se fica pela consideração e análise destes aspectos. Porque a sua concepção tri-dimensional do discurso se apresenta importante para a análise que pretendo efectuar, reservo para o próximo subcapítulo a descrição do modelo.

¹² O termo *mercaturização do discurso* é uma tradução minha do original faircloughiano “marketization of discourse”. Para além da referência enunciada no corpo do texto (Fairclough, 1993), veja-se o que sobre os aspectos de mercaturização escrevo na nota 21 do Capítulo 5 (p. 305). Sobre a tecnologização do discurso, veja-se, também, o que enuncio nas pp. 199-200 (Capítulo 4).

1.3. O MODELO FAIRCLOUGHIANO

«(...) the study of language use, in whatever academic discipline, cannot ignore actor's own concepts, descriptions and understandings of reality. Nor can the study of language use be detached from the social and political context in which language is used.»

Deborah Cameron *et al.* (1992: 12-13)

Como já deixei antever na Introdução, e como se verá, mais claramente, aquando da apresentação dos critérios seguidos na sua selecção, os três *corpora* que pretendo analisar não têm, à partida, qualquer relação entre si, exceptuando a que motivou a sua inserção neste trabalho, ou seja, o facto de todos eles estarem relacionados, de uma ou de outra forma, com a instituição militar. Tendo tal característica como pano de fundo, diria então agora, e seguindo a concepção tri-dimensional do discurso proposta por Fairclough (1992: 62-100), que os discursos em cada um dos *corpora*, apresentando múltiplos textos como seus produtos (característica que decorre da extensão de cada uma das amostras que formam, respectivamente, os três *corpora*)¹³, representam três tipos diferentes de práticas discursivas (três *corpora*, três práticas discursivas), que necessariamente são formas particulares das práticas sociais/institucionais a que a instituição militar, por acção dos seus membros, atribui significado e activamente produz e reproduz.

Recorde-se que, para os analistas críticos do discurso, e, nomeadamente, para Fairclough (1989, 1992), que sigo nesta exposição, a utilização do termo discurso decorre da sua visão do uso da linguagem como uma forma de prática social e não

¹³ O que aqui enuncio é válido sobretudo para a amostra relativa à revista *Soldier* e para a amostra do *The New York Times*. No que diz respeito à amostra por que é constituído o *corpus* dos “regulamentos militares”, a questão não é tão simples, porquanto a extensão da amostra não é garantida pela presença de diferentes textos, mas pela característica de grande extensão do único texto nela presente.

como uma actividade puramente individual ou um reflexo de variáveis situacionais. Determinado pelas estruturas sociais, como qualquer prática social, o discurso tem efeitos, por sua vez, sobre a sociedade, ao reproduzir as estruturas sociais. E tanto esse carácter determinista do discurso como os seus efeitos envolvem não apenas os elementos da situação social, como também os recursos sociais disponíveis que constituem a ordem do discurso. Entendida, por sua vez, como o que discursivamente corresponde à ordem social ao nível da sociedade e das instituições, a ordem do discurso imprime ao discurso a dinâmica da prática social. Por exemplo, ao nível da instituição militar, as relações entre oficiais e subalternos, assim como as suas identidades, que constituem a base do sistema organizativo da instituição, são fortemente dependentes da durabilidade e da consistência dos padrões discursivos que activamente produzem e reproduzem. Do ponto de vista discursivo, por sua vez, as produções destes sujeitos são reguladas por factores que variam em função da estrutura institucional e das práticas por ela facultadas, em função das situações sociais do discurso e em função da prática discursiva em que estão envolvidos, na relação que esta estabelece com outras práticas discursivas no seio da ordem do discurso da instituição. Mas se a produção discursiva destes sujeitos é regulada pelos factores enunciados, i. e., se é por eles constrangida, ela contribui, ao mesmo tempo, para a sua reprodução, ou seja, contribui para a sua afirmação como factores de constrangimento, como factores da estrutura social discursivamente estruturados e constituídos.

A ordem do discurso (*vd.* Foucault, 1971; Fairclough, 1992, 1995^a) compreende a totalidade das práticas discursivas de uma dada área ou instituição e as relações entre elas, e, a par da linguagem, constitui uma força centrípeta de qualquer evento discursivo. Dependente, portanto, da linguagem e da ordem do discurso, e por elas configurado, o evento discursivo contribui, simultaneamente,

para a reestruturação destas duas forças. Deste ponto de vista, como afirma Fairclough (1995^a: 10), uma análise intertextual liga o texto à prática discursiva e, para além da localização do texto na ordem do discurso, mostra também a localização do texto relativamente à rede social das ordens do discurso, ou, por outras palavras, mostra como é que o texto actualiza e expande as potencialidades decorrentes das relações entre as ordens do discurso.

A partir destes pressupostos, Fairclough defende que a análise do discurso diz respeito necessariamente à análise de três dimensões diferentes que, em sua opinião, concorrem para a concepção dinâmica de discurso com que trabalha. O objectivo é relacionar três diferentes formas de análise umas com as outras. Trata-se, por um lado, de analisar textos escritos ou orais, por outro, de analisar práticas discursivas, e, por outro, ainda, de analisar eventos discursivos como instâncias da prática sócio-cultural. É esta concepção tri-dimensional do discurso que reproduzo¹⁴ na figura 1.1., apresentada na próxima página.

De acordo com este modelo, prática discursiva e prática sócio-cultural não são, de todo, noções contrárias, sendo a primeira uma forma particular da segunda. A análise de um discurso particular, encarado à luz da noção de prática discursiva, enfatiza os processos de produção, distribuição e consumo de textos, enquanto processos sócio-culturais que remetem para os cenários económico, político e institucional particulares em que o discurso é gerado. A natureza desses processos é variável entre diversos tipos de discurso, de acordo com factores sociais. Por exemplo, os textos são produzidos de modos diferentes em contextos sociais diferentes (compare-se a produção de um texto de jornal, com a produção de um

¹⁴Como qualquer metodologia em desenvolvimento, o modelo de análise crítica do discurso proposto por Fairclough sofreu alterações ao longo dos tempos. A formulação que sigo, no que ao diagrama da concepção tri-dimensional do discurso diz respeito, é a mais recente (Fairclough, 1995^b), se bem que do ponto de vista explanatório não seja a mais completa (*vd.*, para esse caso, Fairclough, 1992). Outro momento de enunciação do modelo/diagrama é, por exemplo, Fairclough, 1995^a.

texto epistolar), e são também consumidos e interpretados de modos diferentes em contextos sociais também eles diferentes (compare-se o enunciado de um teste escolar com o texto de uma revista de *fait-divers*).

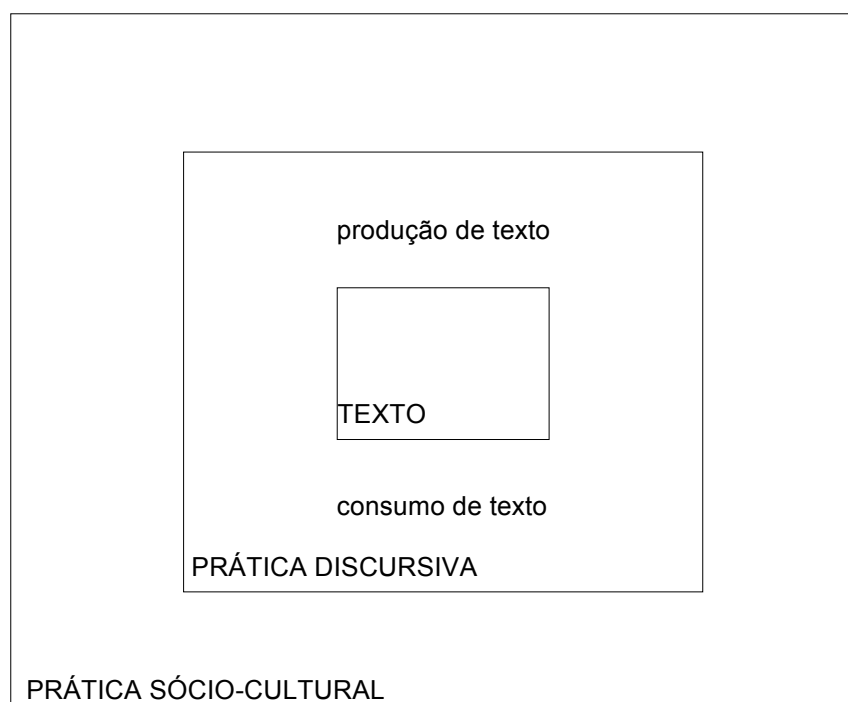


Figura 1.1. – Concepção tri-dimensional do discurso, segundo Fairclough (1995^b)

Mas envolvendo processos cognitivos baseados em convenções e estruturas sociais interiorizadas, a produção e a interpretação são, portanto, fenómenos que assumem uma natureza sócio-cognitiva parcial. E, como refere Fairclough (1992: 71-72):

In the account of these sociocognitive processes, one concern is to specify which (elements of) orders of discourse (as well as other social resources, called 'members' resources') are drawn upon and how, in the production and interpretation of meanings. The central concern is to trace explanatory connections between ways (normative, innovative, etc.) in which texts are put together and interpreted, how texts are produced, distributed and consumed in a wider sense, and the nature of social practice in terms of its relation to social

structures and struggles. One can neither reconstruct the production process nor account for the interpretation process purely by reference to texts: they are respectively traces of and cues to these processes, and can be neither produced nor interpreted without members' resources.

Por outras palavras, a análise de uma prática discursiva vive da intersecção de dois níveis de análise que reflectem a interdependência das três dimensões do discurso. Por um lado, uma micro-análise (de teor descritivo, como se verá) que, por referência aos textos, apresenta explicações sobre como os processos de produção e interpretação são operados a partir dos recursos de grupo (“members’ resources”, na citação); e, por outro lado, uma macro-análise (de teor mais interpretativo) que, por referência às estruturas sociais, indaga da natureza dos recursos de grupo enquanto estruturas sociais interiorizadas, normas e convenções sociais, ordens do discurso e convenções para a produção, distribuição e interpretação de textos, e da relação que com eles os sujeitos estabelecem nos processos de produção e interpretação.

Envolvendo, pois, na sua constituição, processos mutuamente dependentes, que poderemos designar por macro- e micro-processos, a prática discursiva vê os primeiros serem marcados pela natureza da prática social e os segundos a influenciarem e configurarem o texto. Daí que, na concepção tri-dimensional do discurso proposta por Fairclough, e como é claramente visível no esquema reproduzido na figura 1.1. acima apresentada, a prática discursiva adquira, pois, um valor de mediadora entre as outras dimensões, a da prática sócio-cultural e a do texto (Fairclough, 1992: 86).

A natureza sócio-cognitiva parcial dos processos de produção e interpretação textuais, acima referida, resulta, portanto, da inter-relação existente entre os recursos de grupo interiorizados pelo sujeito e postos em acção no processamento textual, por um lado, e o próprio texto, por outro. Texto e recursos de grupo são

vestígios do processo de produção ou *pistas* para o processo de interpretação (Fairclough, 1992: 80), cuja expressão ideológica é tanto mais eficaz quanto mais a sua manifestação ao longo destes dois processos se efectuar de modo não-consciente, automático, mecanizado e rotineiro.

No caso das instituições militares, o processo de interpretação¹⁵ dos regulamentos e códigos de conduta, por exemplo, é um elemento capital enquanto princípio formador de mentalidades ou de visões do mundo, já que os recursos de grupo da instituição, constituídos, como todos os recursos de grupo, por acção de conflitos e práticas institucionais/sociais do passado, são pelos regulamentos e códigos de conduta fortemente influenciados e condicionados. Enquanto manifestações do sistema racional-legal que enforma a instituição, estes regulamentos são simultaneamente legislação emanada do estado e legislação que apenas diz respeito à instituição militar e às suas práticas sócio-institucionais. Tal característica configura-os, por um lado, como produtos de convergência de ordens de discurso diferentes, e, por outro, talvez ainda mais importante, como regulamentos que pré-existem às práticas institucionais militares, assim constringendo a sua efectivação, ao mesmo tempo que, no processo da sua produção, foram por tais práticas provocados.

Efectivamente, os regulamentos são pré-existentes às práticas institucionais das Forças Armadas, porque lhes são *exteriores* e ajudam a configurá-las; só que, ao mesmo tempo, são por estas também determinados, porque é a experiência das Forças Armadas e das suas práticas institucionais que constitui a base daquilo que nos regulamentos é consignado. Pedra basilar da instituição, portanto, e produzidos a partir da dinâmica das práticas institucionais militares (e, posteriormente, por esta necessariamente transfigurados durante os processos de distribuição e de

¹⁵ Sobre a noção de interpretação, *vd.*, neste mesmo capítulo, a nota 17, da p. 58.

interpretação), os códigos e regulamentos informam grande parte dos recursos de grupo que, nos textos das revistas militares, para dar um exemplo pertinente no contexto deste trabalho, se apresentam como vestígios do processo de produção textual, com a característica definidora, demonstrada pela análise, de serem fortemente ideologizados.

Como se depreende de tudo o que até agora foi exposto, a distinção entre descrição e interpretação nas práticas analíticas é de grande importância em toda a problemática da análise crítica, se bem que não seja fácil de efectuar. Mas uma coisa é certa, não é possível proceder a uma análise textual, i. e., a uma análise que dê conta das características de um texto, sem de alguma forma se proceder com referência aos processos de produção e de interpretação desse texto, crítica aliás visível na seguinte formulação de John B. Thompson (1984: 133):

Without wishing to deny the importance of formal methods of analysis in the study of social phenomena, it is my view that such methods could never be more than a limited and preliminary stage of a more comprehensive interpretative theory.

Repare-se que para Thompson, um sociólogo com trabalhos de grande importância na área dos estudos sobre ideologia, a linguagem é um fenómeno social que apenas enquanto tal pode ser estudado, não sendo ocasional o modo como no seu livro *Studies in the Theory of Ideology* (1984) critica os primeiros modelos da linguística crítica e da análise do discurso.

Informando posteriormente muitos dos pressupostos do modelo proposto por Fairclough, Thompson chama a atenção, nesse seu livro, para o facto de a ligação fundamental entre a linguagem e a ideologia facultar a base para a elaboração de uma metodologia de interpretação sistemática, assim nomeada para dar conta de duas considerações fundamentais. Em primeiro lugar, Thompson (1984: 133)

refere o facto de todo o discurso ser em si mesmo uma interpretação, e, em segundo lugar, refere o carácter criativo do processo de interpretação:

The first consideration has to do with the inescapable situation of that which forms the object of interpretation: *discourse* – that is, language realized in speech and writing – *is already an interpretation*. Events, actions and expressions are constantly interpreted and understood by lay actors in everyday life, who routinely employ interpretative procedures in making sense of themselves and others. To undertake an analysis of discourse is to produce an interpretation, to re-interpret a pre-interpreted domain. (...). The second consideration to which I want to call attention concerns *the creative character of the interpretative process*. The analysis of discourse can never be merely an analysis: it must also be a synthetic construction, a creative projection, of a possible meaning. This constructive, creative aspect of interpretation is often neglected or suppressed by those who practise some form of discourse analysis.

A importância da crítica de Thompson, a que também já fiz referência na primeira parte deste capítulo, é evidente nas marcas que deixou no modelo faircloughiano, nomeadamente no que à concepção tri-dimensional do discurso diz respeito, bem como à aproximação a outras áreas de estudo, nas quais a análise linguística desempenha um papel fulcral, obrigando assim a uma redimensionação do objecto de estudo, agora definitivamente imerso em e permeável a tudo o que é social.

Face à crítica de Thompson, e fundamentalmente ao reconhecimento da validade da mesma, não é, portanto, de estranhar que Fairclough inicie o seu trabalho sobre *Discourse and Social Change* (1992) com a seguinte formulação:

Today individuals working in a variety of disciplines are coming to recognize the ways in which changes in language use are linked to wider social and cultural processes, and hence are coming to appreciate the importance of using language analysis as a method for studying social change. But there does not yet exist a method of language analysis which is both theoretically

adequate and practically usable. My main objective in this book, therefore, is to develop an approach to language analysis which can contribute to filling this gap – an approach which will be particularly useful for investigating change in language, and will be usable in studies of social and cultural change.

Repare-se como, neste excerto, Fairclough parece entrar em diálogo com os excertos de Thompson que citei, quase dando a impressão de que tem na escrita e na teorização deste a motivação da sua própria escrita. Seja ou não correcta esta leitura, não há dúvidas de que a divisão proposta por Fairclough entre descrição e interpretação conjuga dois esforços respeitantes a duas tradições analíticas diferentes, ou melhor, a duas áreas de estudo distintas: a linguística e a sociologia, nomeadamente a referente à área charneira e globalizante que no mundo anglo-saxónico é referida por teoria social (*social theory*).

Recapitulando então o que dizia sobre descrição e interpretação, e porque as coisas se confundem muitas vezes, digamos que, para tornar tudo mais claro e sem querer afirmar uma completa separação entre as duas coisas, uma análise das características formais dos textos, a que acima chamei micro-análise, prende-se com a dimensão discurso enquanto texto e assume um carácter essencialmente descritivo; uma análise que atenta fundamentalmente nos processos de produção, de distribuição e de interpretação dos textos, a já referida macro-análise, diz respeito à prática discursiva de que o texto é meramente o produto e assume uma dimensão muito mais interpretativa. Escusado será dizer que as considerações sobre os processos de produção e de interpretação textuais envolvem considerações sobre aspectos formais dos textos, próprios da micro-análise, e que o contrário também é verdadeiro. Daí a já referida intersecção entre os dois planos no modelo faircloughiano, a qual resulta em larga medida da sua dependência mútua.

A mesma relação entre descrição e interpretação, embora operada a um outro nível, é também visível nas formulações de Thompson, para quem o método

interpretativo que defende engloba três fases inter-relacionadas: por um lado, uma dimensão de análise social; por outro, uma dimensão de análise discursiva; e, por outro lado, ainda, uma dimensão de interpretação. No dizer de Thompson, a dimensão de análise social justifica-se pelo facto de o estudo da ideologia ser inseparável da análise histórico-social das formas de dominação que o significado ajuda a sustentar (1984: 135); a análise discursiva, pelo facto de as formas que no discurso expressam a ideologia não deverem ser vistas apenas como práticas histórica e socialmente situadas, mas como construções linguísticas que mostram uma estrutura articulada (*idem*: 136); e a interpretação justifica-se pelo facto de, por muito que um método de análise do discurso seja rigoroso e sistemático, o mesmo não conseguir superar a necessidade de proceder a uma construção criativa do significado, a uma explicação de teor interpretativo (*idem*: 137)¹⁶.

Repare-se como a proposta de Thompson não anda longe da proposta analítica de Fairclough para o seu modelo tri-dimensional do discurso, uma vez que este direcciona o que poderemos ver como a fase de análise social proposta por Thompson para a análise das práticas discursivas enquanto práticas sociais, a fase de análise do discurso para a análise do texto, e a fase de interpretação para a análise das relações entre a prática discursiva e o texto, as quais são mediadas pelos processos de produção, distribuição e interpretação¹⁷.

¹⁶O modelo interpretativo de Thompson é muito mais complexo do que a minha descrição, motivada por uma vontade de simplificação, deixa ler, pois cada uma das fases envolve diferentes níveis de procedimentos. Por outro lado, convém reter que as três fases propostas pelo sociólogo não são estádios de um método sequencial e rotineiro, mas apenas o resultado de uma divisão analítica, visando uma melhor compreensão da totalidade do método.

¹⁷Embora não me pareça haver margem para dúvidas, convém ainda assim frisar que, à semelhança de Fairclough (1992), trabalho aqui com dois significados diferentes da noção de interpretação e que é de todo conveniente não os confundir, como fez Widdowson (1995) no texto em que critica (ainda que lateralmente e a partir de outros objectivos) a ACD, e em particular o modelo de Fairclough. Assim, numa primeira acepção, interpretação diz respeito, por um lado, ao acto, quotidiano, de fazer sentido de um texto e, deste modo, opõe-se a produção, e, por outro lado, numa segunda acepção que aqui nos interessa mais, ao processo de análise que visa mostrar as relações, quer entre as propriedades dos textos, quer entre as práticas de interpretação (na primeira acepção) e as propriedades sócio-culturais que enformam a prática discursiva. Para que não restem dúvidas, e como complemento do que acabo de enunciar, passo a citar a explicação de Fairclough (1996^a: 49-50), em resposta à crítica de Widdowson que referi: «Interpretation-I

Em relação a estes processos de produção, distribuição e interpretação, e tendo ainda Fairclough (1992) no horizonte, alguns aspectos há que necessitam de esclarecimento. Para além da caracterização sumária que acompanhou a sua introdução nesta exposição, convém acrescentar, particularizando as considerações, que o constrangimento social operado sobre a produção e a interpretação adquire duplo valor. Para além da acção e limitações geradas pelos recursos de grupo enquanto normas, convenções e estruturas sociais interiorizadas, os processos de produção e interpretação são também constrangidos pela própria dinâmica da prática social de que fazem parte, já que é esta que define qual a escolha parcelar a efectuar no grosso dos recursos de grupo, assim como qual o modo de operação do constrangimento destes recursos sobre a produção e a interpretação.

Embora por razões facilmente explicáveis pelos interesses de investigação de Fairclough, nomeadamente no que diz respeito a aspectos da mudança social e discursiva, o modelo tri-dimensional do discurso põe em evidência o segundo tipo de constrangimento. O destaque dado a esse segundo tipo de constrangimento corresponde a uma tentativa, por parte do seu autor, de proceder a ligações de teor explicativo entre a natureza dos processos discursivos e a natureza das práticas sociais de que estes fazem parte em instâncias particulares (1992: 80). Porque os objectivos deste estudo não passam apenas pela análise dos processos de mudança social e discursiva, embora os mesmos sejam trazidos frequentemente à mesa de investigação, porquanto a sua importância não pode deixar de ser reconhecida

is an inherent part of ordinary language use, which analysts, like anyone else, necessarily do: make meaning from/with spoken and written texts. People make meanings through an interplay between features of a text and the varying resources which they bring to the process of interpretation-1. Interpretation-2 is a matter of analysts seeking to show connections between both properties of texts and practices of interpretation-1 in a particular social space, and wider social and cultural properties of that particular social space. Notice that interpretation-1 is part of the domain of interpretation-2; one concern of interpretation-2 is to investigate how different practices of interpretation-1 are socially, culturally and ideologically shaped.»

como fulcral para uma compreensão dos processos de expressão ideológica da instituição militar, a ênfase não será, neste estudo, exclusiva desse segundo tipo de constrangimento, como acontece no modelo faircloughiano. Ou seja, a ênfase será igualmente atribuída ao primeiro e ao segundo tipos de constrangimento, i. e., a análise focará quer os aspectos que na produção e interpretação textuais são estimulados pelos recursos de grupo (primeiro tipo de constrangimento), quer os aspectos ditados pela dinâmica da prática social que informa a produção e a interpretação (segundo tipo de constrangimento).

Na realidade, e atendendo às características da instituição militar, a natureza das práticas sociais registadas na instituição, no que estas têm de especificamente militar, não apresenta uma larga amplitude de variação, pelo que saber quais os aspectos dos recursos de grupo em que a prática discursiva se baseia e de que modo neles se baseia é trabalho que decorre da própria caracterização da instituição militar no seio de sociedades relativamente às quais é muito pouco permeável. Ora, é precisamente esta quase impermeabilidade à mudança social e, conseqüentemente, à mudança discursiva operada nas sociedades em que está instituída que torna a instituição militar um objecto de análise precioso para se perceber mais claramente a relação entre práticas discursivas e aquilo que Fairclough designa por recursos de grupo, e que Halliday (1978: 52), a partir de uma visão mais abrangente, já designara por «essential patterns of culture: systems of knowledge, value systems, the social structure and much else besides».

Embora Fairclough não reconheça, neste aspecto concreto, a importância crucial do trabalho de Halliday, nomeadamente no que ao *potencial de significado* diz respeito (cf. Halliday, 1970, 1978, por exemplo), é possível ver em muitas das suas formulações sobre os processos de produção e interpretação de textos a herança hallidayana, entretanto transfigurada. Veja-se, por exemplo, a seguinte

formulação de Halliday (1978: 52):

How do we try to understand language in use? By looking at what the speaker says against the background of what he might have said but did not, as an actual in the *environment* of a potential. Hence the environment is defined paradigmatically: using language means making choices in the environment of other choices.

Não ligando ao facto de se encontrar datada, denotando uma mudança de perspetivação teórica, e de modos de a enunciar, entre a produção de Halliday e a de Fairclough, esta citação reflecte o que de essencial subjaz à teoria de Fairclough sobre práticas discursivas e que o presente trabalho pretende reter como pressuposto teórico de base: do ponto de vista discursivo o sujeito é livre apenas dentro de certos limites, os quais são definidos em primeiro lugar pela língua que fala (facto para que fomos alertados pela hipótese de Sapir-Whorf, embora o determinismo linguístico que a mesma expressa não seja isento de críticas), mas, mais importante do que isso, por práticas sócio-discursivas que dão expressão aos valores e sentidos de instituições particulares, definindo, determinando e delimitando o que é possível dizer e como dizê-lo, assim estruturando o sujeito enquanto ser social e discursivo. A noção de representação, tão cara a qualquer teoria discursiva, congrega em si a ideia de representação segundo um ponto de vista particular, ou, melhor dizendo, segundo um ponto de vista ideológico particular.

O contexto de escolhas possíveis de que fala Halliday pré-existe ao sujeito e ainda que esteja aberto à mudança, pois todas as ordens sociais e discursivas estão constantemente em risco de transformação, por influência de contingências sociais pontuais, é por ele mantido, reproduzido e recriado, na codificação linguística de valores, práticas e experiências sociais que lhe são anteriores, sem que disso o

sujeito se aperceba necessariamente. Por outras palavras, todos os processos sociais são, em parte, acerca da sua própria reprodução.

Para concluir, o que acabei de dizer é válido não só para a produção e interpretação mas também para a distribuição e o consumo¹⁸, porque, à semelhança daqueles, o consumo de textos é diferente consoante são também diferentes os contextos sociais em que o mesmo se efectua. Daí que, no caso das revistas militares, mais do que em qualquer um dos outros exemplos em análise neste trabalho, as estruturas de consumo adquiram um valor fundamental na caracterização da prática discursiva que gera os textos nelas produzidos. Ao contrário do que se passa com os exemplos textuais pertencentes aos outros *corpora*, os textos da revista com que trabalho, *Soldier*, têm uma amplitude de divulgação e de consumo que, com uma margem mínima de erro¹⁹, poderemos dizer que começa e acaba na instituição, porquanto são textos de uma revista: i) produzida por militares; ii) produzida para circular em contexto militar; e iii) produzida para ser consumida também por militares.

Mas isso é matéria para o Capítulo 4. Por agora, avanço num outro sentido, por aproximação ao objecto, explicitando, quer algumas questões ligadas ao

¹⁸ Embora tenha optado, nesta apresentação sumária do modelo faircloughiano, por uma descrição neutra, por considerá-lo, como afirmei, o modelo mais coeso e mais apto para responder a solicitações de vários domínios, gostaria de frisar que o mesmo não está isento de críticas. Daí que sinta necessidade de, neste momento, referir que, ao contrário de Fairclough, que usa os termos *consumo* e *interpretação* como sinónimos e sem necessidade de distinguir os diferentes traços semânticos que os termos congregam, estou a usar consumo com um significado mais ligado à distribuição do que à interpretação. Neste sentido, consumo envolve considerações que não abarcam aspectos do domínio linguístico/cognitivo da interpretação, como no modelo faircloughiano, ficando-se por aspectos ligados à acessibilidade dos leitores/intérpretes aos textos e às condições em que essa acessibilidade é operada. Por exemplo, no caso de *Soldier*, o processo de interpretação dos textos da revista adquire matizes diferentes se a revista tiver distribuição gratuita garantida a todos os elementos do Exército Britânico, se apenas for vendida em locais próprios, ou se o acesso à mesma for semelhante ao de qualquer revista existente na sociedade civil.

¹⁹ A margem mínima de erro resulta do facto de a revista ter distribuição nacional (para facilitar a sua divulgação), o que obviamente introduz um elemento perturbador na formulação que acabei de enunciar, já que a revista pode assim ser lida por qualquer pessoa e não apenas por militares. Todavia, convém desde já afirmar que a questão da distribuição nacional está relacionada com processos de mudança na instituição, a que voltarei aquando da análise do *corpus* no Capítulo 4, e não com uma vontade da instituição de pôr o cidadão comum a ler a revista.

modelo organizativo da instituição militar, quer as motivações e os critérios de selecção seguidos para a escolha dos *corpora*.

2. Aproximação ao objecto

- 2.1. A instituição militar
 - 2.1.1. A disciplina militar
 - 2.2. Motivações para a escolha dos *corpora*
 - 2.3. Descrição dos critérios de selecção
 - 2.3.1. Códigos e regulamentos
 - 2.3.2. Revistas militares
 - 2.3.3. Construções sociais da instituição
 - 2.4. Como estudar os dados criticamente?
- Anexo 2-A

2.1. A INSTITUIÇÃO MILITAR

«The period since mid-century can best be seen as a transitional period between the unprecedented militarism of the first half of the twentieth century and the uncertain, but clearly very different world of the twenty-first century, the foundations of which are being laid in the 1990s.»

Martin Shaw (1991: 1)

Uma característica comum a grande parte dos poucos estudos de sociologia dedicados, directa ou indirectamente, à questão militar parece ser a constatação, por parte dos seus autores, de que a instituição militar, a guerra, a violência militar não têm recebido a atenção que merecem, isto apesar da sua importância na sociedade moderna. Essa é, por exemplo, a posição de Maria Carrilho (1985: 15), para quem «o estudo da questão militar e da guerra tem sido desproporcionadamente exíguo em relação à magnitude que tal problemática assume nas sociedades contemporâneas», mas também de Anthony Giddens (1985 [1994: 112]) que, embora mais elaboradamente, não anda muito longe desta apreciação, quando afirma:

Opening any text book of sociology, the reader will find there discussions of most modern institutions – the family, class, deviance, etc. But it is very unlikely that he or she will discover any discussion of military institutions, or of the impact of military violence and war upon modern society. Much of the same is true of more rarified treatises on social theory, which concentrate upon capitalism, industrialism and so on. Yet who, living in the twentieth century, could for a moment deny the massive impact which military power, preparation for war, and war itself, have had upon the social world?

Giddens associa esta falta de estudos sobre a instituição militar à influência exercida pelo pensamento social do século passado sobre as ciências sociais,

afirmando que vivemos actualmente em circunstâncias para as quais as fontes tradicionais da teoria social, sobretudo a associada ao liberalismo e ao socialismo, pouco nos prepararam: «The world is quite different from that which most nineteenth-century thinkers anticipated; and the styles of thought that dominate the social sciences today tend to be heavily indebted to their nineteenth-century origins.» (*ibidem*). Embora reconheça a existência de vários progressos nas três correntes gerais de estudo da guerra e da instituição militar, cujas origens remontam ao século XIX, Giddens afirma também que as suas falhas permanecem por resolver.

Fortemente determinadas pela ideia da história como progresso, as duas correntes mais influentes, a teoria liberal da sociedade industrial e o marxismo, vêem o desenvolvimento da sociedade industrial moderna como indiciador de um declínio da guerra e da instituição militar, seja pela combinação da democracia com o capitalismo de mercado, no caso da primeira corrente, seja pela abolição das sociedade de classes, no caso da segunda, em que os interesses comuns dos trabalhadores eventualmente triunfarão sobre o que os divide em termos de nacionalidade. De modo pleno ou parcial, qualquer uma destas duas tentativas de teorização do estado moderno tem-se preocupado mais com o papel do estado na vida económica e como fonte de opressão interna, do que propriamente em relacionar, de um modo sistemático, a natureza do estado quer com o controlo dos meios de violência, quer com a territorialidade. A *industrialização da guerra*, enquanto designação genérica que refere e incorpora um conjunto de processos postos em acção a partir do início do século XVIII e que incluem, por exemplo, a acentuada aceleração do poder destruidor do armamento e a sua ligação à economia dos países e à administração territorial quer nacional, quer internacional, não é, todavia, indissociável da natureza do estado. Como os exemplos das duas

grandes guerras deste século mostraram, a guerra tornou-se factor de mobilização de todas as economias das nações nelas envolvidas e desde essa altura nada voltou a ser como dantes.

No que diz respeito à terceira corrente de teorização moderna sobre a guerra e a instituição militar, referida por Giddens (*idem*: 115) como *liberal de direita* ou *conservadora*, e por Dandeker (1994: 109) como *realista* ou *neo-maquiaveliana*, embora tenha como objecto de estudo o estado-nação, os seus interesses têm-se concentrado quase exclusivamente nos esforços de construção do estado no chamado Terceiro Mundo (Giddens, 1985 [1994: 117]). De qualquer forma, em contraste óbvio com as correntes anteriores, a corrente realista vê a guerra como inerente à sociedade. Longe de Marx, esta corrente encara os conflitos entre as nações como muito mais importantes, enquanto força motriz da história, do que os conflitos de classe. Como afirma Dandeker (*ibidem*), várias razões são apontadas para a defesa desta posição:

A variety of reasons for this have been suggested ranging from the eternal struggle between conflicting values, the competition for economic and other resources, and the fact that, in a world divided into different states and political communities, it is rational for each one to ensure that it has sufficient means to preserve its own security interests.

Embora tenha, até há muito pouco tempo, sido mantida nas margens da sociologia, a corrente realista, impulsionada pelos estudos sobre a guerra e a instituição militar realizados na década de 80, foi de alguma forma descoberta por teorizadores esquerdistas, na sequência de uma certa exaustão intelectual do marxismo e da sua incapacidade em providenciar uma leitura coerente da natureza da guerra e do poder militar no mundo moderno, sem fazer apagar o facto de as sociedades modernas, apesar das semelhanças que partilham, terem fronteiras bem

demarcadas entre si e de as interligações entre os diferentes elementos no seu interior serem relativamente recentes (cf. Dandeker, 1994: 110). Ainda assim, como afirma Giddens (*idem*: 116), não podemos pura e simplesmente virar-nos apenas para a teoria liberal e abandonar as outras correntes na análise da natureza do estado-nação moderno, na sua relação com o poder militar, e pressupor o uso da força como o único valor a ser defendido pelos estados:

Beyond 'ultimate values' there lies only force, the clash of mutually irreconcilable cultures, defended and protected by states that necessarily operate in a 'house of power'. I do not believe this view to be philosophically defensible, and it deflects attention from the ways in which the relations between nation-states in the modern world differ from those of earlier stages. If the liberal and Marxist standpoints are notably deficient in certain respects, they do nonetheless draw our attention to the fact that capitalist-industrialism injects a whole set of novel dynamics into social change.

Contrariamente ao que nos diz o senso-comum, ou como pode transparecer de uma leitura extremista das posições da teoria realista, a guerra não resulta de inclinações inatas para a agressão (cf. Giddens, 1993: 357-358). Poderemos, de facto, ser inerentemente agressivos, potenciando-se tal agressividade em situação de guerra, mas a origem e desenvolvimento da guerra e da militarização decorre de outros factores, o principal dos quais, como já deixei transparecer, é o aparecimento das sociedades baseadas no estado e a consequente transformação dos estados tradicionais nos estados-nação dos nossos dias.

O desenvolvimento das sociedades com formas centralizadas de governação trouxe consigo a fusão da guerra e da economia e a formação de vastos exércitos, compostos a partir de sistemas de conscrição que, envolvendo embora uma pequena percentagem da população masculina de uma sociedade, poderiam, em situação de guerra, fazer subir acentuadamente os valores de tal percentagem. A

conscrição universal terá sido, aliás, uma das pedras basilares da própria ideia de nação, constituindo-se o serviço militar como marca da cidadania, numa íntima relação que ainda hoje encontra sentido, como afirma Carreiras (1994: 17):

Este estreito laço entre a cidadania e o 'direito a combater', forjado há cerca de dois séculos, não deixa ainda presentemente de ser evocado em diferentes contextos em que a participação na violência armada sustenta a reivindicação de um estatuto de cidadania integral, nomeadamente por parte de grupos sociais discriminados ou simbólica ou culturalmente (...).

Como exemplos contemporâneos da «reivindicação de um estatuto de cidadania integral», Carreiras cita fundamentalmente o caso dos negros norte-americanos e das mulheres, mas é também possível adicionar os homossexuais a esse grupo (pelos menos os norte-americanos), os quais, como se pode ver nos textos do *The New York Times* que analiso no Capítulo 5, pretendem fundamentalmente ver consagrados os seus direitos de cidadania.

Mas ao mesmo tempo que as estruturas das sociedades se alteravam e a cidadania era correlacionada com o *direito a combater*, a estrutura de organização dos exércitos abria-se a novas potencialidades de efectivação e, como outras organizações, burocratizou-se, passando os soldados a estar sujeitos a uma máquina disciplinar e de treino. O corpo de oficiais profissionalizou-se gradualmente e foram adoptados códigos de conduta e regulamentos disciplinares.

Daí que, a partir de uma apreciação genérica, seja possível dizer que actualmente existem dois tipos diferentes de instituições militares, herdeiras das instituições do passado: as do mundo estereotipadamente referido como ocidental, desenvolvido, e as do mundo que, na mesma visão estereotipada, é referido como terceiro-mundo, subdesenvolvido, ou em vias de desenvolvimento. Ao contrário das segundas, as primeiras, transformadas em função de modelos ditados por

organizações como a OTAN e o bloco do Pacto de Varsóvia, são caracterizadas pela sua subordinação ao estado e a um sistema racional-legal de *vigilância* interna que determina fortemente as suas constituição e organização estruturais num sistema hierarquizado de relações entre sujeitos em que o que conta é o posto e não a pessoa que o ocupa.

No que concerne às instituições do dito terceiro mundo, o carácter distintivo das sociedades em que as mesmas estão instituídas – muitas delas com um baixo grau de unidade administrativa e em que a identidade e a lealdade dos cidadãos é sobretudo tribal, étnica e regional –, é referido, por exemplo, por Giddens (1993: 371) como sendo tudo menos propiciador de formas centrais de governação, condição essencial para a subordinação das Forças Armadas ao poder do estado e a sistemas de regulação e vigilância internas. O autor vai inclusive mais longe e afirma (*ibidem*):

Specific interest groups are much more important, and in these circumstances, as an internally coherent group with its own interests, the military frequently steps directly into the political arena. In many such countries the distinction between the military and the police is ambiguous, the two often being connected through military intelligence units used to maintain compliance among civilian population.

Todavia, as alterações sociais, políticas, geo-estratégicas e militares ocorridas na história mundial nas últimas duas ou três décadas desencadearam mudanças acentuadas em muitas das instituições militares de países tradicionalmente considerados do terceiro mundo. Por exemplo, tendo Portugal como ponto de referência, Carrilho (1994^b: 152) refere que «A intervenção militar de 25 de Abril assinala – e não será por acaso – o início de um ciclo de democratização, que da Europa do Sul (Portugal, Grécia e Espanha) se estende seguidamente à América Latina (Brasil, Argentina, Uruguai, Chile)». Com consequências importantes ao

nível da organização estrutural das Forças Armadas dos países por ele afectado, este ciclo de democratização proporcionou, na maior parte dos casos, a subordinação das Forças Armadas ao poder político-civil. Para as Forças Armadas portuguesas, Carrilho (*ibidem*) distingue três períodos fundamentais na sua transformação ocorrida após o 25 de Abril de 1974:

(...) primeiro, o da transição revolucionária (1974-1975), caracterizado pela intensa participação e intervenção dos militares na cena política, acompanhado de forte perturbação institucional-militar; o segundo, iniciado em 25 de Novembro de 1975 e que vai até à revisão constitucional de 1982, caracterizado pela redefinição político-militar, pela consolidação da democracia, protagonizada pelos partidos políticos e tutelado pelo Conselho da Revolução, e pela reorientação institucional-militar; o terceiro, que é iniciado com a Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, de Dezembro de 1982, e vem até à actualidade, caracterizado pela subordinação das Forças Armadas ao controlo político-civil.

A caracterização das instituições que, como a portuguesa, se encontram subordinadas ao controlo político-civil, as que constituem a base do que, genericamente, designo por instituição militar, obedece a dois vectores fundamentais: considerando, por um lado, as relações mantidas com a sociedade civil, e, por outro, a dinâmica da organização estrutural da instituição. Daí que as referências, ao longo deste trabalho, a três instituições particulares, a portuguesa, a britânica e a norte-americana, pretendam apenas ser referências concretas a modos de funcionamento da instituição militar em geral, tal como esta é encarada neste estudo, e não exemplos de diferentes tipos de instituições militares, cada uma delas dando também corpo e expressão a diferentes ideologias. De um modo abstractizante, a instituição militar que constitui a base de análise deste trabalho encontra correspondência em cada uma das três instituições referidas, mas não se esgota em nenhuma delas, sendo, pelo contrário, representativa de todas.

É evidente que há diferenças de funcionamento entre as três instituições, mas as mesmas não reflectem diferenças nos modos de produção e reprodução dos sistema doutrinário-ideológico que as motiva e constitui. Por exemplo, elas podem ser totalmente constituídas por voluntários, como acontece nas Forças Armadas norte-americanas e britânicas, ou constituídas quer por voluntários, quer por Serviço Militar Obrigatório (SMO), mas essa diferença não levanta problemas aos objectivos do trabalho. A profissionalização das suas Forças Armadas é, efectivamente, uma tendência geral das sociedades modernas, como aponta Manigart (1990 [1994: 131]):

In theory, the ideal form of the force-in-being should be the all-volunteer force (AVF). Indeed, the AVF appears to be the logical outcome of the process of social differentiation at work in our societies, i.e. of the division of labor in the Durkheimian sense. Such a process is characterized by a tendency to transfer to specialists a series of tasks formerly assumed by the whole society. In this perspective, the professionalization of the military would merely be one example among many of the professionalization process.

As motivações e consequências ideológicas da profissionalização das Forças Armadas são também visíveis na instituição portuguesa, apesar de esta ainda estar fortemente dependente do SMO. A ideologia da instituição é determinada pelos elementos que asseguram a implementação e a administração da violência, i. e., os soldados profissionais, o corpo de oficiais, e não pelo SMO¹.

Aliás, o facto de as Forças Armadas portuguesas serem formadas por

¹A coexistência do SMO com o regime de voluntariado na instituição portuguesa enquadra-se num modelo de funcionamento muito próximo do da força composta só por voluntários de que fala Manigart na citação supra, mas que ao contrário daquela responde a constrangimentos de ordem política e económica, nomeadamente o dos altos custos de uma força formada só por voluntários. Manigart (1990 [1994: 132]) chama este sistema de *sistema de duas fileiras* e justifica as suas vantagens da seguinte forma: «A two-tier system is a system in which volunteers and conscripts coexist but (...) are functionally differentiated. The advantages of a two-tier system are that, on the one hand, it would allow the professional military to receive more sophisticated weapons and, on the other hand, the presence of conscripts would allow an army of a sufficient size to exist, and would lessen the fears engendered by an entirely professional system».

voluntários e SMO é apenas uma das diferenças pontuais que é possível detectar entre esta e as outras duas instituições referidas neste trabalho, mas essas diferenças não são pertinentes, já que a organização das Forças Armadas portuguesas se aproxima cada vez mais do modelo das outras duas instituições, o modelo corrente nos países da OTAN (*vd.* Carrilho, 1994^b: 155). Por exemplo, apesar de importante, o facto de a primeira mulher portuguesa a jurar bandeira o ter feito apenas em 1989², quando o recrutamento de soldados do sexo feminino era já uma constante nas instituições britânica e norte-americana, é menos relevante para este trabalho do que a presença de mulheres nas fileiras, enquanto característica das modernas instituições militares.

Os problemas entretanto levantados (ou melhor, não resolvidos) pela participação militar feminina, nomeadamente os referentes a outros direitos de cidadania, são comuns a todas as instituições referidas neste estudo, independentemente do momento preciso em que cada uma das instituições lhes garantiu essa participação. Refiro-me concretamente ao seu acesso às unidades de combate, cuja proibição é ainda uma constante e que é apenas o resultado das contradições do próprio movimento de igualdade inter-sexos.

De acordo com Carreiras (1994: 20), as instituições militares modernas, e com elas as sociedades em que estas se encontram instituídas, assistem a uma tendência de «crescente equalização estatutária entre militares dos dois sexos, no sentido da efectivação do princípio da não-discriminação – afinal uma das traves

²O envolvimento militar das mulheres portuguesas não está, todavia, circunscrito ao período iniciado em 1989. Outras experiências houve que pela sua especificidade não podem ser equacionadas de acordo com o modelo da actual política de recrutamento. Refiro-me às enfermeiras páraquedistas da Força Aérea Portuguesa, que, de 1961 a 1973, desempenharam tarefas de assistência a feridos durante a guerra em África, às profissionais de saúde (médicas e farmacêuticas) recrutadas, mais uma vez pela Força Aérea Portuguesa, ao abrigo de uma lei de 1972, e ao recrutamento, em 1975, de duzentas mulheres para os quadros de farmácia, estomatologia e veterinária, interrompido devido ao curso dos acontecimentos políticos, quando as candidatas se encontravam já a frequentar o curso de formação militar básica na Academia Militar. Sobre estas experiências de recrutamento *vd.* Reis (1978) e Carreiras (1994: 68-72).

mestras da própria noção de cidadania». Ainda assim, e apesar da «existência, em muitos casos, de garantias jurídicas», como refere a autora (*Ibidem*), «em quase todos os países em que as mulheres participam militarmente, é-lhes vedado o acesso a um conjunto de posições e especialidades, em particular as relacionadas com o combate».

O modelo organizativo nas Forças Armadas dos países ocidentais não se compadece com diferenças pontuais entre as instituições que lhe dão forma, já que todas elas se mostram devedoras dos mesmos processos de transformação, nomeadamente os que apostam na redução dos contingentes e do potencial militar, a partir de formações muito mais limitadas do que no passado, em que os princípios de profissionalização e de fácil mobilização têm papel preponderante. Desta forma, as chamadas funções de apoio ganharam um maior destaque na relação que mantêm com as funções de combate, as quais se viram relegadas para segundo plano, porquanto os desenvolvimentos tecnológicos fizeram das primeiras o motor de manutenção e de operação de sistemas bélicos cada vez mais complexos e sofisticados (cf. Carreiras, 1994: 46).

Ao mesmo tempo, e cada vez mais, a glorificação da guerra e dos ideais guerreiros assumiu valores de alguma forma redundantes ou com menor impacto no espírito militar. É que a transferência de ênfases da *missão* para a *profissão* e a crescente dependência das instituições militares relativamente a competências e desenvolvimentos tecnológicos não militares obrigaram a uma maior convergência entre o formato organizativo da instituição e o das estruturas e organizações existentes na sociedade civil e com ela a uma redefinição da ideologia do espírito militar. Giddens (1993: 360) refere, por exemplo, entre outros aspectos, a primazia dada à ordem e à disciplina como características dessa mudança: «The modern ‘military mind’ emphasizes attitudes of cooperation, the subordination of

individual motives to group demands, and the primacy of order and discipline».

Mas se muitas das características da instituição militar, incluindo as referidas por Giddens, encontram correspondente nas burocracias civis (cf. Carrilho, 1985: 54; Dandeker, 1991), a extensão e a rigidez das mesmas singularizam-nas. Não se trata apenas dos já referidos códigos de conduta, enquanto reguladores da boa ordem e do exercício do poder disciplinar; trata-se também, e por exemplo, da fraternidade grupal e do isolamento relativamente ao exterior, facultado pela existência de escolas próprias, associações, publicações, costumes, praxes e, fundamentalmente, de unidades de formação militar básica, a recruta, de que o corporativismo se alimenta e para o qual dialecticamente contribui. Como refere Janowitz, no seu livro *The Professional Soldier* (1971: 9), dar entrada nas Forças Armadas é seguir uma carreira numa instituição única e abrangente, com a perda natural de uma certa liberdade de acção:

Once an individual has entered the military establishment, he has embarked on a career within a single comprehensive institution. Short of withdrawal, he thereby loses the 'freedom of action' that is associated with occupational change in civilian life.

Todas as características enunciadas, sendo essencialmente motivadas por uma lógica operacional que tem na sempre presente possibilidade de combate a sua mais-valia, garantem, portanto, um certo grau de divergência do formato organizativo da instituição militar relativamente ao das instituições civis, no sentido em que o determinam grandemente. É que, com ou sem glorificação dos ideais guerreiros, com maior ou menor convergência entre o modelo organizativo da instituição militar e os modelos presentes na sociedade civil, com maior ou menor permeabilidade à influência das mudanças registadas na sociedade em que está instaurada, a administração da violência legitimada foi, é e continuará a ser

uma prerrogativa das instituições militares.

2.1.1. A disciplina militar

Mais do que em qualquer outro contexto, a expressão ideológica da instituição militar desempenha um papel determinante no que poderemos referir como o micro-cosmo militar. Com esta designação não me refiro, portanto, à efectivação da ideologia ao nível da estrutura organizativa da instituição, tendo por referente fenómenos de convergência e divergência relativamente à sociedade civil, mas ao fechamento da instituição ao exterior, à camaradagem, à solidariedade, à dependência, às praxes, à partilha de experiências, insistentemente praticadas durante o período de formação militar básica, a chamada recruta.

Com efeito, é durante o período de formação militar básica que os objectivos e valores militares se tornam mais visíveis, podendo inclusive dizer-se, como faz Morgan (1987: 37-38), que a colocação posterior numa unidade pode fazer esquecer durante muito tempo que se está numa organização militar, sobretudo quando comparada essa experiência com a da recruta:

These military features diminished sharply on arrival at a permanent posting. Indeed, rather chillingly on reflection, it was quite possible to forget for long periods of time that this vast bureaucratic organisation was a military organisation, one which was ultimately concerned with life and especially, death.

Servindo para a aprendizagem das competências militares básicas, nomeadamente no que diz respeito ao manuseamento de armas e munições ou a questões mais formais como a marcha, o passo cadenciado e a ordem unida, a recruta serve também, e fundamentalmente, os propósitos de doutrinação militar. Sendo a primeira exposição a tal doutrinação, a recruta funciona como um rito de passagem em que o processo de socialização e ideologização militar está mais

activo, forçando a ruptura com o modelo civil de adaptação social, a substituição da glorificação individual pelos objectivos de grupo, a aceitação inquestionável dos princípios de autoridade e a conformidade com as acções e a conduta oficiais, enfim, a aceitação dos pressupostos da chamada disciplina militar (cf. Arkin & Dobrofsky, 1978).

No que se refere, tanto à génese do corpo de oficiais enquanto corpo de profissionais especializados, como à sua burocratização, tanto à organização hierárquica que liga o comando central, os oficiais e os subalternos, como ao sistema organizativo das múltiplas unidades que constituem a instituição (Dandeker, 1990: 222), a disciplina militar tornou-se uma técnica básica que permite a existência das Forças Armadas, não como uma multidão desgarrada, mas como uma união que da sua unidade deriva um acrescento das suas forças. Aumentando a destreza de cada indivíduo e interligando as várias destrezas, a disciplina acelera o movimento de acção, melhora o poder de fogo, alarga as frentes de ataque sem reduzir o seu vigor, aumenta a capacidade de resistência (Foucault, 1975: 245). Ora, o que é específico da instituição militar, então, nesta relação entre a instituição e o sistema disciplinar que a serve, é o facto de a disciplina ser um instrumento quer de constituição, quer de unidade, enquanto objectivos últimos para alcançar e desenvolver a eficiência.

Com este processo é conseguido não só um aumento de forças e destreza, mas também um incremento da uniformidade no modo de ler e construir socialmente a realidade, porque uma das características da instituição militar radica no seu interesse em projectar os seus próprios pontos de vista e a sua interpretação do mundo. Se, como afirmei, a disciplina aumenta a destreza de cada indivíduo, fá-lo por redução da sua capacidade de movimentação, de acção e de reflexão para além dos limites impostos pela instituição. O que resulta deste processo de

aumento-redução é um indivíduo fabricado, feito a partir de uma espécie de barro sem forma. Posicionado como sujeito militar (i. e., representante da ideologia militar), o indivíduo deixa de se encarar como civil; ele é agora um soldado, um indivíduo determinado por uma nova imagem de si próprio e da instituição de que faz parte. E esta nova imagem é o resultado de uma transformação, por meio da qual ele adquiriu novos valores, aprendeu novos modos comportamentais e novos quadros de referência social, pautados pela aceitação da hierarquia, da autoridade e dos deveres militares e pelo despojamento de interesses e motivações individuais em favor de interesses e motivações colectivos³. Tornar-se um sujeito militar é, então, tornar-se tanto o produto como o instrumento da instituição para a sua auto-reprodução, tanto o agente como o paciente da disciplina militar, e tanto o agente que exerce o poder como o paciente sobre o qual ele é exercido.

Seria muito ingénuo pensar, todavia, que tudo o que afirmei, nomeadamente o que se refere à *fabricação* de indivíduos, é específico da instituição militar. Todos nós somos sujeitos fabricados, determinados comportamentalmente por um código civil e por leis que aumentam efectivamente a nossa *eficácia* de cidadãos, optimizando a produção (leis do trabalho), a circulação (código de estrada), a reprodução (direito de família), a manutenção da propriedade privada, etc., mas ao mesmo tempo reduzindo a nossa liberdade de expressão e de movimentos. O mesmo é válido para a naturalização da hierarquia e da autoridade, tornada possível por toda a estrutura legal que nos define enquanto cidadãos que pagam impostos, por exemplo, que não casam com sobrinhos/as nem com tios/tias, ainda

³Esta subordinação a um poder disciplinar e hierárquico está consagrada, por exemplo, no n.º 1 do Art.º 2.º do *Regulamento de Disciplina Militar* português, cuja redacção é a seguinte: «Todo o militar deve compenetrar-se de que a disciplina, sendo condição de êxito da missão a cumprir, se consolida e avigora pela consciência dessa missão, pela observância das normas de justiça e do cumprimento exacto dos deveres, pelo respeito dos direitos de todos, pela competência e correcção de proceder, resultantes do civismo e patriotismo que leva à aceitação natural da hierarquia e da autoridade e ao sacrifício dos interesses individuais em favor do interesse colectivo».

que o façam com primos/as direitos/as. Daí a *estranheza* que nos causam outras culturas enformadas por estruturas legais diferentes.

O que torna diferente a instituição militar é que esta faculta um constrangimento dentro de outro constrangimento previamente assegurado. E enquanto a interacção social, ainda que esteja fortemente dependente de princípios de hierarquização das relações, não é determinada estatutariamente, a interacção no interior da instituição é regulamentada por códigos de conduta que, como já afirmei, definem muito da forma e do conteúdo das relações mantidas pelos sujeitos militares. Não é, portanto, apenas a prática que determina o teor das relações, é também o corpo de textos que a enforma. Daí que todo o sujeito aprenda a viver em sociedade em contexto natural, mas tenha de ser ensinado para se tornar militar, por intermédio do já referido processo de aumento-redução, o qual, como afirmei, tem a sua mais expressiva manifestação durante a recruta, com o indivíduo a ser privado de contactos diários fora da instituição como factor de uma reorientação eficiente.

O processo de aumento-redução é um processo prático de aprendizagem da eficiência militar, mas também um processo de submissão e adaptação aos regulamentos, enfim, de disciplinarização, em que a manutenção da ordem nas trincheiras e a manutenção da ordem do corpo são práticas associadas. Disciplina-se a mente disciplinando-se o corpo. Como resultado deste processo de disciplinarização durante a recruta, as definições e as expectativas militares tornam-se as definições e as expectativas do indivíduo:

(...) basic training, where initial definitions are learned, is highly successful in developing secondary or institutional socialization where the individual's values, behavior, and definitions are the objective roles and status defined by the institution. In effect, the military's definition [sic] and expectations become the individual's definitions and expectations. Masculinity, particularly as

defined by prescribed rules of conduct, is and/or becomes the major emphasis of basic training (Arkin & Dobrofsky, 1978: 157).

Todavia, a disciplina não deve ser identificada nem com a instituição nem com um mero aparato burocrático de organização de algo potencialmente caótico (sobretudo porque não existe no vácuo, mas dentro de uma sociedade que é, ela própria, burocratizada). A disciplina é um tipo de poder e, simultaneamente, uma modalidade para o seu exercício, compreendendo todo um conjunto de instrumentos, técnicas, procedimentos, níveis de aplicação, agentes, pacientes. A disciplina é uma *física* ou uma *anatomia* de poder, uma tecnologia (Foucault, 1975: 251). Uma tecnologia bastante complexa, poderemos ainda acrescentar, porquanto a disciplina não existe em si mesma senão enquanto conjunto abstracto de constrangimentos comportamentais, de possíveis e desejados modos de acção.

A disciplina sempre foi organizada em função de distintas estruturas espaciais e temporais, daí resultando a interiorização e naturalização do poder, tornando-o consideravelmente invisível, como afirma Dandeker (1990: 25): «Power as ‘visible coercion’ was supplanted by detailed disciplinary practices and the sustained observation and monitoring of conduct». Mas, curiosamente, sendo a menos visível expressão de poder da instituição, a disciplina militar parece ser, afinal, como veremos com a análise levada a cabo no Capítulo 3, uma espécie de *terra de ninguém* que os códigos de conduta têm dificuldade em definir, i. e., uma espécie de prática não-definível, sobre a qual, paradoxalmente, muito da instituição depende.

2.2. MOTIVAÇÕES PARA A ESCOLHA DOS *CORPORA*

«(...) researchers cannot help being socially located persons. We inevitably bring our biographies and our subjectivities to every stage of the research process, and this influences the questions we ask and the ways in which we try to find answers.»

Deborah Cameron *et al.* (1992: 5)

A razão primordial para a existência de Forças Armadas é a defesa nacional. Na maior parte dos casos, esta razão é inclusive consagrada na constituição do país, em regra por meio de fórmulas ideologicamente naturalizadas que estabelecem como missão das Forças Armadas a defesa da independência nacional, da unidade do estado e da integridade do território, como acontece no caso português⁴. As consequências desta identificação da defesa nacional com as Forças Armadas são óbvias. Por um lado, permite a legitimação da existência das Forças Armadas e da organização militar enquanto instituição fundamental, primeiro para a formação e, posteriormente, para o desenvolvimento do estado e da nação. Como afirma Kinsman (1993: 13): «the military plays a crucial role in defining the 'national interest,' 'national security,' and in the state building more generally». Por outro lado, a identificação da defesa nacional com as Forças Armadas acende a chama do nacionalismo, sobretudo nos indivíduos ao serviço da instituição, mas também na sociedade em geral. De cada vez que a bandeira do nacionalismo é desfraldada, a população civil não se sente à vontade para questionar as razões subjacentes a esse acto. Tal acontece normalmente durante um período de guerra específico ou quando ocorre um conflito que pode conduzir à luta armada. Foi assim em Portugal durante a chamada guerra colonial, nos anos 60 e 70, e no

⁴Vejam-se, a este respeito, os Art^{os} 273-276 da *Constituição da República Portuguesa*.

Reino Unido durante o conflito das Falklands/Malvinas, nos anos 80, apenas para referir dois casos diferentes ligados aos exemplos que ocasionam esta escrita⁵.

Mas pensar que tal se verifica unicamente durante períodos de conflito ou de guerra pode conduzir-nos a algumas conclusões erradas. A perpetuação da instituição militar regista-se mesmo em períodos de paz e a chama do nacionalismo acompanha-a sempre como factor integrante e justificador de importância no processo de auto-reprodução da instituição. Bengt Abrahamsson, no seu livro *Military Professionalization and Political Power* (1972: 81), refere, por exemplo, que os militares têm uma habilidade específica para garantir tal reprodução:

The obvious success of the military establishment to perpetuate its own existence even during periods of relaxed international tension is partly explainable by its ability to evoke fundamentalist sentiment, and by the reluctance of politicians to question military appropriations for fear of appearing unpatriotic and disloyal.

Embora Abrahamsson não vá tão longe, podemos ver na conjunção dos dois factores que assinala, sentimento fundamentalista e medo de parecer desleal e não patriótico, a base dos princípios militares de manipulação e controlo. Controlo sobre os indivíduos ao serviço da instituição, mas também controlo sobre os civis e o seu modo de olhar para a instituição. De maneira subtil e sem dar azo a possíveis questionamentos, a manipulação e o controlo visam normalmente garantir que a

⁵Parece-me evidente a existência de excepções a este comportamento, quanto mais não seja no caso dos movimentos de paz, dos cidadãos objectores de consciência, ou até de grupos de resistência e de oposição à guerra sem pertença a qualquer organização; mas esses são casos particulares desencadeados por cidadãos que constituem uma elite, do ponto de vista sócio-cultural e do acesso à informação. Nesse sentido, o caso português citado parece-me bastante exemplificativo. Relativamente aos movimentos de paz, veja-se a caracterização sócio-cultural que deles faz Martin Shaw (1991: 187), apesar desta se aplicar essencialmente aos movimentos dos anos 80, um período de paz no que diz respeito a grandes conflitos internacionais (conhecido, todavia, como a era da “Guerra das Estrelas”): «Such movements, as they existed in the first half of the 1980s, were the products of the special conjuncture of the Second Cold War, in which arms race actively threatened to lead to war between the superpowers, with devastating consequences for European peoples. Even though this threat potentially affected all members of society, only minorities drawn (research tells us) largely from the educated middle class were actively involved in nuclear disarmament movements.»

sociedade construa a imagem *correcta* da instituição para assim se assegurar e facilitar a sua perpetuação. Todavia, por vezes não basta jogar apenas com as ânsias e os receios da sociedade. Sempre que a instituição se confronta com o perigo de ver questionada a sua legitimidade, o processo de manipulação é reforçado e podem vir a ser usadas algumas técnicas coercivas.

Um caso claro e exemplar da estratégia subtil de manipulação da sociedade civil por parte dos militares é o da cobertura jornalística da controvérsia norte-americana de 1992/93 sobre a abolição da norma que proibia a incorporação de homossexuais nas Forças Armadas, motivada por uma promessa eleitoral do candidato presidencial Bill Clinton. Como veremos no Capítulo 5, por meio da análise de um conjunto de textos do *The New York Times*, que constituem o terceiro *corpus* em análise neste trabalho, o que inicialmente foi uma tentativa de cumprimento de uma promessa eleitoral, de acabar com uma prática considerada discriminatória, cedo se transformou num acontecimento político, com a imprensa a retratá-lo mais como o resultado de uma luta de interesses do que como um caso ligado a actos de discriminação ou de injustiça. Essa é, aliás, uma das conclusões a que chega Marian Meyers (1994) no seu artigo sobre a definição de homossexualidade na cobertura jornalística da controvérsia, no qual avança com dados extremamente pertinentes sobre o modo como os militares manipularam a imprensa e a construção social da realidade.

Ainda assim, como se verá, os objectivos de Meyers na sua análise são diferentes dos que comandam este trabalho, porquanto não está nos horizontes da minha investigação analisar os possíveis significados de *gay-ness* ou de *lesbian-ness*, como faz Meyers no seu artigo. Tendo a escolha destes dados, e não de outros, sido motivada pela vontade de, pelos menos num dos *corpora*, trabalhar com representações sociais da instituição ao nível dos *media*, o que estará em jogo

na minha análise da controvérsia, entre outros aspectos, será, por um lado, a luta e a estratégia da instituição militar para manipulatoriamente legitimar as suas opções de ordem e de organização e, por outro lado, a percepção ou não desse facto por parte dos diferentes grupos sociais.

A instituição militar não é objecto frequente de notícia, com excepção de casos pontuais, como a guerra das Falklands/Malvinas, a guerra do Golfo, ou o conflito na Bósnia, por exemplo. Só que em todos estes casos o que está em foco não é a instituição militar, mas a guerra e a aplicação da violência, associadas a interesses económicos e políticos. Por outro lado, para além da controvérsia em causa ter ocorrido logo após a definição do tema deste trabalho, proporcionando uma maior sensibilidade da minha parte relativamente ao acontecimento, não tenho memória de a instituição militar e a legitimidade das suas opções de organização terem estado, recentemente, tão amiúde nas primeiras páginas dos jornais, em Portugal, na Grã-Bretanha ou nos Estados Unidos da América.

A partir da observação de alguns dos textos que durante largos meses alimentaram a polémica nas páginas do *The New York Times*, procurarei, portanto, singularizar e analisar as imagens mentais da instituição militar, construídas socialmente e produzidas e projectadas no mundo pelas pessoas envolvidas na discussão: sobretudo responsáveis políticos democraticamente eleitos, chefes militares e representantes de grupos de defesa dos direitos dos homossexuais (e jornalistas em alguns textos de opinião e em editoriais).

As metáforas de guerra são muitas vezes usadas para caracterizar o diálogo entre Bill Clinton e os militares, assim dando a ideia geral de que se está perante um conflito sério que pode pôr em perigo a segurança nacional do país, com Clinton a ser culpabilizado por isso, já que é ele que está a *atacar* os militares. Meyers (1994: 329) refere mesmo que essa era a estratégia de representação usada

pelo partido republicano, por exemplo, e fá-lo nos seguintes termos:

A favourite Republican strategy was to claim Clinton was attacking the military and to then attack him for this. This made the Republicans appear to be defenders of a strong armed forces and Clinton seemingly willing to undermine the military for the sake of lesbian and gay votes.

Ligada à representação de Clinton como alguém que se submete a grupos com interesses especiais a quem fez promessas está também a negatividade colocada na representação da sua personalidade. Assim, não ter tido preparação militar, bem como o seu posicionamento crítico relativamente à intervenção no Vietname, foram aspectos abundantemente focados nas notícias durante a sua campanha para a Presidência, e apontados como características negativas do seu perfil político. Estes aspectos foram depois repetidos aquando da tentativa de levantamento da proibição, desta vez implicando-se que o Presidente não tinha a mínima ideia do que estava a fazer. Por exemplo, o *The New York Times* de 27 de Janeiro de 1993, no seu texto de primeira-página, “**Military Cites Wide Range of Reasons for its Gay Ban**”, atribui a “**senior military officers**” a afirmação de que os sentimentos atrás referidos são partilhados por certos oficiais das Forças Armadas, não sem implicar que é esta também a opinião dos Chefes dos Estados-Maiores, que vêem no Presidente uma forte e incompreensível vontade de impor uma mudança social às Forças Armadas que minará a instituição. E eles sentem-se ofendidos.

Desvalorizando a questão da discriminação e enfatizando a questão da mudança social drástica que iria enfraquecer a instituição e comprometer a segurança nacional, os militares estavam efectivamente a pôr em causa a autoridade de Clinton (que não tem cadastro militar, pois fora objector de consciência) para questionar a legitimidade dos princípios e valores da instituição militar. E assim estavam a lançar, por via da imprensa, um debate sobre a sua

própria legitimidade e a introduzir algum sentimento fundamentalista, por meio do uso de noções como as de nação, disciplina, moral das tropas, defesa e segurança, sabendo que a aceitação de que necessitam passa por uma relação de cariz especial entre a imagem que veiculam e a opinião que despertam:

(...) the legitimacy of armed forces as a social institution is initially maintained through an emotionally determined public loyalty in which public opinion and the military self-image are interdependent factors that generate a special kind of relationship. (Harries-Jenkins & van Doorn, 1976: 4).

A campanha dos chefes militares parece ter sido pensada para reactivar esta relação, de modo a que a vontade do público em reconhecer nas Forças Armadas uma verdadeira configuração de valores essenciais pudesse funcionar, por meio de um processo de legitimação, como motivo para a manutenção da ordem da instituição. Por meio deste processo, as Forças Armadas poderiam então ser aclamadas como uma instituição legitimada que expressa directamente valores sociais gerais (fundamentalmente os que são informados por um género sexual particular, facilmente identificado com a representação ideologicamente naturalizada da masculinidade heterossexual dominante), como factores essenciais para a manutenção da ordem e da estabilidade na sociedade. Consequentemente, isto implicava que as Forças Armadas poderiam ser valorizadas como um meio que justifica um fim, sendo do interesse próprio dos cidadãos assegurar a legitimidade das suas Forças Armadas (cf. Harries-Jenkins & van Doorn, 1976: 4).

A repetição cíclica de *movimentos* de legitimação, como o referido, independentemente dos factores que os provocam, garante a acumulação dos princípios de autoridade tão necessários à sobrevivência dos militares, mesmo em sociedades ideologicamente pouco militarizadas e em que a fundamentação da existência das Forças Armadas passa essencialmente por um apelo à história e à

tradição. O processo gere-se a si próprio, no sentido em que a legitimidade e a autoridade dos militares são a causa primeira para a adopção de modelos que apelam a práticas manipulatórias no exercício do poder e do controlo, mas são estas que, por sua vez, asseguram, por acumulação, os princípios de legitimidade e de autoridade. No seu paradoxismo, o processo é, aliás, semelhante ao que motiva a existência de Forças Armadas, as quais existem devido à possibilidade de deflagração de guerra ou de conflito, mas ao mesmo tempo, e enquanto existirem, fazem com que a paz permanente não possa ser garantida.

Este *dilema de segurança*, como é normalmente referido (cf. Edmonds, 1988: 3), e que se revela claramente no facto de a existência de Forças Armadas num país se instituir como a razão de ser da existência de Forças Armadas em um outro país, tem como consequência directa mais evidente o próprio benefício da instituição, facultado por determinações legais que (como no caso português, já referido) explicitamente lhe atribuem a função de defesa da sociedade, na eventualidade de um ataque externo, potenciando assim o exercício da forte influência política, económica e social dos seus membros e da instituição propriamente dita. Efectivamente, enquanto instituição do estado – que, não sendo dele independentes e, portanto, não neutras relativamente à ideologia particular que informa as provisões constitucionais que definem a autoridade e o poder político do estado a que estão subjugadas –, as Forças Armadas não deixam de ser também uma fonte de influência que muitas vezes condiciona o exercício do poder político. Martin Edmonds (1988: 6) refere isso mesmo, quando afirma:

As such [state institution], they are neither independent of the state itself, nor neutral in the sense that the constitutional provisions which define and delineate political power and authority within the state reflect, and are founded upon, a particular ideology. When the use of armed forces by governments is justified in terms of 'defending democracy', it is a particular view, or

interpretation, of democracy that they have in mind. In the West, this is a brand of liberal democracy which, *inter alia*, holds the armed forces of the state to be subservient to civilian political authority at all times, and explains why great anxiety is generated when armed forces are felt to be acting in secret and without accountability.

Consequência das transformações que geraram o estado-nação moderno, a fusão dos princípios de profissionalização e de burocratização como alicerces das Forças Armadas modernas, fundamentalmente no que se refere à instauração de uma ordem legal e administrativa, compreendendo um corpo de normas legais formalizadas que motivam e condicionam o sujeito militar, representou um passo consequente no processo de subordinação da instituição ao estado. Esta verdadeira revolução militar, ocorrida no final do século XVI e no princípio do século XVII, motivou uma transformação organizativa que fez com que tudo o que de moderno existe nas Forças Armadas modernas fosse já visível no princípio do séc. XVIII:

The state transformed military organization from a system comprising autonomous, largely self-equipped mercenary formations, employed by contracting captains, to one based on professional servants of the state, disciplined in a bureaucratic hierarchy and owing allegiance to the state alone. This process constituted a shift from a system based on petty and competing patrimonialisms to a unified rational-legal system order for the administration of military violence. By 1700 the outline of all that is modern about the modern armed forces was visible (...). (Dandeker, 1990: 57).

Como é que este sistema racional-legal, nas suas mais modernas manifestações – como são, por exemplo, os casos do *Regulamento de Disciplina Militar* português, das britânicas *The Queen's Regulations for the Army 1975*, ou ainda do *Uniform Code of Military Justice* norte-americano –, enforma presentemente a instituição militar é algo que não me parece ter recebido a devida atenção. A sua relevância é notória, por exemplo, se pensarmos que esse sistema racional-legal estimula e engloba práticas sociais que passam, por um lado, pela

doutrinação e administração da violência, e, por outro, pela doutrinação de valores e de uma mentalidade que nada têm a ver com a missão militar. Daí a importância reconhecida e atribuída, por este trabalho, aos regulamentos e códigos de conduta, instituindo o *Regulamento de Disciplina Militar* português como *corpus* de análise no Capítulo 3.

Embora muitas das exigências que subjazem às definições, expectativas e valores da instituição militar variem em função da existência ou não de momentos de crise, de mobilização para a guerra, e até do orçamento de estado, algumas há que se mantêm e que são mais o resultado da doutrinação e administração da disciplina militar, do que propriamente da doutrinação e administração da violência, já que esta tem o seu expoente máximo apenas em momentos de guerra. Como afirma Edmonds (1988: 3), o já referido dilema de segurança garante *ab initio* que aqueles que servem nas Forças Armadas tenham um emprego para a vida e um estatuto social particular na sociedade, sendo a segurança no emprego apenas posta em causa em situações de guerra. Mas Edmonds (*ibidem*) vai mais longe: «One advantage that a strategy of deterrence has given to the armed forces is job security with a diminished likelihood of actually having to fight in a war, and, frequently, a role that carries no greater physical danger than that facing civilians.»

O que torna os militares diferentes dos civis, na ausência das condições contextuais para as quais são treinados, normalmente a partir da consideração do *pior cenário possível*, é a sua subordinação a uma ordem organizativa fortemente estimulada por princípios de disciplina especificamente militares, muitos deles definidos estatutariamente. Não que os militares deixem de ser cidadãos sujeitos à lei civil, se contra ela agirem; pelo contrário, a particularidade está no facto de a instituição a que pertencem, enquanto corpo profissional fortemente dependente, para o seu funcionamento, de princípios de boa ordem e de obediência, os colocar

sob certas obrigações legais adicionais que compreendem os códigos disciplinares e de conduta necessários para a manutenção da ordem nas fileiras (vd. Stuart-Smith, 1969: 478).

Assegurando um constrangimento legal (militar) dentro de outro previamente assegurado (civil), os códigos disciplinares e de conduta militares organizam-se como um corpo de textos que enforma e informa a prática das relações sociais dentro da instituição e todo o processo de socialização militar, quer no que este tem de explícito quanto aos seus objectivos, quer também, e fundamentalmente, no que diz respeito a padrões de definições e atitudes nele apenas implícitas. É que, sendo de difícil definição, a disciplina militar, enquanto motor da acomodação do indivíduo à máquina militar, revela-se mais pelos seus requisitos e resultados práticos durante os processos de socialização com os quais é conceptualmente comunicante e com os quais se confunde, do que propriamente na expressão que adquire formalmente na redacção dos códigos de conduta, como teremos oportunidade de verificar, aquando da análise do *Regulamento de Disciplina Militar* (Capítulo 3).

Proporcionada pelas convenções e estruturas institucionais interiorizadas que motivam a produção e a interpretação textuais, a tensão entre a *letra* e o *espírito da letra* apresenta-se como factor capital em qualquer apreciação da natureza e funções da disciplina militar, e, portanto, é algo que não deve ser descurado na análise dos regulamentos. Da disciplina militar faz parte o agir em conformidade com um conjunto de regras de conduta estabelecidas estatutariamente, é certo, mas o *espírito da letra* é uma recontextualização da *letra*, de que fazem parte, como actores principais, sujeitos em situação de emposse: os oficiais. E, pela posição em que se encontram na dinâmica das relações de poder, os oficiais trazem consigo, para a arena da recontextualização, outras regras de conduta, estas mais motivadas

por crenças, atitudes, definições e valores implícitos na prática social do que pela *letra* da lei, sendo dado adquirido que o modo como a lei e as normas militares são impostas pelos superiores influencia, por sua vez, o modo como as praças se adaptam e conformam à vida militar⁶. Por outro lado, como refere Hockey (1986: 5), «(...) the maintenance of discipline gives superiors enormous potential power and authority over subordinates in a way unparalleled in normal civilian life». A integração na máquina militar não passa apenas pela sujeição às regras, ela é, sobretudo, o resultado da aceitação da disciplina militar, no sentido em que Arkin & Dobrofsky (1978: 158) a definem:

Military discipline refers to and thus encompasses the total individual's conformity to a prescribed role, including one's behavior, attitudes, beliefs, values, and definitions. Conformity to the prescribed rules of conduct is the focal point for change within the military processes of indoctrination.

Arkin & Dobrofsky apontam o treino básico, a recruta, como um período essencial no seio dos processos de socialização secundários ou adultos que são visíveis na instituição militar. Se bem que o seu estudo diga fundamentalmente respeito aos processos de socialização que influenciam e moldam as atitudes e definições da masculinidade implícitas na experiência militar, muitas das suas conclusões são válidas para o presente estudo, nomeadamente no que se refere ao conservadorismo característico da instituição.

⁶ A utilização que faço do conceito de *recontextualização* é, com as devidas diferenças, devedora das formulações de Basil Bernstein (1990) sobre a natureza e a estrutura do discurso pedagógico, com o qual os processos de interpretação e de implementação dos regulamentos e códigos de conduta, na prática institucional dos quartéis, partilha algumas semelhanças, quanto mais não seja por ser, como aquele, um princípio de apropriação de outros discursos, estruturando-os numa relação especial, com o objectivo de proceder à sua transmissão e aquisição selectivas. Cf.: «When a text is appropriated by recontextualizing agents (...) the text is no longer the same text: 1. The text has changed its position in relation to other texts, practices, and position. 2. The text itself has been modified by selection, simplification, condensation, and elaboration. 3. The text has been repositioned and refocused. (...). The recontextualizing field brings together discourses from fields which are usually strongly classified, but rarely brings together the agents. On the whole, although there are exceptions, those who produce the original discourse, the effectors of the discourse to be recontextualized, are not agents of its recontextualization.» (Bernstein, 1990: 192, 196).

Embora sujeita a profundas mudanças decorrentes das alterações sociais operadas no presente século, a instituição militar vive da tensão entre a tradição e a inovação, com um peso maior da primeira, sendo a mudança encarada como sinónimo de perturbação da ordem organizativa. Maria Carrilho (1985: 55), referindo C. Moskos e H. Jenkins, aponta como causas para a resistência à mudança a forte incidência de processos de rotinização e de homogeneidade de comportamentos na instituição: «clareza e rotinização de procedimentos contribuem para reduzir a incerteza e para criar um sentimento de confiança, na medida em que, em situação crítica, é certo que os soldados e oficiais de todos os sectores da organização responderão homogeneamente de acordo com o seu papel». Assim se explica a homogeneidade das posições dos militares norte-americanos na já referida controvérsia de 1992/93 sobre a integração de homossexuais na instituição, focando a homossexualidade como factor perturbador da boa ordem institucional que não se coaduna com os padrões da disciplina militar.

Tal posicionamento por parte dos militares norte-americanos mina de alguma forma a imagem de mudança que a instituição entretanto imprimiu aos padrões de masculinidade pelos quais se rege. É que, com a profissionalização de grande parte das Forças Armadas modernas e a sua dependência do voluntariado, total em alguns casos (Reino Unido e Estados Unidos, por exemplo), parcial em outros (Portugal), a ênfase colocada na experiência militar como factor de crescimento da maturidade dos jovens, que saem de casa para a tropa e voltam homens, sofreu efectivamente transformações. Daí que frases de campanhas de recrutamento como as americanas “Join the army, Be a man”, “The army will make a man out of you” ou “We only take a few good men”⁷ sejam frases produto de um tempo histórico

⁷Exemplos citados por Arkin & Dobrofsky (1978: 154).

preciso e pertençam, portanto, à arqueologia do passado, no sentido em que, entretanto, outras formulações discursivas passaram a ser empregues.

De acordo com Morgan (1987: 35-36), a ideia de transformação de rapazes em homens, veiculada pela instituição militar, envolvia duas dimensões distintas: por um lado, a da idade, pressupondo um movimento de crescimento da adolescência para a idade adulta; por outro, a do género, pressupondo a aquisição ou reforço de características associadas ao sexo masculino. Embora a dimensão do género estivesse de alguma forma diluída na da idade e fosse por aquela comandada, elas eram inseparáveis uma da outra e estavam relacionadas de modo complexo com uma terceira dimensão, não equacionada por Morgan: a da especialização profissional. É que a ideia da transformação de rapazes em homens sempre passou também pela aquisição ou aprendizagem de uma profissão, condição necessária para se chegar ao estado adulto. O que mudou de então para cá foram as ênfases colocadas pela instituição militar nas dimensões de idade e de profissão, com a terceira, a do género, sempre submersa nas outras duas.

Daí que se possa afirmar que as Forças Armadas mantêm hoje em dia o pressuposto ideológico de que transformam rapazes em homens; só que veiculam essa transformação como sendo fundamentalmente garantida pela aprendizagem de uma profissão, pela especialização profissional (as quais são a outra face da já referida segurança no emprego) e pelo alcance de uma maior consciência social. No recrutamento, o apelo à incorporação passa agora por enunciados como **“Men and women will find a rewarding career in the Army”**⁸ ou **“More and more employers are recognizing the benefit of recruiting Service leavers – who come with an inbuilt range of readily transferable skills, in communication,**

⁸Exemplos retirados do folheto de divulgação *Army: Protecting Britain's Future*, produzido pelo exército britânico e presentemente em distribuição nos centros de recrutamento (vd. Anexo 2-A, no final deste capítulo).

organisation, team leadership and project management to name but a few”.

Todavia, será um erro pensar que esta é, de facto, uma mudança de fundo na definição de masculinidade implícita na experiência militar, como muito bem apontam Arkin & Dobrofsky (1978: 154-155):

(...) today we find becoming a man being defined in terms of learning an occupation or a skill, but basically the recruitment message of turning a boy into a man has only added the traditional work ethic dimension of masculinity, which equates masculinity with productivity, occupation, and breadwinning. This shift does not change one of the primary objectives of the military, that of turning boys into (fighting) men, but rather it attempts to widen the military appeal.

Trabalhando fundamentalmente com o exemplo norte-americano, Arkin & Dobrofsky atribuem esta mudança às consequências da negatividade causada pelo envolvimento norte-americano na guerra do Vietname e concluem que a mesma corresponde a um modelo próprio de tempo de paz, em que a imagem masculina do guerreiro surge descontextualizada e excessiva aos olhos da sociedade. Esta explicação é, no entanto, parcial, já que a mudança não se apresenta como específica da instituição militar norte-americana, antes extravasa tal contexto, e surge em consonância com transformações mais gerais, não necessariamente militares, mas próprias da nova ordem social, que ditaram, por exemplo, no caso da instituição militar, a sua profissionalização em regime de total voluntariado, assim como o recrutamento de mulheres para o exercício de funções que até aí lhes eram vedadas. Enquanto forças totalmente formadas por voluntários, ou para lá caminhando, as Forças Armadas modernas não poderiam mais continuar a insistir na tónica da transformação de rapazes em homens, correndo o risco de entrar em conflito com a sociedade em que estão inseridas, agora maioritariamente composta por homens que nunca serviram na instituição. Por outro lado, a manutenção do

estereótipo da instituição como fortemente masculinizada, de e para homens que o são mais do que todos os outros, seria, de acordo com a lógica dos argumentos de Arkin & Dobrofsky (1978), própria de períodos de guerra e tal não é necessariamente o caso⁹.

Apesar de as Forças Armadas integrarem actualmente tanto homens como mulheres, o modelo organizativo da instituição é ainda fortemente masculinizado. E mesmo que, por exemplo, as britânicas *The Queen's Regulations for the Army 1975* incluam no ponto 6 do seu Prefácio, fruto de uma emenda posterior, a indicação de que, no texto, o género masculino contempla também o feminino – **“Unless the contrary intention appears, words importing the masculine gender include the feminine”** –, na prática a masculinidade da instituição continua intocável, pelo menos enquanto não forem garantidas às mulheres as mesmas condições de trabalho que são garantidas aos homens, nomeadamente a possibilidade de assumirem papéis de combate¹⁰. Assim se explica que, por

⁹Veja-se, a este respeito, a caracterização que Martin Shaw (1991: 143-145) faz do apelo à incorporação no exército britânico nas campanhas de publicidade, em especial no seguinte excerto (pp. 144-145): «Advertising for the regular forces (...) has often combined a technical and managerial appeal – the skills open to the individual recruit – with a vaguely idealistic appeal such as the advert for army officers which is boldly headed ‘PEACEMONGERS’ and explains how ‘big sticks’ like a 62-ton battle tank with a computer-targeted gun, despatching rounds at four times the speed of sound, enables the Army ‘to do some very useful soft talking all around the world’, as part of United Nations peacekeeping forces, for example, as well as through NATO. In 1990, however, due to recruitment problems, the Army launched its first television advertising campaign, emphasizing that a soldier’s uniform is highly acceptable to a young man’s peers – especially to members of the opposite sex». Para além das fortes conotações sexuais presentes no primeiro exemplo, que promovem um discurso claramente masculino-militar, nota-se nele uma forte tensão entre vários tipos de discurso, como o do militarismo e o da paz e da segurança, por exemplo. O mesmo discurso masculino-militar está presente no segundo exemplo, que constrói as mulheres como fúteis, como objectos sexuais e de fácil sedução, e os soldados como mais atraentes para as mulheres, do que todos os outros homens, devido ao seu uniforme. Claramente dirigidos para um público masculino, todos os anúncios referidos por Shaw, com excepção de um, excluem directa ou indirectamente, as mulheres das Forças Armadas, remetendo-as para um papel secundário.

¹⁰Como já deixei perceber em 2.1., a atribuição de papéis de combate às mulheres não é uma questão pacífica no seio da instituição militar, se bem que por força de circunstâncias sociais particulares muita coisa esteja a mudar. No momento em que escrevo, por exemplo, o exército português deixa de vedar certas especialidades às mulheres, como noticiado no jornal *Público*, de 6 de Agosto de 1996: “Exército Abre às Mulheres Especialidades de Combate”. Não se pense, todavia, que esta mudança implica a presença de mulheres na frente de batalha, em caso de guerra, porquanto permitir a presença de mulheres em certas especialidades de combate não significa necessariamente que as mulheres irão assumir papéis de combate. Como se depreende do texto da notícia, nem todas as tarefas destas especialidades, nomeadamente as que

exemplo, ainda se façam capas como a da revista *Soldier*, revista oficial do exército britânico, que, no seu número de 22 de Janeiro de 1996, apresenta o rosto de um soldado camuflado, sob a frase apelativa “**Are you Man Enough for the SAS TA?**”¹¹

Direccionadas para os membros da instituição, mas não só, revistas como a citada desempenham um importante papel nos processos de socialização militar, ajudando à naturalização da ideologia. Uma ideologia de masculinidade enquanto dureza e violência, de disciplina, de boa ordem, de hierarquia de relações, de posições de sujeito precisadas pelo posto e não pela pessoa em si. Contrariamente aos regulamentos e códigos de conduta, que, de uma forma explícita, constroem os sujeitos militares na construção do significado, por atribuição de posições de sujeito definíveis em função de uma escala hierárquica, assim acabando também por definir o teor das relações que existem entre os seus membros, as revistas militares fazem-no de uma forma implícita e sob a capa de o que poderíamos designar por textos de actualidades e de informação.

Em todos os números de *Soldier* é repetida a seguinte frase: “**Views expressed in this magazine are not necessarily those of the Army or the Ministry of Defence**”. Embora o uso do advérbio “**necessarily**” introduza na frase

agora são abertas às mulheres, envolvem participação directa na aplicação da violência característica das situações de combate.

No caso desta mudança, as circunstâncias sociais particulares a que acima me refiro, passam, por exemplo, pelo facto de, de acordo com o despacho do chefe do Estado-Maior do Exército, publicado a 2 de Agosto e citado no corpo da notícia, se ter «revelado de uma forma persistente o interesse de militares do sexo feminino em ingressar no Exército», sendo que esse interesse «supera o número de vagas» nas especialidades em que até aí era possível ingressar. Por outro lado, as mudanças sociais operadas em Portugal nos últimos trinta e cinco anos (vd. Barreto, ed., 1996) proporcionaram um maior protagonismo das mulheres portuguesas na vida activa e social, forçando a sociedade a abrir-lhes portas que até muito recentemente se encontravam fechadas. A nada disto é alheio o facto de, actualmente, as mulheres representarem 51,8 % da população portuguesa, a sua participação no mercado de trabalho ter passado, «em menos de três décadas, de 15 % para 45 %» (Mónica, 1996: 230), ou ainda, se bem que menos directamente, o facto de Portugal ser «um dos países do mundo de menor fecundidade – 1,6 filhos por mulher» (Pinto, 1994: 304).

¹¹A sigla SAS significa *Special Air Service* e designa dois regimentos de forças especiais do Territorial Army (o TA do resto da sigla) das Forças Armadas britânicas. São potenciais candidatos a estas forças especiais ex-soldados e soldados de outras unidades do Territorial Army.

um grau de modalização, possibilitando assim a existência na revista de textos que não veiculam os pontos de vista do Exército ou do Ministério da Defesa britânicos, a sua inserção numa frase de polaridade negativa atribui um significado singular a tal possibilidade. De facto, o que a frase deixa ler é que os pontos de vista são os do Exército e do Ministério da Defesa. Há efectivamente excepções, mas não passam disso mesmo, de excepções que confirmam a regra. Para além disso, e mesmo aceitando que os textos não reproduzem explicitamente a política institucional do Exército e do Ministério, o facto de serem produzidos, distribuídos e consumidos¹² por sujeitos ligados à instituição militar faz com que neles se detecte a partilha de ordens de discurso e de práticas sociais e discursivas com a instituição, no sentido em que nelas se baseiam para a produção do significado.

Independentemente do grau de legitimação que o Exército ou o Ministério da Defesa possam atribuir aos textos de *Soldier*, é um dado adquirido que, quando produzem, distribuem e consomem os textos, tanto os autores como os leitores da revista estão efectivamente a produzir modelos da realidade cujos sentido e ordem são explicáveis e justificáveis com base em procedimentos de senso-comum que são específicos da instituição militar e, portanto, ideologicamente comprometidos. Ao produzirem tais modelos da realidade quer as práticas dos autores quer as dos leitores são determinadas e enformadas pelas estruturas institucionais, pelas relações de poder, pela divisão do trabalho e pela estrutura formal de autoridade próprias da instituição, assim como pela natureza da prática discursiva em que estão envolvidos, sendo portanto válido e legítimo analisar o modo como os objectivos dos textos se não esgotam totalmente na produção de significado e se

¹² Como já vimos em 1.3., os processos de produção, distribuição e consumo de textos são processos sociais que remetem para os cenários económico, político e institucional particulares em que o discurso é gerado e como tal são processos fulcrais e a ter em consideração na análise de qualquer prática discursiva, no sentido em que ajudam à sua instauração e às suas manutenção e reprodução. Sobre estes processos *vd.* Fairclough, 1989 e 1992.

mostram, independentemente do grau de explicitação, ideologicamente investidos, assim servindo os interesses da instituição. Por isso mesmo, o segundo *corpus* em análise neste trabalho, no Capítulo 4, é formado por um conjunto de textos da revista *Soldier*.

A orientação para o significado do sujeito militar faz-se em conformidade com um corpo formal e detalhado de regras e regulamentos, uma estrutura hierárquica de autoridade e uma divisão especializada do trabalho, características burocráticas do funcionamento da instituição, cuja operacionalidade se justifica pela procura e manutenção de uma predisponência de comportamento. Embora a homogeneidade resultante seja basicamente extra-linguística, ela não deixa de ter contornos linguísticos, manifestados em significados sociais expressos e reforçados linguisticamente em práticas discursivas que recriam e reproduzem ideias, crenças e valores que servem os interesses da instituição. Mas ao mesmo tempo, tais práticas discursivas encontram-se constantemente em situação de risco por acção de contingências extra-linguísticas que obrigam à sua modificação e mudança.

Toda a homogeneidade é relativa, no sentido em que se apresenta como um *locus* de disputa, de tensão entre forças opostas. Daí que a orientação para o significado do sujeito militar não resulte apenas de constrangimentos organizacionais de teor formal e oficial e seja também motivada por modelos de comportamento não formais e não oficiais que entram em conflito com os requisitos formais da organização. Ou seja, resulta de um processo dinâmico que envolve negociação constante, enfim, de uma ordem negociada e reconstituída que busca a sua própria reprodução mas também a sua mudança:

(...) there is a direct and reciprocal relationship between the formal and the informal aspects of organisations, each in turn influencing the other. (...) I use the concept of negotiated order to analyse and describe the routine

relationships evident between privates and their superiors. (...) the area(s) of negotiation, the bargains that are made, broken and reformulated, have limits which are set by the power held by superiors. Such bargains are not bargains between equals (...). (Hockey, 1986: 9).

Nesta ordem negociada, fundamentalmente no que diz respeito às suas repercussões em ordens e práticas discursivas, têm papel preponderante, como já tive oportunidade de referir, os regulamentos e códigos de conduta, as revistas, assim como os reflexos da opinião pública na instituição e vice-versa, enquanto modos de colonização da prática social e institucional. Por isso mesmo, neste trabalho, eles abrir-se-ão à análise crítica, organizando-se em três *corpora* representativos de diferentes processos de significação do(s) sentido(s) da instituição militar e cujos critérios de selecção passo a descrever.

2.3. DESCRIÇÃO DOS CRITÉRIOS DE SELECÇÃO

«One can only make a sensible decision about the content and structure of a corpus in the light of adequate information on the ‘archive’. (...). This is partly a practical matter of knowing what is available, and how to get access to it (...).»

Norman Fairclough (1992: 226-227)

Como se depreende do que até agora foi enunciado, a análise que pretendo desenvolver neste trabalho passa pela apreciação de três tipos diferentes de *corpora*, o que de algum modo equivale a dizer que serão realizadas três análises. Três, não na acepção, possível, de submeter os mesmos dados a outras tantas metodologias, para que a análise dos dados resulte mais rica, mas no sentido em que uma mesma metodologia e um mesmo modelo teórico são aplicados a três diferentes tipos de *corpora* e motivados, no seu uso, em cada um deles, por interesses de investigação distintos. Quer isto dizer que a utilização de mais do que um *corpus* se prende com a necessidade de não restringir a análise a dados que seriam sempre parciais, se derivassem apenas de uma das dimensões por que passa a expressão ideológica da instituição militar. Por outro lado, pretendendo este estudo ser abrangente, porquanto, como já foi referido na primeira parte deste capítulo, não diz respeito a apenas uma instituição militar em particular, mas ao que é comum a todas ou à maioria das instituições militares modernas, a utilização dos três *corpora*, analisando em cada um deles aspectos distintos dos mecanismos afectos à expressão da ideologia militar – mesmo que respeitantes a diferentes instituições –, contribui de modo significativo para essa pretensão.

Assim sendo, cada *corpus* é formado por um conjunto de discursos que procuram ser representativos de uma prática discursiva específica, centrando-se,

pois, a análise nos processos de produção, distribuição e consumo dos textos que constituem tais discursos. Concordante com Fairclough (1992: 72), reclamo a aceitação do pressuposto interpretativista de que deveremos tentar perceber como é que os membros de comunidades sociais concebem os seus mundos *perfeitos* ou *ordenados*, a partir das práticas sociais que activamente produzem e reproduzem e a que dão significado, tendo por base procedimentos partilhados e de senso-comum. Mas como já afirmei anteriormente, e mais uma vez com Fairclough (*ibidem*), deveremos ter em conta que, assim criando esses mundos, as práticas sociais são informadas, sem que os agentes disso se apercebam, por estruturas sociais, por relações de poder e pela própria natureza da prática social, cujo propósito ultrapassa sempre o acto de produzir sentido.

A utilização de diferentes *corpora* concorre, portanto, para uma tentativa de análise mais geral, que visa dar conta do modo como esta instituição particular, esta comunidade social, no sentido em que Fairclough usa o termo, produz as suas práticas sociais, a partir de práticas discursivas que lhe são específicas e vice-versa. Não quero com isto dizer que as várias práticas discursivas da instituição militar vão ser objecto deste estudo. Longe disso. Mas o contrário, isto é, a análise de apenas uma prática discursiva não me parece ser, de todo, a solução, em particular se o que está em jogo é a ponderação do modo como os sujeitos militares processam a sua orientação para o significado e como constroem a realidade, enquanto membros da comunidade social de que fazem parte. Não se trata, portanto, de analisar processos de mudança discursiva, a partir da consideração de diferentes períodos de tempo nos dados por que é composto cada *corpus*, como fazem certos autores e, sobretudo, como pode parecer que decorre da minha utilização, como afirmei, dos pressupostos teóricos propostos por Norman Fairclough. Para tal análise não seria necessário trabalhar com três tipos diferentes

de *corpora*; um só bastaria, embora nesse caso as escolhas devessem, evidentemente, ser outras.

É pois natural o facto de os diferentes *corpora* que me proponho analisar não terem, à partida, qualquer relação entre si, exceptuando a que motivou a sua incorporação num trabalho deste tipo: todos eles estão relacionados, de uma forma ou de outra, com a instituição militar. Tirando esse aspecto, não existe entre eles qualquer outra relação explícita que não as que a análise irá revelar, as quais, como é óbvio, não têm um carácter transparente imediato.

Explicitadas que estão, portanto, as razões que conduziram à opção de trabalhar com três diferentes *corpora* e não com apenas um deles, assim como as motivações para a sua escolha, passo de seguida a descrever os critérios de selecção dos textos no conjunto de cada *corpus*. Antes, porém, convém frisar que as designações genéricas que a partir de agora faço corresponder a cada *corpus*, “Códigos e Regulamentos”, no primeiro caso, “Revistas Militares”, no segundo, e “Construções Sociais da Instituição”, no terceiro, são apenas isso, designações genéricas e, como tal, não devem ser lidas, cada uma delas, como denotando pluralidade de objectos de análise. De facto, os três *corpora* em causa incluem cada um deles apenas dados referentes a uma escolha entre várias possíveis. Assim, por exemplo, o *corpus* designado por “Revistas Militares” inclui apenas dados de uma revista, a já referida *Soldier*, apesar da pluralidade denotada na designação genérica. O mesmo é válido para os outros dois *corpora*. As conclusões gerais das análises serão, portanto, apenas referentes aos objectos em causa, muito embora entenda que, sendo conclusões de análises de práticas discursivas particulares, as mesmas serão válidas para outros possíveis exemplos dessas mesmas práticas discursivas.

2.3.1. Códigos e regulamentos

Neste *corpus* três opções se delinearam, decidido que fora trabalhar com regulamentos disciplinares ou códigos de conduta. Uma vez que a análise visava trabalhar com dados referentes a três instituições militares diferentes, a portuguesa, a britânica e a norte-americana, a única escolha a efectuar seria entre os regulamentos de cada uma destas instituições. Todavia, e atendendo a que em cada *corpus* se pretendia incluir dados de apenas uma instituição, a escolha do regulamento deveria ser condicionada pelas escolhas efectuadas, ou a efectuar, relativamente aos restantes dois *corpora*. Assim, a hipótese de escolha do *Uniform Code of Military Justice* norte-americano foi excluída à partida, pois, por razões meramente conjunturais, a instituição militar norte-americana já havia sido objecto de escolha para o terceiro *corpus*, o das construções sociais da instituição. Restavam, portanto, os regulamentos português e britânico. A escolha recaiu no caso português devido a duas razões fundamentais. Por um lado, o regulamento britânico, ao contrário do seu congénere português, não existe sob a forma de um só regulamento, mas de três, um para cada um dos ramos das Forças Armadas. Trabalhar com *The Queen's Regulations for the Army*, por exemplo, seria assim, por si só, já o resultado de uma opção entre três possíveis, mesmo sabendo-se que *The Queen's Regulations for the Army* são, efectivamente, o modelo seguido por *The Queen's Regulations for the Navy* e por *The Queen's Regulations for the Air Force*.

Por outro lado, a escolha de um dos três regulamentos britânicos em detrimento do único português levantava alguns problemas às escolhas para o segundo *corpus*, referente às revistas militares, que deveria ser, portanto, um *corpus* relacionado com a instituição portuguesa. Ora, em Portugal, ao contrário do que acontece na Grã-Bretanha, as revistas militares de grande divulgação são

praticamente inexistentes e as que existem – *Mais Alto, Boina Verde, Revista da Armada*, por exemplo – dificilmente podem ser chamadas de grande divulgação, atendendo à estrutura fortemente hierarquizada no controlo das revistas e à elite que, na prática, compõe o seu público alvo. A solução mais pertinente seria, por consequência, reservar a instituição britânica para objecto do segundo *corpus* e trabalhar neste primeiro com dados da instituição portuguesa.

Assim, este primeiro *corpus* é composto pelo *Regulamento de Disciplina Militar* português, em vigor desde 10 de Abril de 1977. Aprovado pelo Decreto-Lei nº 142/77, de 9 de Abril, o *Regulamento de Disciplina Militar* veio substituir um regulamento cujas linhas fundamentais remontavam ao de 2 de Maio 1913 e que, como refere o Decreto-Lei, «carecia de adaptação aos princípios informadores da nova sociedade portuguesa, traduzidos na Constituição da República».

O *Regulamento de Disciplina Militar* actual é formado por cento e setenta e dois (172) artigos apresentados ao longo de quatro Títulos, cada um destes com um diferente número de Capítulos. Todos os Capítulos se organizam apenas em artigos, com excepção do Capítulo III do Título III, que também engloba Secções e Subsecções. Fazem ainda parte do *Regulamento de Disciplina Militar*, mas não deste *corpus*, um quadro anexo, referido no Art.º 37º, sobre os limites de competência, para punir, das autoridades militares, três quadros anexos, referidos no Art.º 40º, sobre a competência disciplinar das entidades não especificadas nos artigos do *Regulamento de Disciplina Militar*, e um anexo contendo um modelo de mapa demonstrativo da classificação de comportamento dos cabos e outras praças, referido no Art.º 58º.

O *corpus* é, portanto, formado apenas pela totalidade dos artigos, Subsecções, Secções, Capítulos e Títulos do *Regulamento de Disciplina Militar*, num total de 16.533 palavras. De modo a que o/a leitor(a) fique com uma ideia mais precisa do

teor do *Regulamento de Disciplina Militar*, apresento de seguida a sua estrutura em Títulos e Capítulos, com os respectivos títulos:

TÍTULO I – Da disciplina militar

CAPÍTULO I – Disposições gerais

CAPÍTULO II – Deveres militares

TÍTULO II – Da competência disciplinar

CAPÍTULO I – Princípios gerais

CAPÍTULO II – Recompensas

CAPÍTULO III – Penas disciplinares

CAPÍTULO IV – Efeitos das penas

CAPÍTULO V – Classificação de comportamento

TÍTULO III – Do procedimento em matéria disciplinar

CAPÍTULO I – Regras que devem ser seguidas na apreciação das infracções e na aplicação das penas disciplinares

CAPÍTULO II – Queixa

CAPÍTULO III – Do processo

CAPÍTULO IV – Conselhos superiores de disciplina

CAPÍTULO V – Recurso de revisão

CAPÍTULO VI – Prescrição, publicação, averbamento e anulação de recompensas e penas

TÍTULO IV – Disposições diversas, disposições transitórias e finais

CAPÍTULO I – Passageiros do Estado em transportes militares

CAPÍTULO II – Outras disposições

CAPÍTULO III – Disposições transitórias e finais

2.3.2. Revistas militares

O *corpus* enquadrável no que genericamente designo por “Revistas militares” inclui uma selecção de textos da revista britânica *Soldier*. Subintitulada “**Magazine of the British Army**”, nos números saídos em 1995, e “**Fortnightly Magazine of the British Army**”, nos números saídos em 1996, a revista é publicada quinzenalmente pelo Ministério da Defesa do Reino Unido e faz parte do leque de publicações do Her Majesty’s Stationary Office (HMSO): “**Soldier is published by the Ministry of Defence and printed in the UK for HMSO. Crown copyright 1995. Views expressed in this magazine are not necessarily those of the Army**

or the Ministry of Defence”.

A metodologia seguida na selecção dos textos foi relativamente simples, porquanto foi comandada fundamentalmente por aspectos circunstanciais e por uma escolha aleatória dos textos, após estabelecimento prévio de algumas condições. Os aspectos circunstanciais referem-se às datas dos textos, que cobrem o período de um ano, com início no Vol. 51(2), de 23 de Janeiro de 1995, e fim no Vol. 52 (1), de 8 de Janeiro de 1996, o mesmo período em que estive no Reino Unido a fazer investigação e recolha de dados.

Quanto ao tipo de textos, as únicas restrições impostas aos critérios de escolha foram as seguintes: primeiro, os textos deveriam ser informativos, por forma a que não só o modo como a informação neles apresentada pudesse ser analisado, mas também a pertinência dos temas escolhidos para aqueles textos específicos; segundo, os textos deveriam ser uniformes, i. e., teriam que ser todos do mesmo tipo, de modo a evitar diferenças acentuadas no seu tamanho e nas opções de organização textual.

Garantidas estas duas condições de restrição na selecção dos textos, era óbvio que delas decorreria, como característica natural do *corpus*, uma pluralidade de temas nos textos assim seleccionados, o que, se por um lado dificultaria a análise, por outro, permitiria o estabelecimento de conclusões mais gerais sobre a função da revista no seio da instituição, objectivo primordial que comandava a investigação.

Consideradas que foram as restrições, tratava-se então de dar um passo em frente e escolher o tipo de textos. Assim, foram escolhidos os artigos de abertura de cada um dos números que compreendiam o já referido ano de publicação e que apareciam na primeira página da revista, a página três.

Embora a revista apareça vinte e cinco vezes no ano, o *corpus* para análise

apenas compreende vinte e três (23) textos, num total de 9.256 palavras, razão que se prende com o facto de dois dos vinte e cinco números de *Soldier* com que trabalhei, os de 20 de Março e de 4 de Setembro de 1995, não apresentarem o mesmo tipo de artigo de abertura. No primeiro desses casos, trata-se do número em que a revista comemora o seu quinquagésimo aniversário, fazendo ocupar o espaço tradicionalmente destinado ao artigo por um anúncio a um automóvel. No segundo caso, esse espaço foi ocupado com uma fotografia e respectiva legenda sobre as comemorações do dia da vitória sobre o Japão na Segunda Guerra Mundial (VJ Day).

Como regra geral, os textos do *corpus* não se limitam à página três, o que, ainda assim, acontece com sete deles. Os restantes dezasseis têm continuação numa outra página, a cinco, se bem que em dois casos particulares essa continuação textual se dê numa outra página: a onze, num caso, a doze, no outro. Nos casos em que os textos têm continuação numa outra página, esse fragmento é normalmente acompanhado por outro ou o mesmo título, por forma a que a ligação entre os dois fragmentos seja correcta e eficazmente efectuada pelo leitor.

Não foram tidos como pertinentes para análise os casos em que a mudança de página reflecte também uma mudança de texto, i. e., casos em que os artigos do *corpus* remetem para outros com eles relacionados. Uma vez que o segundo texto não corresponde a uma continuação do primeiro, do ponto de vista da organização textual, a sua integração no *corpus* não foi encarada como pertinente, por não se tratar, efectivamente, de um artigo de abertura da revista. Para além disso, alguns textos surgem na revista acompanhados do que poderemos designar por outros textos, como fotografias e respectivas legendas, por exemplo. Esses textos não fazem também parte do *corpus*, embora em casos pontuais sejam referidos na análise.

O teor dos vinte e três textos é variável, mas, de um modo geral, e apenas como forma de caracterização genérica, sem qualquer utilidade prática para a análise, é possível dizer que os assuntos dos mesmos se enquadram dentro de sete temas fundamentais, que apresento no Quadro 2.1, com totais para cada tema.

TEXTOS	TEMA	TEOR
10	Organização estrutural	Reestruturação de unidades, pagamentos, fardamentos, armamento, indemnizações, etc.. Assuntos internos da instituição.
6	Missões ONU	O papel das Forças Armadas britânicas em diferentes missões da ONU, com destaque para as de Angola e da Bósnia.
2	Coragem	A coragem de soldados que agiram prontamente em situações de perigo.
2	Vigilância	Controlo de uso de drogas e prevenção de roubos nas unidades.
1	Conflito	Relações com a Irlanda do Norte.
1	Dia VE	Comemorações do dia da Victória na Europa da 2ª Guerra Mundial.
1	Ligação à Comunidade	Ajuda da instituição às povoações maltratadas pelas cheias.

Quadro 2.1. – Temas dos textos da revista *Soldier*

2.3.3. Construções sociais da instituição

Se a descrição dos *corpora* anteriores foi relativamente simples, porque simples foram também os critérios usados na sua selecção, este terceiro *corpus*, designado pelo título em epígrafe, requer um maior esforço descritivo e uma explicação prévia que torne transparentes as opções de selecção.

O *corpus* é formado por um conjunto de textos publicados no *The New York Times* em Janeiro de 1993, todos eles tendo como objecto a controvérsia sobre o levantamento da proibição de homossexuais nas Forças Armadas norte-americanas. Todo o processo a que os textos se referem teve início com uma promessa eleitoral do candidato Bill Clinton, aquando da sua campanha para a presidência dos EUA, de não levantar impedimentos à incorporação de homossexuais nas Forças

Armadas. Bill Clinton prometia, assim, revogar a Directiva 1332.14, uma lei da Administração Reagan, datada de 1982, que permitia questionar, directamente, quanto às suas orientações sexuais, os candidatos a militares. Todos os que se identificassem como homossexuais ou que admitissem ter assumido *conduta homossexual* no passado viam recusado o seu pedido de assentar praça. Da mesma forma, todos os sujeitos militares suspeitos de *conduta homossexual*, ou os que declaradamente se assumissem como homossexuais, eram expulsos das Forças Armadas.

Com o intuito de, por um lado, pôr fim a uma prática que achava discriminatória e, por outro, garantir os votos de uma comunidade com uma expressão eleitoral relativamente grande, Clinton declarou repetidas vezes, durante a campanha eleitoral, que, se fosse eleito, revogaria a lei de 1982. O processo começou, portanto, ainda antes de Bill Clinton ter sido eleito, teve honras de sucessivas primeiras-páginas após a sua eleição e atingiu o auge depois de 20 de Janeiro, data de tomada de posse do novo Presidente, com os chefes militares a liderar uma campanha contra a abolição da emenda. A polémica esmoreceu de algum modo a 29 de Janeiro de 1993, quando foi alcançado um compromisso que estabelecia uma moratória de seis meses sobre a continuação do uso da norma. A questão foi estudada por uma comissão e, finalmente, a 15 de Julho, após a moratória de seis meses, foi estabelecida uma nova Directiva, actualmente em prática, que obriga os militares a parar de questionar os recrutas quanto à sua orientação sexual. Imediatamente designada *don't ask, don't tell, don't pursue*, a nova política também obriga todo o pessoal militar a não divulgar a sua orientação sexual, sob a indicação de que, se o fizerem, correm o perigo de serem expulsos da instituição.

A propósito da promessa eleitoral de Bill Clinton, das reacções de arrasto dos

outros candidatos à Presidência, da solução final encontrada após a eleição, ou ainda de casos pontuais de militares que foram expulsos da instituição devido à sua orientação sexual, como nos casos da Coronel Margarethe Camermeyer ou do oficial da Marinha Keith Meinhold, por exemplo, foi forte a incidência de notícias sobre a política da instituição relativamente aos homossexuais, nos meios de comunicação social. Aliás, grande parte da questão foi resolvida por acção da comunicação social, se atendermos a que Clinton foi eleito no início de Novembro de 1992, apenas tomou posse a 20 de Janeiro de 1993, mas a 29 de Janeiro fora já alcançado um compromisso tendente a uma resolução final.

A delimitação de datas para a recolha de amostras, face ao volume de textos produzidos não foi tarefa fácil. Por exemplo, entre 18 de Abril de 1992, período de campanha eleitoral, e 31 de Dezembro de 1993, altura em que a controvérsia já estava mais do que resolvida, o total de textos que no *The New York Times* têm por objecto a política da instituição relativamente aos homossexuais chega aos duzentos e cinquenta e três (253), com picos em Janeiro de 1993 (quarenta e nove textos) e Julho do mesmo ano (vinte e oito textos), meses em que se chega a uma solução intermédia, no primeiro, e a uma solução final, no segundo.

Mesmo deixando de fora todos os textos que apareceram durante a campanha eleitoral para a Presidência e considerando como possível data de início do *corpus* a data de 12 de Novembro de 1992, altura em que Clinton já eleito, mas ainda sem ter tomado posse, afirma publicamente que abrirá a instituição aos homossexuais, e como data final 31 de Julho, altura em que o conflito fora já resolvido definitivamente, o total de textos chega aos cento e noventa e seis. Que fazer, portanto, com estes textos?

Marian Meyers (1994), por exemplo, no seu estudo “Defining Homosexuality: News Coverage of the ‘Repeal the Ban’ Controversy”, a partir da

análise de notícias sobre o mesmo assunto, no caso publicadas no *The Washington Post*, opta por trabalhar com quarenta e cinco dias de notícias, fazendo da data de 29 de Janeiro de 1993 o centro a partir do qual as escolhas se organizam. As razões da escolha da data de 29 de Janeiro radicam no facto de, como afirmei, ter sido nesta data que foi anunciada a necessidade de estudar a questão durante seis meses, adiando-se entretanto qualquer solução política sobre o assunto e ficando os militares responsáveis pela suspensão da proibição durante esse período. Representando um compromisso para a resolução do problema, esta solução nesta data provoca todos os acontecimentos posteriores:

The choice of 29 January 1993 as the central date for analysis was made because many people, the author included, consider it the day in which the President irrevocably backed away from his commitment to repeal the ban. From this viewpoint, the final policy decision months later was both predictable and anti-climactic. (Meyers, 1994: 342).

Meyers opta, assim, por considerar trinta dias de notícias antes de 29 de Janeiro (início do *corpus*, portanto, a 30 de Dezembro de 1992) e catorze dias posteriores a essa data (fim do *corpus*, portanto, a 12 de Fevereiro de 1993). Embora esta metodologia me pareça correcta, pois fazendo coincidir o período mais longo da recolha com o período anterior a 29 de Janeiro, não deixa de englobar também textos do período que lhe é posterior, penso que a sua funcionalidade quando aplicada aos textos do *The New York Times* é limitada, devido à profusão de textos que a controvérsia motivou neste jornal. Como já tive oportunidade de referir num outro contexto (cf. Gouveia, 1996), a totalidade de textos aparecidos no *The Washington Post* durante o período por Meyers considerado (vinte e quatro) equivale a cerca de um terço dos textos aparecidos no *The New York Times* durante o mesmo período de tempo (sessenta e cinco textos).

Perante a impossibilidade de, por um lado, tratar um tão grande número de textos, e, por outro, de legitimar qualquer fronteira temporal final que não fosse a de 17 de Julho de 1993, data em que *The New York Times* regista na sua primeira página “**Accord Is Reached on Military Rules for Gay Soldiers**”, dando conta da solução final encontrada para resolver o problema, a escolha do período de recolha de textos seria sempre uma escolha problemática, se o intuito da investigação fosse a controvérsia. Mas esse não era o caso. Uma vez que o que estava em causa na análise do *corpus* era a representação da instituição militar nas páginas do *The New York Times*, a propósito da polémica, qualquer corte temporal na totalidade do período de tempo que durou a controvérsia serviria esse propósito.

Das duas uma: ou trabalhava com a totalidade dos textos (duzentos e cinquenta e três, recorde-se), tarefa por demais complexa para ser desempenhada sem a ajuda de uma equipa de investigação, ou efectuava, mais ou menos arbitrariamente, uma selecção temporal que de algum modo contivesse em si razões para a validação da sua escolha face a outras possíveis, como acontecia com os meses de Janeiro e de Julho de 1993, os que, pelas razões já apontadas, apresentavam maior frequência de textos sobre o assunto. Tendo optado pela segunda hipótese, tratava-se agora de escolher entre os dois meses em questão. Quatro razões fundamentais contribuíram para a opção final de trabalhar com o mês de Janeiro: por um lado, era o mês em que o maior número de textos fora produzido; por outro, era o mês que englobava a data principal (29 de Janeiro) que estruturou em grande parte o futuro da polémica; por outro lado ainda, era o mês que englobava a data da tomada de posse do Presidente-eleito Bill Clinton (20 de Janeiro) como Presidente dos EUA; e, por último, era o mês que apresentava o maior número de textos na primeira página, demonstrando assim a importância que naquele período o jornal dera à controvérsia.

É evidente que esta opção fora já condicionada por uma opção prévia. Efectivamente, para chegar a esta selecção final, eu tivera já que optar por trabalhar com um período de tempo específico, desde que essa escolha garantisse a presença, no *corpus*, de textos de géneros diferentes, ao invés de trabalhar apenas com um tipo de textos (apenas com os editoriais, por exemplo), durante a totalidade de tempo que durou a controvérsia. Mas essa era uma opção que se apresentava óbvia, pois o objectivo da análise era, como já tive oportunidade de afirmar na introdução a este capítulo, dar conta da representação social da instituição militar, produzida e projectada no mundo pelas pessoas envolvidas na polémica, nomeadamente políticos, chefes militares, jornalistas, representantes de grupos de defesa dos direitos dos homossexuais e sujeitos militares expulsos da instituição por assumirem conduta homossexual. Para tal, importante se tornava escolher tipos diferentes de textos, pois só assim seria garantida a pluralidade necessária para uma análise globalizante.

Explicitados que estão os critérios de selecção do *corpus*, passemos então à sua descrição. Como já disse, ele é composto por quarenta e nove (49) textos, mas para esse total não foram contabilizadas fotografias e legendas de fotografias nem caixas cujo conteúdo lhes não garante o estatuto de peça jornalística de pleno direito, como, por exemplo, a reprodução, a 27 de Janeiro, dos resultados de quatro sondagens, ao lado de outros textos sobre a controvérsia, como suporte do conteúdo dos mesmos.

O primeiro texto do *corpus* tem data de 10 de Janeiro de 1993, o último de 31 de Janeiro. O total de palavras no conjunto dos textos é de 42.345. Dos quarenta e nove textos, onze (11) são textos informativos de primeira página com continuação posterior na secção de notícias nacionais; dois (2) são textos informativos de primeira página que nela se concluem; quatro (4) são editoriais da responsabilidade

da redacção do jornal, que como tal não estão assinados; um (1) é constituído por um conjunto de seis cartas ao director, devidamente assinadas, e agrupadas sob um título comum; vinte e dois (22) são textos informativos das várias páginas de notícias nacionais (secções *National* e *Metro*); sete (7) são artigos de opinião (quatro autorados por colunistas regulares do jornal e três por colaboradores pontuais); e dois (2) são artigos de análise sócio-política, com início na primeira página do suplemento *Week* e conclusão numa página posterior.

2.4. COMO ESTUDAR OS DADOS CRITICAMENTE?

«As far as the present book is concerned, the focus is upon doing critical analysis of discourse samples.»

Norman Fairclough (1989: 14)

A pergunta que serve de título a este subcapítulo e que o/a leitor(a) mais atento/a já terá colocado a si próprio/a, face ao que até agora leu sobre os três *corpora* em análise neste trabalho e sobre a ACD, não diz obviamente respeito à metodologia a utilizar ou a qualquer problematização do conceito por detrás do adjectivo *crítica* no grupo nominal análise crítica do discurso. Quanto a isso nada mais há a dizer, atendendo a que ao longo do Capítulo 1 já foram levantadas as questões mais relevantes sobre a validade e pertinência da ACD enquanto teoria e método de análise. A questão é mais complexa e envolve questões outras que dizem respeito não à teoria, não à análise, mas aos *corpora* e à extensão dos mesmos.

Como é sabido, a metodologia de análise crítica, quer a desenvolvida nas primeiras versões da linguística crítica, quer a desenvolvida posteriormente na ACD, não é uma metodologia vocacionada para a análise de amostras extensas, i. e., que englobem um grande número de textos. Já Fowler & Kress, nos idos de 1979, chamavam implicitamente a atenção para esse facto ao referirem que não há nenhuma rotina de análise que permita uma descrição crítica automática dos processos de construção de um texto, ligando esses processos à hipótese inicial de que o texto tem uma qualquer significação ao nível da estrutura social:

(...) there is no analytic routine through which a texts can be run, with a critical description issuing automatically at the end. In each case, the critical analyst starts out with the hypothesis that the text has some specific signification in social structure. At this point a procedural problem intervenes. Although the

structure of English has received extensive description, there is no process of step-by-step analysis which is guaranteed to reveal what constructions characterize the text, still less, which one relates significantly to the hypothesis being investigated.

Fowler & Kress (1979: 197)

A conclusão lógica a que Fowler & Kress (*ibidem*) chegam é a de que, quando confrontado com um novo texto, o analista crítico inexperiente poderá achar o texto demasiado complexo e aparentemente sem padrão estrutural, como acontece quando ouvimos uma língua que não conhecemos. Deixando de lado o exagero da comparação, o que este raciocínio expõe é um princípio básico no funcionamento de qualquer análise crítica: o que num texto é posto em evidência como fortemente provocado por contingências sociais e ideológicas, não será necessariamente o que noutro texto se põe em evidência como provocado pelas mesmas contingências sociais e ideológicas. Matéria de interpretação e não de descrição, como vimos na capítulo anterior, a ligação entre linguagem e ideologia não se manifesta sempre de acordo com os mesmos princípios, o que dificulta a aplicação de uma grelha de análise a diferentes textos, i. e., a aplicação de um modelo mecanizado de análise.

Mais recentemente, Fairclough (1992: 230), seguindo a lógica expressa na epígrafe que abre este subcapítulo, chamou a atenção para o facto de a concepção de discurso com que trabalha e o tipo de análise que faz serem particularmente relevantes para a análise pormenorizada de um número reduzido de amostras de discurso e não, portanto, de um longo *corpus*, tarefa que correria o risco de se tornar infundável, face às características da análise, que se reivindica qualitativa e não quantitativa. Ora, como é sabido, e sobretudo como a recente investigação na área da linguística de *corpus* (*corpus linguistics*) tem demonstrado, o trabalho com largos *corpora* é normalmente menos propício a uma análise qualitativa, do que

propriamente a uma análise quantitativa e de frequências, como testemunhado por certos trabalhos na área da lexicografia, por um lado, e na área da linguística geral, por outro, cujo propósito passa sobretudo pelo ensino da língua e pela descrição pura.

Que fazer então com estes *corpora*, ou, dito de outra maneira, como estudar os dados criticamente? Das duas uma: ou se procede por redução na quantidade dos objectos discursivos a analisar, seguindo a metodologia tradicional da ACD, ou se introduzem as amostras no computador e se procede à análise computadorizada das mesmas. A primeira opção faz todo o sentido a um nível de análise que procura indagar da relação entre a ideologia e os mecanismos que discursivamente veiculam a sua expressão num texto particular, mas comporta riscos de que muitas vezes o analista se não apercebe. No seu texto sobre as vantagens de utilização de programas de computador na análise crítica do discurso, intitulado '*Only Connect*'. *Critical Discourse Analysis and Corpus Linguistics*, Hardt-Mautner (1995^b: 3), refere isso mesmo, quando afirma:

There may be a temptation to *proclaim* features as typical rather than build up the notion of 'typicality' on the basis of frequency. The hidden danger is that the reason why the texts concerned were singled out for analysis in the first place was precisely that they were not typical, but in fact quite unusual instances which arouse the analyst's attention.

Por outro lado, a escolha da segunda opção envolve riscos que podem passar pela realização de uma análise de cariz essencialmente quantitativo. É que a interpretação crítica, na formulação de Roger Fowler (1991^b: 68), que não posso deixar de subscrever, requer conhecimento histórico e sensibilidade, características específicas dos seres humanos e não das máquinas, as quais são apenas instrumentos de que o analista crítico se pode socorrer, mas que não o substituem.

A solução parece passar, portanto, por uma conjugação dos dois esforços, no sentido de, dentro de certas limitações, proceder a uma análise qualitativa com a ajuda de um computador. Mas pôr o computador ao serviço de qualquer forma de investigação crítica não é ainda uma prática corrente, como aliás refere Hardt-Mautner (1995^b: 2), apesar de, na sua opinião, existirem algumas notáveis excepções. Todavia, nem todos os casos citados por Hardt-Mautner (por exemplo, Caldas-Coulthard, 1993), e outros entretanto realizados (Stubbs, 1994, ou Hoye, 1996), se inserem no modelo de conjugação de esforços que pretendo seguir, no qual o computador apenas poderá ser um mero ajudante de investigação e não um instrumento de análise ele próprio, a que tudo é subordinado.

Aliás, com excepção do mais recente livro de Michael Stubbs (1996), a investigação de Hard-Mautner sobre o debate acerca da CEE/UE na imprensa britânica diária (Hard-Mautner, 1995^b, mas especialmente 1995^a), é talvez o exemplo mais perfeito do uso de um computador na investigação crítica de um *corpus*, pelo menos dentro do modelo que pretendo seguir. Mais ambicioso nos seus objectivos, que passam precisamente pela validação de princípios de análise qualitativa aplicada a *corpora* já existentes, mas usados frequentemente seguindo uma lógica meramente quantitativa e descritiva, como o *corpus* London-Lund, de 435.000 palavras, o *corpus* LOB, de um milhão de palavras, o *corpus* Longman-Lancaster, de trinta milhões de palavras, e o *corpus* Cobuild, de cerca de duzentos milhões de palavras, Stubbs (1996) não deixa, todavia, de usar o programa de *software* utilizado neste trabalho para analisar fragmentos desses *corpora*.

Mas ao contrário de Stubbs (1996) e da maior parte dos outros exemplos acima citados, que condicionam a investigação à existência, ou não, de um *corpus* computadorizado, sendo, portanto, este a ditar grandemente o teor da investigação,

Hardt-Mautner não se coíbiu de criar o seu próprio *corpus*, em função dos seus interesses de investigação. E, apesar de trabalhar com textos jornalísticos, sabendo-se que, actualmente, muitos jornais editam já edições electrónicas a par das edições tradicionais, não seleccionou e delimitou o *corpus* em função da existência, ou não, dos jornais em suporte electrónico. A sua lógica laboral foi completamente diferente, tendo o computador sido usado sobretudo para a ajudar no manuseamento e leitura do extenso *corpus* com que decidiu trabalhar, o qual foi seleccionado sem o condicionamento que a existência em suporte electrónico introduziria no resultado final. Como afirma (1995^b: 5): «(...) the temptation ought to be resisted to limit corpora *a priori* to texts published electronically. This may be sound time management but it is obviously questionable methodologically».

Por outro lado, como explicita ao enunciar a sua metodologia de utilização do computador, Hardt-Mautner não trabalhou com aplicações/programas usados na linguística de *corpus*, já que os propósitos da sua investigação estão longe dos daquela área disciplinar:

Both my research project and the present paper have been designated primarily in accordance with the agenda of CDA, not that of corpus linguistics. (...). The choice of priorities for this paper meant that the technicalities of computer processing would remain in the background and not themselves become the object of investigation. (...) the main idea is to describe what can be done by using existing programmes that are widely available, user-friendly and will run on a PC.

A utilização de aplicações/programas que podem ser usados por qualquer investigador no seu computador pessoal, sem o recurso a *software* que geralmente apenas está disponível em centros de pesquisa especializados, e não no mercado, e cujo manuseamento requer a presença de técnicos, é, aliás, a grande vantagem da proposta de trabalho de Hardt-Mautner. É evidente que, como também afirma, tudo

se resolve com financiamentos e estruturas institucionais adequadas, mas essa não é muitas vezes a lógica da investigação académica em Portugal, como em outros países, e definitivamente nunca o é ao nível de doutoramentos. Por exemplo, a análise minuciosa de diferentes amostras de um mesmo *corpus*, por parte de diferentes analistas, i. e., por uma equipa de investigação, contribui de um modo muito mais eficaz para uma visão de conjunto desse mesmo *corpus* e para o estabelecimento de conclusões que são válidas para a sua totalidade.

Só que, efectivamente, o trabalho de equipa não é o que caracteriza a investigação de um(a) doutorando/a ou de qualquer outro/a investigador(a) que trabalhe isoladamente. A procura de caminhos alternativos, passíveis de serem trilhados por uma pessoa só, acaba muitas das vezes por ser a única solução adequada, mesmo que para tal seja necessário executar tarefas que, consideradas de um ponto de vista restrito, nada devem ao trabalho de investigação, como, por exemplo, introduzir dados para análise num computador.

Seguindo a proposta de Hardt-Mautner (1995^b), os *corpora* foram por mim transferidos para suporte electrónico, com vista a garantir uma maior facilidade no seu posterior manuseamento e análise. Embora tenha sido uma tarefa que envolveu um enorme dispêndio de tempo, a rapidez com que, no final, o programa respondia, por exemplo, às perguntas de ocorrências de palavras, com a possibilidade de, com a simples pressão de uma tecla, aceder ao co-texto de ocorrência de cada uma delas, compensou largamente o tempo “perdido”.

O programa usado, o *Longman Mini Concordancer*, é um dos que Hardt-Mautner também empregou no seu trabalho e encontra-se disponível no mercado nacional, se bem que na versão inglesa. De fácil utilização, apenas apresenta duas limitações, que não decorrem do programa em si, mas do potencial *corpus* que queiramos analisar. A primeira resulta do facto de não admitir os

caracteres especificamente portugueses, como os acentos e os cês cedilhados, sendo necessário proceder à sua alteração para os correspondentes caracteres internacionais (tarefa que no caso do primeiro *corpus* foi, obviamente, necessário efectuar). A segunda resulta do facto de não aceitar *corpora* com uma extensão superior a 45.000 palavras¹³. Embora o número total de palavras com que trabalho ultrapasse largamente esse valor, o facto de o mesmo dizer respeito à soma do total de palavras de três *corpora* distintos afastou o problema, pois nenhum dos *corpora* tem mais do que o limite permitido pelo *Longman Mini Concordancer*.

Após a selecção das amostras de cada um dos *corpora*, era necessário proceder à sua transferência para suporte electrónico, ou seja, era necessário transformar cada um dos *corpora* em ficheiros passíveis de serem lidos pelo programa. Porque nenhum deles existia já em suporte electrónico, a tarefa teve que ser executada desde a raíz, i. e., dactilografando os textos directamente para o computador, em alguns casos, e utilizando um *scanner* e *software* apropriado, em outros, se bem que, neste último caso, o processo tenha também incluído dactilografia para corrigir os erros de leitura efectuados pelo *scanner*, pois este não lê originais ou fotocópias da mesma forma, variando o número de erros efectuados a partir de fotocópia com a qualidade da mesma.

Entendendo que não cabe aqui descrever todo o processo de preparação dos dados para processamento por parte do programa, até porque, como já frisei, o

¹³Esta foi, aliás, a razão que levou Hardt-Mautner a usar, adicionalmente, um segundo programa, o *Wordcruncher*, pois o seu *corpus* era superior a este número. Quando assim acontece, e para continuar a trabalhar apenas com o *Longman Mini Concordancer*, é necessário fragmentar o *corpus* por mais do que um ficheiro, garantindo que nenhum deles ultrapasse o total de 45.000 palavras. A utilização de mais do que um ficheiro obriga, como é óbvio, à execução das mesmas tarefas repetidamente, com cada um desses ficheiros. Ressalve-se, todavia, que a utilização do *Wordcruncher*, apesar de resolver este problema, introduz outros, pois envolve um grau maior de precisão e um maior esforço no processo de preparação e indexação dos textos para leitura pelo programa, para além de não mostrar no monitor as respostas aos pedidos de informação, criando, ao invés, ficheiros de resposta. Pelas razões apontadas, no corpo do texto principal deste trabalho, a utilização do *Wordcruncher* não era de todo pertinente no decurso da minha análise.

computador foi apenas um ajudante e não o centro a partir do qual a análise se organizou, remeto o/a leitor(a) interessado/a para o texto de Hardt-Mautner já citado, onde encontrará passo-a-passo a metodologia a seguir e que eu próprio pus em prática. O programa de *software* utilizado é uma aplicação simples que executa tarefas simples (procura, contabiliza, lista e mostra em co-texto) e que apresenta resultados simples. Mas, ainda assim, as análises realizadas seriam de impossível ou difícil execução sem a ajuda e assistência do computador, mesmo que tal ajuda e assistência não seja explicitamente *visível* na apresentação final da análise e dos seus resultados.

Deve todavia o/a leitor(a) ter em mente que a utilização de um computador implica perda de informação semiótica consequente para a análise dos dados, nomeadamente tudo o que diz respeito ao aspecto gráfico dos textos, a existência ou não de fotografias e respectivas legendas, o estilo e escolhas tipográficas, etc.. Se bem que, por razões de escolha de ênfases de análise, não seja minha intenção proceder a análises que envolvam exames destes aspectos (tudo sinais semióticos relevantes no caso do *The New York Times* ou da revista *Soldier*, por exemplo), é impossível não lhes reconhecer importância. Aliás, tal procedimento seria contrário a alguns dos princípios que regem a análise crítica e que apelam precisamente para o reconhecimento do papel fulcral que estes aspectos desempenham na comunicação, como é visível no trabalho de Kress & Van Leeuwen (1990), cuja motivação Kress (1993^a: 188) assim sintetiza:

(...) the most pressing issue is the recognition on the increasing role of the visual and semiotic in all forms of communication. It is no longer possible to avoid this issue in critical analysis, on the assumption, explicitly or implicitly held, that all (relevant) meaning in a text is, as it were, fully glossed in the verbal component of the text.

Embora muitos destes aspectos não sejam contabilizados em termos de *corpora*, a sua análise não será descurada, quando a mesma se revelar pertinente. Mas, para isso, não há computador que nos valha. Daí a insistência na sua caracterização como mero ajudante, pois o seu uso não pode estimular uma perda de contacto com os textos no suporte real em que foram produzidos, sob o risco de a análise ser reduzida, do ponto de vista estritamente linguístico, ou não existente, do ponto de vista semiótico.

Por outro lado, é ainda de registar que, apesar da ajuda que um computador possa oferecer na análise de um *corpus*, a sua intervenção será sempre a um nível laboratorial que não se coaduna com a apresentação de resultados e de exemplos de análise. Assim, e por limitações espaciais óbvias, bem como pelas razões apontadas acima acerca da especificidade da ACD enquanto teoria e método de análise, as considerações sobre a análise da totalidade dos textos não poderão ser, de todo, exaustivas, da mesma forma que a exposição analítica a que os mesmos serão sujeitos na apresentação não será igual para todos.

A este propósito, dois últimos apontamentos se impõem antes de avançar para o próximo capítulo. O primeiro diz respeito à utilização de outras amostras textuais para além das que fazem parte integrante dos *corpora* em análise neste trabalho. Sempre que, por qualquer razão, a investigação assim o exija, e à semelhança de o que até este momento tenho feito, serão trazidas para análise outras amostras textuais, independentemente de as mesmas serem representativas de uma prática discursiva ou de uma instituição diferentes das que estão a ser analisadas, sendo a pertinência da sua utilização pontualmente explicada.

O segundo apontamento refere-se à reprodução parcial ou total das amostras no corpo do texto e à sua compilação em Anexos. Para além de alguns textos serem reproduzidos na íntegra no decurso da análise a que estão a ser sujeitos,

todos eles se encontram reproduzidos em Anexos, quer as amostras soltas, i. e., os textos *extra-corpora*, quer as que constituem os *corpora*. No caso dos textos *extra-corpora*, a sua reprodução é feita em Anexos ao capítulo em que foram utilizados. No caso dos textos dos *corpora*, a sua reprodução é feita em Anexos finais (Anexos A, B e C), apresentados após a Conclusão.

Respondida que está a questão que dá o título a este subcapítulo, analisemos então os três *corpora*, começando, primeiro, pelo *Regulamento de Disciplina Militar*, no Capítulo 3, passando depois à revista *Soldier*, no Capítulo 4, e, por fim, terminando com o *The New York Times*, no Capítulo 5.

ANEXO 2-A

Folheto de divulgação e propaganda do exército britânico

Join the professionals

The Army is essentially for younger people, and we need thousands of new recruits each year for its regiments and corps, despite the overall reduction in the size of our defence forces.

One example of a unit requiring recruits is the newly formed infantry regiment for the South East - The Princess of Wales's Royal Regiment.



The new regiment, nicknamed 'The Tigers', was formed by the amalgamation of the Queen's Regiment and the Royal Hampshire Regiment. Its Colonel in Chief is HRH The Princess of Wales.

Every soldier in the two regular and two territorial battalions

wears the tiger badge on the left sleeve.

The new regiment is the County Regiment of the areas in which it recruits - Kent, Sussex, Surrey, Hampshire, Middlesex, the Isle of Wight, and the Channel Islands.

Joining the Army

Men and women will find a rewarding career in the Army. Full information is available from Army Careers Information Offices (see under 'Army' in your local telephone directory) or direct from the address shown to the right. Information about the Territorial Army or the Army Cadet Force is available from the same sources or direct from units.

Access to excellence

More and more employers are recognising the benefit of recruiting Service leavers - who come with an inbuilt range of readily transferable skills, in communication, organisation, team leadership and project management to name but a few.

The new Services Employment Network provides access to this source of excellence, free of charge, and is always pleased to discuss employers' needs.

Army service has always been a stepping stone to a second career - more than half those who leave us are between 20 and 30 years of age, and many more are no more than 40. Physically and mentally fit, Service leavers transfer very well to a surprisingly wide range of second careers, often not directly related to their specialism in the forces.

Military training produces specific professional and technical qualifications for some, but virtually everyone can have the appropriate level of National Vocational Qualification. It is no idle boast that service men and women are the best trained workforce in Britain, and that they provide an excellent pool of highly motivated self-starters.

Further information

About the Army and its roles

A range of leaflets explaining the structure and roles of the Army is available from:
Army Information, Room 1113, Empress State Building,
Lillie Road, London SW6 1TR 071-632 5904

Joining the Army

Telephone 0345-300 111 (charged as a local call) and tell us your particular interest.

Employing Service Leavers

The Services Employment Network
Room 524, St George's Court, 14 New Oxford Street,
London WC1A 1EJ 071-632 4444

ARMY

Protecting Britain's future



Vital national asset
Value for money
Attuned to society
Modern and motivated
A caring employer
Best trained workforce in Britain



ARMY

Vital to the nation

The British Army is a vital safeguard for the nation, playing an essential role in defence policy at home and abroad.

For decades our contribution to NATO was crucial in deterring our potential enemies.

Now that the threat of total war in Europe has all but disappeared, the Army still has a major part to play in maintaining peace, both in the UK and its dependent territories. Increasingly it also operates in support of the United Nations.

To achieve all this it is essential to maintain our Army's ability to operate in many different roles, and it is nearing the end of a period of restructuring to meet new circumstances. We no longer need the heavy concentrations of armoured forces in western Germany, but our men and women must remain superbly trained and well equipped.

Value for money

To maintain modern defence forces inevitably requires a substantial investment, but today's Army represents excellent value for money, with very tight control of all expenditure on manpower, equipment and administration.

The Army also keeps its costs down by making extensive use of the Territorial Army, whose dedicated men and women give up much of their spare time to maintain a very high standard.

With the recent reductions in our full time manpower, we also achieve good economies by training our people for more than one role - not only able to act as armoured infantry in a major conflict, but also as UN peacekeepers in the former Yugoslavia, or in support of the Royal Ulster Constabulary in the fight against terrorism in Northern Ireland.

Attuned to society and the environment

The men and women who serve in the British Army come from our society, and return to civil life at the end of their service, more aware than many people of their wider social responsibilities.

For example, we train all our soldiers to respect the environment. When they are on the areas used for military training - such as Salisbury Plain and Dartmoor - we ensure that they understand their responsibility to consider the interests of local residents, wildlife and the archaeological heritage.

All our soldiers are also taught and kept informed about the structure of government and the legal framework in which Britain's defence forces operate.

This understanding breeds reliability and a wider consciousness of society in general. Our soldiers and their families become better citizens, willing and able to contribute to the nation.

Modern and motivated

Today's Army is responsive to world events and equipped for many roles in support of the nation's interests, at home and abroad.

It has a range of modern equipment which contributes to its capability as a flexible and effective force in a wider range of roles than any other army.

Our management and administration bear close comparison with best practice in the private sector. Budgets and costs are strictly and continuously monitored. They form part of everyday life for soldiers at many levels. The way we now do business is almost unrecognisable to anyone who has not experienced the radical change over recent years.

This culture of quality, control and social awareness produces the well-managed and responsive organisation that is the British Army of the 1990's.

A caring employer

It has long been recognised by the Army that the special demands that it puts on its soldiers and their families require a very special level of care for their personal and family interests.

There are few walks of life in which any individual can be required to drop everything and to move instantly into a new job anywhere in the world.

The system of support and help for service families is therefore constantly being improved, under an overall dynamic scheme known as the Better Army Personal Services Plan. This covers many subjects, such as pay and allowances, housing, welfare, spouse's employment, children's education, help in the transition to a subsequent career and continuing life-long support through ex-Service organisations.

We place exceptional demands on our people, and give them the best possible care in exchange.

The best trained workforce in Britain

Our soldiers receive continuous training which produces superb personal development in a group already above average, which helps them become totally professional in their work.

Only one third of those who apply are selected, and their entire career continues to bring out their qualities of self-motivation, teamwork and leadership.

Each new entrant receives basic education to bring his or her life skills up to standard. Many soldiers also gain formal qualifications - in disciplines as widely varied as accountancy, catering, engineering education and languages, among many others. All are taught principles of management.

It is a measure of the personal development we achieve that many employers encourage their staff to benefit from service with the Territorial Army.

3. Análise I:

Regulamento de Disciplina Militar

- 3.1. Linguagem legal militar
- 3.2. Disciplina militar e hierarquia de relações
- 3.3. Deveres militares e constrangimentos
institucionais

3.1. LINGUAGEM LEGAL MILITAR

«What is important is not so much the content of the system or its rules but rather the simple recognition on the part of those subject to them that the written texts do indeed form a system or that there is a rule to be obeyed.»

Peter Goodrich (1986: 22)

De acordo com Bhatia (1987, 1993), a linguagem legal encorpora vários géneros distintos, dependendo estes, entre muitos outros factores, dos objectivos comunicativos que a mesma preenche, dos contextos em que é usada, dos eventos comunicativos ou actividades a que está associada, das relações sociais e profissionais entre participantes desses eventos, do conhecimento que os participantes trazem para as situações em que tais eventos se inserem, etc.. No caso da linguagem legal escrita, Bhatia (1987: 229-231) distingue quatro géneros: *pedagógico*, *académico*, *jurídico* e *legislativo*. Dentro deste último género, que em sua opinião engloba o núcleo duro da linguagem legal escrita, considera a existência do género *legislativo congelado* (*frozen legislative*), de que são exemplos contratos, apólices de seguro, etc., e do género *legislativo formal* (*formal legislative*), que inclui legislação, regras e regulamentos. Uma ressalva é necessária, porém, relativamente a esta proposta classificatória.

À semelhança de outras descrições da linguagem legal (por ex.: Gunnarsson, 1984; Kurzon, 1984), Bhatia trabalha sobretudo a um nível que poderemos definir como trans-institucional, no sentido em que a sua reflexão, sendo motivada pelo reconhecimento da importância e da singularidade do discurso legal no conjunto das práticas discursivas e sociais, descarta a relação entre a variabilidade desse discurso e os diferentes contextos institucionais que por ele são criados e

reproduzidos, como acontece com o que tenho vindo a designar por instituições militares modernas, que têm como uma das suas características fundamentais a existência de um extenso corpo de regulamentos que limitam e motivam o sujeito militar na construção do significado no seio da instituição. Estes regulamentos determinam desde o tipo de corte de cabelo e o modo de usar a farda, por exemplo, até à maneira de saudar militares e civis, passando por quais e que tipos de relações são possíveis entre os sujeitos militares ou por quais e que tipos de deveres, obrigações e liberdades lhes são conferidos¹. É na observância destes regulamentos que a disciplina militar encontra a sua expressão máxima.

Ora, considerando o caso da instituição militar, o género legislativo da linguagem legal proposto na classificação de Bhatia engloba diferentes exemplos que devem ser equacionados de modos também diferentes. Por um lado, temos legislação que diz respeito às relações entre a sociedade civil, o estado e a instituição militar, como, por exemplo, a nossa *Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas* – que designarei por género legislativo formal civil –, sendo a instituição militar, nesse padrão, apenas a variável do género, o paciente ao qual se aplica a legislação. Por outro lado, temos os casos que dizem respeito apenas à instituição militar e à especificidade da prática social nela desenvolvida, como acontece com os regulamentos disciplinares – que designarei por género legislativo formal militar –, em que a instituição se constitui como agente e paciente, zelando pelo cumprimento dos regulamentos por parte dos seus membros.

Seguindo o modelo mais geral do género legislativo formal civil, os

¹Os exemplos citados não dizem respeito apenas ao *Regulamento de Disciplina Militar*, mas aos regulamentos e códigos militares de conduta em geral. Assim, e por exemplo, devem ser também integrados no que genericamente refiro como regulamentos e códigos militares de conduta, e para além do *Regulamento de Disciplina Militar*, o *Código de Justiça Militar*, o *Regulamento de Continências e Honras Militares*, etc..

²Daqui resulta uma diferença linguística fundamental entre os dois géneros legislativos formais, uma vez que muitas das características do género civil (Bhatia, 1993: 101-118; vd. também Hiltunen, 1984, Gunnarsson, 1984, Gustafsson, 1984) não estão presentes no género militar, como expressões binomiais e multinomiais (sequências de duas ou mais palavras ou sintagmas, pertencentes à mesma categoria sintáctica

regulamentos militares, distinguem-se, ainda, pelas suas características pragmático-linguísticas; ao contrário dos exemplos daquele género, que são fundamentalmente claros, precisos, não ambíguos e abrangendo todas as possibilidades de inclusão na lei (Bhatia, 1993: 102), os regulamentos militares não precisam de abarcar todas as possibilidades de inclusão, uma vez que, devido à sua motivação institucional, são relativamente menos impessoais e menos descontextualizados: os destinatários definem-se pelas relações que entre si estabelecem no contexto hierárquico da instituição².

Por outro lado, e uma vez que os códigos de conduta ou regulamentos de disciplina são efectivamente a base legal ou estatutária usada para definir conceitos-chave da instituição, para além da identificação e conceptualização dos deveres militares e da eficiência militar, não pode ser descurado o seu modo dual de funcionamento como instrumento e expressão de dominação, um meio para o exercício do poder: poder enquanto controlo sobre o indivíduo, decorrente da especificidade do texto legal, i. e., o Código, o Estatuto ou Regulamento, enquanto instrumento de regulação e de disciplina; mas, sobretudo, poder enquanto controlo sobre a interpretação, decorrente do carácter definitório do conceito de disciplina militar, que é característico destes códigos ou regulamentos, o qual abre novas potencialidades ao controlo sobre o indivíduo.

A específica dualidade destes códigos reclama, assim, a sua leitura como instrumentos que, se servem o enquadramento constitutivo da instituição e da particular orientação para o significado do sujeito militar, servem também

²Daqui resulta uma diferença linguística fundamental entre os dois géneros legislativos formais, uma vez que muitas das características do género civil (Bhatia, 1993: 101-118; *vd.* também Hiltunen, 1984, Gunnarsson, 1984, Gustafsson, 1984) não estão presentes no género militar, como expressões binomiais e multinomiais (sequências de duas ou mais palavras ou sintagmas, pertencentes à mesma categoria sintáctica e relacionadas semanticamente, unidas pelas conjunções *e* ou *ou*, por exemplo) e qualificações (frases intercaladas que têm por objectivo restringir o domínio de aplicação da lei, que assim deixa de ter a aplicação universal que a proposição fundamental nela contida pode veicular).

princípios funcionais de regulação institucional e de disciplina, por subordinação do *espírito da letra*, o sentido, à efectivação do controlo. Daí que, talvez mais do que para qualquer outro tipo de discurso legal, para a análise deste que designei por género legislativo formal militar se deva fazer uso do que Peter Goodrich (1987: ix) define como um conceito crítico do discurso legal: «a (...) critical concept of legal discourse as a language of power, as the pursuit of control over meaning and as an instrument and expression of domination.»

É que, de facto, funcionando, à semelhança de todo o discurso jurídico-legal legislativo, como instrumentos de regulação institucional e de disciplina, estes códigos definem-se sobretudo por aspirarem também à definição dos princípios a partir dos quais a disciplina militar, como uma das técnicas fundamentais que suporta a existência da instituição, é alcançada, mantida e reproduzida. Quer isto dizer que, para além de procurarem ser uma formalização do indivíduo no seio das relações de poder da instituição, os regulamentos militares visam também a formalização da disciplina no seio do sistema dos conceitos constitutivos da instituição.

O conceito de disciplina é de tal modo um conceito-chave na instituição que, em certos países, é inclusive usado no título do código ou estatuto, porquanto a totalidade das regulamentações nele inscritas dizem especificamente respeito à disciplina militar. O que temos nessas circunstâncias é uma clara separação entre as matérias respeitantes à disciplina e as matérias respeitantes à justiça, com estas últimas a serem objecto de um código diferente. É esse o caso de Portugal, em que o *Regulamento de Disciplina Militar* é efectivamente separado e tornado distinto do *Código de Justiça Militar*, no qual as ofensas maiores, qualificáveis de crime, são estabelecidas e descritas, bem assim como as punições decorrentes da aplicação da justiça militar.

Esta separação de códigos não funciona da mesma forma na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos da América, por exemplo, mas isso tem a ver com a prática de diferentes sistemas legais; ainda assim, apesar de enformado por um sistema legal diferente, o caso britânico é bastante semelhante ao português no número de estatutos. À parte as disposições legais como *o Army Act 1955*, *o Air Force Act 1955*, *o Naval Discipline Act 1957* – com as suas subsequentes continuações e correcções (como, por exemplo, *o Army and Air Force Act 1961* ou *o Armed Forces Act 1966*) –, nos quais as bases da justiça militar, reunidas no *Manual of Military Law*, são estabelecidas e implementadas como consequência da legitimidade militar, o sistema britânico também inclui *The Queen's Regulations for the Army 1975*, conjuntamente com publicações similares para os outros ramos, em que a disciplina, enquanto base fundamental da eficiência, é definida e imposta à instituição.

Ainda relativamente à funcionalidade dos regulamentos, e considerando uma distinção geral entre *leis de controlo* e *leis de acção* (Gunnarsson, 1984), é importante notar que estes se apresentam simultaneamente como leis de controlo e leis de acção, quando analisados a partir da relação mantida com as condições das estruturas institucionais que motivam a sua existência. De acordo com Gunnarsson (1984), no seu estudo sobre a compreensão funcional dos textos legislativos, a partir do exemplo de uma lei sueca, a função das leis que se enquadram no que designei por género legislativo formal civil pode ser equacionada tendo como meta os seus objectivos. Assim, no caso de leis cujo objectivo principal é codificar normas existentes, a função principal é de controlo (*control function*); no caso das leis cujo objectivo principal é reformar, a função principal é dirigir acções (*action-directing*). Enquanto o primeiro tipo de lei tem como destinatário primordial o advogado ou juiz, sendo o controlo sobre o cidadão vulgar e a sua

observância das leis exercido via julgamentos em tribunal, o segundo tipo tem como destinatário o cidadão vulgar e a sua obrigatoriedade de agir em conformidade com a lei nas diversas situações sociais. Embora muitas leis procurem simultaneamente mudar e preservar, a sua função principal é só uma: ou são de acção ou são de controlo (Gunnarsson, 1984: 78).

Adaptando esta classificação ao género legislativo formal militar, i. e., aos códigos de conduta militares, verificamos que, enfatizando o papel dos actores e da acção e obrigando o sujeito militar a agir em conformidade com os regulamentos nas diversas situações institucionais, os códigos militares configuram-se como leis de acção, cujo objectivo principal é reformar. Reformar, não no sentido de alterar as estruturas e as normas de comportamento militares (embora tal também aconteça), mas no sentido de alterar, por redução, particularização, transformação e aumento, as normas de comportamento social próprias da sociedade civil, a que, à partida, todos os indivíduos, incluindo os militares, estão sujeitos.

A enunciação dos cinquenta e cinco (55) deveres militares especiais, no Artº 4º do *Regulamento de Disciplina Militar*, por exemplo, decorre deste objectivo, desta função de dirigir acções. O mesmo se pode dizer, por exemplo, da “*Part 2 – Personal Conduct and Efficiency*” do Capítulo 5 de *The Queen’s Regulations for the Army 1975*. Aliás, considerando também a distinção entre regras de acção (*action rules*), regras de definição (*definition rules*) e regras de determinação (*stipulation rules*), efectuada por Gunnarson (1984) a propósito das leis de acção, é possível dizer que as regras contidas no *Regulamento de Disciplina Militar* e nas *Queen’s Regulations for the Army 1975* são fundamentalmente de acção (as quais podem ser de tipo de Direito, Dever, Proibição, Isenção e Recomendação).

Todavia, dizer que os regulamentos militares são leis de acção é escamotear uma das suas características fundamentais: a sua função de controlo e de

manutenção da estrutura hierárquica de relações, condição essencial para a sobrevivência da instituição como tal. Este carácter de leis de controlo está presente no facto de os regulamentos codificarem normas previamente existentes, visando a formalização de práticas e comportamentos, a partir de uma base legal e racional, permitindo assim a sua eficaz auto-reprodução. É que a burocratização das relações de autoridade entre os oficiais e as outras patentes, espelhadas nos regulamentos, envolveu a emergência de formas de disciplina jurídico-racional no seio das organizações militares, um processo ligado à emergência de um estado de cidadãos e à transformação das sociedades divididas em classes para as sociedades de classe do capitalismo moderno.

De um modo geral, poderemos, então, afirmar que as organizações militares ocidentais modernas, produto do séc. XX, se baseiam mais em meios normativos e em regulamentação vária do que em coerção física, numa transformação que é paralela à aceitação da ideia de ordem social, por parte da população subordinada ao poder do estado. Permitindo a substituição do arbitrário sistema tradicional de justiça por um sistema legal aplicado à regulamentação de carreiras e a matérias de disciplina, de crimes e de castigos, as novas formas de disciplina jurídico-racional reduziram as atitudes de tirania mesquinha por parte dos oficiais comandantes, ao mesmo tempo que aplacaram lutas pelo poder na máquina de guerra e, por extensão, no próprio estado (Dandeker, 1990: 67-68, 96).

Equacionadas estas questões, fácil se torna perceber as particularidades linguísticas do *Regulamento de Disciplina Militar*, nomeadamente no que ao uso dos auxiliares *poder* e *dever* diz respeito. Usados abundantemente no *Regulamento* – o primeiro com oitenta e três ocorrências, o segundo com oitenta e sete –, estes auxiliares contribuem fortemente para o sistema da modalidade e para o significado interpessoal, ajudando a construir um universo textual que representa

as potenciais acções e informações sobre a realidade institucional, a partir de princípios de necessidade, de permissão, de possibilidade e de probabilidade e frequência. Como se pode ver pelos exemplos que de seguida apresento, estes auxiliares constroem frequentemente uma relação modal entre o sujeito enunciador e os Actores dos processos de transitividade, em que o primeiro se configura como fonte de permissão ou de pressão, actuante sobre os Actores, para a realização dos processos em causa.

O militar deve regular o seu procedimento pelos ditames da virtude e da honra, amar a Pátria e defendê-la com todas as suas forças até ao sacrifício da própria vida (...).

Artº 4º

A advertência a qualquer militar não poderá ser feita na presença de militares de graduação inferior ou de civis seus subordinados.

Artº 10º

Todo o militar pode ordenar a prisão ou detenção dos hierarquicamente inferiores sempre que o seu comportamento o justifique e assim o exija a disciplina.

Artº 11º

O participante de uma infracção disciplinar deve procurar esclarecer-se previamente acerca das circunstâncias que caracterizam essa infracção, ouvindo, sempre que for conveniente e possível, o infractor.

Artº 69

O instrutor deverá realizar todas as diligências que julgue necessárias para a descoberta da verdade (...).

Artº 87

O militar que desempenhe ou tiver desempenhado funções de comando ou chefia pode requerer inquérito aos seus actos de serviço (...).

Artº 105º

Do ponto de vista da gramática sistémico-funcional, estamos, em casos como estes, perante um tipo de modalidade que Halliday chama de modulação (1985:

334 sgg.). Na prática, trata-se de uma relação interagentiva em que o emissor faz recair sobre o receptor a obrigação de realização de uma acção. Neste sentido, estes exemplos distinguem-se de outros em que a modalidade não é do tipo modulação, mas do tipo modalização, e em que o que está em causa são os graus de probabilidade ou de frequência associados à validade da informação que está a ser transmitida, como acontece com os dois casos seguintes, ambos contabilizados nos totais acima enunciados:

O louvor pode ser colectivo ou individual.

Artº 16º

A reclamação deve ser singular (...).

Artº 113º

No caso concreto deste *Regulamento*, a diferença entre os dois tipos de modalidade é muito ténue e uma análise textual, apenas, não consegue desfazer a confusão e dar conta das fronteiras existentes entre eles. Recordemos que, para Halliday (1985: 85-89), os dois tipos de modalidade são baseados numa distinção entre o equacionar da oração ou como proposição ou como proposta, ou seja, a modalização diz respeito à gramática das proposições e a modulação à das propostas³. Todavia, os dois tipos de modalidade podem coexistir numa mesma

³Embora entenda que não cabe no âmbito deste trabalho a explicitação sistemática de todos os pressupostos teóricos da gramática sistémico-funcional de que me vou servindo ao longo das análises, e que o/a leitor(a) poderá encontrar em Halliday (1985) e, por exemplo, em Eggins (1994) ou Thompson (1996), penso que, neste caso, talvez seja conveniente reter a formulação hallidayana, por forma a melhor se perceber a ligação entre a modalidade e as gramáticas das proposições e das propostas. Nesse sentido, atente-se na seguinte citação de Halliday (1985: 335): «Modality refers to the area of meaning that lies between yes and no – the intermediate ground between positive and negative polarity [sic]. What this implies more specifically will depend on the underlying speech function of the clause. (1) If the clause is an ‘information’ clause (a proposition, congruently realized as indicative), this means either (i) ‘either yes or no’, i.e. ‘maybe’; or (ii) ‘both yes and no’, i.e. ‘sometimes’; in other words, either probability or usuality. (2) If the clause is a ‘goods-&-services’ clause (a proposal, which has no real congruent form in the grammar, but by default we can characterize it as imperative), it means either (i) ‘is wanted to’, related to a command, or (ii) ‘wants to’, related to an offer; in other words, either obligation or inclination. We refer to type (1) as MODALIZATION and to type (2) as MODULATION (...).»

oração, assim sugerindo que a fronteira entre proposições e propostas, determinando embora grandes zonas gramaticais distintas, se pode apresentar problemática. Efectivamente, como afirma Eggins (1994: 190), exemplos há em que é difícil determinar se o que se encontra em troca na relação interagentiva é *informação* – caso das proposições, em que a modalidade é de tipo modalização –, ou se são *bens e serviços* – caso das propostas, em que a modalidade é do tipo modulação.

De um ponto de vista estritamente textual, melhor dizendo, linguístico, todos os exemplos citados, quer os primeiros seis, quer os dois posteriores, expressam significados de probabilidade, o que os coloca a todos no domínio da modalidade que diz respeito à modalização: são casos em que existe uma troca de informação, sendo expresso um julgamento relativamente às possibilidades ou probabilidades de algo acontecer ou ser. Neste sentido, os exemplos citados não se distinguem de potenciais exemplos como os registados em a) e b), embora se distingam de c):

- a) *Eu acho que os militares devem participar em mais missões da ONU.*
- b) O João para a São: *Os militares devem participar em mais missões da ONU.*
- c) O Ministro da Defesa para o CEMFA: *Vocês militares devem participar em mais missões da ONU.*

Enquanto o primeiro caso, pelo uso da metáfora da modalidade *Eu acho* (cf. Halliday, 1985: 334-340), é um exemplo claro de modalização, em que o que é expresso é um significado de possibilidade, e o terceiro, pelas características da relação interagentiva, é um exemplo claro de modulação, em que o que é expresso é um significado de obrigação, o segundo exemplo é mais complexo. Embora o

João expresse, com o seu enunciado, o mesmo sentido de obrigação que está presente no enunciado c), do Ministro da Defesa, esse sentido não é direccionado para a sua interlocutora, mas para um terceiro actor, e sujeito do enunciado: os militares. Uma vez que não cabe à São agir em conformidade com o sentido de obrigação expresso pelo João – daí que a sua resposta apenas possa ser de concordância ou discordância –, é fácil perceber que o que está a ser trocado é *informação* e não *bens e serviços*. A especificidade do exemplo radica fundamentalmente no facto de essa troca de informação ser «colorida pelas atitudes de obrigação do falante» (cf. Eggins, 1994: 190-191).

Tal como foi necessário trazer considerações do domínio do contexto e das relações interagentivas para a explicação destes exemplos fictícios, assim também é necessário equacionar os mesmos aspectos na apreciação dos exemplos presentes no *Regulamento de Disciplina Militar*, nomeadamente questões referentes à origem/fonte da modalidade. Como afirma Thompson (1996: 63), a questão da origem da modalidade é frequentemente um dos factores mais importantes numa análise:

One factor (...) which is often the most interesting and revealing in text analysis, is the question of the **source** of the modality in a text. Any modality has a source, which is either directly the speaker or indirectly someone whose views are being reported by the speaker. In certain genres, the question of *whose view* we are being given may be crucial in understanding the text.

Atendendo a que, no caso presente, estamos a lidar com um texto escrito, e que, na prática institucional, a força da palavra escrita se junta à força da norma, a questão da origem da modalidade (e não só) não deve ser afastada do facto de o *Regulamento* ter, no contexto militar, um estatuto de agente e assumir, efectivamente, valores de sujeito de enunciação. Ou seja, na prática institucional

militar o *Regulamento* adquire um valor soberano como fonte de autoridade.

Toda a lei escrita, todo o regulamento, é impositiva e autoritária e nenhuma resolução regulamentar de um problema é justificável se não for claro que é baseada em e derivada da lei ou do regulamento escrito. Esta característica da lei, ou do regulamento, derivada da sua origem conceptual, ideacional, explica o papel da lei como forma de ordem comunitária, i. e., como o elo que une uma comunidade e que faculta o desenvolvimento de um sentimento de pertença e de um hábito de obediência, a partir da *produção* de uma *individualidade disciplinar* dos sujeitos, da instituição, que à lei ou ao regulamento se submetem. A existência de códigos e de regulamentos, enfim, de leis, transforma vidas reais em escrita e funciona como um procedimento de objectificação e de sujeitificação (Foucault, 1975: 225).

A relação que os sujeitos militares estabelecem com o *Regulamento de Disciplina Militar* é uma relação interagentiva individualizada em que o *Regulamento* não só lhes fornece e atribui as posições de sujeito (a sujeitificação) necessárias, como também lhes impõe o seu reconhecimento como fonte de autoridade, de poder e de produção discursiva. O *Regulamento* é, assim, a palavra, a origem e fonte de enunciação, com a qual os sujeitos interagem enquanto elementos que pertencem e obedecem a uma ordem comunitária.

Recapitulando, então, o que dizia sobre a modalidade, vejamos de que modo é possível olhar para os exemplos acima listados à luz do que acabei de enunciar. Se, como afirmei, todos os exemplos, quando encarados apenas linguisticamente, expressam significado de probabilidade, o que leva a classificar como modalização a modalidade neles presente, quando equacionados à luz da prática discursiva que os enforma, i. e., como exemplos de um regulamento, o significado neles expresso é já de obrigação e, portanto, configura-os como exemplos, não de modalização,

mas de modulação. É que a especificidade da prática discursiva e dos processos de produção, distribuição e consumo que afectam o *Regulamento* configuram-no, na relação interagentiva que estabelece com os sujeitos militares, como sujeito da enunciação e fonte da modalidade. Por sua vez, os sujeitos militares são posicionados pelo *Regulamento* como sujeitos individualizados sobre os quais a troca de bens e serviços é efectuada.

Uma outra forma de olhar para a questão é considerar, como faz Hockey (1986: 143), que as regras e normas dos regulamentos e códigos de conduta não são aplicáveis em função de um princípio geral, mas da particularidade de uma situação: «(...) the rules embodied in the manuals of military conduct do not apply themselves, but have to be used in particular occasions, particular times, with respect to particular individuals and particular events». Ou seja, na relação interagentiva que estabelecem com o *Regulamento de Disciplina Militar*, os militares fazem corresponder a sua posição de sujeitos à posição do sujeito do enunciado, o qual deixa, assim, de ser “**O militar**” (1º exemplo), “**qualquer militar**” (2º exemplo), “**Todo o militar**” (3º exemplo), para ser um militar individualizado, ao qual a norma se aplica. Quer isto dizer que nos primeiros seis exemplos citados não estamos perante proposições, em que o que se opera é uma troca de informação cujo grau de possibilidade ou de frequência é expresso pela modalidade, mas perante propostas, em que o que se troca são bens e serviços e em que a modalidade, i. e., a modulação, expressa um sentido de obrigação. Dito de outra forma, nesses exemplos, o sujeito da enunciação, o *Regulamento*, age, por pressão ou autorização, sobre o sujeito do enunciado, o tal militar individualizado.

Ao contrário do que se passa nestes exemplos, no caso dos dois que listei separadamente, a modalidade é, efectivamente, do tipo modalização. Em exemplos como esses dois, o que temos presente é uma troca de informação em que a

modalidade expressa um sentido de possibilidade, no primeiro, e de frequência, no segundo. Não há nesses enunciados um sujeito ao qual o militar possa fazer corresponder a sua posição de sujeito, permanecendo, portanto, exterior ao texto e aceitando a informação veiculada nos enunciados como validada pela autoridade consignada ao *Regulamento*.

Embora o fornecimento de informação seja uma constante no *Regulamento de Disciplina Militar*, a sua especificidade advém-lhe mais do seu carácter actuante sobre os sujeitos militares e da relação interagentiva que com eles estabelece em termos de coacção, de permissão e de obrigação do que desse facto. Com efeito, o *Regulamento* é uma fonte completa de regras e normas relacionadas e ligadas entre si, e, na sua unidade e completude, apresenta-se como a razão escrita que define e regula a vida e a prática institucionais, a partir da relação modal que, enquanto sujeito enunciador, constrói entre si e os Actores dos processos de transitividade⁴. Como afirmei, esses Actores dos processos de transitividade adquirem valores individuais, em função da específica posição de sujeito de quem com o *Regulamento* estabelece uma relação interagentiva, e aceitam sobre si a pressão ou a permissão manifestada pelo *Regulamento*, para a realização dos processos de transitividade em causa.

A existência dos regulamentos e códigos de conduta militares, como, aliás, de

⁴ A noção de transitividade que aqui invoco distingue-se da noção com o mesmo nome atribuída à gramática tradicional e é, mais uma vez, devedora dos pressupostos teóricos da gramática sistémico-funcional, desenvolvida por M. A. K. Halliday. Considerando o que disse na nota anterior, a propósito da utilização que faço deste modelo de descrição gramatical e da sua terminologia e conceitos, cuja apresentação demorada não cabe, por limitações várias, no âmbito deste trabalho, deixo apenas registada a seguinte formulação de Halliday (1985: 101): «What does it mean to say that a clause represents a process? Our most powerful conception of reality is that it consists of ‘goings-on’: of doing, happening, feeling, being. These goings-on are sorted out in the semantic system of the language, and expressed through the grammar of the clause. Parallel with its evolution in the function of mood, expressing the active, interpersonal aspect of meaning, the clause evolved simultaneously in another grammatical function expressing the reflective, experiential aspect of meaning. This latter is the system of TRANSITIVITY. Transitivity specifies the different types of process that are recognized in the language, and the structures by which they are expressed». Ainda sobre o sistema de transitividade, veja-se a análise de processos e de participantes que efectuo, na segunda parte do Capítulo 4, tendo por base um dos textos da revista *Soldier*.

todas as leis em geral, sob a forma de texto escrito, serve três funções distintas, para além do carácter de autoridade que, por esse facto, lhes é normalmente reconhecido (cf. Goodrich, 1986, Cap. 2). Em primeiro lugar, serve a sistematização de uma série de asserções sobre as relações institucionais entre os sujeitos, apresenta um modelo geral da instituição e actua como suporte do poder disciplinar que ajuda a instaurar; em segundo lugar, implica a sua disponibilidade e acessibilidade (i. e., pode ser conhecida pelos sujeitos aos quais se aplica); por último, traz consigo a própria ideia de interpretação e a necessidade de mediação de um intérprete: no caso, o oficial, que como tal é empossado.

Relativamente a este último aspecto, é de realçar que os regulamentos militares fazem dos oficiais os seus destinatários, atribuindo-lhes a posição de sujeitos doutrinadores da ideologia militar relativamente aos militares subalternos, os quais se vêem assim como sujeitos desempossados na interacção social própria da instituição. As práticas social e discursiva na instituição são condicionadas pelos regulamentos, mas, como estes constituem e reflectem um processo comunicativo de e para os oficiais, quem, efectivamente, acaba por condicionar essas práticas são os oficiais. Por determinação legal e estatutária, que garante aos seus postos a prática de um exercício de autoridade, os oficiais funcionam como os advogados nos casos das leis de controlo do género legislativo formal civil, cuja função é exercer controlo sobre a observância da lei por parte dos cidadãos (Gunnarson, 1984: 78). Isso mesmo é visível no primeiro parágrafo da alínea 4 do Artº 2º do *Regulamento de Disciplina Militar*: **“Aos superiores cumpre instruir e exercitar os inferiores que sirvam sob as suas ordens no conhecimento da legislação em vigor”**.

O controlo exercido pelos tribunais na sociedade é, na instituição militar, fundamentalmente conseguido por meio do poder disciplinar (cf. Hunt &

Wickham, 1994) imanente aos códigos de conduta, o qual determina a sua operacionalidade por meio de um conjunto de normas constrangedoras de comportamentos e de atitudes, envolvendo omissões e infracções, como atraso no cumprimento de acções, falta de compostura, falta de higiene, desobediência, insolência, intransigência, falta de lealdade e de espírito de corpo, etc.. É o cumprimento dos já referidos cinquenta e cinco (55) deveres militares especiais enunciados no Artº 4º do *Regulamento de Disciplina Militar* que supostamente garante a não ocorrência de tais omissões e infracções.

Da relação do sujeito com as normas resulta um sistema de penalizações (advertência, repreensão, faxina, detenção, prisão, inactividade, reforma, separação), mas também de compensações (condecorações, elogios, louvores, licenças, dispensas). Garantindo e fomentando a boa ordem, estes sistemas de penalizações e de compensações produzem a individualização da humilhação, no primeiro caso, e aspiram à colectivização da competência, do zelo e do civismo, no segundo. Ao mesmo tempo, e como garante da sua própria funcionalidade, o poder disciplinar determina, e, portanto, assume como naturais, a observação e a fiscalização hierárquicas, enquanto factores burocráticos de decisão do posicionamento do sujeito face à instituição e às suas normas. Assim, o sargento ou o cabo avaliam os recrutas, o oficial avalia o sargento e as praças, o oficial comandante avalia os oficiais seus subalternos, etc..

Como afirma Dandeker (1990: 97), as já referidas mudanças nas relações entre os oficiais, as restantes patentes e as autoridades centrais transformaram os oficiais em oficiais burocratas de um poder centralizado cuja teia de vigilância se foi extensivamente alargando:

With these changes in the relationships between officers, men and the central authorities, officers became bureaucratic officials. Their activities were

concerned increasingly with evaluating the person under their command and reporting in detail at regular intervals to their superiors. There was an expansion in the amount of information held at the centre of the organization and of staffs to process and take decisions informed by it. The centralization of decision-making and the expansion of staff organizations reflected the extension of a detailed web of surveillance in the military machines of the modern nation-state.

Determinando uma hierarquização das relações entre os sujeitos militares, com base no exercício do poder disciplinar, esta teia de vigilância e de burocratização a que se refere Dandeker encontra-se bem patente na tentativa de racionalização presente no *Regulamento de Disciplina Militar* e nos códigos militares de conduta em geral. Com efeito, a palavra dos regulamentos e códigos de conduta é equacionada como compromissiva, sendo, em última análise, às palavras particulares, i. e., à letra da lei, que é dada atenção, no processo de burocratização e vigilância. Nesse processo ganham especial destaque os oficiais, como penso demonstrar no subcapítulo que, de imediato, enceto.

3.2. DISCIPLINA MILITAR E HIERARQUIA DE RELAÇÕES

«(...) soldiers became component parts of a military machine which, through a hierarchy of command and control by officers and their subordinates, could be readily manipulated by generals in the field.»

Christopher Dandeker (1990: 67)

No subcapítulo anterior afirmei que, para além de procurarem ser uma formalização do indivíduo no seio das relações de poder da instituição, os regulamentos militares visam também uma formalização da disciplina no seio dos conceitos constitutivos da instituição. Já no final, afirmei ainda que, nesses processos, é atribuída aos oficiais a posição de sujeitos doutrinadores da ideologia militar relativamente aos militares subalternos, sendo estes últimos construídos como sujeitos desempossados na interacção social da instituição. De modo a se perceber melhor tais afirmações, consideremos o Capítulo I, “**Disposições gerais**” (Art^{os} 1º, 2º e 3º), do Título I, “**Da disciplina militar**”, do *Regulamento de Disciplina Militar* português:

CAPÍTULO I **Disposições gerais**

Artigo 1.º

(Conceito de disciplina)

A disciplina militar consiste na exacta observância das leis e regulamentos militares e das determinações que de umas e outros derivam; resulta, essencialmente, de um estado de espírito, baseado no civismo e patriotismo, que conduz voluntariamente ao cumprimento individual ou em grupo da missão que cabe às forças armadas.

Artigo 2.º

(Bases da disciplina)

A disciplina deve encaminhar todas as vontades para o fim comum e fazê-las obedecer ao menor impulso do comando; coordenando os esforços de cada um, assegura às forças armadas a sua principal

força e a sua melhor garantia de bom êxito. Para que a disciplina constitua a base em que judiciosamente deve afirmar-se a instituição armada, observar-se-á rigorosamente o seguinte:

1) Todo o militar deve compenetrar-se de que a disciplina, sendo condição de êxito da missão a cumprir, se consolida e avigora pela consciência dessa missão, pela observância das normas de justiça e do cumprimento exacto dos deveres, pelo respeito dos direitos de todos, pela competência e correcção de proceder, resultantes do civismo e patriotismo que leva à aceitação natural da hierarquia e da autoridade e ao sacrifício dos interesses individuais em favor do interesse colectivo.

2) Os chefes, principalmente, e em geral todos os superiores, não devem esquecer, em caso algum, que a atenção dos seus subordinados está sempre fixa sobre os seus actos e que, por isso, a sua competência, a sua conduta irrepreensível, firme mas humana, utilizando e incentivando o diálogo e o esclarecimento, sempre que conveniente e possível, são meios seguros de manter a disciplina. Serão responsáveis pelas infracções praticadas pelos subordinados ou inferiores, quando essas infracções tenham origem em deficiente acção de comando.

3) O superior, nas suas relações com os inferiores, procurará ser para eles exemplo e guia, estabelecendo a estima recíproca, sem contudo a levar até à familiaridade, que só é permitida fora dos actos de serviço.

Tem ainda por dever curar dos interesses dos seus subordinados, respeitar a sua dignidade, ajudá-los com os seus conselhos e ter para com eles as atenções devidas, não esquecendo que todos se acham solidariamente ligados para o desempenho de uma missão comum.

4) Aos superiores cumpre instruir e exercitar os inferiores que sirvam sob as suas ordens no conhecimento da legislação em vigor.

São responsáveis pelas ordens que derem, as quais devem ser em conformidade com as leis e regulamentos, ou, nos casos omissos ou extraordinários, fundadas na melhor razão. A obediência a tais ordens será pronta e completa. Em casos excepcionais, em que o cumprimento de uma ordem possa originar inconveniente ou prejuízo, o subordinado, estando presente o superior e não sendo em acto de formatura ou faina, poderá, obtida a precisa autorização, dirigir-lhe respeitosamente as reflexões que julgar convenientes; mas, se o superior insistir na execução das ordens que tiver dado, o subordinado obedecerá prontamente, assistindo-lhe, contudo, o direito de queixa à autoridade competente, pela maneira prescrita no artigo 75.º deste Regulamento.

5) A obediência é sempre devida ao mais graduado e em igualdade de graduação ao mais antigo. Exceptuam-se os casos em que qualquer militar seja investido em cargo ou funções de serviço, em relação aos quais seja determinado o contrário, por legislação especial.

Artigo 3.º

(Conceito de infracção de disciplina)

Infracção de disciplina punível por este Regulamento é toda a omissão ou acção contrária ao dever militar que pelo CJM não seja qualificada crime.

No Artº 1º, temos o que poderemos considerar uma definição de disciplina, se bem que demasiado vaga, no sentido em que permite um leque vasto de interpretações: **“A disciplina militar consiste na exacta observância das leis e regulamentos militares e das determinações que de uns e outros derivam”**. Esta pseudo-definição deixa uma série de perguntas por responder, pois faz depender a conquista da disciplina apenas da observância das leis e regulamentos militares. As perguntas: Que leis? Que regulamentos? revelam-se pertinentes, uma vez que, como veremos, a observância destas leis e regulamentos está intimamente ligada à estrutura hierárquica das relações construídas e mantidas no interior da instituição.

Efectivamente, é a estrutura hierárquica da instituição que parcialmente determina a ausência de uma definição de disciplina neste tipo de regulamentos. As suas expressão e definição são deixadas aos oficiais, que, apesar de serem, de facto, posicionados institucionalmente como o objecto do poder imanente aos regulamentos, são também, e isto é ainda mais importante, empossados por estes para o exercício do poder sobre as praças e os oficiais de patente inferior. É que apesar dos regulamentos serem dirigidos ao sujeito militar em geral (praças, cabos, sargentos, oficiais subalternos, oficiais superiores e oficiais gerais), a sua construção textual aponta noutro sentido, mostrando que tal não é seguramente o caso. Por exemplo, o *Regulamento de Disciplina Militar* usa regularmente os grupos nominais **“o militar”/ “os militares”** (trinta e sete vezes), **“todo o militar”/ “todos os militares”** (sete vezes), mas muitas vezes usa os grupos **“o chefe”/ “os**

chefes” (vinte duas vezes)⁵, **“o superior”/ “os superiores**” (oito vezes) implicando textualmente que estes são de facto os destinatários do *Regulamento*. Esta implicação é inteiramente compreendida, quando lemos a primeira frase do parágrafo 4 do artigo 2º: **“Aos superiores cumpre instruir e exercitar os inferiores que sirvam sob as suas ordens no conhecimento da legislação em vigor”**.

O que aqui se expressa claramente é a condição hierárquica da estrutura de transmissão da informação, com o oficial a ser posicionado como o sujeito que tem o conhecimento/poder, e o inferior (i. e., a praça, já que é a única que não tem inferiores) como aquele que apenas tem acesso ao conhecimento e instrução por via do oficial empossado, independentemente do seu posto. Repare-se como, dos cinco parágrafos numerados por que é constituído este Artigo 2º, intitulado **“Bases da disciplina”**, apenas o primeiro tem como tema, i. e., como escolha enfática da mensagem, os militares em geral (**“Todo o militar”**), sendo os oficiais o tema dos três parágrafos seguintes (**“Os chefes, principalmente, e em geral todos os superiores”**; **“O superior”**; **“Aos superiores”**; respectivamente). A mudança introduzida pela nominalização no quinto e último parágrafo, cujo tema é **“A obediência”**, por um lado, enfatiza ainda mais a importância dos oficiais, pois o teor do rema não diz respeito a quem deve obediência, mas a quem é devida a obediência, aos seus beneficiários, e, por outro lado, permite o apagamento dos subordinados enquanto actores da acção de obedecer.

Tal mudança é facultada pelo aparecimento prévio (ainda no quarto parágrafo) de um *collocate*, o grupo nominal **“as ordens” – “[os superiores] São**

⁵Não foram consideradas para esta contagem as ocorrências em que o SN faz parte de grupos nominais referentes aos Chefes dos Estados-Maiores dos ramos das Forças Armadas, como acontece, por exemplo, no Nº 2 do Artº 84º: **“Poderão ser utilizadas nos vários actos do processo disciplinar folhas impressas, de modelo aprovado por despacho do Chefe do Estado-Maior respectivo”**.

responsáveis pelas ordens que derem” –, cujo valor relacional (Fairclough, 1989: 111 *et passim*)⁶ obriga à marcação gramatical dos actores participantes na acção. Só que essa marcação, no caso do agente, os subordinados, não se efectua, por efeito da nominalização do verbo obedecer, a qual, para além do apagamento de **“os subordinados”**, permite ainda a objectificação do processo de obedecer e a lexicalização do objecto-enquanto-processo como uma entidade habitual única que é independente dos participantes no processo (sobre estes conceitos *vd.* Fowler *et al.*, 1979: 207-210).

A nominalização é, aliás, fortemente usada no excerto do *Regulamento de Disciplina Militar* que estamos a considerar; veja-se, por exemplo, o Artº 3º, **“Conceito de infracção de disciplina”**: ***“Infracção de disciplina punível por este Regulamento é toda a omissão ou acção contrária ao dever militar que pelo CJM não seja qualificada de crime”*** (itálicos meus). Enquanto transformação sintáctica posta à disposição dos falantes, a nominalização faculta uma certa impessoalidade, bem como a atenuação de qualquer sentido de actividade na linguagem (Fowler *et al.*, 1979: 207), imprimindo, consequentemente,

⁶A fim de evitar confusões, registre-se que a acepção com que, aqui e em outros momentos deste trabalho, uso a palavra relacional se distingue da acepção com que a mesma é usada na gramática sistémico-funcional. Como registado no corpo do texto, sigo aqui a acepção de Fairclough, para quem as palavras podem ter três valores fundamentais: experiencial, relacional e expressivo. Atente-se na formulação do próprio Fairclough (1989: 112): «I distinguish between three types of value that formal features may have: experiential, relational, and expressive. A formal feature with *experiential* values is a trace of and a cue to the way in which the text producer's experience of the natural or social world is represented. Experiential value is to do with *contents* and knowledge and beliefs (...). A formal feature with *relational* value is a trace of and a cue to the social relationships which are enacted via the text in the discourse. Relational value is (transparently!) to do with *relations* and social relationships. And, finally, a formal feature with *expressive* value is a trace of and a cue to the producer's evaluation (in the widest sense) of the bit of the reality it relates to. Expressive value is to do with *subjects* and social identities (...). Let me emphasize that any given formal feature may simultaneously have two or three of these values». Na acepção hallidayana da gramática sistémico-funcional, que também sigo em outros contextos, a palavra relacional é usada para caracterizar, no sistema da transitividade, um dos tipos de processos reconhecíveis na linguagem, assim como as estruturas por que são expressos. Embora existam outros tipos de processos, Halliday destaca fundamentalmente três: processos materiais, processos mentais e processos relacionais. Estes últimos dizem respeito ao que Halliday chama de processos de ser: «If material processes are those of doing and mental processes those of sensing, the other main category, relational processes, are those of being; for example, *Sarah is wise, Tom is the leader*. The central meaning of clauses of this type is that something is.» (Halliday, 1985: 112).

atemporalidade e desagentização ao processo que objectifica.

Mas voltemos à questão dos destinatários dos regulamentos, nomeadamente ao que designei por estrutura hierárquica da informação. Se nos cingirmos especificamente ao conhecimento do *Regulamento de Disciplina Militar*, e não apenas ao da “**legislação em vigor**”, verificamos o seguinte:

- 1) “**Cumprir as leis, ordens e regulamentos militares**” é o 1º dos 55 deveres militares;
- 2) todos os militares devem cumprir o disposto no *Regulamento de Disciplina Militar*, porquanto, de acordo com o que é enunciado na alínea a) do nº 1 do Artº 5º, a “**todos os militares prestando serviço efectivo**” cabe cumprir os cinquenta e cinco deveres militares enunciados no Artº 4º, incluindo, portanto, o 1º desses deveres;
- 3) o conhecimento que alguns militares têm do *Regulamento de Disciplina Militar* não é um conhecimento directo, mas facultado e filtrado pela estrutura hierárquica de transmissão da informação, sendo “**transmitido a todos os militares em períodos de instrução**” (Artº 171º) e, portanto, entendido ele próprio como parte do processo de disciplinarização;
- 4) os militares que não têm conhecimento directo do *Regulamento de Disciplina Militar* são sobretudo os sujeitos que se encontram em posições de desemposse, nomeadamente as praças e os cabos;
- 5) os preceitos essenciais do *Regulamento de Disciplina Militar* resumem-se ao conceito e bases da disciplina, à infracção da disciplina e aos deveres militares, já que são estes que constituem o Título I do Regulamento, o único que “**deve estar sempre patente em local por modo adequado, em todos os quartéis de companhia, ou de efectivo inferior, e a bordo**”. (A constituição da segunda oração, como rema/informação nova (Halliday, 1985) da construção sintáctica do Artº 171º, coloca-a como referente do grupo nominal “**preceitos essenciais do RDM**”, presente no título do artigo: “**Divulgação dos preceitos essenciais do RDM**”).

- 6) “**toda a omissão ou acção contrária ao dever militar que pelo CJM não seja qualificada crime**” constitui “**infracção de disciplina punível**” pelo *Regulamento de Disciplina Militar* (Artº 3º);
- 7) decorre naturalmente das alíneas anteriores que: i) todos os militares são instruídos e exercitados quanto aos preceitos do *Regulamento de Disciplina Militar*; ii) o conhecimento assim garantido não é necessariamente conhecimento do *Regulamento de Disciplina Militar*, mas conhecimento da filosofia que lhe subjaz; iii) todos os militares têm acesso à divulgação dos “**preceitos essenciais**” do Regulamento de Disciplina Militar, tal como definidos em 5), porque a sua afixação em local público é obrigatória; iv) sendo a afixação dos “**preceitos essenciais**” do *Regulamento de Disciplina Militar* obrigatória, não é todavia obrigatório o seu conhecimento, porquanto a afixação não obriga ao seu conhecimento directo por parte dos sujeitos militares; v) o *Regulamento de Disciplina Militar* exige o cumprimento das “**leis, ordens e regulamentos militares**”, pressupondo nessa exigência o seu conhecimento, mas não exige declaradamente o seu conhecimento; vi) o conhecimento das “**leis, ordens e regulamentos militares**” não é, portanto, um dever militar; vii) um sujeito militar pode incorrer em infracção de disciplina punível pelo *Regulamento de Disciplina Militar* por acção contrária a deveres militares que não é obrigado a conhecer, apenas a cumprir; viii) os militares que mais naturalmente incorrem em infracção de disciplina punível pelo *Regulamento de Disciplina Militar*, por acção contrária a deveres militares que desconhecem, são os militares que se encontram em posições de desemposse.

O que este raciocínio expõe é aquilo que Goodrich (1987: 7) designa por um dos maiores paradoxos da cultura legal contemporânea, traduzível no facto de esta ser fundada sobre uma ideologia de consenso e de transparência, em que todos nós somos obrigados a conhecer a lei e, no entanto, ela própria faz uso de mecanismos que nos impedem de a apreender:

(...) I have been intrigued by one of the major paradoxes of contemporary legal culture, namely that its social practice is based upon an ideology of consensus and clarity – we are all commanded to know the law – and yet legal practice and legal language are structured in such a way as to prevent the acquisition of such knowledge by any other than a highly trained elite of specialists in the various domains of legal study.

No caso dos regulamentos militares, este paradoxo é ainda mais acentuado, já que a prática disciplinar motivada pelos regulamentos é exercida de cima para baixo, isto é, da elite para as massas, dos oficiais para os subalternos, ao mesmo tempo que os próprios regulamentos têm como destinatários fundamentais a mesma elite que os determinou. Analisar criticamente estes regulamentos requer, portanto, olhar para o antes e para o depois da sua enunciação e recuperá-los, ancorar o texto no contexto hierárquico da história institucional e organizativa das Forças Armadas, e ver o modo como tais regulamentos são condição essencial para o processo de auto-reprodução do sistema motivador da sua existência e em que o sujeito desempossado será sempre o sujeito desempossado, o sujeito empossado será sempre o sujeito empossado.

Efectivamente, se atendermos ao facto de a pseudo-definição de disciplina, presente no Artº 1º, claramente expressar, como vimos, que a **“disciplina militar consiste na exacta observância das leis e dos regulamentos militares e das determinações que de uns e de outros derivam”**, e que os oficiais são os únicos que têm conhecimento directo de tais leis e regulamentos, cabe aos oficiais instaurar o modelo a partir do qual a disciplina militar é não só observada, como também produzida e reproduzida. Dito de um outro modo, a disciplina militar consiste na obediência a e na observância dos ditames da hierarquia, os quais são garantidos durante o processo de recontextualização, operado pelos oficiais, das leis e regulamentos militares. Recorde-se que esse processo de recontextualização

é ele próprio consignado no *Regulamento*: “**Aos superiores cumpre instruir e exercitar os inferiores (...) no conhecimento da legislação em vigor**”.

Equacionada desta forma, a disciplina militar é, então e sobretudo, o resultado da obediência dos militares de patente inferior relativamente aos seus superiores hierárquicos. Por sua vez, as relações institucionais que entre uns e outros existem são as relações possíveis, autorizadas, configuradas, reproduzidas e motivadas pela instauração dos regulamentos como motor da manutenção da hierarquia e da disciplina que a informa, i. e., são relações de poder não entre pessoas, mas entre cargos e postos, vistas em função das posições de subordinante e de subordinado.

Se, por comparação, atentarmos no regulamento britânico, *The Queen's Regulations for the Army 1975*, verificamos que o processo é basicamente o mesmo. Vejamos, para já, o parágrafo 5.201, que abre a Parte 6, referente à disciplina, do Capítulo 5, “**Unit Command, Control and Administration**”:

PART 6 – DISCIPLINE

General

5.201. Discipline, comradeship, leadership, and self respect form the basis of morale and of military efficiency. Good discipline within the unit is the foundation of good discipline throughout the Army and is based on good man management. It is therefore essential that every soldier should be brought to understand not only the importance, but the purpose of discipline; that indiscipline has no place in the Army, and that in war it may have serious effects or even lead to disaster. All officers, warrant officers and NCOs are to maintain discipline over officers and soldiers of lower rank than themselves.

5.201A. The essential ingredients of discipline and military efficiency owe nothing to any unauthorized initiation or other rites aimed at terrifying or inflicting physical or mental degradation upon any individual. Such conduct would be directly contrary to the requirements of training, morale and good leadership. Although traditionally ceremonies have taken place in

some units of the army, such activities may take place only with the specific authority and under the supervisory arrangements of the commanding officer of the unit concerned. Allegations of unauthorized activities are to be referred to the Special Investigation Branch for investigation with a view to the taking of disciplinary action under the Army Act 1955 against the instigators and other participants. The contents of this paragraph are to be repeated at least annually in all formation, unit and sub unit orders.

Repare-se como no texto não há qualquer tentativa de definição do conceito de disciplina. O significado por detrás do conceito é assumido, pressupondo-se a existência da disciplina, por via do seu agrupamento com os conceitos de camaradagem, liderança e respeito próprio, enquanto bases da moral e da eficiência. Aliás, o agrupamento dos quatro conceitos é também importante, no sentido em que nos diz o que a disciplina não é: não é camaradagem, não é liderança e não é respeito próprio, ou pelo menos não envolve estes conceitos, pois eles são listados como conceitos-chave de pleno direito e ao mesmo nível da disciplina. A ausência de uma definição é ainda mais estranha, quando verificamos que, de acordo com as *Regulations* existe boa e má disciplina (esta pressuposta pela existência de boa disciplina), para além de indisciplina. A existência de disciplina não é suficiente; é necessário que seja boa disciplina, mesmo que não se saiba o que é tal coisa, nem as *Regulations* a definam.

Toda a questão se revela complexa e problemática, quando lemos, por exemplo, o parágrafo 69 do *Army Act 1955*, corrigido pelo *Armed Forces Act 1971*, e intitulado “**Conduct to prejudice of military discipline**”. De acordo com este parágrafo, “**Any person subject to military law who is guilty of any conduct or neglect to the prejudice of good order and military discipline shall, on conviction by court-martial, be liable to imprisonment for a term not exceeding two years or any less punishment provided by this Act**”. À parte

certas ofensas, que pelo carácter óbvio da sua natureza não necessitam de uma definição prévia dos conceitos de “**good order**” e de “**military discipline**” para serem entendidos como tal, existe todo um conjunto de pequenos delitos e pequenas ofensas que podem, ou não, fazer parte desta categoria, dependendo de o que se entende por “**good order**” e por “**military discipline**”. Para além disso, o parágrafo é redundante, já que a ideia de ordem está intimamente ligada à de disciplina, sendo a disciplina, de facto, um sistema ou método para a manutenção da ordem, um sistema de regras de comportamento.

Podemos então dizer que, em geral, o processo comunicativo de que *The Queen's Regulations for the Army 1975* fazem parte é mais ou menos coincidente com o presente no caso português, se bem que expresso de uma forma mais clara quer no texto do Imprimatur, quer no texto do Prefácio. Vejamos, primeiro, o caso do Imprimatur, que apresento na íntegra:

HER MAJESTY THE QUEEN has been graciously pleased to approve the following revised 'The Queen's Regulations for the Army' and to command that they be strictly observed on all occasions.

They are to be interpreted reasonably and intelligently, with due regard to the interests of the Service, bearing in mind that no attempt has been made to provide for necessary and self-evident exceptions.

Commanders at all levels are to ensure that any local orders or instructions that may be issued are guided and directed by the spirit and intention of these Regulations.

By Command of the Defence Council
[signature]

MINISTRY OF DEFENCE
April 1987

Cada um dos três parágrafos do Imprimatur tem apenas uma frase e cada uma destas apresenta um tema não-marcado (Halliday, 1985). Os sujeitos e os temas de

cada frase são introduzidos de um modo progressivo. O primeiro é “**Her Majesty The Queen**”, cujo referente no sistema político-jurídico britânico está acima de todo e qualquer cidadão, sendo, portanto, referido em primeiro lugar. É a aprovação da rainha que legitima as *Regulations* e empossa o Comando do Conselho de Defesa para imprimir o Imprimatur. Depois, na segunda frase, produzida na voz passiva, avançamos para novo tema, as *Regulations*, por meio do uso de um pronome, “**They**”, como núcleo de um grupo nominal que anaforicamente se refere a “**The Queens’s Regulations for the Army**” (objecto da primeira oração da primeira frase). A terceira frase tem novo tema não-marcado, “**Commanders at all levels**”, o qual é de facto o actor ausente da já mencionada frase passiva (“**They are to be interpreted (...) [by commanders at all levels]**”). E estes *comandantes a todos os níveis* não são apenas os actores ausentes da frase passiva, são também e principalmente, os destinatários do conjunto das *Regulations*.

Passando agora para o Prefácio, vejamos o que nele é enunciado:

PREFACE

1. **The Queen's Regulations lay down the policy and procedure to be observed in the command and administration of the Army. They provide commanding officers with direction on the command and administration of their units, on the efficiency of which depends the effectiveness of the Army as a whole.**
2. **All general matters concerned with a commanding officer's responsibilities have been grouped in one chapter – Chapter 5 – Unit Command, Control and Administration. Chapters 1 to 4 set out the framework of command and administration above the unit level.**
3. **Subjects such as Manning and Conditions of Service, Legal Matters and Ceremonial are, however, large enough to merit separate chapters, and these have been placed after Chapter 5. There are also further chapters, of a general nature, common to all three services and already agreed as joint Service chapters, for example the Press and Public Information.**

4. The letter 'J' preceding a paragraph number indicates that the paragraph in identical form (apart from the number and from necessary differences in relation to ranks, cross references, etc) is published normally in The Queen's Regulations for each of the three Services. In the case of the Army certain of these paragraphs appear not in The Queen's Regulations but in other specialised regulations, and appropriate references are made in The Queen's Regulations for the Army to those publications. The text of 'J' paragraphs may not be amended without inter Service agreement.

5. In general, abbreviations are not used in these regulations, except when referring to Ministry of Defence Directorates. Any other abbreviation used, unless its meaning is obvious, is shown in brackets after the term to which it applies, on its first appearance. Such abbreviations are also to be found in Volume 1 of the Joint Service Staff Manual (JSP 101).

6. Unless the contrary intention appears, words importing the masculine gender include the feminine.

De acordo com o primeiro parágrafo, as *Regulations* determinam qual a política e quais os procedimentos que devem ser observados no comando e administração do exército, providenciando os oficiais comandantes com linhas de direcção para o comando e administração das suas unidades; neste sentido, elas constroem o oficial comandante, posicionando-o como objecto do poder (daí o Imprimatur: “(...) **they be strictly observed on all occasions.**”), mas, ao mesmo tempo, empossam-no para directamente aplicar a política (e a ideologia) da instituição na sua unidade (daí, também, o Imprimatur: “**Commanders at all levels are to ensure that (...)**”). No fundo da hierarquia está a praça⁷, sobre a qual o poder é exercido. E se as *Regulations* tentam, efectivamente, fazer uma distinção entre soldados e praças (por meio do uso do grupo nominal “**private soldiers**”, assim introduzindo outro tipo de soldados), significando com “**soldier**” o sujeito

⁷Ainda que a estrutura hierárquica das forças armadas portuguesas seja diferente da das britânicas, neste texto faço corresponder *private* a *praça*, o que de alguma forma contraria o que é enunciado no *Regulamento de Disciplina Militar*, pois para isso excluo os cabos do grupo das praças, à semelhança da organização estrutural britânica, em que os cabos e os sargentos constituem o grupo dos *NCO's* (*Non Commissioned Officers*).

militar em geral, o objectivo não é sempre alcançado, porquanto “**soldier**” significa muitas vezes apenas “*private*” e mais nenhum outro sujeito militar.

A exclusão dos oficiais do grupo dos soldados é operada no parágrafo J5.064b, por exemplo, por meio da ligação de dois grupos nominais num grupo nominal complexo: “**serving officers and soldiers**”. Mas o mesmo princípio está presente no já citado parágrafo 5.201, sobre disciplina. Na frase “**It is therefore essential that every soldier should be brought to understand not only the importance, but the purpose of discipline**”, a palavra “**soldier**” significa, de facto, “*private*”, uma vez que, mais uma vez, o actor ausente da frase é “**Commanding officers**”, um grupo nominal que denota um grupo de militares que na hierarquia da instituição britânica inclui todo o sujeito militar com excepção da praça. Atente-se ainda na passividade que o uso da forma verbal “**should be brought to understand**” atribui às praças, quase sempre representadas, como também já vimos a propósito do *Regulamento de Disciplina Militar*, não só como os sujeitos sobre os quais é exercida a disciplina, mas também como aqueles a quem é negada autonomia e poder de emancipação face à condição hierárquica da estrutura de transmissão da informação. O parágrafo 5.203, como o próprio título indica, “**Explanation to soldiers**”, é disso sintomático, na sua construção.

Explanation to Soldiers

5.203. The disciplinary provisions of the Army Act 1955 (sections 24 to 71) are to be explained to soldiers by their officers as part of normal training. At the same time, soldiers are to be made aware of their legal rights as explained in the pamphlet The Rights of a Soldier Charged with an Offence under the Army Act 1955, which is to be available to them in case of need. The attention of all soldiers is to be drawn to this pamphlet, at least annually, in unit orders.

Para além do seu valor semântico, denotando a subalternidade das praças, os

verbos estão na voz passiva: “**are to be explained**”, “**are to be made aware**”, “**is to be drawn**”. E repare-se como, ao contrário do que seria natural, “**soldiers**” não é, em nenhum dos casos, tema de frase.

Tal como vimos, aquando da consideração do apagamento do actor na frase da voz passiva do Imprimatur, o oficial comandante não está claramente designado como o intérprete das *Regulations*; todavia, ele é claramente designado, na terceira frase do mesmo Imprimatur, como sendo o responsável que deve assegurar-se de que, na administração da sua unidade, todas as ordens ou instruções que forem dadas devem ser guiadas e dirigidas pelo espírito e pela intenção das *Regulations*. A construção do primeiro parágrafo do Prefácio contribui também para o posicionamento do oficial (para a sua sujeitificação) como uma peça central no sucesso da instituição. Uma vez que a eficiência do exército depende da eficácia das unidades por que este é constituído, e a eficácia das unidades depende da correcta interpretação das *Regulations* por parte dos oficiais comandantes, são estes que acabam por ser, de facto, a base estrutural da eficiência do exército. De tal forma que um capítulo inteiro, o quinto, foi concebido para dar conta das responsabilidades dos oficiais comandantes, e quatro capítulos, do primeiro ao quarto, para dar conta dos procedimentos de administração acima do nível da unidade. (Veja-se a importância que, no Prefácio, é atribuída à organização estrutural das *Regulations*, cuja explicação constitui um parágrafo separado, o segundo, de modo a tornar claro e de compreensão imediata quais os capítulos que são cruciais para o comando e administração das unidades).

Da mesma forma, a listagem, no já referido parágrafo 5.201, dos conceitos de disciplina, camaradagem, liderança e respeito próprio, como formando a base da moral e da eficiência militares, corresponde à afirmação da importância da hierarquia no seio da instituição; não esqueçamos que a disciplina e a liderança são

exercidas de cima para baixo, entre grupos de patentes diferentes. Mas simultaneamente, a listagem corresponde, também, ao reconhecimento do grupo dos oficiais como actores importantes na conquista da moral e da eficiência, porquanto são estes quem exerce a disciplina e a liderança.

Repare-se ainda como os quatro conceitos são tomados de diferentes ordens de discurso. Por um lado, temos os conceitos de disciplina e de liderança, facilmente identificáveis como do domínio da ordem de discurso militar, embora façam também parte de outras ordens de discurso; e, por outro, temos camaradagem e respeito próprio, conceitos que não são fácil e imediatamente enquadráveis no mesmo domínio. Formando, portanto, dois grupos, os quatro conceitos entrelaçam-se, porém, na listagem, numa tentativa de compensação dos efeitos negativos de um pelos efeitos positivos do outro. A disciplina e a liderança, que podem conduzir a práticas abusivas, vêem esse potencial minimizado pela prática da camaradagem e do respeito próprio, respectivamente.

Mais uma vez, cabe ao oficial fazer uma interpretação correcta das *Regulations* e estabelecer, ou não, uma relação entre este parágrafo e o seguinte (5.201A), ausente da edição original das *Regulations* e fruto de uma correcção posterior. O que nesse parágrafo parece estar em causa é aquilo que no parágrafo anterior se designa (por pressuposição) de “**bad discipline**”: disciplina cuja prática resulta em aterrorizar e inflectir degradação física e mental sobre qualquer indivíduo. A relação entre os dois parágrafos é, pois, feita seguindo uma lógica que apresento em diagrama na figura 3.1.

Passando para o Capítulo 5 das *Regulations*, vejamos como as responsabilidades do oficial comandante são nele enfatizadas. Na parte 2 deste capítulo, dedicada à conduta pessoal e à eficiência, o parágrafo 5.061, intitulado “**Attitude towards Subordinates**”, estabelece quais os procedimentos

comportamentais que os oficiais devem adoptar relativamente aos seus subordinados. Porém, o que sabemos sobre tais procedimentos é que eles devem ser métodos de comando e de tratamento definíveis não pela sua natureza específica, mas pelos resultados que supostamente devem alcançar: **“Officers, warrant officers and NCOs are to adopt towards subordinates such methods of command and treatment as will ensure respect for authority and foster the feelings of self respect and personal honour essential to military efficiency”**.

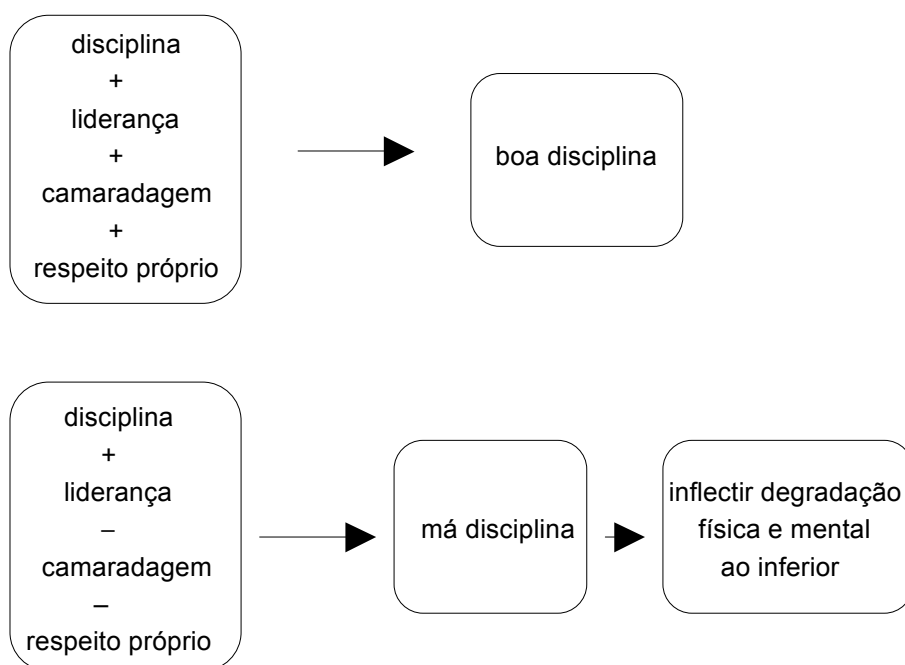


Figura 3.1.

O uso de linguagem intemperada, a adopção de modos ofensivos e a repreensão de oficiais subalternos em presença dos seus subordinados, são as únicas práticas que são excluídas (por nomeação independente nas segunda e terceira frases do mesmo parágrafo) de tais métodos: **“They are not to use intemperate language or adopt an offensive manner. Officers and warrant officers are not to be reprovved in the presence of subordinates. Similarly**

NCOs are not to be reprovved in the presence or hearing of private soldiers”.

Repare-se, no entanto, que o que aqui está em causa, no que se refere à repreensão de oficiais na presença dos subordinados, não diz respeito à possibilidade de, com tal prática, se ferir a dignidade do oficial em questão, mas à ameaça dos princípios de hierarquia e de disciplina que tal prática introduz⁸.

À parte estes casos, os métodos de comando não incluem nem excluem algo mais, já que nem sequer são definidos. Ora, é esta ausência de definição (como a ausência de uma definição do conceito de disciplina) que resulta contraditória, relativamente ao que é afirmado no Prefácio sobre providenciar os oficiais comandantes com linhas de direcção sobre o comando e administração das suas unidades. É claro que o que temos aqui é uma deliberada (e pouco clara) vontade de dar ao oficial uma certa liberdade de acção. De facto, os métodos (“**such methods**”) são os que o oficial considerar melhores a partir do processo de observância, e sobretudo de interpretação, das *Regulations*: “**They are to be interpreted reasonably and intelligently**”.

Um outro aspecto que merece ser mencionado em relação ao processo de emposse do oficial, enquanto parte da específica atribuição de papel de sujeito de que é alvo (a sua sujeitificação), tem a ver com as acções que podem ser consideradas excepções ao que é estabelecido no regulamento. No Imprimatur é afirmado que não foi feita qualquer tentativa para dar conta das excepções necessárias e evidentes ao processo de interpretação (razoável e inteligente) do regulamento. O mero acto de afirmar este facto, relacionado com a ausência de

⁸O mesmo princípio está também presente no Artº 10º do *Regulamento de Disciplina Militar*, nomeadamente no seu terceiro parágrafo, que passo a citar: “**1 – Todo o militar pode elogiar ou advertir os seus subordinados ou inferiores hierárquicos por qualquer acto por estes praticado que não deva ser recompensado ou punido nos termos deste Regulamento. 2 – Porém, qualquer que seja a sua graduação, nenhum militar o poderá fazer na presença de superior sem previamente lhe pedir autorização. 3 – A advertência a qualquer militar não poderá ser feita na presença de militares de graduação inferior ou de civis seus subordinados.**”

definições precisas dos conceitos, introduz uma certa ambiguidade que permite uma multiplicidade de interpretações na leitura das *Regulations*. As excepções serão fundamentalmente as que os oficiais, enquanto elite e sujeitos de poder, determinarem.

Como penso ter ficado claro nesta exposição, o processo de emposse do oficial como intérprete dos regulamentos e leis militares, e como zelador pelo seu cumprimento por parte dos subordinados, é efectuado de modos semelhantes no *Regulamento de Disciplina Militar* e em *The Queen's Regulations for the Army 1975*. Esta não é, então, uma característica de um ou de outro regulamento, mas dos regulamentos militares em geral e, conseqüentemente, da instituição militar. Efectivamente, quer-me parecer que as possíveis diferenças entre os vários regulamentos não são instituídas a esse nível, mas ao nível dos instrumentos que são garantidos aos oficiais para o exercício do poder disciplinar. É por isso que, no caso da instituição portuguesa e do seu *Regulamento de Disciplina Militar*, em particular, a enunciação dos cinquenta e cinco (55) deveres militares especiais ganha especial preponderância no processo de emposse do oficial. Com efeito, como veremos no subcapítulo que de seguida apresento, os deveres militares especiais funcionam como um instrumento privilegiado do exercício do poder disciplinar, na medida em que garantem ao oficial as razões e as causas para a sua afirmação como sujeito de poder.

3.3. DEVERES MILITARES E CONSTRANGIMENTOS INSTITUCIONAIS

«(...) rules and regulations in the Army are not inflexible. Rather they serve as guidelines for action which both officers and NCOs must interpret to maintain discipline which is necessary if military work is to be accomplished efficiently.»

John Hockey (1986: 20)

Mesmo numa leitura superficial do Artº 4º do *Regulamento de Disciplina Militar*, intitulado “**Deveres Militares**”, é impossível não notar a discrepância existente entre o conteúdo de cada um dos cinquenta e cinco deveres militares listados e a sua ordenação. Essa é, aliás, a característica mais determinante deste Artigo, sendo possível afirmar que, na listagem dos deveres militares, se nota sobretudo uma preocupação com a enunciação de *todos* eles, sem que seja visível ou perceptível, em tal enunciação, a existência de um qualquer critério sócio-semântico a comandar o seu agrupamento ou ordem. Ou seja, a preocupação fundamental do legislador parece ter sido a listagem dos cinquenta e cinco deveres, independentemente da importância de cada um deles.

Parecendo ter sido comandada por critérios essencialmente devedores de elementos circunstanciais, como a memória e a reflexão efectuada no momento, a listagem garante a todos os deveres o mesmo grau de importância, já que a ordem em que cada um é apresentado não tem qualquer função, face à apresentação propriamente dita. Assim, o facto de o dever que determina que todo o militar deve “**Manter hábitos de higiene**” estar listado em 44º lugar, antes, por exemplo, do dever que determina que todo o militar deve “**Participar, sem delongas, à autoridade competente a existência de algum crime ou infracção que descubra ou de que tenha conhecimento**” (dever 50º), é pouco relevante, face à

importância do dever em si mesmo.

Mas se este modelo de apresentação acentua a importância de todos os deveres por igual, e não a maior importância de uns relativamente a outros, ela acentua também, e sobretudo, a importância da existência de deveres, relegando para um segundo plano o teor dos mesmos. O que é determinante não são os cinquenta e cinco deveres militares especiais, mas a existência dos mesmos num Artigo do *Regulamento* e de os militares se *deverem* a eles submeter. Daí, talvez, a voz corrente na instituição que afirma que os militares não têm direitos, mas apenas deveres, glorificando-se, assim, a própria ideia de dever e, com ela, a de submissão a um poder instituído, característica fundamental da condição de se ser militar. Só que essa voz corrente, à semelhança do que acontece com o próprio Artº 4º, confunde dever com proibição.

Enquanto acto que tem de se executar em virtude de uma ordem, preceito ou contrato, um dever constitui-se como uma obrigação; no caso, trata-se de actos que devem ser obrigatoriamente executados enquanto preceitos consignados no *Regulamento*. A proibição, por sua vez, impede ou restringe um acto ou acção e, portanto, assegura, uma prática comportamental dentro de determinados constrangimentos, i. e., dentro de um quadro de limitações que garantem a integralidade e a coerência do exercício de uma actividade, profissão, ou condição, como no caso da instituição militar. Deveres e proibições reflectem e motivam realidades institucionais diferentes e, como tal, requerem também enquadramentos diferentes ao nível dos regulamentos e códigos de conduta.

Não parece ter sido essa a opção dos legisladores, no caso do *Regulamento de Disciplina Militar*. Lidos com atenção os cinquenta e cinco deveres militares, verifica-se que apenas trinta e dois são claramente deveres, enquanto, dos restantes, vinte e dois são proibições e um é ambas as coisas, dever e proibição, já

que no mesmo é estabelecida uma relação de consequência entre uma coisa e a outra. Devido precisamente à sua especificidade, esse dever, o 13º, constitui, aliás, um óptimo ponto de partida para a consideração de todos os outros casos, pelo que passo a citá-lo. Antes, porém, chamo a atenção para o facto de, na leitura deste, como também na de todos os outros deveres, ser necessário atender à oração final do parágrafo que abre o Artº 4º e que antecede a listagem dos cinquenta e cinco deveres⁹. É que a sintaxe de cada um dos deveres é a ela submetida, por se tratar da oração que antecede e atribui significado à listagem. Por outras palavras, e parafraseando o sentido dessa oração, a leitura de cada um dos cinquenta e cinco deveres, e portanto também deste 13º, deve ser feita, tendo em mente a oração “O militar tem por dever, entre outros...”.

13º Conservar, em todas as circunstâncias, um rigoroso apartidarismo político.

Para tanto, é-lhe vedado:

a) Sendo do quadro permanente, na efectividade de serviço ou prestando serviço em regime voluntário:

Exercer qualquer actividade política sem estar devidamente autorizado;

Ser filiado em agrupamentos ou associações de carácter político;

b) Estando em serviço militar obrigatório, praticar durante o tempo de permanência no serviço activo nas forças armadas actividades políticas, ou com estas relacionadas, sem estar devidamente autorizado;

A redacção deste dever 13º consagra a existência de duas realidades distintas, interdependentes. Ou seja, a efectivação, por parte dos militares, do dever de conservação de apartidarismo político só é possível porque lhes são impostas

⁹A redacção do parágrafo inicial do Artº 4º é a seguinte: “O militar deve regular o seu procedimento pelos ditames da virtude e da honra, amar a Pátria e defendê-la com todas as suas forças até ao sacrificio da própria vida, guardar e fazer guardar a Constituição em vigor e mais leis da República, de que tomará compromisso solene segundo a fórmula adoptada, e tem por deveres especiais os seguintes:”.

algumas proibições prévias. Quer isto dizer que, em alguns casos, ou neste, pelo menos, a proibição é condição essencial para a execução de um dever, com ele se confundindo. Repare-se que o não agir contra as proibições constantes nas alíneas a) e b) do dever é, por si só, garantia da execução do dever e vice-versa. O carácter redundante da redacção apenas acentua o lado de proibição que o dever comporta.

É esta característica do dever que o legislador não consegue evitar na redacção de pelo menos vinte e dois dos cinquenta e cinco deveres militares especiais, como afirmei. É que, tendo em consideração o conteúdo e a redacção dos deveres listado neste Artº 4º, é possível agrupá-los em dois grandes grupos – Deveres e Proibições –, como se pode ver pela leitura do Apêndice 3-A, que apresento no final deste capítulo. A leitura do Apêndice, onde se encontram listados os cinquenta e cinco deveres militares na sua totalidade, mostra que, num grupo, temos os casos em que as frases apresentam polaridade positiva, neles se incluindo os preceitos (os deveres) cuja execução os militares *devem assegurar*; no outro grupo, constituído pelos casos em que as frases apresentam polaridade negativa, estão incluídas as proibições, i. e., as acções que os militares *não podem* executar.

Na prática, os cinquenta e cinco deveres militares são uma listagem daquilo que o militar *deve e não deve* fazer para desempenhar com êxito a sua função de militar, ou, dito de outro modo, uma listagem daquilo que o militar deve fazer, e uma outra listagem, com a primeira entrelaçada, daquilo que o militar não pode fazer. Assim, o militar deve **“Cumprir as leis, ordens e regulamentos militares”** (1º dever) e não pode **“praticar, no serviço ou fora dele, acções contrárias à moral pública, ao brio e ao decoro militar”** (16º dever). Todavia, ao transformar as proibições em deveres, por subordinação da sintaxe de cada uma delas à sintaxe da oração final do parágrafo que abre o Artigo – a já referida oração parafraseável

em “O militar tem por dever, entre outros...” –, o *Regulamento de Disciplina Militar* acentua o carácter excepcional da condição militar, cujos agentes são assim construídos como elementos de um grupo ou comunidade especiais, com responsabilidades e deveres específicos impostos pela profissão.

Exemplificando: ao afirmar que o militar tem por dever militar especial “**Não praticar, no serviço ou fora dele, acções contrárias à moral pública, ao brio e ao decoro militar**”, para continuarmos com o mesmo exemplo (16º dever), o *Regulamento* afirma, efectivamente, que o militar está proibido de “**praticar, no serviço ou fora dele, acções contrárias à moral pública, ao brio e ao decoro militar**”. A escolha de uma sintaxe em detrimento da outra não é, neste contexto, inocente, porquanto se revela concordante com os princípios que comandaram a opção, primeira e essencial, de integrar no *Regulamento* um Artigo referente aos deveres militares. Com efeito, enfatizar o carácter de proibição subjacente a algo é diferente de enfatizar o carácter de dever que também lhe subjaz.

O que quero dizer é que a existência de uma proibição implica a existência de um dever: o dever de agir em conformidade com o que na proibição é estabelecido. Ou seja, se é proibido fumar em recintos fechados, os cidadãos têm por dever não fumar em recintos fechados. Da mesma forma, se os militares estão proibidos de “**praticar, no serviço ou fora dele, acções contrárias à moral pública, ao brio e ao decoro militar**”, os militares têm por dever “**Não praticar, no serviço ou fora dele, acções contrárias à moral pública, ao brio e ao decoro militar**”. A insistência no dever é uma insistência na responsabilização dos indivíduos face à proibição. Nesta, o indivíduo é colocado perante algo que lhe é exterior e em que duas opções se lhe deparam, podendo, em última análise, agir contra a proibição e realizar a acção proibida. No dever, pelo contrário, o indivíduo é responsabilizado directamente, sendo colocado numa posição de obrigatoriedade de acção

relativamente ao que nele é estabelecido.

O facto de os verdadeiros deveres do Artº 4º serem apresentados em frases com polaridade positiva, que não veiculam qualquer pressuposição relativamente a outras potenciais acções, contribui para o significado de obrigatoriedade que neles é detectado. Por sua vez, o facto de os restantes deveres serem apresentados em frases com polaridade negativa, que negam uma possível acção, pressupondo-a, colocam o indivíduo perante uma escolha em que a acção que lhe é requerida assume um carácter de obrigatoriedade, mas a sua contrária não deixa de ser uma possibilidade. Vejamos alguns exemplos:

O militar (...) tem por deveres especiais os seguintes:

1º Cumprir as leis, ordens e regulamentos militares;

2º Cumprir completa e prontamente as ordens relativas ao serviço;

(...)

22º Não abusar da autoridade que competir à sua graduação ou posto de serviço;

(...)

42º Não infringir os regulamentos e ordens das autoridades policiais e da Administração Pública;

Embora não seja detectável na enunciação dos deveres um critério claro e regular na escolha entre frases com polaridade positiva ou frases com polaridade negativa, não há dúvidas de que a opção entre uma coisa e outra estava presente à partida, aquando do momento da redacção do *Regulamento*. Parece-me evidente que existem casos, como o do 22º dever, em que o legislador não teve escolha possível, mas o confronto do 42º dever com os 1º e 2º deveres demonstra, na prática, que os dois modelos de formulação sintáctica são possíveis para cada um dos três exemplos. Assim, se se pode dizer, por meio de uma frase com polaridade positiva, que o militar tem por dever “**Cumprir as leis, ordens e regulamentos militares**”, também se pode dizer, desta vez por meio de uma frase com polaridade

negativa, que o militar tem por dever “[Não infringir] **as leis, ordens e regulamentos militares**”. O mesmo é válido para o 42º dever.

Para se perceber as razões de uma escolha em detrimento da outra é necessário atentar nas diferenças de significado expressas em cada uma das formulações sintácticas. Repare-se que, como dizia, as frases de polaridade positiva garantem um carácter de obrigatoriedade, como no caso do 1º dever, em que a acção contrária à enunciada não é posta sequer como possibilidade. Se o mesmo dever fosse enunciado por meio de uma frase de polaridade negativa, teríamos veiculada na frase a possibilidade de infracção, de não cumprimento das “leis, ordens e regulamentos militares”. A leitura do 42º dever, feita tendo como contraponto a leitura do 1º, ajuda-nos a perceber a diferença entre as duas construções. É que “**Não infringir os regulamentos e ordens das autoridades policiais e da Administração Pública**” não é o mesmo que cumpri-los, como é veiculado no 1º dever, relativamente às “**leis, ordens e regulamentos militares**”.

Cumprir uma lei e não infringi-la são duas acções diferentes. No caso do 1º dever, estamos perante uma acção dada como natural, em que “**as leis, ordens e regulamentos militares**” são construídos como mantendo uma relação de formação e de dependência com o sujeito, sem cuja acção perdem significado. É a acção do sujeito militar, de cumprimento dos regulamentos, que garante a funcionalidade e o significado do mesmos. No caso do dever 42º (ou do 1º, se lhe alterarmos a sintaxe), estamos perante uma acção dada como excepional, em que “**os regulamentos e ordens das autoridades policiais e da Administração Pública**” são construídos como independentes do sujeito e cuja funcionalidade e significado são exteriores a ele ou às suas acções.

Na prática, os deveres enunciados em frases de polaridade negativa são, como já disse, proibições que pretendem assegurar que certos comportamentos e

atitudes não serão assumidos pelos militares. Daí que, em termos gerais, o teor desses deveres seja bastante preciso, sem que se deixe margens para dúvidas sobre a acção que se está a proibir. Embora não seja exactamente a esses aspectos que me refiro, compare-se, por exemplo, nos citados deveres 1º e 42º, os diferentes tempos verbais neles usados, em que **“Cumprir”** tem um significado muito mais abrangente e indefinido do que **“infringir”**.

As diferenças entre os dois tipos de deveres, ou melhor, entre os deveres e as proibições, são mais visíveis quando analisadas as acções neles veiculados. Atente-se, a esse respeito, no Quadro 3.1., onde apresento, embora incompleta e sumariamente, as acções referidas nos primeiros doze deveres (deveres 1º a 11º e dever 13º) e nas primeiras doze proibições (deveres 12º, 14º a 17º, 22º, 25º, 26º, 28º, 30º a 32º).

Embora não seja possível detectar nas diferenças entre os deveres e as proibições uma regularidade sistemática, a comparação dos tipos de acções inscritas num e noutro caso demonstra que, no cômputo geral, as proibições se referem, como disse, a aspectos mais precisos do comportamento dos militares, ao passo que os deveres dizem respeito a acções de carácter mais abstracto. Compare-se, por exemplo, as acções de **“cumprir as leis”**, de **“respeitar e agir lealmente”**, de **“ser sensato e enérgico”**, de **“informar com verdade”**, de **“dedicar toda a sua inteligência, zelo e aptidão”**, etc., com as acções, presentes nas proibições, de **“não tomar parte em manifestações colectivas”**, de **“não manifestar ideias contrárias à Constituição”**, de **“não praticar acções contrárias à moral pública”**, de **“não arruinar, inutilizar [material militar]”**, de **“não fazer uso de qualquer arma sem ordem”**, etc..

O que é visível nestes doze primeiros exemplos de cada uma das realidades, deveres e proibições, é ainda mais visível quando considerada a totalidade dos

cinquenta e cinco deveres que constituem o Artº 4º, ou quando postos em confronto os casos extremados de uma e de outra realidades. A opção pela escolha dos doze primeiros exemplos, em detrimento de qualquer uma destas possibilidades, apenas pretendeu evitar que a listagem de exemplos se tornasse demasiado tediosa, o que aconteceria caso a opção tivesse sido listar os cinquenta e cinco deveres, e, ao mesmo tempo, garantir isenção na apresentação dos dados, o que não aconteceria se tivessem sido postos em confronto apenas os casos extremados.

DEVERES	PROIBIÇÕES
• cumprir as leis, ordens e regulamentos militares • cumprir as ordens relativas ao serviço • respeitar e agir lealmente para com os superiores [e] subordinados • dar o exemplo aos seus subordinados e inferiores hierárquicos • ser prudente e justo na exigência do cumprimento das ordens • ser sensato e enérgico na actuação contra qualquer desobediência • assumir a responsabilidade dos actos que praticar • informar com verdade o superior acerca de qualquer assunto de serviço • dedicar ao serviço toda a sua inteligência, zelo e aptidão • cumprir as normas de segurança militar • conservar-se pronto para o serviço, evitando qualquer acto imprudente • conservar um rigoroso apartidarismo político	• não tomar parte em manifestações colectivas atentatórias da disciplina • não assistir uniformizado a reuniões públicas de carácter político • não manifestar de viva voz ideias contrárias à Constituição • não praticar acções contrárias à moral pública • não se valer da sua autoridade ou posto de serviço • não abusar da autoridade que competir à sua graduação • não utilizar instalações em fins estranhos ao serviço • não arruinar, inutilizar [material militar] • não se servir dos meios de comunicação social para tratar assuntos de serviço • não perturbar a ordem [pública] • não consentir que alguém se apodere ilegalmente das armas à sua responsabilidade • não fazer uso de qualquer arma sem ordem

Quadro 3.1. – Acções obrigatórias e acções proibidas

A existência, entre os cinquenta e cinco deveres militares, de duas realidades

de conteúdo semântico diferentes – deveres e proibições – com contrapontos sintácticos também diferentes, para além de mostrar a presença de acções mais abstractas, num caso, e acções mais precisas, no outro, mostra ainda que os participantes dessas acções, bem como as relações que com elas e com outros participantes estes estabelecem, são diferentes nos deveres e nas proibições. Efectivamente, no geral, as proibições – mais dadas à enunciação de acções precisas – colocam o militar em confronto com acções que dizem respeito à sua relação ou com o exterior da instituição ou com factores internos desligados de princípios de hierarquia, ao passo que os deveres reflectem, mais do que as proibições, aspectos internos da instituição e da estrutura hierárquica que a determina. Nestes o que está em causa são fundamentalmente deveres referentes às relações entre os oficiais e os subalternos e entre estes e os seus superiores, normalmente associados a questões de obediência, disciplina e de hierarquia. Veja-se, a título de exemplo, os 1º, 2º, 3º e 4º deveres:

- 1.º Cumprir as leis, ordens e regulamentos militares;
- 2.º Cumprir completa e prontamente as ordens relativas ao serviço;
- 3.º Respeitar e agir lealmente para com os superiores, subordinados ou de hierarquia igual ou inferior, tanto no serviço como fora dele, e usar entre si as deferências em uso na sociedade civil;
- 4.º Dar o exemplo aos seus subordinados e inferiores hierárquicos;

O que nestes exemplos sobressai, como, aliás, na maioria dos trinta e dois deveres que constituem os verdadeiros deveres militares, é o facto de neles estar presente o princípio de hierarquização a que a instituição está sujeita e que, mais uma vez, parece apontar para os oficiais como os verdadeiros destinatários do *Regulamento*. É que, na sua maioria, estes deveres tem por destinatários sujeitos com responsabilidades de comando e de chefia, com a particularidade de muitas

das acções neles defendidas assumirem carácter abstracto e pouco preciso, deixando-se assim a sua precisão e a sua definição¹⁰ aos oficiais, como acontecia já com a noção de disciplina e com as questões a ela ligadas.

Equacionadas estas diferenças entre deveres e proibições, e tendo em consideração os aspectos que pretendi evidenciar ao longo deste capítulo, diria então que os cinquenta e cinco deveres listados no Artº 4º do *Regulamento*, embora destinados a todos os militares, cujo comportamento visam constranger e, ao mesmo tempo, antecipar, têm, na prática, destinatários distintos, consoante o seu teor, a sua apresentação sintáctica ou o seu carácter de proibição ou de obrigação. A efectivação, por parte dos oficiais, da maioria dos trinta e cinco verdadeiros deveres (que a eles são, efectivamente, destinados) garante à instituição militar a prática do exercício do poder disciplinar e a manutenção e reprodução da máquina de vigilância e de burocracia, tão caras à instituição, mas também necessárias para a efectivação das proibições que estão contidas nos restantes dos cinquenta e cinco deveres.

Retomando algumas das questões levantadas no capítulo anterior, e em jeito de conclusão, diria, com Foucault (1975: 245), que, no contexto militar, a disciplina deixou há muito de ser um mero meio de prevenção de motins, de deserção e de desobediência. Como afirmou o estudioso francês, a disciplina militar tornou-se uma técnica básica que entre outras coisas garante a existência e a perpetuação da instituição militar: «elle devient une technique de base pour que l'armée existe, non plus comme une foule ramassée, mais comme une unité qui tire

¹⁰ Veja-se, por exemplo, a liberdade de interpretação que deveres como o 5º, o 6º e o 9º permitem: “5.º Ser prudente e justo, mas firme na exigência do cumprimento das ordens, regulamentos e outras determinações, ainda que para tanto haja que empregar quaisquer meios extraordinários não considerados castigos, mas que sejam indispensáveis para compelir os inferiores à obediência devida, devendo neste último caso participar o facto imediatamente ao seu chefe”; “6.º Ser sensato e enérgico na actuação contra qualquer desobediência, falta de respeito ou de outras faltas em execução, usando para esse fim de todos os meios que os regulamentos lhe facultem”; “9.º Dedicar ao serviço toda a sua inteligência, zelo e aptidão”.

de cette unité même une majoration de forces». Mas ao permitir a existência do exército como um todo, uma unidade orgânica, a disciplina militar também apela a uma uniformidade de perspectivas na interpretação e na construção social da realidade, facto que se constitui, aliás, como uma das características essenciais da instituição.

A disciplina, já tive oportunidade de o afirmar, aumenta a destreza de cada indivíduo, mas fá-lo por *adormecimento* de outras capacidades e comportamentos que não se coadunam com a *essência da vida militar*. O resultado deste processo, a que chamei de aumento-redução, é um soldado destituído do seu estatuto de sujeito individualizado, um jovem tornado homem militar, por acção de um processo secundário de socialização e de doutrinação: «Overall, socially and personally joining the military is viewed as not only an opportunity for boys to become men but the opportune time for the military to make men out of boys.» (Arkin & Dobrofsky, 1978: 155).

A disciplina militar é, portanto, um instrumento de e para a ideologia militar, de tal modo que, pela sua efectivação, as definições, as expectativas e os valores militares tornam-se as definições, as expectativas e os valores do indivíduo. Ainda como afirma Foucault (*Idem*: 200): «La discipline “fabrique” des individus; elle est la technique spécifique d’un pouvoir qui se donne les individus à la fois pour objets et pour instruments de son exercice». No contexto militar, como penso ter ficado demonstrado com a análise agora levada a cabo, essa efectivação é operada com a ajuda de regulamentos disciplinares e de códigos de conduta.

Constrangendo os sujeitos na construção do significado e atribuindo-lhes posições particulares de sujeito, de acordo com a sua posição na hierarquia, os regulamentos disciplinares acabam por definir o tipo de relações institucionais que entre eles são ou não possíveis e como as características de uma posição de sujeito

se diferenciam das de outra. Mas para além destes regulamentos e códigos de conduta, que são explícitos nos seus objectivos, existem outros instrumentos de ideologização e manipulação, como as revistas, por exemplo, que desempenham, de uma forma menos explícita, um importante papel na criação, naturalização e reprodução das definições, expectativas, valores e práticas sócio-discursivas da instituição. É esse o caso de *Soldier*, a revista de onde foram retirados os textos que constituem o *corpus* em análise no próximo capítulo.

APÊNDICE 3-A

Classificação dos 55 deveres militares especiais quanto ao conteúdo

DEVERES	PROIBIÇÕES
1.º Cumprir as leis, ordens e regulamentos militares;	
2.º Cumprir completa e prontamente as ordens relativas ao serviço;	
3.º Respeitar e agir lealmente para com os superiores, subordinados ou de hierarquia igual ou inferior, tanto no serviço como fora dele, e usar entre si as deferências em uso na sociedade civil;	
4.º Dar o exemplo aos seus subordinados e inferiores hierárquicos;	
5.º Ser prudente e justo, mas firme na exigência do cumprimento das ordens, regulamentos e outras determinações, ainda que para tanto haja que empregar quaisquer meios extraordinários não considerados castigos, mas que sejam indispensáveis para compelir os inferiores à obediência devida, devendo neste último caso participar o facto imediatamente ao seu chefe;	
6.º Ser sensato e enérgico na actuação contra qualquer desobediência, falta de respeito ou de outras faltas em execução, usando para esse fim de todos os meios que os regulamentos lhe facultem;	
7.º Assumir a responsabilidade dos actos que praticar por sua iniciativa e dos que forem praticados em conformidade com as suas ordens;	
8.º Informar com verdade o superior acerca de qualquer assunto de serviço;	
9.º Dedicar ao serviço toda a sua inteligência, zelo e aptidão;	
10.º Cumprir rigorosamente as normas de segurança militar e não revelar qualquer assunto, facto ou ordem que haja de cumprir ou de que tenha conhecimento, quando de tal acto possa resultar prejuízo para o serviço ou para a disciplina;	
11.º Conservar-se pronto para o serviço, evitando qualquer acto imprudente que possa prejudicar-lhe o vigor ou aptidão física ou intelectual;	
	12.º Não tomar parte em manifestações colectivas atentatórias da disciplina, nem promover ou autorizar iguais manifestações, devendo como tais ser considerados quaisquer protestos ou pretensões ilegítimas referentes a casos de disciplina ou de serviço, apresentados por diversos militares, individual ou colectivamente, bem como as reuniões que não sejam autorizadas por autoridade militar competente;
13.º Conservar, em todas as circunstâncias, um rigoroso apartidarismo político. Para tanto, é-lhe vedado:	a) Sendo do quadro permanente, na efectividade de serviço ou prestando serviço em regime voluntário: Exercer qualquer actividade política sem estar devidamente autorizado; Ser filiado em agrupamentos ou associações de carácter político; b) Estando em serviço militar obrigatório, praticar durante o tempo de permanência no serviço activo nas forças armadas actividades políticas, ou com estas relacionadas, sem estar devidamente autorizado;
	14.º Não assistir uniformizado e mesmo em traje civil não tomar parte em mesas, fazer uso da palavra ou exercer qualquer actividade em comícios, manifestações ou reuniões públicas de carácter político, a menos que esteja devidamente autorizado;
	15.º Não manifestar de viva voz, por escrito ou por qualquer outro meio, ideias contrárias à Constituição em vigor ou às instituições militares, ofensivas dos membros dos poderes institucionalmente constituídos, dos superiores, dos iguais e dos inferiores hierárquicos ou por qualquer modo prejudiciais à boa execução do serviço ou à disciplina;
	16.º Não praticar, no serviço ou fora dele, acções contrárias à moral pública, ao brio e ao decore militar;

APÊNDICE 3-A

Classificação dos 55 deveres militares especiais quanto ao conteúdo (cont.)

DEVERES	PROIBIÇÕES
	17.º Não se valer da sua autoridade ou posto de serviço, nem invocar o nome de superior, para haver qualquer lucro ou vantagem, exercer pressão, vingança ou tomar desforço por qualquer acto ou procedimento oficial ou particular;
18.º Ser moderado na linguagem, não murmurar das ordens de serviço, não as discutir, nem referir-se a outros militares por qualquer forma que denote falta de respeito;	
19.º Recompensar os seus subordinados, quando o merecerem, pelos actos por eles praticados ou propor superiormente a recompensa adequada, se a julgar superior à sua competência;	
20.º Punir, no âmbito das suas atribuições, os seus subordinados pelas infracções que cometerem, participando superiormente quando ao facto julgue corresponder pena superior à sua competência;	
21.º Cumprir completa e prontamente as ordens que pelas sentinelas, rondas, guardas e outros postos de serviço militar lhe forem transmitidas em virtude de instruções recebidas;	
	22.º Não abusar da autoridade que competir à sua graduação ou posto de serviço;
23.º Zelar pela boa convivência, procurando assegurar a solidariedade e camaradagem entre os militares, sem desrespeito pelas regras de disciplina e da honra, e manter toda a correcção nas relações com os camaradas, evitando rixas, contendas ou discussões prejudiciais à harmonia que deve existir nas forças armadas;	
24.º Zelar, no exercício das suas funções, pelos interesses das instituições militares e da Fazenda Nacional, cumprindo e fazendo cumprir as disposições legais a elas respeitantes;	
	25.º Não utilizar nem permitir que se utilizem instalações, armamento, viaturas e demais material em fins estranhos ao serviço, desde que para tal não exista a necessária autorização;
	26.º Não arruinar, inutilizar ou por qualquer outra maneira distrair do seu legal destino os artigos de armamento, fardamento, equipamento ou outros quaisquer que lhe sejam necessários para o desempenho das obrigações do serviço militar, ainda que os tenha adquirido à própria custa;
27.º Diligenciar instruir-se, a fim de bem desempenhar as obrigações de serviço e conhecer as leis e regulamentos militares e ministrar esse conhecimento aos seus subordinados;	
	28.º Não se servir dos meios de comunicação social ou de outros meios de difusão para tratar assuntos de serviço, para responder a apreciações feitas a serviço de que esteja incumbido ou, mesmo relativamente a questões em que tenha sido posta em causa a sua pessoa, participar o sucedido às autoridades competentes, as quais têm por dever empregar os meios conducentes a exigir responsabilidades, quando for caso disso;
29.º Usar de toda a correcção nas suas relações com a sociedade civil, tratando com as atenções devidas todas as pessoas, especialmente aquelas em casa de quem estiver aboletado, não lhes fazendo exigências contrárias à lei nem ao decore militar;	
	30.º Fora da unidade, mesmo em gozo de licença, no País ou no estrangeiro, não perturbar a ordem e não transgredir qualquer preceito em vigor no lugar em que se encontrar, não maltratando os habitantes nem os ofendendo nos seus legítimos direitos, crenças, costumes e interesses;

APÊNDICE 3-A

Classificação dos 55 deveres militares especiais quanto ao conteúdo (cont.)

DEVERES	PROIBIÇÕES
	31.º Não consentir que alguém se apodere ilegitimamente das armas que lhe estejam distribuídas ou à sua responsabilidade;
	32.º Não fazer uso de qualquer arma sem ordem ou sem a isso ser obrigado pela necessidade imperiosa de repelir uma agressão contra si ou contra o seu posto de serviço;
33.º Apresentar-se com pontualidade no lugar a que for chamado ou onde deva comparecer em virtude das obrigações de serviço;	
	34.º Não se ausentar, sem a precisa autorização, do lugar onde deva permanecer por motivo de serviço ou por determinação superior;
35.º Cuidar da sua boa apresentação pessoal, mantendo-se rigorosamente equipado e uniformizado nos actos de serviço e, fora deste, quando faça uso de uniforme;	
36.º Manter nas formaturas uma atitude firme e correcta;	
37.º Cumprir, como lhe for determinado, o castigo imposto pelo superior;	
38.º Aceitar, sem hesitação, alojamento, uniforme, alimentação e quaisquer vencimentos que lhe forem distribuídos;	
	39.º Não pedir nem aceitar de inferior hierárquico, como dádiva ou empréstimo, dinheiro ou qualquer objecto;
	40.º Não aceitar quaisquer homenagens que não sejam autorizadas superiormente;
41.º Respeitar as autoridades civis, tratando por modo conveniente os respectivos agentes;	
	42.º Não infringir os regulamentos e ordens das autoridades policiais e da Administração Pública;
43.º Entregar as armas quando o superior lhe intime ordem de prisão;	
44.º Manter hábitos de higiene;	
45.º Cuidar da limpeza e conservação dos artigos de fardamento, armamento, viaturas, equipamento, arreios e outros quaisquer que lhe forem distribuídos ou estejam a seu cargo, bem como cuidar com zelo do cavalo, muar ou qualquer animal que lhe tenha sido distribuído para serviço ou tratamento;	
	46.º Não se apoderar de objectos ou valores que lhe não pertençam;
47.º Pagar as dívidas que contrair, em conformidade com os compromissos que tomou;	
	48.º Não tomar parte em descanses ou espectáculos públicos, quando não esteja devidamente autorizado;
	49.º Não tomar parte em qualquer jogo, quando lhe seja proibido por lei;
50.º Participar, sem delongas, à autoridade competente a existência de algum crime ou infracção que descubra ou de que tenha conhecimento;	
51.º Procurar impedir, por todos os meios ao seu alcance, qualquer flagrante delito e prender o seu autor, nos casos em que a lei o permita;	
	52.º Não interferir no serviço de qualquer autoridade, prestando, contudo, auxílio aos seus agentes, quando estes o reclamem;
53.º Declarar fielmente o seu nome, posto, número, subunidade, unidade, estabelecimento ou navio em que servir quando tais declarações lhe sejam exigidas por superior ou solicitadas por autoridade competente;	
	54.º Não usar trajes, distintivos, insígnias ou condecorações a que não tenha direito ou, tendo-o, sem a precisa autorização;
	55.º Não encobrir criminosos, militares ou civis, nem ministrar-lhes qualquer auxílio ilegítimo.

4. Análise II:

Soldier, Magazine of the British Army

4.1. A instituição em revista: retratos de um mundo em mudança

4.2. Tradição e inovação

4.3. Papéis institucionais e sujeitificação

Apêndice 4-A

4.1. A INSTITUIÇÃO EM REVISTA

«Within any social group there are a number of discourses, because a number of significant institutions operate within any one social group. Hence any group will be using a number of discourses offering alternative or contradictory accounts of reality.»

Gunther Kress (1985^c: 11)

Soldier é uma revista simultaneamente *privada* e *pública*, no sentido em que é de interesse restrito para quem não faz parte do exército britânico ou de outro ramo das Forças Armadas, mas de ampla circulação, atendendo a que mediante reserva pode ser adquirida por qualquer pessoa em qualquer posto de venda de jornais. Recordo que a revista se subintitula *Magazine of the British Army*, que é publicada quinzenalmente pelo Ministério da Defesa britânico e que faz parte do leque das publicações do Her Majesty's Stationary Office (HMSO). De produção cuidada e com abundantes fotografias, apresenta-se maioritariamente a preto e branco, tendo, no entanto, as páginas centrais a cores, assim como a capa e a contracapa, esta sempre ocupada com uma fotografia a todo o tamanho.

Embora na mesma se afirme que as opiniões nela expressas não são necessariamente as do exército ou do Ministério da defesa – **“Views expressed in this magazine are not necessarily those of the Army or the Ministry of Defence”** –, o objectivo essencial da revista parece ser o fornecimento de informação básica e suficiente sobre acontecimentos, mudanças e desenvolvimentos tecnológicos registados na instituição e na indústria da defesa, enquanto simultaneamente cumpre uma função de entretenimento e de confraternização, com contornos que visam não só aumentar a moral e o bem-estar do pessoal militar, mas também a exortação e defesa dos valores militares,

deixando de fora, por exemplo, todo e qualquer assunto de ordem social, moral ou política que não diga directamente respeito ao exército ou às Forças Armadas em geral.

Por outro lado, a quase ausência, na revista, de artigos assinados denota a subordinação dos textos nela publicados a mecanismos de produção colectivos. Reflectindo, por conseguinte, também opiniões editoriais colectivas – logo militares, atendendo às características da revista –, os textos não se enquadram com facilidade na lógica da asserção de que os pontos de vista expressos não são necessariamente os do exército ou do Ministério da Defesa. Por outro lado, ainda, e como demonstrei em 2. 2., aquando da explicitação das “Motivações para a Escolha dos *Corpora*” (vd. p. 99), a presença do advérbio “**necessarily**”, numa frase de polaridade negativa, atribui um significado singular, de excepção, à possibilidade de os pontos de vistas não serem, de facto, os do exército e do Ministério da Defesa.

A este respeito, repare-se como a revista *Mais Alto*, da Força Aérea Portuguesa, fazendo também uso do advérbio “**necessariamente**” e, portanto, veiculando o mesmo princípio de *Soldier*, remete todavia a responsabilidade dos pontos de vista nela expressos para os autores dos textos: “**As matérias expostas nesta revista são da responsabilidade exclusiva dos autores não representando necessariamente a doutrina ou o pensamento da Chefia da Força Aérea**”. Não cabe aqui a análise deste texto, pelo que me limito a registar que a *pequena* diferença que o mesmo reflecte relativamente ao de *Soldier* se deve apenas ao seguimento de uma linha editorial também diferente. Aliás, como já deixei enunciado, não existe em Portugal uma revista de estrutura e linha editorial semelhantes à de *Soldier*, fortemente influenciada por uma política de informação vocacionada para o *fait-divers*.

As revistas portuguesas, de que *Mais Alto* é um bom exemplo, apresentam um grande número de artigos de fundo, assinados, sendo o registo de autoria normalmente feito por enunciação de posto e nome, acompanhados de uma fotografia tipo passe. Esta prática editorial decorre, por um lado, da presença de uma estrutura hierarquizada no controlo das revistas, e por outro, da elite que efectivamente compõe o público alvo, a qual, a julgar por quem nelas escreve é sobretudo constituída pelo corpo de oficiais (a “**Chefia**” a que se refere o enunciado de *Mais Alto*?). Nestas revistas, apenas as notícias e as reportagens é que são da responsabilidade da redacção e como tal não assinadas. Neste sentido, a revista *Boina Verde*, publicada pelo Comando das Tropas Aerotransportadas do exército português, seguindo o modelo de *Mais Alto*, apresenta um enunciado que, por implicatura, separa claramente os pontos de vista dos artigos assinados dos dos não assinados, recusando mesmo que os primeiros possam veicular o ponto de vista oficial: **“Os artigos assinados exprimem a opinião dos seus autores e não reflectem o ponto de vista oficial do Comando das Tropas Aerotransportadas e do Estado-Maior do Exército”**.

Para além de certos artigos informativos de maior extensão, variáveis de edição para edição, mas sempre acompanhados de várias fotografias, e dos anúncios sem localização precisa na corpo da revista, *Soldier* apresenta uma estrutura mais ou menos fixa, com variações mínimas em cada um dos números. Dessa estrutura fazem parte as seguintes secções: “**NEWSLINE**”, com notícias de acontecimentos recentes e de que fazem parte os textos que analiso; “**PEOPLE**”, com pequenos textos de legenda a fotografias de militares, no activo ou na reserva, tiradas a propósito de acontecimentos a que estiveram ligados; “**LIFESTYLE**”, com notícias referentes a alojamento, saúde, educação, dependentes, finanças, cônjuges, etc. e que inclui normalmente uma coluna de uma colaboradora

permanente – “**Cari’s column**” –, um dos raros artigos de *Soldier* assinados, sempre presente, mesmo que a secção não exista; “**FOR FAMILIES**”, com notícias respeitantes e direccionadas para as famílias do pessoal militar; “**BRIEFINGS**”, com textos curtos sobre futuras reuniões de confraternização de pessoal que, no passado, serviu nas mesmas unidades, sobre promoções e sobre troca de informações; “**REVIEWS**”, com, como o nome indica, recensões de livros e discos ligados tematicamente à instituição militar; “**YOUR LETTERS**”, com cartas de leitores; “**CLASSIFIEDS**”, com breves anúncios classificados; e “**SPORT**”, com notícias sobre actividades desportivas em que participaram equipas militares. Para além destas secções, a revista inclui ainda, em cada número, um *cartoon* – “**BIRD’S EYE-VIEW**” – a ilustrar uma das notícias de maior extensão.

Recordo que em 2.3.2., aquando da descrição dos critérios de selecção usados para a constituição deste *corpus*, referi que o mesmo é formado por vinte e três (23) textos, correspondentes a outros tantos números da revista, todos eles *artigos de abertura* dos números compreendidos num ano de publicação, entre 23 de Janeiro de 1995 e 8 de Janeiro de 1996¹. Da pluralidade de temas resultante de um critério de selecção tão restrito, como, efectivamente, é o critério *artigos de abertura*, fiz decorrer, na altura, a asserção de que a análise seria, por esse motivo, dificultada. Embora tal afirmação mantenha todo o sentido, convém, todavia, afirmar que, apesar das dificuldades que à análise levanta, a acentuada variabilidade no teor dos textos demonstra, na prática, que a expressão ideológica da instituição se não restringe a temas específicos, antes cruza vários temas². Por

¹Num ano de publicação, a revista faz sair vinte e cinco (25) números. A diferença entre o total de números publicados e o total de textos seleccionados para formarem o *corpus*, vinte e três (23), foi já explicada em 2.3.2. (*vd.* p. 110).

²A propósito da acentuada pluralidade no conteúdo temático dos textos, remeto o/a leitor(a) para o Apêndice 4-A, onde listo, por ordem cronológica da sua publicação, os títulos dos vinte e três textos que constituem o *corpus*, assim como o primeiro parágrafo (o *lead*) de cada um. Embora, obviamente, não

exemplo, os textos “**‘Extraordinary’ courage earns QCB**” e “**Top brass first off mark with drug test**”, que, na terceira parte deste capítulo, analiso em pormenor, reportam-se a temas diferentes, mas ambos põem em acção certos recursos de grupo, *pistas* do processo de interpretação dos códigos de conduta, que dizem respeito ao modo como os padrões de comportamento e de desempenho na instituição se caracterizam por serem categorias, mais ou menos estanques, que pré-existem aos sujeitos e aos quais se aplicam em função do posto que ocupam na hierarquia da instituição.

Embora de uma forma menos determinante, a acção particular dos recursos de grupo visível nestes dois textos também o é nos restantes. Só que nesses, outros aspectos da expressão ideológica da instituição e outras acções dos recursos de grupo são mais fortemente visíveis, pelo que servirão para exemplificar outros propósitos da investigação. Ainda assim, a impossibilidade prática de apresentar integralmente a observação a que foram sujeitos todos os textos obrigar-me-á, mais uma vez, a deter-me, na segunda parte deste capítulo, em apenas dois deles, esperando que a análise, mais pormenorizada, de apenas algumas amostras textuais, quatro, no total, portanto, possa fazer notar a existência de um trabalho ideológico nas instâncias discursivas que constituem a totalidade do *corpus*. Desse trabalho ideológico fazem parte, por exemplo, processos de sujeitificação, por colagem dos sujeitos aos papéis institucionais que desempenham, e processos de controlo e de propaganda, para citar apenas alguns.

A análise das quatro amostras não se esgotará, todavia, apenas na consideração destes aspectos, sendo ainda apresentados dados relativos aos processos de mudança a que a instituição parece estar sujeita, como verificação de algumas das conclusões gerais com que por agora avanço e que me permitirão

substitua a leitura integral dos textos, a consideração, neste momento, do primeiro parágrafo dos mesmos pode ajudar a clarificar o que entendo por pluralidade de temas.

proceder a uma caracterização geral do *corpus*, pensada sobretudo em função do pressuposto teórico de que o discurso se constitui como princípio estruturante da sociedade e da cultura, ao mesmo tempo que é por elas estruturado, numa relação dialéctica que, para o caso, equaciono em termos de discurso e instituição militar.

É que, enquanto instâncias discursivas, todos estes textos contribuem para a reprodução e a transformação da instituição (ao mesmo tempo que por ela são determinados e contextualizados), incluindo as suas opções organizativas e as relações de poder, neles se notando, também, a acção de processos de mudança na ordem discursiva da instituição, reflexos de *momentos de crise* (Fairclough, 1992: 230), que apontam para transformações sociais mais vastas, a que, por estratégias várias, a instituição responde e que, simultaneamente, ajuda a efectivar.

Por emulação dos princípios que determinam a comunicação oficial na instituição (estou a pensar sobretudo nas Notas de Serviço Interno, nas Ordens de Serviço, nos *Briefings* e nos vários tipos de Correspondência Militar), os textos da revista, nomeadamente os que foram objecto de integração no *corpus*, pretendem ser essencialmente claros e concisos na divulgação da informação factual que os motiva, neles se reconhecendo, também, escolhas temáticas que vivem sobretudo de princípios de comunhão de interesses entre quem os produz e quem os consome. Não é de estranhar, portanto, que não exista, entre estes textos, um único que não diga respeito a questões ligadas à instituição; é que todos eles são produtos de uma prática discursiva com processos de produção, distribuição e interpretação que poderemos definir como especificamente militares e cuja estrutura de consumo, como já tive oportunidade de afirmar, começa e acaba na instituição³.

³ Penso que, por exemplo, os valores da frequência de ocorrência que as palavras do *corpus* apresentam decorrem desta realidade. Com excepção de algumas palavras de função (artigos, preposições, pronomes e conjunções), de certas formas dos verbos *to be* e *to have* e de alguns modais, as três palavras com índices de frequência mais altos são, por ordem decrescente, *army*, *soldier(s)* e *service(s)*, com, respectivamente, sessenta e oito, cinquenta e cinco e cinquenta e uma ocorrências cada.

Todavia, o que aproxima esta de outras práticas discursivas da instituição é também o que delas a distingue, i. e., os processos de produção, distribuição e interpretação dos textos, já que, quer a natureza da produção de um texto, quer a da sua interpretação e consumo, variando em função dos diferentes contextos sociais em que ocorrem, são, é claro, enformadas por pressupostos que, respectivamente, antecipam e reflectem a natureza da distribuição dos textos. Ou seja, na configuração particular desta prática discursiva tem especial destaque o facto de estarmos perante textos de uma revista, já que é este aspecto particular da distribuição que determina, por um lado, certos aspectos da produção, como, por exemplo, as escolhas temáticas, e, por outro, certos aspectos do consumo e do trabalho interpretativo, nomeadamente uma menor atenção e cuidado na leitura por parte dos receptores (sobretudo se comparado com o relativo a outras práticas discursivas da instituição).

De um modo geral, podemos dizer que estamos perante textos que passam a instituição em revista, atendendo não só à pluralidade temática neles detectável, mas também ao facto de muitos dos temas dizerem respeito a aspectos pontuais do modelo organizativo da instituição, com a particularidade adicional de reflectirem processos de reestruturação em curso, enquanto *momentos de crise* com consequências ao nível discursivo. Neste grupo, incluem-se, por exemplo, textos que dão conta da aprovação de novos escalões de vencimentos, da reorganização da estrutura de comando entre unidades, da aquisição/introdução de novos equipamentos de combate e fardamentos, para referir apenas alguns, mas também textos que equacionam as Forças Armadas não como uma instituição vocacionada para a guerra (a que tradicionalmente sempre esteve associada), mas para a paz, em homologia com processos institucionais e sociais mais vastos ligados à instauração

da nova ordem mundial⁴.

A participação em missões humanitárias da ONU, por exemplo, enquadra-se nos princípios de estruturação desta nova ordem contemporânea e a sua apresentação e descrição em alguns dos textos do *corpus*, nomeadamente em **“Mission Angola gets green light”** (17/04/95), **“RWF injured flown home”** (26/06/95), **“Force Alpha in the field”**, (10/07/95) **“Op Chantress is child’s play”** (24/07/95), **“Task force goes green”** (21/08/95) e **“Escape from Gorazde”** (18/09/95), reflecte esse enquadramento, ao mesmo tempo que aponta para princípios de standardização nas práticas discursivas da instituição. Trata-se, efectivamente, de acentuar uma nova realidade sócio-institucional centrada nas mudanças entretanto operadas no significado cultural e social do militarismo e na passagem da era dos armamentos nucleares para a era do policiamento global e da implementação da paz, com manifestações discursivas e sociais óbvias.

Daí que a (pós-)modernidade da instituição, consubstanciada em mais-valias como perícia, credibilidade internacional, capacidade de adaptação a novas realidades e consequente actualização de imagem, esteja constantemente presente nestas instâncias discursivas, quer sob a metáfora da transformação já operada, quer sob a forma de aspiração para o futuro, como transparece dos seguintes exemplos:

British expertise in logistic support is again providing the essential base for a United Nations humanitarian mission (...).

(17/04/95)

⁴Vejam-se, para o primeiro caso, os textos **“Pay award to be made in full”** (06/03/95), **“Land Command joins the big 3”** (03/04/95), **“Apache wins the air battle”** (07/08/95) e **“Services opt for unisex line in pullovers”** (13/11/95), e, para o segundo, **“Troops on alert for flood crisis in Europe”** (20/02/95), **“Mission Angola gets green light”** (17/04/95) e **“Force Alpha in the field”** (10/07/95), por exemplo.

British forces, with a wealth of international credibility, may well prove the catalyst for defusing tension by deploying in blue berets.

(17/04/95)

(...) a revolutionary scheme to get the Armed Forces into step with the rest of society over the next 15 years.

(01/05/95)

"The self-discipline of the modern-day British soldier is absolutely phenomenal; (...)"

(26/06/95)

As always, the British Army was happy to rise to the occasion.

(15/07/95)

(...) described the pullover as "a no-nonsense practical garment that will answer the need for a modern, smarter image as most Service people are seen in sweaters."

(13/11/95)

Embora tendo por objecto de análise outro tipo de textos, Martin Shaw (1991: 145) valida, de certa forma, estes factos, na apreciação genérica que faz do uso da publicidade por parte das Forças Armadas britânicas, ao afirmar, por exemplo, que aquelas se apresentam como Forças Armadas pós-modernas, mais dadas à dissuasão (de que se apresentam campeãs, como, aliás, transparece nos dois primeiros exemplos que citei), do que à prática da guerra: «The British armed forces project themselves as a ‘post-modern’ military. Their advertising agencies work unstintingly to portray them as managerial rather than regimental, deterrent-champions rather than war-fighters».

O que temos presente, quer na publicidade referida por Shaw, quer nos textos da revista *Soldier* que referi, é, por um lado, o resultado de uma redefinição de alguns aspectos essenciais da gestão da instituição, com consequências ao nível da imagem projectada na sociedade, mas, por outro, é também o reflexo de um processo de reconstrução da hegemonia nas práticas institucionais, por via da

tecnologização do discurso que afecta as ordens de discurso contemporâneas⁵. Por exemplo, na continuação do excerto que citei, Martin Shaw nota nas Forças Armadas britânicas as fundações de um processo que, podendo embora ser identificado como específico das instituições militares em geral, não deixa também de ser o reflexo de transformações sociais mais vastas que afectam o que poderemos designar genericamente por cultura do local de trabalho (Fairclough, 1995^a); trata-se da abertura à influência de especialistas civis, com acesso privilegiado à informação científica, que, no caso da instituição britânica, Shaw gostaria de ver alargada a outros domínios, nomeadamente o académico, à semelhança do que se passa com outras instituições militares:

As they adapt to a post-military world, however, they appear to be borrowing particular types of civilian expertise. They rely on advertising and management consultancy rather than on academic social sciences or even professional social work. Interestingly, despite small stirrings (a British Military Studies Group was established in 1989 with both military and academic participation, there is still no real comparison with the much fuller military-academic co-operation which is the norm in the USA, where the Inter-University Seminar on Armed Forces and Society has long co-ordinated academic-armed forces involvement in military sociology, or in Germany where the Bundeswehr maintains its own Social Scientific Institute in Munich.

Ao contrário de Shaw, e como deixei antever, quer-me parecer que esta abertura é muito mais complexa do que à primeira vista pode transparecer, devendo ser radicada não numa vontade de mudança da própria instituição, mas na

⁵Sobre o conceito de *tecnologização do discurso*, *vd.* Fairclough (1995^a: 91-111), de que cito o seguinte excerto, a título de definição (p. 102): «Technologization of discourse is a process of intervention in the sphere of discourse practices with the objective of constructing a new hegemony in the order of discourse of the institution or organization concerned, as part of a more general struggle to impose restructured hegemonies in the institutional practices and culture. (...) it involves an attempt to shape a new synthesis between discourse practice, sociocultural practice and texts. This is done through a process of redesigning existing discursive practices and training institutional personnel in the redesigned practices, on the basis of research into the existing discursive practices of the institution and their effectivity (be it in terms of the efficiency of organizational operations, the effectiveness of interaction with clients or 'publics', or the successful projection of 'image')». *Vd.*, também, Fairclough (1996).

prática de adopção, pelos vários sectores das sociedades e culturas contemporâneas, e a uma escala internacional, de novas tecnologias de governação, enquanto estratégias, técnicas e procedimentos que visam relacionar os anseios e as aspirações de quem detém o poder com as actividades dos indivíduos e dos grupos, e de que as tecnologias do discurso são apenas uma variedade (vd. Fairclough, 1996: 71).

A partir das constatações produzidas por Shaw, podemos com segurança afirmar que algumas das características da tecnologização do discurso são já visíveis na ordem de discurso da instituição militar, nomeadamente a colonização de certas práticas discursivas, como a do recrutamento, por exemplo, por tipos de discurso culturalmente mais destacados, como o da publicidade, da gestão e do *marketing*⁶. Mas como alguns exemplos do *corpus* demonstram, apesar da especificidade dos textos em causa, menos dados a este tipo de colonização, essas características não se restringem à prática discursiva do recrutamento, encontrando também lugar na prática discursiva do “jornalismo militar”, por acção dos princípios de funcionamento da interdiscursividade na esfera da produção.

O modo mais comum de, ao nível da produção, lidar com as transformações emergentes nas ordens de discurso é talvez o de chegar a situações de compromisso entre as práticas discursivas existentes e as técnicas novas. Neste processo, a resistência à mudança dá lugar à acomodação, mas deixa, todavia, a

⁶ Por colonização entendo a tomada de empréstimo/imposição de características discursivas de uma ordem de discurso relativamente a outras, de uma prática discursiva relativamente a outras, de discursos relativamente a outros. Atente-se na seguinte formulação de Kress (1985^c: 7): «Discourse do not exist in isolation but within a larger system of sometimes opposing, contradictory, contending, or merely different discourses. Given that each discourse tends towards colonisation of larger areas, there are dynamic relations between these which ensure continuous shifts and movement, progression or withdrawal in certain areas». Segundo Fairclough (1995^a: 91-111; 1996^b), esta colonização é uma característica contemporânea e resulta do redimensionamento e projecção de técnicas de discurso contextualmente livres, que considera ser uma das cinco características fundamentais da tecnologização do discurso, sendo as restantes quatro: i) a emergência de tecnólogos de discurso especialistas; ii) uma mudança no “policiamento” das práticas discursivas; iii) simulação, estrategicamente motivada, no discurso; e iv) pressão para a estandardização de práticas discursivas.

sua marca nas linhas de tensão que as novas combinações espelham. O texto “**Borderers go home – at last**” apresenta, nesse aspecto, um dado bastante curioso, já que no uso da palavra “**Troubles**”, com aspas, para referir a situação de conflito vivida na Irlanda do Norte, nota-se um princípio de uso da linguagem politicamente correcto, que podemos apontar como uma das consequências directas da tecnologização do discurso⁷; só que, ao mesmo tempo, a utilização da palavra “**terrorist**”, para classificar o movimento que se opõe à soberania britânica naquela parte da Irlanda, aponta para o sentido oposto, ou seja, para a contestação à mudança registada na ordem de discurso da instituição.

Esta tensão é, aliás, bastante visível na maioria das amostras, quando investigadas a partir da interdiscursividade e dos elos intertextuais nelas manifestos, quer em termos de conjunto, quer isoladamente, sendo importante, para este último aspecto, observar a relação que os títulos estabelecem com os textos. Permitindo-nos concluir, por exemplo, estarmos na presença de conflitos entre modos particulares de mediação na construção do conteúdo dos temas, i. e., entre diferentes discursos, a relação entre os títulos e os textos indicia, também, a antecipação, por parte dos produtores dos textos, de mais do que um tipo de audiência, ou, por outras palavras, de leitores que podem ter diferentes perspectivas do processo de transformação em curso na instituição.

Uma grande percentagem dos títulos destes textos reflecte e evoca a identidade militar, quer do(s) seu(s) produtor(es), quer da audiência a que se destinam, por meio da activação dos recursos de grupo, a partir dos quais são operados os processos de produção e de interpretação. Tal é conseguido, por

⁷Embora Fairclough não refira em momento algum que o uso politicamente correcto da linguagem é uma consequência da tecnologização do discurso, a relação parece-me evidente. Para além de ser uma prática contemporânea da tecnologização do discurso, o uso politicamente correcto da linguagem encontra-se intimamente ligado a, pelo menos, duas das suas características (cf. nota anterior), i. e., a uma mudança no “policiamento” das práticas discursivas e a uma pressão para a estandardização de práticas discursivas.

exemplo, por meio de escolhas lexicais que podemos definir, se não como especificamente militares, pelo menos como próprias de cenários normalmente associados ao teatro da guerra e da violência, aos quais os sujeitos militares estão habituados. É esse o caso, por exemplo, dos títulos “**Mission Angola gets green light**” (17/04/95), “**Force Alpha in the field**” (10/07/95), “**Op Chantress is child’s play**” (24/07/95) e “**Task force goes green**” (21/08/95), todos eles enquadráveis dentro de uma prática discursiva que faz da gestão da violência o princípio regulador do discurso⁸, e todos eles seguindo, de um ponto de vista funcional, mais ou menos o mesmo paradigma – Sujeito, Predicador, Objecto (ou Complemento ou Adjunto)⁹ –, com a particularidade de a categoria Sujeito, que ocupa sempre a posição de Tema, designar realidades especificamente militares, i. e., missões/operações.

É evidente que a eficácia destes títulos, enquanto evocadores de situações e de potenciais realidades ligadas à administração da violência, se encontra comprometida pela situação de paz em que vive o Reino Unido. Mas a prática das instituições militares (e a instituição britânica não é a ela excepção), sobre a qual a funcionalidade destes títulos se constrói, por exemplo, é a da criação de condições contextuais de treino que fazem apelo ao *pior cenário possível*. Por outras palavras, faz parte das ordens institucional e discursiva da instituição a presença constante da guerra, seja por meio da simulação activa e da realização de

⁸Seria ainda possível acrescentar a esta lista outros títulos que fazem da gestão da violência o princípio regulador do discurso, nomeadamente o título “**Apache wins the air battle**” (07/08/95) que com os restantes tem semelhanças, quer de um ponto de vista estrutural, quer de um ponto de vista funcional. Só que neste caso, “**Apache**” não tem como referente uma missão militar, mas material bélico (embora não haja nada no título que indique tal facto). A sua não integração no grupo deve-se, porém, não a essa diferença, mas ao facto de a relação que mantém com o texto que intitula não se enquadrar no mesmo paradigma de relação dos restantes títulos. De qualquer forma, o texto é objecto de análise na segunda parte deste capítulo, pelo que ainda terei oportunidade de o discutir.

⁹Nesta caracterização genérica, que não tem em consideração nem os diferentes tipos de processos nem os seus participantes, parto do princípio de que no título “**Force Alpha in the field**” estamos perante um caso de elipse verbal.

exercícios de combate e guerrilha, seja pela construção discursiva de cenários fictícios de conflitos bélicos internacionais. Nesta perspectiva, os títulos destes textos apresentam-se como variantes possíveis, embora numa outra prática discursiva, da presença da guerra no quotidiano da instituição.

Contudo, a sua importância como unidades de análise não advém desta característica particular, mas do facto de, ao fazerem apelo aos recursos de grupo que ajudam à (des)construção do sentido, reproduzirem um universo de referência que, posteriormente, nos textos, não encontra um correspondente directo. Desta forma, dão azo ao aparecimento de linhas de tensão e conflito na construção do significado. Não sendo certamente arbitrária, a escolha destes títulos para os textos pressupõe, por um lado, a existência de uma prática de discurso interiorizada, e, por outro, um diálogo com as expectativas de práticas de discurso significativas nos potenciais leitores.

Exemplificando, então, na prática o que anteriormente enunciei, estes títulos enquadram-se na lógica de uma ordem discursiva que reflecte uma instituição beligerante, vocacionada para a guerra e para a administração da violência, enquanto os textos propriamente ditos espelham princípios de estruturação de uma nova ordem discursiva que constrói a instituição como promotora da paz e, portanto, restrigente da guerra e dos conflitos armados. É esse o caso dos textos **“Force Alpha in the field”** e **“Task force goes green”**, cujos conteúdos dizem respeito à presença de batalhões do exército britânico na Brigada de Capacetes Azuis das Nações Unidas na Bósnia, onde têm por missão escoltar comboios de ajuda humanitária para a região, assumindo assim um papel cuja adopção pelas instituições militares é relativamente recente e que obriga ao re-equacionar de algumas práticas da instituição, vistas agora à luz desse novo papel.

Por exemplo, a passagem de uma posição neutra para uma posição mais

activa no conflito, ou, se quisermos, a adopção de uma atitude mais tradicional, objecto de conteúdo do segundo texto, é equacionada não em função da especificidade militar da instituição, mas em função de valores humanitários: **“A spokesman said the battle group could be used to force through convoys of humanitarian aid under difficult circumstances. ‘They may have to get stuck in and it makes sense to adopt tactical camouflage,’ he said.”**. De acordo com o conteúdo do texto, *to go green* corresponde então ao abandono dos fardamentos brancos e capacetes azuis, próprios das Forças das Nações Unidas, e passar a utilizar camuflagem, num processo novo, apenas tornado possível devido à nova imagem das instituições militares. Ou seja, apesar de corresponder à adopção de um posicionamento mais concordante com a imagem da instituição como máquina de guerra, *to go green* é, enquanto processo, equacionado como pontual e esporádico, a partir da nova posição, essa sim permanente, de máquina de manutenção da paz: **“British troops (...) threw off their ‘blue beret’ status and moved to a ‘conventional war’ footing”**.

Os restantes textos cujos títulos listei, reflectindo embora outros aspectos, para além dos que referi a propósito destes dois, fazem também da nova imagem da instituição o conteúdo da informação que veiculam. Trata-se dos textos **“Mission Angola gets green light”** e **“Op Chantress is child’s play”**, que se reportam à participação de um regimento britânico na Terceira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola, UNAVEM III. **“Mission Angola”** é o nome dado pelo exército britânico à sua participação na missão UNAVEM III, a qual, por sua vez, tem o nome de código de **“Operation Chantress”**.

Servindo essencialmente o propósito de dar conta da confirmação da participação britânica na missão humanitária (daí a expressão **“gets green light”**), o primeiro texto descreve também o teor da missão, com um enquadramento da

situação política em Angola, e quais as expectativas levantadas em torno da participação britânica. A separação entre o significado potencial do título, antes da leitura do texto, e o seu significado efectivo, após essa leitura, não é muito acentuada neste caso; no segundo, porém, essa separação é bastante notória, sendo o título muito pouco revelador do conteúdo do texto e apelando mesmo a outros significados, assim constringindo o leitor na interpretação do texto. Ou seja, ao associar o sentido de “fácil”, “brincadeira de crianças”, “sem problemas”, “sem riscos”, etc., à Operação Chantress, o título joga com o pressuposto adquirido, na instituição, de que as missões militares envolvem riscos, perigo de vida, não sendo, portanto, nem fáceis, nem sem problemas. Só que contrariando-o, com a utilização, por exagero, da expressão “brincadeira de crianças”, o título aposta também na manutenção desse pressuposto, com a ajuda de uma nova dimensão de significado trazida para o título após a leitura do texto. Efectivamente, a utilização da expressão “**child’s play**” está intimamente ligada à informação posteriormente expressa, a qual diz respeito ao envolvimento do regimento britânico que participa na Operação Chantress em tarefas de ajuda a crianças vítimas da guerra civil em Angola, com a restauração e construção de escolas e de mobiliário escolar.

Deixando por instantes esta questão, já que este “**Op Chantress is child’s play**” ainda virá a ser objecto de análise, vejamos por agora o texto que, do ponto de vista da tensão entre ordens de discurso, mais a ele se opõe, por forma a que, por contraste, se perceba melhor o que tenho vindo a designar por nova imagem da instituição. Refiro-me ao texto “**Apache wins the air battle**” (07/08/95).

4.2. TRADIÇÃO E INOVAÇÃO

«Boundaries between and within orders of discourse are constantly shifting, and change in orders of discourse is itself part of sociocultural change.»

Norman Fairclough (1995^a: 12-13)

Do ponto de vista da estruturação tradicional da ordem de discurso da instituição, “**Apache wins the air battle**”, publicado no número 16 do volume 51 da revista, a 7 de Agosto de 1995, é o texto que se apresenta menos permeável à mudança e à contaminação por outros discursos, ao mesmo tempo que ostenta o título mais emblemático. Seguindo o que é uma prática recorrente nos restantes textos do *corpus*, o texto inclui, em caixa, no meio do texto, o fragmento textual “**AAC to get 67 in £2.5 billion deal**”, por mim entendido como subtítulo.

Para além destes título e subtítulo, e porque se expande por duas diferentes páginas, o texto faz ainda uso do título “**Apache: a potent tank killer**”, na página em que se conclui. Na transcrição do texto, que apresento segmentado por períodos numerados, abstenho-me de reproduzir esse título, por entender que a sua ocorrência se prende com questões que, *ab initio*, não foram por mim consideradas relevantes para análise que pretendo efectuar.

- 1) **Apache wins the air battle**
- 2) **AAC to get 67 in £2.5 billion deal**
- 3) **APACHE has won the billion-pound international battle to provide the Army Air Corps with its attack capability into the next century.**
- 4) **Defence Secretary Michael Portillo announced that 67 Apaches will be purchased to replace Lynx in a £2.5 billion order that will provide a front-line of 48 aircraft for the Army, the balance being held for training, trials and in reserve.**
- 5) **The British Army's Longbow Apache, a version of the US Army AH-64D which proved itself in the Gulf, was developed by**

McDonnell Douglas and will be assembled by Westland at Yeovil.

- 6) It will be powered by Rolls-Royce engines from Bristol.
- 7) Apache was chosen by the Ministry of Defence after fierce competition from the British Aerospace-sponsored Eurocopter Tiger favoured by France and Germany, and the GEC-Marconi Avionics Bell Cobra Venom.
- 8) Other contenders were the Italian A129 from Agusta, Boeing-Sikorsky's Comanche and the South African Atlas Rooivalk.
- 9) Apache is already in service with the US military and the Netherlands.
- 10) Britain's version will be equipped with Longbow millimetric fire control radar and with both semi-active laser and radio frequency Hellfire anti-tank guided missiles.
- 11) It will also mount CRV-7 rockets and a 30mm chain gun, and will have the capability to carry an air-to-air missile.
- 12) A decision has not yet been made on the missile.
- 13) Mr Portillo said the helicopters would operate in support of the Army's two armoured divisions, 24 Airmobile Brigade and the Royal Marines.
- 14) "Longbow radar will significantly enhance Apache's effectiveness and will provide the British Army with a world class capability, a generation ahead of the Lynx helicopter, offering us the right combination of mobility, rapid deployment, reach and firepower," he said.
- 15) "It is vital that those who risk their lives should be provided with the helicopter we believe can destroy the highest number of enemy targets with the least loss of life among crews."
- 16) Apache's two-man crew is protected by lightweight boron-carbide armour capable of withstanding 12.7mm armour-piercing incendiary rounds.
- 17) Its engines are mounted six feet apart to lessen the chance of both being damaged at the same time.
- 18) In turning it can tolerate three-and-a-half times the force of gravity and operate at night, in fog, rain and poor visibility.
- 19) Until recently the prime method of destroying massed armour was by using other tanks.
- 20) Apache will add a powerful new dimension to the Army's tank-killing capability.

O que é significativo nesta amostra não é a tensão existente entre o título e o texto, mas a tensão que podemos detectar entre esta e outras amostras do mesmo *corpus*, mais dadas a processos de contaminação de práticas discursivas próprias de outras ordens de discurso. Ainda assim, é possível detectar na amostra as

marcas (in)conciliáveis das transformações de diferentes tipos de textos, numa cadeia intertextual que tem a sua expressão mais clara na representação do discurso do Secretário da Defesa, Michael Portillo, registada nos segmentos 4, 13, 14 e 15. Efectivamente, integrando parte da produção do Secretário da Defesa, específica de uma outra prática discursiva, de um outro género e de um outro discurso, o texto faz uso de mecanismos de intertextualidade, claramente manifesta nos segmentos 14 e 15, em que o discurso de Michael Portillo é projectado por citação¹⁰. Mas as transformações entre tipos de textos numa cadeia intertextual não se resumem, por norma, a fenómenos de intertextualidade manifesta; elas podem também assumir um carácter mais difuso e incluir processos de intertextualidade constitutiva, mais concretamente processos de interdiscursividade, como é o caso neste texto, em que são visíveis, embora não identificadas como tal, marcas de diferentes géneros e de diferentes discursos. Se não vejamos.

Na prática, o elemento factual que se constitui como cerne da informação a transmitir aos leitores é o anúncio efectuado pelo governo de que vai comprar helicópteros para o exército, tendo para isso aberto um concurso internacional, de que saiu vencedora a companhia McDonnell Douglas, mais concretamente o seu helicóptero Apache. Esta informação é trabalhada, por forma a que o facto essencial que motiva a escrita e a sua transformação num texto da revista *Soldier* deixe de ser o anúncio do governo, na pessoa de Michael Portillo, da compra de sessenta e sete helicópteros e passe a ser o próprio helicóptero e com ele a sua vitória no concurso de adjudicação. O que é secundarizado num discurso, o helicóptero Apache, é transformado em elemento e motivação primordial de outro,

¹⁰A noção de projecção que uso aqui, de teor semelhante à noção de discurso directo da gramática tradicional, reporta-se ao quadro teórico da gramática sistémico-funcional (cf. Halliday, 1985: 227-251; Thompson, 1996: 206-213). Parte da análise que efectuo no Capítulo 5, a partir do *corpus* de textos do *The New York Times*, diz respeito a frases projectadas por citação, pelo que remeto o/a leitor(a) para a parte 5.3. desse capítulo.

e o que é primordial, a compra dos sessenta e sete helicópteros, em elemento secundário.

Optando por fazer do helicóptero Apache o conteúdo do assunto do seu texto, o autor dá expressão discursiva aos valores e significados da instituição militar, ao mesmo tempo que por eles é constrangido, já que enquanto modo particular de construir um assunto, o qual entra assim no texto sob uma forma mediada, todo o discurso define, descreve e delimita modos de dizer e de exclusão, relativamente à área de intervenção de uma dada instituição, quer de um ponto de vista marginal, quer de um ponto de vista central (Kress, 1985^a: 68; 1985^c: 6-7)¹¹. Daí a construção do texto em redor das características militares e operacionais do helicóptero, a partir de um processo interdiscursivo que tem como seus centros geradores, por um lado, o discurso promocional da companhia construtora do helicóptero e da indústria do armamento em geral, e, por outro, o discurso do governo, justificador da escolha de Apache em detrimento de outros candidatos, efectuado tendo ele também por base o discurso promocional da companhia construtora do helicóptero. Daí também a opção pelo que poderá ser designado por discurso militarizado da competitividade do mercado, que domina todo o texto.

No que respeita à interdiscursividade, ela é detectável, por exemplo, no uso de diferentes tempos verbais, como passo a demonstrar. Apesar da presença do modificador em “**The British Army’s Longbow Apache**”, no segmento 5, que traz a posse do aparelho para o presente da escrita, como se ele fosse já parte do material bélico do exército, grande parte dos processos a ele ligados são

¹¹ Para se perceber esta característica do discurso, e sem perder de vista o exemplo em questão, pense-se no que seria este texto enquanto produto, por exemplo, do discurso das organizações ambientalistas e pacifistas. Não basta, todavia, olhar para os diferentes modos e formas de falar apenas numa perspectiva linguística; é necessário também olhar para eles numa perspectiva social e perceber que o significado social dos grupos e instituições é linguisticamente expresso por meio do uso constante de tais formas de falar (formas de linguagem), que assim os estruturam, actualizam e reproduzem, em termos dos comportamentos articulados que os definem como grupos e instituições.

representados com os verbos no futuro, denunciando-se assim a presença, neste discurso, do discurso do governo sobre as adaptações a que o helicóptero será sujeito: **“It will be powered by Rolls-Royce engines from Bristol”** (segm. 6), **“Britain’s version will be equipped with Longbow milimetric fire control radar”** (segm. 10), **“It will also mount CRV-7 rockets and 30mm chain gun”** (segm. 11), etc.

Por seu lado, a utilização de verbos no presente, associada à representação de processos referentes a aspectos particulares da concepção do helicóptero, denuncia a presença de linhas de interdiscursividade relativamente ao discurso promocional da companhia construtora do helicóptero: **“Apache’s two-man crew is protected by lightweight boron-carbide armour capable of withstanding 12.7mm armour-piercing incendiary rounds.”** (segm. 16), **“Its engines are mounted six feet apart to lessen the chance of both being damaged at the same time.”** (segm. 17), **“In turning it can tolerate three-and-a-half times the force of gravity and operate at night, in fog, rain and poor visibility.”** (segm. 18).

A configuração intertextual e discursiva desta amostra é relativamente complexa se atendermos a que estamos perante um texto que, associado à actividade social particular de produção de informação, se insere no género jornalístico, mas que ao mesmo tempo faz uso de convenções próprias de outros géneros, como o das Notas de Serviço Interno, produzidas na instituição militar. Por outro lado, a interdiscursividade acima referida, fazendo apelo a diferentes discursos, traz consigo marcas de outros géneros, enquanto modos de uso da linguagem cultural e socialmente validados em conexão com actividades sociais particulares (e. g. conferência de imprensa e promoção e *marketing*).

Esta constelação de géneros e discursos (e. g. o discurso político de Michael Portillo) é subordinada a um princípio de militarização do discurso que tenta a

destruição das fronteiras existentes na constelação. Se, por um lado, é possível dizer que o segmento 12 – “**A decision has not yet been made on the missile**” – faz *raccord* com o discurso de Michael Portillo (não só por razões de coerência textual, mas também de coesão, já que o Secretário da Defesa é o Actor do processo verbal representado na oração seguinte), o mesmo não se pode dizer de outros segmentos, como o 5, o 6 ou 9, por exemplo, cuja momento de enunciação se perde na apropriação discursiva operada no texto.

Motivados pela opção de fazer de Apache o conteúdo do assunto do texto, os princípios de militarização do discurso que comandam a configuração interdiscursiva e textual são visíveis desde logo na escolha do título: “**Apache wins the air battle**”. Encontram-se, porém, também presentes em todo o texto, o qual é construído em torno da metáfora do concurso internacional de adjudicação de material aeronáutico que levou à escolha do helicóptero Apache como se de uma batalha se tratasse: “**air battle**”, “**international battle**”. Nesta batalha, diferentes forças (“**contenders**”) se defrontam, mas apenas uma sai vitoriosa: “**Apache wins...**”, “**Apache has won...**”. Por sinédoque, a companhia aeronáutica em questão dilui-se na parte que a representa, “**Apache**”, um helicóptero que, curiosamente, sendo referido genericamente como aeronave (“**48 aircraft**”) no segmento 4, apenas é nomeado como tal no segmento 13 (“**Mr Portillo said the helicopters would operate...**”), denunciando, por um lado, uma construção textual baseada em conhecimento anterior dos leitores, que permita a identificação entre o nome e a realidade por ele referida, e uma dependência, da linguagem verbal, das imagens fotográficas que a acompanham¹², mas também, por outro, uma confiança nos mecanismos de interdiscursividade e de intertextualidade em que o texto se

¹²A anteceder o título e o texto, a revista faz publicar duas fotografias do helicóptero, uma sobreposta à outra, acompanhadas da seguinte legenda: “**Above and inset: The versatile Longbow Apache helicopter which is to be assembled for the Army Air Corps by Westland and powered by Rolls-Royce engines**”.

baseia e que nos permite falar de um discurso militarizado da competitividade do mercado.

O texto gera uma identificação entre as características do helicóptero e a conquista do concurso internacional, como se a sua vitória sobre os outros participantes fosse devida à sua capacidade de ataque – “**its attack capability**”. De facto, a metáfora da batalha é usada para fazer daquela capacidade a razão fundamental para a conquista do concurso, como se se tratasse de uma verdadeira situação de guerra internacional em que o helicóptero, com o seu poder de ataque, tivesse destruído todos os seus *inimigos*. Acentuando o poder do helicóptero, quer pelo efectivo domínio no concurso, quer pelas capacidades que acrescenta ao exército britânico, o texto faz aumentar potencialmente as razões que levam à sua compra, assim a justificando.

No fundo, tudo se joga ao nível de um discurso de auto-promoção, em que as capacidades inerentes ao helicóptero se transformam nas capacidades do exército britânico. Repare-se, a este respeito, numa certa ambiguidade de referência do pronome possessivo “**its**”, apenas desfeita por recurso à semântica do verbo “**provide with**”, de que Apache é agente, que requer gramaticalmente, pela sua transitividade, a presença de um objecto directo (no caso, “**attack capability**”), ao mesmo tempo que, pelo seu valor semântico e funcional, afirma a realidade denotada pelo objecto como anteriormente ausente do beneficiário. Mas independentemente da semântica do verbo, “**its**” também parece apontar para “**Army Air Corps**”, como se a capacidade de ataque fosse ao mesmo tempo uma característica do regimento, acrescida, com importância vital para o próximo século, com a ajuda dos helicópteros.

A apreciação desta ambiguidade está longe de ser um mero artifício da análise; a sua pertinência encontra-se atestada, por exemplo, no facto de, nos dois

casos de proximidade semântica (*collocation*) em que a palavra “**capability**” também está presente, a mesma remeter, destas vezes sem ambiguidade, ora para um referente, ora para outro. No primeiro caso (cf. segm. 14: “**Longbow radar... will provide the British Army with a world class capability...**”), as capacidades são claramente associadas ao helicóptero, que as garante ao exército, enquanto, no segundo caso (cf. segm. 20: “**Apache will add a powerful new dimension to the Army’s tank-killing capability.**”), as capacidades são do exército, representando o helicóptero um acréscimo a essas capacidades.

Para além de ajudarem a clarificar a importância da dupla referência de “**its**” na primeira frase, a ausência de ambiguidade e a diferença de perspectivas registada nestes dois casos introduzem ainda um novo dado de análise. Refiro-me ao facto de as duas perspectivas terem valores diferentes do ponto de vista enunciativo, já que o segmento 14, o primeiro caso referido, faz parte de uma das frases projectadas por citação que pretendem reproduzir a *voz* de Michael Portillo, o que nos permite afirmar, com alguma segurança, serem as diferentes perspectivas motivadas por posições de sujeito também diferentes¹³.

Digamos, genericamente, que a frase atribuída ao Secretário da Defesa, reflecte a posição de alguém exterior à instituição e cujas motivações são essencialmente políticas. Por outro lado, e atendendo à dinâmica da prática social particular em que se insere, a sua produção discursiva teve presumivelmente lugar, como deixei antever, numa conferência de imprensa ou em algum contexto de estrutura semelhante (cf. segm. 4: “**Defence Secretary Michael Portillo announced that...**”), sendo legítimo afirmar que a audiência se não restringiu apenas aos elementos da instituição eventualmente presentes, ou aos jornalistas,

¹³ É evidente que temos também aqui a utilização de um recurso interdiscursivo com reflexos e intenções intradiscursivas muito claras, já que se pretende legitimar uma *voz* por recurso a outra, mas esse aspecto é lateral à análise que neste momento desenvolvo.

mas a toda a sociedade, por intermédio de processos de transformação em diferentes tipos de textos, de que “**Apache wins the air battle**” é apenas um exemplo¹⁴. Pelo contrário, a produção do(s) autor(es) deste texto particular é efectuada a partir de posicionamentos de sujeito que poderemos definir como internos à instituição e que são enformados por razões e relações interpessoais militares, com reflexos nomeadamente ao nível da audiência a que destinam as suas produções

Neste sentido, os graus de certeza e probabilidade com que os sujeitos se relacionam com a validade da informação referente ao helicóptero e à sua importância para o exército britânico, a partir da posição que ocupam, i. e., externa ou interna à instituição, desempenham um papel vital, respectivamente, para a justificação da compra do helicóptero e para o funcionamento do discurso de auto-promoção. Com efeito, a análise da modalidade, encarada na sua correlação com as diferentes perspectivas em jogo no texto, ajuda-nos a perceber a importância das diferentes posições de sujeito na configuração discursiva dessas mesmas perspectivas.

Enquanto, por exemplo, os dois casos acima citados (segm. 14: “**Longbow radar... will provide the British Army with a world class capability...**”; segm. 20: “**Apache will add a powerful new dimension to the Army’s tank-killing capability.**”), reflectem o mesmo grau de certeza e compromisso relativamente à validade da proposição expressa, sendo a diferença de posições de sujeito

¹⁴Sobre os processos de transformação de textos, veja-se a seguinte formulação de Fairclough (1992: 79): «Some texts (political speeches, textbooks) are transformed into other texts. Institutions have specific routines for ‘processing’ texts: a medical consultation is transformed into a medical record which may be used to compile medical statistics (...). Texts produced by political leaders, or texts within international arms negotiation, are distributed across a range of different institutional domains, each of which has its own patterns of consumption, and its routines for reproducing and transforming texts. Television viewers, for instance, receive a transformed version of a speech given by Thatcher or Gorbachev, which is consumed in accordance with particular viewing habits and routines. Producers within sophisticated organizations such as government departments produce texts in ways which anticipate their distribution, transformation, and consumption, and have multiple audiences built into them».

essencialmente dada pelos diferentes valores dos verbos associados à expressão da modalidade, a restante produção do Secretário da Defesa citada no texto apresenta valores de modalidade que afastam radicalmente o seu ponto de vista do ponto de vista do(s) autor(es) do texto. Porque o seu discurso se orienta em torno da justificação da compra do helicóptero, o ponto de vista por si expresso no segmento 15 é objectivizado, ao mesmo tempo que a expressão da modalidade, “**should**”, imprime um valor de obrigação relativamente à acção em causa: “**“It is vital that those who risk their lives should be provided with the helicopter we believe can destroy the highest number of enemy targets with the least loss of life among crews.”**”

Desta forma, e passivando-se a oração em que é expressa a modalidade, o que é uma acção de livre escolha do governo passa a ser uma acção obrigada, constrangida pelas necessidades de quem é afectado pela acção: os soldados que arriscam as suas vidas, i. e., o exército, que até agora não foi munido de tal helicóptero, como veiculado na pressuposição que a proposição encerra. Daí a construção do processo como vital: “**It is vital that...**”. Ou seja, à acção dos soldados de pôr em risco as suas vidas (para o bem de todos, subentenda-se), é contraposta não a *acção* do governo de compra de helicópteros, já que essa decorre de uma certa obrigatoriedade a que o governo não pode escapar, mas a *opção* de compra daqueles helicópteros particulares, como comprovado pela modalização subjectiva, desta vez explicitamente expressa em “**we believe**”, associada às qualidades do helicóptero. Repare-se, ainda, na utilização do artigo definido “**the**”, em “**the helicopter**”, como coadjuvante da responsabilização do sujeito relativamente à opção de compra daquele helicóptero; efectivamente este é o helicóptero que pode destruir o maior número de alvos inimigos, com a menor perda de vidas entre “nós”, e, portanto, é o que melhor preenche os requisitos que

justificam a sua compra.

Por sua vez, o posicionamento, em oposição entre si, de dois grupos de *collocates* distintos – “**lives**”, “**life**”, mas também “**vital**”, para o primeiro caso, e “**risk**”, “**destroy**”, “**loss**”, para o segundo –, que têm a dicotomia de senso-comum morte/vida a informá-los, transforma o que é efectivamente um sinal de morte, “**loss of life**”, numa celebração de vida, assim ajudando à construção da opção de compra *daquele* helicóptero como uma opção válida e positiva, uma opção pela vida. Efectivamente o carácter destruidor do helicóptero, claramente expresso em “**destroy the highest number of enemy targets**”, razão porque foi construído e porque foi comprado pelo governo (embora não seja essa a razão avançada), é oposto a “**least loss of life**”, constituindo-se este mal menor a maior da suas qualidades. Ao mesmo tempo, o processo afasta dos outros, dos inimigos, qualquer qualidade humana (são apenas alvos) e acentua o carácter humano, mortal, das tripulações dos helicópteros, que não são equacionadas como agentes de destruição (quem destrói é o helicóptero, não a tripulação), mas como seres humanos que arriscam a sua vida. Repare-se que a frase associa “**the least loss of life**” aos soldados do exército britânico e não ao inimigo. O elemento circunstancial do processo “**with the least loss of life among crews**” inclui como beneficiários das circunstâncias os soldados e não a população inimiga, como aconteceria se tivessem sido usadas as seguintes alternativas: “*the helicopter we believe can destroy the highest number of enemy targets with the least loss of civilian lives*” ou “*the helicopter we believe can destroy the highest number of enemy targets with the least loss of life among the population*”.

Neste sentido, podemos com segurança afirmar que a utilização, no texto, da produção do Secretário da Defesa serve os interesses ideológicos da instituição, nomeadamente no que se refere à afirmação do discurso do militarismo, enquanto

perspectivação da realidade enraizada numa visão maniqueísta das relações internacionais. Facultada pelo já referido dilema da segurança (cf. 2.2., p. 89), esta reafirmação do militarismo enquadra-se nos princípios estruturadores da ordem de discurso tradicional da instituição e, por isso mesmo, afasta-se das novas tendências que acentuam uma nova realidade sócio-institucional e, com ela, uma nova ordem de discurso, como comprovado por outros textos do *corpus*.

Assim, como disse no início, e tendo agora em consideração os dados da análise sumária que acabo de registar, o que me parece significativo nesta amostra é essencialmente a relação que ela estabelece com outras amostras do mesmo *corpus*, dentro do quadro do que chamei processo de mudança na ordem discursiva da instituição. Sendo o texto que mais claramente se enquadra na lógica das relações entre as práticas discursivas que informam a estruturação da ordem de discurso da instituição, “**Apache wins the air battle**” é, consequentemente, o texto que mais resiste aos processos de mudança provocados pela contaminação de outras ordens de discurso. Neste sentido, estabelece relações de tensão e de conflito com outras amostras que denotam esses processos de mudança, que um redimensionamento da instituição parece ter provocado.

De modo a que melhor se perceba o que acabo de enunciar, passo de seguida a analisar um contra-exemplo. Trata-se do texto “**Op Chantress is child’s play**”, a que já fiz referência como produto de uma nova dimensão da instituição militar e que apela, por isso, a outros princípios standardizadores das suas práticas discursivas e a um novo significado cultural do militarismo. O texto foi publicado a 24 de Julho de 1995, no número 15 do volume 51, o número anterior, portanto, àquele em que foi publicado “**Apache wins air battle**”. À semelhança do que acontecia com esse texto, também este inclui, em caixa, a meio, um fragmento textual, “**Troops give free time to build school**”, por mim entendido como

subtítulo.

Para além dos aspectos referidos, convém ainda frisar que, pelas razões aduzidas a propósito do texto anterior, não considere para a análise o título “**Angola projects**”, que encabeça a parte do texto constante na segunda das duas páginas por que este se expande, e, portanto, não o incluí na transcrição que de seguida apresento, mais uma vez seguindo uma segmentação por períodos numerados.

- 1) **Op Chantress is child's play**
- 2) **Troops give free time to build school**
- 3) **SIX HUNDRED and fifty British troops stationed in Angola on Operation Chantress have given up their free time to help restore some sense of normality for children in the war-torn country.**
- 4) **Spurred on by the Rev Brian Elliott, Force padre, most members of the British contingent serving with the United Nations Angola Verification Mission (UNAVEM) have been involved at some time or another in the refurbishment of a school on the outskirts of Lobito.**
- 5) **Even those without specialist building skills have willingly given manpower and muscle.**
- 6) **Royal Engineers have provided much of the construction expertise.**
- 7) **Wood is being collected to make desks and benches, the roof is half completed, and the grounds are being cleared and levelled to make a playground.**
- 8) **A number of fund-raising events have been held to pay for the project and schools in other parts of the country have also benefited.**
- 9) **At Benguela, 17 Port and Maritime Regiment RLC and the crew of the Royal Fleet Auxiliary *Sir Galahad* have virtually rebuilt a school from the ground up.**
- 10) **Schools are also occupying the men of the Welsh Guards in Lobito, where they have been constructing wooden desks.**
- 11) **The few troops deployed in Luanda, the capital of Angola, are repairing an adult training facility.**
- 12) **A vital project involving the sappers is the repair of a water purification plant at Catembela.**
- 13) **It supplies the Lobito area.**
- 14) **UNICEF, the United Nations children's fund, has asked the Royal Engineers to assist with a drainage task at Lobito.**

- 15) **The last UN request was rather more unusual –**
- 16) **could the Army bakery please supply fresh bread for a children's street party?**
- 17) **As always, the British Army was happy to rise to the occasion.**
- 18) **The British contingent in Angola is based on 9 Supply Regiment RLC and commanded by Lt Col Harry O'Hare RLC.**
- 19) **Limited to three months in the field, it is tasked with providing the logistic infrastructure for all UN' forces within the country.**

Mesmo numa leitura desatenta é impossível deixar de notar a diferença deste texto relativamente ao anterior, quer do ponto de vista temático, quer do ponto de vista da expressão do conteúdo. Por exemplo, na apresentação dos resultados da análise do texto “**Apache wins the air battle**”, referi que, veiculando uma posição interna à instituição, nele se nota uma relutância em aceitar, como ausentes do exército, algumas das capacidades associadas ao helicóptero, em contraste com a posição do governo, externa, para quem o helicóptero representa, não um acrescento de potencialidades, mas uma novidade. Esta relutância não impede que uma análise do sistema de transitividade (cf. Halliday, 1985: 101 sgg.), i. e., dos processos em que ambos estão envolvidos como participantes revele, no geral, que o exército surge sempre como Beneficiário dos processos em que o Actor é o helicóptero.

De facto, os participantes “**Army**”, “**Army Air Corps**”, “**those who risk their lives**”, etc., todos eles enquadráveis numa categoria mais abrangente referida por “**British Army**”, são normalmente representados como Beneficiários dos processos Materiais em que participam e que têm como segundo participante o helicóptero ou a acção do governo, quer na categoria de Actor, quer na categoria de Finalidade; vejam-se, a título de exemplo, os seguintes casos: “**a £2.5 billion order that will provide a front-line of 48 aircraft for the Army**” (segm. 4); “**Longbow radar... will provide the British Army with a world class capability**”

(segm. 14); **“those who risk their lives should be provided with the helicopter...”** (segm. 15); **“Apache will add a powerfull new dimension to the Army’s tank-killing capability”** (segm. 20). Motivada pela ênfase colocada na importância do helicóptero, esta representação coloca o exército na posição de Recebedor (enquanto subcategoria de Beneficiário), seja de algo novo, seja de um acrescento ao que já possui, e afasta-se radicalmente da representação efectuada neste texto.

É que em **“Op Chantress is child’s play”** o que se nota é precisamente o contrário. Embora haja em ambos os textos um acentuado domínio dos processos Materiais sobre todos os outros, a representação, nesses processos, dos participantes acima referidos adquire valores bastante diversos em cada um deles. No caso concreto deste texto, dos trinta e um processos nele representados, vinte e cinco são processos Materiais, com a particularidade de em apenas dois deles não termos como participantes as diferentes unidades do exército britânico estacionadas em Angola, as quais surgem directamente associadas a dezasseis processos e indirectamente a sete.

Considerando a sua participação nesses vinte e três processos, não podemos deixar de notar que o exército britânico (aqui entendido, repito, como participante geral e, portanto, como categoria que engloba as diferentes unidades referidas no texto) surge como Actor em nove processos e como Finalidade em sete. Quanto aos restantes sete casos, é de notar que a passivação das orações, embora permitindo o apagamento do Actor, parece ser usada no texto para remeter para o exército britânico a agentização das acções nelas registadas (cf. segms. 5 e 6). A dúvida que se coloca é se a realidade factual e a sua representação textual serão, nesse aspecto particular, efectivamente coincidentes. Quer-me parecer que não, como adiante veremos.

Para além disso, e voltando aos primeiros casos referidos, a colocação dos

Actores e das Finalidades, ou em posição de Tema, ou como parte do Rema, apresenta características interessantes, sobre as quais vale a pena reflectir, sobretudo no caso das Finalidades. Por forma a facilitar a reflexão, apresento, no Quadro 4.1., o número de ocorrências do participante exército britânico em cada uma das categorias, considerando os vinte e três processos Materiais presentes no texto:

ACTOR (Tema)	ACTOR (Rema)	ACTOR AUSENTE	FINALIDADE (Tema)	FINALIDADE (Rema)	TOTAL
9	0	7	6	1	23

Quadro 4.1. – Ocorrências do participante geral exército britânico nos processos Materiais do texto “**Op Chantress is child’s play**”

Atendendo a que, como afirma Halliday (1985: 39), parte do significado de uma oração radica em qual dos seus elementos é escolhido como Tema, a opção de colocar em posição temática seis das sete ocorrências em que o exército participa nos processos como Finalidade e não como Actor, claramente revela a importância atribuída ao exército, que assim se configura como o centro, a partir do qual se organiza o processo de significação do texto. É, aliás, esta ênfase (*foregrounding*) do papel do exército, facultada quer pela sua escolha como Actor de mais de metade dos processos, quer pela sua colocação em posição temática nos restantes casos, que contribui para a sua identificação como Actor dos sete processos que, por passivação das orações, não têm Actor expresso.

Todavia, uma leitura mais atenta do texto legitima a questionação de tal identificação. Em primeiro lugar, porque a utilização, neste texto, de construções passivas com apagamento de Actor, não é regular, mas pontual, sendo, portanto,

importante perceber o porquê da sua utilização; em segundo lugar, porque a ênfase do exército britânico, enquanto actor social, parece acompanhar a exclusão de outros actores sociais potenciais, como, por exemplo, certos segmentos da população angolana, e até mesmo contingentes de outros países e organizações de solidariedade ou de apoio a populações necessitadas.

Van Leeuwen (1996: 38), no seu artigo sobre a representação dos actores sociais, refere precisamente que as representações dos actores sociais no discurso podem incluí-los ou excluí-los, dependendo dos interesses e propósitos de quem efectua a representação, assim como da relação que mantém com os leitores a quem potencialmente a destina¹⁵. Ora, o que se nota neste texto é exactamente um interesse em colocar o exército britânico numa posição de destaque, e, com ele, as acções humanitárias por si desempenhadas.

Repare-se, por exemplo, na utilização do verbo “**to help**” no primeiro parágrafo do texto, o segmento 3, “**to help restore some sense of normality for children in the war-torn country**”. Apesar de carregar consigo uma motivação semântico-funcional que implica a existência de um participante a quem é estendido o processo (quem ajuda, ajuda algo ou alguém), a sua utilização recusa a explicitação desse participante – a UNICEF – e coloca, desde logo, o exército britânico numa posição central, no processo de restauração de um sentido de normalidade na vida (de algumas) das crianças angolanas.

Terão as acções representadas nos segmentos 5 e 6 sido efectivamente realizadas por uma das unidades do exército britânico? Ou será que a passiva foi usada exactamente por as acções não terem sido desempenhadas pelo exército britânico, sendo, portanto, intencional o apagamento dos Actores? Quer-me parecer, por exemplo, que a realização de eventos de angariação de fundos para

¹⁵ Sobre a representação dos actores sociais no discurso, *vd.*, adiante, a segunda parte do Capítulo 5, por exemplo, para além da obra de Van Leeuwen citada.

financiamento de projectos ligados às crianças (cf. segm. 6: “**A number of fund-raising events have been held to pay for the project**”) é uma actividade muito mais associada à UNICEF (posteriormente referida no texto, mas em ligação a outro processo) do que a qualquer unidade do exército britânico. Da mesma forma, a recolha de madeira, normalmente efectuada por abate de árvores, é própria das populações locais africanas, cujos conhecimentos da flora devem ter sido determinantes em todo o processo, embora a sua participação não seja referida.

Dado importante, ainda, é o facto de apenas uma das quatro orações não-Finitas existentes no texto, a já citada oração com o verbo “**to help**”, do segmento 3, estar dependente do Actor da oração Finita a que está associada – “**Six hundred and fifty British troops stationed in Angola on Operation Chantress have given up their free time to help restore some sense of normality for children in the war-torn country**” –, ao passo que as restantes três, por estarem ligadas a orações na voz passiva, com o referido apagamento do Actor, representam processos independentes dos das orações Finitas, não requerendo, portanto, necessariamente os mesmos Actores: “**Wood is being collected to make desks and benches**” (segm. 7); “**the grounds are being cleared and levelled to make a playground**” (segm. 7); “**A number of fund-raising events have been held to pay for the project**” (segm. 8).

À luz das implicações desta análise, parece-me clara a opção de uso da voz passiva em vez da voz activa, na representação destes processos particulares. Originando a explicitação dos actores sociais, a utilização da voz activa geraria, ao mesmo tempo, uma linha de identificação razoavelmente inquestionável entre o(s) Actor(es) de um e de outro processo, o da oração Finita e o da oração não-Finita. Pelo contrário, com o uso da voz passiva, a dúvida interpretativa sobre quem são os Actores da oração Finita expande-se para a oração não-Finita, mostrando mais

claramente a separação dos dois processos, em termos, quer do contínuo temporal, quer dos participantes neles envolvidos.

Por uso de mecanismos linguísticos alternativos, o exército britânico poderia facilmente ter sido incluído como Actor dos processos em causa. A opção pelo apagamento deste participante só pode ter sido motivada, portanto, pelo facto do exército britânico não ser o actor social que preenche essa categoria em todos eles (“*collecting wood*”, “*making desks and benches*”, “*clearing and levelling the grounds*” e “*making a playground*”). E assim sendo, das duas uma: ou todos os actores sociais eram incluídos, sem que houvesse apagamento de Actor, ou se procedia ao apagamento deste e à exclusão de outros actores sociais – a população local –, com a certeza de que a escolha do exército britânico como Actor de mais de metade dos processos agentizados, e a sua colocação em posição temática nos restantes casos, contribuiria para a sua identificação, se não como Actor dos processos não-agentizados, pelo menos como actor social deles participante, independentemente da categoria semântico-funcional preenchida.

Longe de se revelar um acto ou uma opção isolada, a exclusão dos outros actores sociais directamente ligados aos processos de reconstrução das escolas surge dentro de uma lógica de instrumentalização pontual desta prática discursiva, a qual favorece a subordinação da construção textual dos eventos a princípios promocionais. Ou seja, a promoção adquire, neste texto, função comunicativa (cf., por exemplo, segm. 17: “**As always, the British Army was happy to rise to the occasion**”), configurando-o como um veículo para *vender* a organização e a sua nova imagem de instituição vocacionada para a manutenção da paz e para o apoio a populações devastadas pela guerra. Os efeitos instrumentais do texto sobrepõem-se ao seu significado, cuja manipulação se efectua com determinados fins estratégicos em vista, nomeadamente a identificação entre a missão militar

Operação Chantress e a restauração de um sentido de normalidade em Angola¹⁶.

É, aliás, a esta luz, por exemplo, que a utilização, no título, da palavra morfológicamente reduzida, “**Op**”, deve ser entendida. Para além de evocar o conhecimento anterior dos sujeitos leitores do texto, pressupondo claramente a sua condição de militares, a utilização da forma reduzida favorece, mais do que a palavra “**Operation**” propriamente dita, uma interpretação estritamente militar da Operação em causa, assim permitindo uma identificação entre as acções descritas no texto e as acções de uma Operação militar.

E mesmo que no subtítulo e no primeiro parágrafo se limitem as acções descritas no texto ao tempo livre dos soldados, assim introduzindo a possibilidade de aquelas não serem as verdadeiras acções da Operação Chantress, o certo é que o texto vive de uma indefinição entre o que é tempo de missão e o que é tempo livre, entre o que é trabalho no âmbito da Força das Nações Unidas e o que é voluntariado para a UNICEF. Se não vejamos: o primeiro parágrafo estabelece uma relação de finalidade entre a oferta do tempo livre dos soldados e a acção geral de restabelecimento de um sentido de normalidade – “**have given up their free time to help restore some sense of normality for children in the war-torn country**”; ao mesmo tempo, devido ao seu carácter introdutório, faz englobar nessa acção geral todas as acções posteriormente descritas, levando a que, logicamente, todas elas sejam interpretadas como tendo sido efectuadas durante o tempo livre dos soldados e como estando ligadas às crianças.

Todavia, em directa oposição a esta leitura, o subtítulo apenas associa a construção de uma escola ao tempo livre dos soldados – “**Troops give free time to**

¹⁶Sobre a *cultura promocional* em geral, vd. Wernick, 1991. Sobre os seus efeitos ao nível discursivo, vd. Fairclough, 1993, de que cito o seguinte excerto (p. 141): «Contemporary culture has been characterized as ‘promotional’ or ‘consumer’ culture (...). The concept of promotional culture can be understood in discursive terms as the generalization of promotion as a communicative function (...) – discourse as a vehicle for ‘selling’ goods, services, organizations, ideas or people – across orders of discourse.»

build school” – como se todas as outras acções fizessem parte da Operação Chantress. No quadro desta interpretação, as acções expressas nos segmentos 11-14 distinguem-se, de facto, das acções anteriormente descritas, por serem acções que não estão directamente ligadas às crianças: **“are repairing an adult training facility”, “the repair of a water purification plant”, “a drainage task at Lobito”**. De espectro mais alargado, estas acções fazem parte do leque de acções para que os soldados foram treinados, no âmbito da preparação da Operação Chantress, como se depreende de um outro texto publicado na mesma revista, embora num número diferente: **“A series of internal briefings was carried out, as well as more specialist lectures on mines awareness, health and hygiene and improvised bridging. Whereas the squadron would normally have devoted only an afternoon to water purification, the work took up a day and a half. As in Rwanda, the provision of clean water, basic plumbing and elementary sanitation will be a vital part of their task”**¹⁷.

Só que a associação de uma dessas acções à UNICEF, com a explicitação clara de que esta é a organização da ONU ligada às crianças, vem mais uma vez introduzir, no registo de acções, a dimensão de voluntariado no trabalho em prol das crianças Angolanas: **“UNICEF, the United Nations children’s fund, has asked the Royal Engineers to assist with a drainage task at Lobito”** (segm. 14). Repare-se, porém, como de seguida o processo de associação entre entidades e eventos é o inverso, já que a uma acção directamente ligada às crianças é associada não a UNICEF, mas as Nações Unidas: **“The last UN request was rather more**

¹⁷Este enunciado faz parte do texto **“Angola, here we come”**, publicado a 17 de Abril de 1995, no número 8 do volume 51 (pp. 13-15), cujo conteúdo diz respeito à preparação do contingente destacado para participar na Operação Chantress. Da sua leitura ressalta o facto de muitas das acções descritas em **“Op Chantress is child’s play”** se enquadrarem no tipo de acções aqui enunciadas como típicas da Operação. Veja-se, por exemplo, a seguinte passagem: **“Rather than concentrate on combat engineering before their deployment, the sappers refreshed their secondary trades. Much of the work is liable to be in the construction of camps and reconstruction of buildings, and each combat engineer is required to have a trade such as plumber, carpenter or electrician”**.

unusual – could the Army bakery please supply fresh bread for a children’s street party?” (segms. 15-16).

O texto parece, assim, oscilar entre os dois significados possíveis do que é hoje uma missão militar, validando ora um, ora outro. Ou seja, por um lado, são visíveis nele os pressupostos de que uma missão militar envolve riscos e não é nenhuma “brincadeira de crianças” – a Operação Chantress surge, portanto, como uma excepção; para além disso, ao estabelecer uma relação de finalidade entre o tempo livre dos soldados e as acções por estes realizadas com vista ao restabelecimento da normalidade na vida das crianças Angolanas, o texto parece recusar a definição de tais acções dentro de um quadro de referência estritamente militar (é por não serem acções militares que são efectuadas pelos soldados nos seus tempos livres).

Só que esta relação de finalidade entre uma coisa e outra é ilusória. Na instituição militar não há acções voluntárias, pelo menos como as descritas no texto, que envolvem os “tempos livres” de seiscentos e cinquenta soldados, a totalidade de elementos que formam o contingente britânico em Angola. Daí que não haja uma clara distinção entre os dois tipos de acções detectados no texto, sendo legítimo afirmar que todas elas são enquadráveis na prática institucional das missões militares, embora de uma prática institucional em mudança. Nesta nova prática, a *síndrome do desvio da missão*, que pode levar uma Força a executar tarefas fora do âmbito para que foi mandatada, e que levou o contingente britânico a executar tarefas para além do providenciar das infra-estruturas logísticas das Forças das Nações Unidas, é mais uma característica da missão do que propriamente um defeito.

O uso humanitário dos seus recursos e potencialidades tem sido, aliás, o novo estandarte da imagem que as instituições militares pretendem veicular,

nomeadamente quando têm contingentes integrados em Forças Internacionais de manutenção de paz. Motivadas por uma certa incapacidade das organizações internacionais em desenvolverem mecanismos de intervenção política para a resolução de conflitos (cf. Shaw, 1994: 182), as intervenções militares internacionais foram quase sempre ditadas por interesses e estratégias político-económicas e, neste sentido, têm servido sobretudo para a indefinição do conceito de intervenção humanitária, o qual, independentemente do seu sentido, traz, de facto, novos contornos à relação entre humanitarismo e acção militar, como é visível no texto, com a segunda a confundir-se com o primeiro. Validando o exercício de funções simbólicas e de manutenção de paz em detrimento da prática da guerra, da intimidação e do militarismo, tão presentes no texto anterior, por exemplo, textos como “**Op Chantress is child’s play**” sancionam também a aceitação, por parte dos militares, do desarmamento e de princípios de reorientação das missões, assim como ajudam a generalizar, na própria instituição, a atitude de que a violência deve assumir cada vez menos uma parte activa na resolução dos conflitos e problemas internacionais.

Em consequência das transformações sociais, económicas e políticas em curso, que ditaram o estabelecimento de uma nova ordem mundial, a sociedade sem guerra – *pós-militar*, no dizer de Martin Shaw (1991) – sobrepõe-se à sociedade de prontidão para a guerra, própria do militarismo de massas, e à sociedade de intimidação da guerra, do período da Guerra Fria. Mas não se pense, todavia, que uma sociedade pós-militar é uma sociedade em que a ameaça da violência militar em larga escala está afastada; como refere Giddens (1994: 234): «A post-military society is not one where the threat of large-scale military violence is removed, especially given the massive economic differences within the global system. Geopolitical rivalries are likely to remain strong, and destructive war

remains a possibility in many parts of the world». Daí que, no quadro da nova ordem mundial, o modo como o mundo se polícia, com um incremento notório no uso de Forças Multi-Nacionais, adquira significados que variam com os momentos e os espaços em causa, o que determina necessariamente uma grande amplitude na construção social do que é uma missão militar¹⁸. Neste sentido, o humanitarismo que enquadra as missões militares descritas nos textos de *Soldier*, em particular neste “**Op Chantress is child’s play**”, longe de ser a regra, pode muito bem ser a exceção que a confirma.

¹⁸As intervenções de Forças Multi-Nacionais nos recentes conflitos internacionais têm de alguma forma pecado pela ausência de uma uniformidade nos critérios por elas seguidos, em parte por deficiências várias das organizações internacionais, cujos mecanismos de intervenção política eram praticamente inexistentes, mas também devido a diferentes interesses económicos e estratégicos associados à mediação dos conflitos. Martin Shaw (1994) faz um balanço crítico dessas intervenções, no seu livro *Global Society and International Relations*, de que cito dois excertos, apesar da sua extensão (pp. 182-183): «When the Cold War ended and the Soviet Union collapsed, the mechanisms for such political interventions hardly existed and the political will and experience necessary for them were certainly not available in the great powers or in the United Nations. The crises generated a new wave of wars – the results of the breakdown of empires and alliances – of which only the first major test, in the Gulf, drew a major international military response. Subsequent wars, from Croatia and Bosnia to Armenia-Azerbaijan, Georgia and Moldova, to Cambodia, Somalia and Angola, have attracted varying levels of response, but all at a far lower level than that in the Gulf. The clear differentiation in the Gulf case is that there, uniquely, major United States and other Western economic and strategic interests were at stake. (...)».

These later crises have posed the relationships between humanitarianism and military action, and between Western state interests, international institutions, media and civil society, in even more acute terms. Western media have been relatively full in their coverage of Bosnia – but only in comparison with the almost total neglect has also been much more extensive in ex-Yugoslavia than in any of the other cases, but military intervention, much heralded, has been limited (at the time of writing) largely to the protection of humanitarian aid convoys. That protection has been interpreted, moreover, in minimalist terms, not even entailing a determination to force a passage through Serbian and Croation roadblocks. The UN-proclaimed ‘safe havens’ made a mockery even of the very limited concept applied in the Kurdish case, with no attempt until 1994 to halt the ceaseless bombardment of these areas.

In Bosnia, genocide has been carried out on a scale previously unimaginable in post-1945 Europe. International intervention was limited, for two years, to an attempt to mitigate the effects of genocide, not to prevent or halt it or undo its results.

4.3. PAPÉIS INSTITUCIONAIS E SUJEITIFICAÇÃO

«(...) in addition to being based on reward, force or attraction, power can also be based on the knowledge of facts (...); on legitimation through a position in the hierarchy of an institution; or on the control of a given situation (...).»

Ruth Wodak (1996: 65)

Até agora, tenho centrado esta análise em aspectos relacionados com o carácter externo da instituição militar. Quero dizer, tenho usado linhas de análise que evidenciam a presença, nos textos de *Soldier* que constituem este *corpus*, de sintomas de mudança e de resistência à mudança na ordem organizativa da instituição, encarada esta como fruto da relação mantida com a nova ordem mundial e suas transformações. Deste ponto de vista, a ênfase foi sempre por mim colocada na dimensão interna da mudança, mas sempre enquanto reflexo de factores e condicionantes que lhe são externos.

A análise que agora deixo registada é ligeiramente diferente. Nela o que está em causa não é a mudança na ordem organizativa da instituição, mas a sua manutenção, pelo menos em parte, a partir de pressupostos específicos da sua funcionalidade interna. Ou seja, como espero poder mostrar, os dois textos que de seguida apresento e analiso não são descrições factuais de eventos e os seus objectivos, indo para além do acto de produzir sentido, estão ideologicamente investidos para servirem os interesses da instituição militar, no que diz respeito à manutenção e reprodução da disciplina na sua relação com a posição hierárquica dos sujeitos. Em textos como estes, o princípio militar básico de disciplinação da mente pela disciplinação do corpo parece dar a vez, como veremos, a métodos de disciplinação da mente que nada devem à disciplinação do corpo.

O primeiro dos dois textos apareceu a 23 de Janeiro de 1995, no número 2 do volume 51, sob os títulos **“‘Extraordinary’ courage earns QCB”** (na página em se inicia) e **“RLC soldiers commended for bravery”** (na página em que se conclui). Mais uma vez, a reprodução do texto segue o critério, anteriormente definido, de segmentação por períodos numerados, dela excluindo o segundo título.

- 1) **‘Extraordinary’ courage earns QCB**
- 2) **TWO Royal Logistic Corps soldiers have been awarded the Queen's Commendation for Bravery.**
- 3) **Pte David Hall, then serving with 2 Close Support Regiment RLC and now attached to the Warminster Support Unit, saved the lives of two people trapped after two cars collided and burst into flames outside Princess Royal Barracks, Gutersloh.**
- 4) **Despite flames spreading across the road, Pte Hall freed a female passenger then returned to help the driver who was strapped in.**
- 5) **Although the petrol tank exploded, Pte Hall displayed great courage in removing the driver with the help of ATpr Geordie McCullough.**
- 6) **The man had stopped breathing and Pte Hall could find no sign of a pulse.**
- 7) **While ATpr McCullough pumped the driver's chest, Hall gave mouth-to-mouth resuscitation until German rescue services arrived.**
- 8) **A British medical officer who attended the scene attested to Pte Hall's "quite extraordinary" courage.**
- 9) **His "cool bravery and quick-thinking" was also witnessed by a senior officer of the ACE Rapid Reaction Corps.**
- 10) **His Queen's Commendation for Bravery, one of the highest awards for non-operational gallantry, was gazetted on January 10, as was a QCB to Cpl Shaun Taylor, also of 2 Close Support Regiment.**
- 11) **He was leading a group of heavy trucks on a German motorway in atrocious weather when one skidded on black ice.**
- 12) **The truck burst through the central reservation and crushed two cars on the opposite carriageway.**
- 13) **Other vehicles ploughed into the wreckage, and one car burst into flames.**
- 14) **While extinguishing the blaze, Cpl Taylor saw that fuel was leaking from the crashed truck.**

- 15) **He managed to switch the fuel off seconds before the car re-ignited.**
- 16) **While putting out the fire for a second time, he noticed a casualty in the car, but a quick check showed the person was already dead.**
- 17) **He offered assistance to a second car in which two more people had died before getting the driver and crew out of the crashed Army lorry and securing their weapons.**
- 18) **Cpl Taylor got his remaining soldiers to control the traffic until German emergency services arrived on the scene, then accompanied the injured men to hospital.**
- 19) **Throughout the incident, says the commendation, he exhibited the highest standards of leadership and initiative.**

Trata-se de um texto acerca de dois soldados a quem foi atribuída uma condecoração, *The Queen's Commendation for Bravery* (a QCB do título), afirmada como **“one of the highest awards for non-operational gallantry”** (segm. 10). Embora envolvidos em acontecimentos diferentes, ambos os soldados realizaram basicamente a mesma acção: salvaram, ou tentaram salvar, a vida de pessoas em acidentes ocorridos na Alemanha. Como, todavia, se verá, por comparação do relato dos dois acontecimentos, o modo como a informação sobre cada um dos eventos está estruturada é diferente. Os postos dos dois soldados na hierarquia da instituição não são iguais – um é uma praça, Pte David Hall, o outro é um oficial não-comissionado, um cabo, Cpl Shaun Taylor –, podendo ler-se nessa diferença a razão principal para a motivação da desigualdade nas descrições. De facto, para cada um dos dois soldados, o texto enfatiza aspectos distintos do seu carácter e das suas acções, sendo tais aspectos concordantes com as diferentes posições de sujeito que a instituição lhes atribui, assim as perpetuando.

Começando com uma introdução que coloca os dois soldados e as suas acções ao mesmo nível (segm. 2: **“Two Royal Logistic Corps soldiers who have been awarded the Queen's Commendation for Bravery”**), o texto é depois dividido em duas partes que, do ponto de vista temporal, se reportam a eventos anteriores

(segm. 3: “**then**”) ao momento da enunciação (segm. 3: “**now**”). A primeira parte (segms. 3-9) descreve a razão pela qual a praça Hall foi condecorado, isto é, qual a acção por si realizada que levou à condecoração. A segunda parte (segms. 11-19) faz exactamente o mesmo, desta vez relativamente ao cabo Taylor. A unidade das duas partes como um todo é garantida pelo segmento 10, o qual, juntamente com o parágrafo introdutório (segm. 2), traz o texto para um passado mais recente, o passado-presente da atribuição da condecoração.

Ao evento em que a praça Hall esteve envolvido é atribuído menos espaço na economia do texto, do que ao evento em que participou o cabo Taylor. Embora totalmente descrito, o evento é construído como uma mera sequência de acções realizadas pela praça, o que contrasta com a descrição minuciosa do outro evento como uma rede complexa de acções, todas realizadas pelo cabo Taylor. O mesmo pode ser dito, aliás, acerca da descrição dos dois acidentes, com um a ser reduzido aos factos básicos – “**two cars collided and burst into flames**” (segm. 3) –, e o outro a ser objecto de uma descrição completa – “**He was leading a group of heavy trucks on a German motorway in atrocious weather when one skidded on black ice. The truck burst through the central reservation and crushed two cars on the opposite carriageway. Other vehicles ploughed into the wreckage, and one car burst into flames**” (segms. 11-13).

As acções que os dois homens desempenharam são descritas seguindo este padrão de simplicidade, num caso, de complexidade, no outro. No caso da praça Hall, o que temos é uma sequência de acções, todas realizadas uma a seguir à outra: primeira acção, “**Despite flames, Prt Hall freed a female passenger**” (segm. 4); segunda acção, “**then returned to help the driver**” (segm. 4); terceira acção, “**Prt Hall could find no sign of a pulse**” (segm. 6); quarta acção: “**Hall gave mouth-to-mouth resuscitation**” (segm. 7). Esta construção linguística das

acções serve o propósito de evidenciar a coragem da praça Hall, um atributo claramente expresso no segmento 5: “**Although the petrol tank exploded, Prt Hall displayed great courage in removing the driver with the help of ATpr Geordie McCullough**”. Aliás, de acordo com o que é enunciado no texto seria legítimo afirmar que não só a praça Hall demonstrou coragem, mas também a praça McCullough. Afinal de contas, ele fez exactamente o que a praça Hall fez. A construção frásica, porém, coloca sempre a praça McCullough na sombra da praça Hall, aparecendo sempre como ajudante das suas acções (para além deste exemplo, veja-se também o do segmento 7: “**While Atpr McCullough pumped... Hall gave mouth-to-mouth...**”).

A coragem da praça Hall, razão principal para a sua condecoração, é referida três vezes no texto, duas sob a designação de “**courage**” (segms. 5 e 8), uma sob a designação de “**bravery**” (segm. 9). Com excepção da primeira ocorrência, que surge ligada à acção específica de retirar o condutor do automóvel e é o resultado da avaliação que o autor faz desse facto, coragem aparece no texto como um atributo dado à praça por dois oficiais que testemunharam (“**witnessed**”, segm. 9) e confirmaram (“**attested to**”, segm. 8) tal coragem, assim legitimando a atribuição da condecoração com as suas sanções.

Embora a condecoração atribuída ao cabo Taylor tenha também sido *The Queen’s Commendation for Bravery*, coragem e bravura não são expressas como atributos do cabo Taylor. No seu caso, o que é singularizado é a liderança (“**leadership**”, segm. 19) e a capacidade de iniciativa (“**initiative**”, segm. 19), atributos normalmente assumidos pela instituição como específicos dos oficiais. Para além disso, estes atributos não são testemunhados por outros oficiais, são declarados na própria condecoração (segm. 19: “**Throughout the incident, says the commendation, he exhibited the highest standards of leadership and**

initiative”). O processo espelha a organização burocrática da hierarquia na instituição, como pudemos ver no capítulo anterior (cf. tb. Dandeker, 1990: 96-97, 100 *passim*): compete aos oficiais avaliarem os homens sob o seu comando e, portanto, foram oficiais a testemunhar e a avaliar a coragem da praça Hall; compete às autoridades centrais avaliarem os oficiais e, portanto, é a condecoração propriamente dita, enquanto emanada das autoridades centrais, que declara os altos níveis de liderança e de iniciativa do cabo Taylor.

A este respeito, o uso dos verbos é bastante revelador do tratamento diferenciado do envolvimento dos dois soldados nos acontecimentos e da subordinação do sentido aos princípios de manutenção da ordem institucional. Enquanto no caso do cabo Taylor, as suas capacidades de liderança e de iniciativa foram por si exibidas naturalmente (“**he exhibited...**”), como se outra coisa não fosse esperada, no caso da praça Hall, a sua coragem *teve que ser* testemunhada e confirmada por oficiais, como vimos. A dúvida, legítima, que se levanta é a de saber como é que os oficiais testemunharam os acontecimentos. É que se “**attended**” se encontra ligado a um actor social particular, um médico, não implicando, por isso, necessariamente obrigatoriedade de presença no local na altura do acidente, “**witnessed**” implica tal obrigatoriedade. Atendendo a que o oficial a que o verbo está associado apenas chegou ao local do acidente momentos depois deste ter ocorrido, como se deprende da sua ligação ao ACE Rapid Reaction Corps, uma espécie de corpo militar de bombeiros, o seu testemunho apenas pode ter sido baseado no testemunho da praça McCullough, o único militar que assistiu aos acontecimentos, para além da praça Hall. Só que aquele, como este, é uma praça e não um oficial e, portanto, o seu testemunho não é válido como critério para atribuição de uma condecoração.

Mas voltemos às acções dos dois soldados. Se as acções da praça Hall são

linguisticamente construídas para acentuar a sua coragem, as acções do cabo Taylor são linguisticamente construídas para acentuar as suas capacidades de liderança e de iniciativa. O uso da conjunção “**while**” em duas das frases que descrevem as suas acções é a esse respeito muito importante. Em ambos os casos, as acções que a conjunção torna simultâneas não são realizadas por diferentes agentes (como acontece na descrição das acções da praça Hall), mas pelo mesmo, o cabo Taylor: “**While extinguishing the blaze, Cpl Taylor saw that...**” (segm. 14); “**While putting out the fire... he noticed... but a quick check showed...**” (segm. 16).

Orações como “**Cpl Taylor got his remaining soldiers to control the traffic**” e “**accompanied the injured men to hospital**”, no segmento 18, evidenciam as capacidades de liderança, comando e controlo do cabo Taylor, na relação hierárquica que este mantém com os restantes soldados envolvidos na coluna, todas elas desde logo denotadas no uso do verbo *to lead*, no segmento 11: “**was leading**”; orações como as presididas pela conjunção “**while**”, ou como as contidas nos segmentos 15 (“**He managed to switch the fuel off... before the car re-ignited**”) e 17 (“**he offered assistance to a second car... before getting the driver and crew out... and securing their weapons**”), acentuam, por sua vez, o seu espírito de iniciativa, a sua capacidade de desempenho de acções sob condições adversas. A este respeito, repare-se também, por exemplo, na construção discursiva dos factores e do contexto em que ocorreu o acidente, no segmento 11), nomeadamente no uso da adjectivação associada a “**trucks**” (“**heavy trucks**”) e a “**weather**” (“**atrocious weather**”), a qual contribui para o mesmo fim, ajudando a sedimentar a construção institucional do Cabo Taylor, não só como um excelente militar, mas sobretudo como um excelente oficial.

Para além destes aspectos, convém ainda referir que a diferença na

construção discursiva dos dois eventos é homóloga do modo como os dois soldados são referidos pelo autor em termos de formas de tratamento e na relação com as unidades de que fazem parte. Naturalmente, apenas a praça Hall perde o título referente ao seu posto (segm. 7: “**Hall gave mouth-to-mouth resuscitation**”), o que está de acordo com o que acontece nas unidades, onde as praças podem ser tratadas apenas pelo seu nome, mas os oficiais são sempre referidos pelo seu posto.

Quanto à relação destes soldados com as suas unidades, da praça Hall se diz que na altura servia (“**then serving with**”) no *2 Close Support Regiment* e que agora se encontra ligado (“**now attached to**”) a outra unidade (segm. 3), acentuando-se com estes quase-sinónimos a sua pertença, a sua dependência relativamente a algo ou a alguém. No caso do cabo Taylor, não é usado um verbo mas um advérbio seguido de uma preposição, “**also of**” (segm. 10). Embora acentuando a ligação do cabo Taylor ao *2 Close Support Regiment*, o uso do advérbio + preposição deixa indeterminado o seu papel na unidade. A relação de substituição entre o advérbio + preposição e os dois verbos anteriormente usados para significar o papel da praça Hall relativamente às unidades em que prestou serviço (“**serving**”, “**attached**”), parece centrada apenas nos traços semânticos básicos dos dois verbos, os que denotam “ligação”. Ou seja, a utilização de “**also of**”, em vez de um daqueles verbos, ou de outro, não permite a especificação do tipo de ligação que o cabo Taylor tem com o *2 Close Support Regiment*, que pode ser de submissão, dependência, como no caso da praça Hall, mas também de comando, chefia, instrução, todas elas relações de sujeitos em situação de emposse facultada pela hierarquia da instituição.

Passemos ao outro texto. Pré-intitulado “**CDT team swoops on Whitehall HQ**” e intitulado “**Top brass first off mark with drug test**” (na página em que se

inicia) e “**CDT starts at the top**” (na página em que se conclui), foi publicado a 6 de Fevereiro de 1995, no número seguinte da revista (Vol. 51, Nº 3), e trata de um assunto completamente diferente: análise de uso de drogas. Como de costume, a reprodução do texto segue o critério, anteriormente definido, de segmentação por períodos numerados, dela excluindo o título usado na página em que o texto se conclui¹⁹.

- 1) **CDT team swoops on Whitehall HQ**
- 2) **Top brass first off mark with drug test**
- 3) **ARMY drug testers started at the top on January 11 when they called at the Whitehall office of Gen Sir Charles Guthrie, Chief of the General Staff.**
- 4) **He and other members of the Executive Committee of the Army Board were asked to provide samples under the new compulsory drug test (CDT) regime, writes Phil Wilcox.**
- 5) **Also tested was a random selection of 20 per cent of the 300 Army staff serving in the Ministry of Defence's Whitehall headquarters.**
- 6) **ECAB members, including the Adjutant General, Gen Sir Michael Wilkes and the Assistant Chief of the General Staff, Maj Gen Tim Granville-Chapman, experienced for themselves the procedure which will soon become commonplace in British units all over the world.**
- 7) **The generals were followed later by Main Building staff summoned without warning to the makeshift CDT marshalling area in a corridor on the seventh floor.**
- 8) **Irrespective of rank, each was required to provide urine samples for analysis. CSgt Jim Wallace, formerly of the 1st Battalion, The Light Infantry and with 31 years' Army service behind him, briefed the board members on the testing process.**
- 9) **One of ten Compulsory Drugs Testing Officers (CDTOs) drawn from all Arms who will travel to units, he said: "This is our**

¹⁹A utilização de pré-títulos nos textos da revista *Soldier*, ou melhor, nos textos que formam o *corpus*, apresenta um dado curioso. Em muitos casos, como o presente, o pré-título surge separado do título por uma fotografia que ilustra um aspecto do texto, normalmente o que motiva a sua escolha como notícia. (No presente caso, a fotografia representa o Chefe do Estado-Maior em conversa com um dos membros da equipa de análise de drogas.) A sequência de unidades textuais é, portanto, a seguinte: pré-título, fotografia, legenda da fotografia, título, texto. A particularidade desta sequência está no facto de, em certos casos, as unidades textuais que nesta estrutura correspondem ao pré-título, à fotografia e à legenda constituírem um texto que nada tem a ver com o texto integrado no *corpus*, que, nesses casos, tem apenas título, eventualmente subtítulo e texto.

launch pad today, although we had a dummy run at Worthy Down in December."

- 10) "The programme is being instigated because the increase of drugs-related incidents within the Army is causing concern," the Adjutant General told *Soldier*.
- 11) "With soldiers handling ammunition, driving tanks and large vehicles as a matter of routine, the Army cannot tolerate the kind of side effects which drug-taking produces.
- 12) "Times have changed.
- 13) The growth of drugs easily available overseas and in this country has become dramatically broader."
- 14) Compulsory drugs testing is simply a continuation of an existing policy, Gen Wilkes said.
- 15) Members of the RMP and sniffer dogs pay frequent visits to Army establishments and education teams go along to units to show people examples of various drugs.
- 16) "CDT is the final leaf in the book, and we can now carry it out in an authoritative and legal way," said Gen Wilkes, who is sponsoring the programme for the Army Board.
- 17) "It has taken 18 months to ensure that the procedure is absolutely water-tight from a legal point of view."
- 18) The British Army had drawn from the American experience, he added.
- 19) "After the Vietnam war, they had widespread problems throughout their Army.
- 20) It was not until the introduction of CDT that the incidence of drug-taking fell away from 40 to 50 per cent to one per cent."
- 21) He did not envisage CDT acting as a deterrent to recruitment.
- 22) "It is so obviously a sensible precaution to take.
- 23) And, in view of the high risks in a soldier's life serving in, say, Bosnia, it goes without saying that the spectre of possibly having a soldier next to him being under the influence of drugs would be unthinkable."

Embora a intenção primeira do texto seja expressar igualdade de tratamento entre sujeitos militares, nele se verifica também o reafirmar das diferentes posições de sujeito no interior da hierarquia da instituição. A intenção pode ser vista na ênfase colocada na frase declarativa que inicia o primeiro segmento: "**Army drug testers started at the top**". Colocando este facto em primeiro plano e fazendo corresponder "**the Chief of the General Staff**" a "**the top**", o texto visa sublinhar a igualdade de circunstâncias em que são colocados todos os militares quando se trata de análise de uso de drogas. Mas tal objectivo é de algum modo minado pela

organização textual e pela estrutura da informação, as quais denotam diferentes tratamentos entre os sujeitos objecto da análise, de acordo com as suas posições na hierarquia da instituição.

Os títulos usados em cada uma das páginas em que o texto está impresso – **“Top brass first off mark with drug test”** e **“CDT starts at the top”** – mostram claramente a intenção que subjaz à organização da notícia: até o Chefe do Estado-Maior e os oficiais superiores estão sujeitos a procedimentos de análise de uso de drogas. E para provar tal facto apresenta-se uma fotografia do Chefe do Estado-Maior momentos antes de *ser submetido* ao teste. O texto, depois, expressa o mesmo ponto de vista de um modo mais transparente (segmentos 3-4), dando ao leitor os meios para interpretar a análise de consumo de drogas como uma operação de rotina a implementar, independentemente do posto das pessoas por ela afectadas, em todas as unidades do exército britânico. Mas uma leitura mais atenta do texto revela-nos que parte desta específica operação foi pensada como algo completamente diferente.

A operação não é exactamente a antecipação das operações futuras que irão ter lugar nas unidades do exército britânico, como uma análise do diferente valor relacional dos verbos usados (Fairclough, 1989: 116 ff.) claramente demonstra²⁰. Efectivamente, os mesmos variam de acordo com a posição de sujeito de cada um dos participantes afectados pela operação. Note-se, por exemplo, no primeiro segmento, o uso da forma verbal **“called at”** numa frase na voz activa que tem os responsáveis pelas análises como agentes e o Chefe do Estado-Maior como paciente. Esta forma verbal é a correspondente directa, mas com um diferente valor relacional, da forma verbal usada no segmento 7, **“summoned without warning”**,

²⁰ Sobre a acepção particular com que aqui uso a noção de palavra/verbo/valor relacional, *vd.* nota 6, na p. 155, onde a distingo da noção de processo relacional, no sistema da transitividade, da gramática sistémico-funcional.

numa frase passiva que tem “**Main Building staff**” como paciente, mas cujo Actor foi apagado.

Ora, o que se passa é que a realização de testes de drogas é um procedimento que só pode ser implementado nas unidades com a ajuda dos oficiais comandantes (os que convocam, e não a equipa que realiza os testes), os quais são normalmente informados, com antecedência, da presença da equipa de análises nas suas unidades, o que portanto os exclui, como pacientes, de uma operação que, para ter sucesso, se baseia no elemento surpresa. Note-se, ainda, no segmento 4, o uso da forma verbal “**were asked to**” na frase que tem o Chefe do Estado-Maior e outros membros da Comissão Executiva do Conselho do Exército como pacientes e compare-se esta com a forma verbal que no segmento 8 lhe corresponde e que tem o pessoal do edifício como pacientes: “**each was required**”. Os verbos do primeiro par (“**called at**” e “**were asked to**”) denotam uma relação não-oficial, não-burocrática, ainda que de baixo-para-cima, entre a equipa de análises e o Chefe do Estado-Maior, enquanto os verbos do outro par (“**summoned**” e “**required**”) denotam uma relação oficial, burocrática e hierarquizada de cima-para-baixo entre o Chefe do Estado-Maior, via equipa de análises, e o restante pessoal.

Apesar de os oficiais superiores não serem normalmente submetidos a testes de drogas, o texto pretende demonstrar o contrário. Toda a operação é construída linguisticamente como se os membros da Comissão Executiva do Conselho do Exército tivessem sido efectivamente os sujeitos objecto das análises, muito embora o oficial responsável pelo programa seja ele próprio um dos membros da Comissão Executiva do Conselho do Exército, como afirmado no segmento 16: “... **Gen Wilkes, who is sponsoring the programme for the Army Board**”. Daí a construção “**Also tested was a random selection of 20 percent of...**” (segm. 5),

cujos objectivos parece ser duplo: por um lado, põe em primeiro plano os primeiros militares que foram testados, os membros da Comissão Executiva, acentuando a importância de tal facto; e, por outro, reduz o impacto negativo que a análise de consumo de drogas, enquanto operação de vigilância, pode provocar no futuro, apresentando-a como um procedimento natural, mas sobretudo casual, i. e., uma operação executada no seguimento de uma outra operação ainda mais importante: os testes efectuados aos membros da Comissão Executiva do Conselho do Exército. Mas ao mesmo tempo, a frase mostra por implicatura que os testes efectuados ao Chefe do Estado-Maior e aos outros membros da Comissão Executiva não foram o resultado de uma “**random selection**”, como aconteceu com os outros militares e como acontecerá de futuro em outras unidades do exército. A divisão entre os membros da Comissão Executiva, por um lado, e o restante pessoal do edifício, por outro, torna os testes a que os membros da Comissão foram submetidos num exercício mediático, com o propósito quer de mostrar às tropas que até os seus oficiais superiores estão sujeitos a testes de drogas, quer de mostrar aos oficiais superiores a operação a que as tropas sob o seu comando estão sujeitas.

O primeiro aspecto já foi clarificado, centremo-nos então no segundo. O quarto segmento diz tudo: “**ECAB members... experienced for themselves the procedure which will soon become commonplace in British units all over the world**”. Neste contexto, a forma verbal “**experienced**” tem mais o significado de “*became acquainted with*” do que de “*were tested with*” ou de “*were submitted to*”. Efectivamente, os membros da Comissão Executiva estavam a ser informados sobre e a experimentarem um programa de teste de drogas e não a serem submetidos ao mesmo. Daí o facto de o programa lhes ser descrito: “**Csgt Jim Wallace... briefed the board members on the testing process**” (segm. 9). Sintomaticamente, esta frase surge após os testes aos membros da Comissão terem

sido abandonados como assunto textual e os testes ao pessoal do edifício terem sido introduzidos como novo assunto, assim induzindo a que a ocorrência da sessão de esclarecimento seja interpretada como a ocorrência de uma sessão geral, aberta a todo o pessoal testado. Esse não foi o caso, porém. É que a construção discursiva não é fiel à ocorrência factual dos acontecimentos. Se não pela lógica organizativa da instituição, sabemos pelo menos pelo texto que os dois eventos ocorreram separados no tempo, já que enquanto claramente separa os dois eventos, e não apenas em termos temporais, a frase que inicia o segmento 7, **“The generals were followed *later* by Main Building staff summoned without warning”** (itálico meu), implica ou que algo mais ocorreu entre os dois eventos ou então que o primeiro evento se desenrolou por um longo intervalo de tempo.

Contrariamente ao que o texto parece querer implicar, primeiro o Gen. Wilkes e a equipa de análises esclareceram os membros da Comissão Executiva do Conselho do Exército sobre a realização dos testes de drogas (incluindo a sua experimentação, disponibilizando amostras para teste) como meio de ficarem familiarizados com a operação. Depois (**“later”**), o pessoal do edifício foi convocado sem aviso prévio e testado. E este foi, de facto, o verdadeiro teste, não o que os membros do ECAB fizeram. Nas palavras do Gen. Wilkes, projectadas por citação no segmento 12, podemos ver quais foram, de facto, as pessoas testadas e quais virão a sê-lo no futuro: **“With soldiers handling ammunition, driving tanks and large vehicles as a matter of routine, the Army cannot tolerate the kind of side effects which drug-taking produces”**. Os agentes das acções referidas pelo General não são oficiais, mas soldados de patente inferior, praças, que constituem a grande maioria dos soldados em qualquer exército e sobre os quais as práticas de vigilância são exercidas.

Um último apontamento é devido relativamente a este texto. No número 5 do

volume 51, saído um mês depois, a 6 Março de 1995, foi publicada uma carta ao director, tendo como assunto o acontecimento descrito neste texto. Nessa carta, que apareceu sob o título sarcástico “**A Whitehall farce, surely**”, o autor expressa a sua surpresa acerca da realização de testes de drogas a oficiais:

I HAVE just seen Soldier (February 6) and couldn't believe my eyes when I read about the compulsory drug testing of officers in MoD's Whitehall HQ. What a waste of time and money.
Who will they test next.... Captain Mainwaring and the rest of Dad's Army? – Paul Goodge, Putney, London.

É curioso, e deveras interessante, que o autor tenha entendido a operação de análise de consumo de drogas como “**compulsory drug testing of officers in MoD's Whitehall HQ**”, i. e., como se este tivesse sido de facto o acontecimento principal. Daí a sua surpresa, porquanto ele sabe que os oficiais não são normalmente sujeitos a testes de droga. Mas mais curioso é ainda o facto de a resposta do director acentuar o que eu pretendi demonstrar com a minha análise:

Since December 1, everyone in the Army – from the highest to the lowest – has been liable to be tested without warning for drug misuse. The testing of some of the Army's most senior officers in Whitehall was a high profile way of driving that message home. – Editor.

Pelos vistos, não só o texto foi linguisticamente construído para transmitir a mensagem de que toda a gente no exército está sujeita a testes de drogas, como também o acontecimento nele descrito foi todo ele motivado pelas mesmas razões. Querendo que a mensagem tenha efeito nos leitores, como, embora por outras palavras, é enunciado pelo director da revista na sua resposta, o texto, ou melhor, o seu autor, coloca o objectivo perlocutório à frente do objectivo ilocutório, uma vez

que reclama uma maior importância para os efeitos da acção do que para a acção propriamente dita.

O estabelecimento de posições de leitura e de posições de sujeito é uma característica dos textos, tornada possível pelos discursos que os enformam. Se os leitores ocupam as mesmas posições discursivas que são expressas num texto, a sua relação com tal texto é a de leitores concordantes, o que denota uma relação natural, em termos quer de exposição a, quer de uso de, com certos discursos que tornam plausível e inevitável o mundo neles construído. Neste sentido, cabe ao autor/produtor a tarefa de produzir posições de leitura coerentes e não problemáticas que de alguma forma transcendam as potenciais contradições discursivas, i. e., cabe ao autor a construção textual de um leitor ideal, que será sempre um leitor concordante. Contudo, os leitores podem não se adaptar às posições de leitura construídas nos textos, como afirma Kress (1985^c: 40), e recusarem-se a ocupar as posições de sujeitos por aquelas determinadas, tornando-se assim leitores resistentes:

Readers need not to comply with the demands of a reading position constructed for them. The options range from not being the reader at all, to a distanced, critical reading, where the reader refuses to enter the reading position constructed in the text, and thereby reconstructs the text in a significantly different form in reading it. The task of the writer is to construct a text which will most effectively coerce the reader into accepting the constructed text. To do this, the text should seem natural and plausible, uncontentious – from the reader's point of view – and obvious.

Recusando-se a ocupar a posição de sujeito decorrente da posição de leitura construída no texto “**Top brass first off mark with drug test**”, Paul Goodge, o leitor que escreveu para a revista, assumiu uma posição de leitor resistente, reconstruindo o texto em função das suas necessidades e não em função da

naturalidade nele expressa. A utilização da palavra farsa, que integra o título escolhido para a sua carta, assim como a referência à ficção televisiva, humorística, *Dad's Army*, demonstram a sua resistência crítica, quer em relação ao evento propriamente dito, quer em relação à sua construção discursiva, implicitando o carácter ficcional, pouco plausível, de ambos.

Não é só a produção discursiva de sentido que é uma actividade ideológica; a leitura, como acto de reconstrução de um texto, também o é, no sentido em que se trata de uma tentativa de reconstrução de um texto em outro, emanada de uma posição ideológica. Subversiva da função inicial do texto ou legitimadora da mesma, a tentativa de reconstrução de um texto em outro é enquadrada socialmente pela história discursiva dos leitores e pelas formações de leitura de que estes fazem uso e em que se integram enquanto leitores, sujeitos sociais ideologicamente marcados e motivados. Neste sentido, e ao contrário dos leitores resistentes, os leitores que adoptam as posições de leitura codificadas nos textos procedem a uma reconstrução textual, uma leitura pouco subversiva, adaptando-se aos requisitos que o discurso, o género e o autor trazem para o texto. Assumem, assim, posições de sujeito que ajudam a veicular posicionamentos ideológicos, sem lhes oferecer resistência.

A leitura dos dois textos analisados nesta terceira parte como descrições factuais de eventos, sem questionar a representação dos actores sociais neles envolvidos e aceitando como naturais padrões de comportamento e de desempenho que pré-existem aos sujeitos, aos quais se aplicam em função do posto que ocupam na hierarquia da instituição, é uma leitura concordante. Será esta a posição de leitura adoptada pela generalidade dos leitores de *Soldier*? Como não disponho de dados que me permitam responder à pergunta, até porque não foi essa a intenção que comandou a pesquisa, apenas posso dizer, terminando, que essa é a posição do

leitor ideal construída nos textos, a julgar pela análise apresentada.

APÊNDICE 4-A

Datas, títulos e *leads* dos textos da revista *Soldier*

DAT A	TÍTULO	LEAD
23 Jan. 1995	'Extraordinary' courage earns QCB	TWO Royal Logistic Corps soldiers have been awarded the Queen's Commendation for Bravery.
6 Feb. 1995	Top brass first off mark with drug test	ARMY drug testers started at the top on January 11 when they called at the Whithall office of Gen Sir Charles Guthrie, Chief of the General Staff.
20 Feb. 1995	Troops on alert for flood crisis in Europe	BRITISH troops mobilised in several parts of Europe and the United Kingdom after days of heavy rain led to the worst floods for decades.
6 Mar. 1995	2.6% From April	MARRIED quarters charges are to go up on April 1 by an average 7.4 per cent while the military salary for all ranks up to and including brigadier is to increase by an average of 2.6 per cent. Some top grades, subject to a different pay review, will receive rises averaging 3.2 per cent.
3 Abr. 1995	Land Command joins the Big 3	IN THE biggest reorganisation of the British Army since the second World War almost all fighting units around the world were forming a new Land Command on April 1.
17 Abr. 1995	Mission Angola gets green light	BRITISH expertise in logistic support is again providing the essential base for a United Nations humanitarian mission - this time in Angola.
1 Maio 1995	Blueprint for a Bett-er army...	SOLDIERS may no longer carry a field marshal's baton in their knapsack nor will the single stripe of the lance-jack be the first step on the promotion rung for many if proposals made by the Bett Review are accepted.
15 Maio 1995	Borderers go home - at last	FIVE hundred and fifty men of the 1st Battalion, The King's Own Royal Border Regiment are moving into newly refurbished barracks at Catterick, after what is thought to be the longest tour of duty (33 months) in Northern Ireland since the start of the "Troubles".
29 Maio 1995	The nation remembers	BRITISH soldiers past and present joined forces in every part of the United Kingdom for a 50th anniversary celebration of VE Day which united the nation.
12 Jun. 1995	New Colours for 2 PWRR	THE Princess of Wales complimented soldiers of the 2nd Battalion, The Princess of Wales's Royal Regiment, on their work in Northern Ireland, Bosnia and Rwanda when she presented the regiment with new Colours at Howe barracks, Canterbury.
26 Jun. 1995	RWF injured flown home	AS THE first Royal Welch Fusilier hostages released by Bosnian Serbs returned to Britain celebrations were restrained, writes Gordon Skilling.
10 Jul. 1995	Force Alpha in the field	WITH THE arrival in the theatre of the remainder of the armoured engineer assets provided by the 31 Armoured Engineer Squadron, the United Nations Commander in Bosnia's in-theatre reserve, Task Force Alpha, is now complete.

APÊNDICE 4-A

Datas, títulos e *leads* dos textos da revista *Soldier*
(continuação)

24 Jul. 1995	Op Chantress is child's play	SIX HUNDRED and fifty British troops stationed in Angola on Operation Chantress have given up their free time to help restore some sense of normality for children in the war-torn country.
7 Ago. 1995	Apache wins the air battle	APACHE has won the billion-pound international battle to provide the Army Air Corps with its attack capability into the next century.
21 Ago. 1995	Task Force goes green	AS the Croatia Army went on the offensive against Krajinian Serbs occupying former Croatian territory, British troops serving with the UN rapid Reaction Force threw off their "blue beret" status and moved to a "conventional war" footing, writes Laurie Manton.
18 Set. 1995	Escape from Gorazde	THE FINAL group of soldiers from the 1st Battalion, The Royal Welch Fusiliers landed safely at RAF Brize Norton on August 31 after a nerve-racking extraction from the Gorazde pocket in Bosnia.
2 Out. 1995	Bounty boost for Front Line	YOUNG soldiers in some teeth arms are to be offered an immediate £1,400 (£1,000 after tax and ERNIC) incentive to remain in the Army for an extra year.
16 Out. 1995	Soldier shot in Bosnia to get compensation	PTE Keith Harness, of the 2nd Battalion, The Royal Anglian Regiment, seriously injured in a shooting incident in Vitez on September 18 last year, is to be awarded an interim compensation payment of £30,000.
30 Out. 1995	German hospitals to have the British touch	THE LAST two British military hospitals in Germany - at Rinteln and Wegberg - are to close under proposals that will see Service personnel and their families treated in special British units at four as yet unnamed German hospitals.
13 Nov. 1995	Services opt for unisex line in pullovers	NEW loose-fitting olive green Army pullovers are to be introduced next month by the Defence Clothing and Textile Agency (DCTA) at Andover.
27 Nov. 1995	Army fireman averts tanker fire disaster	A WELSH Guardsman has been put forward for an award after averting disaster by driving a petrol tanker away from a dangerous fire he and his colleagues were tackling while providing emergency cover during industrial action by Fire Services on Merseyside.
11 Dez. 1995	Army sport plans for era of excellence	A MAJOR facelift for the crumbling Military Stadium at Aldershot is to begin in March. It is the first step in an ambitious, long-term project to provide a centre of excellence for Army representative matches.
8 Jan. 1996	Redcaps combat £20m thefts	ARMY police are re-doubling their efforts to enlist soldiers and their families in a campaign to combat a theft epidemic which over a 12-month period has been valued at more than £20 million.

5. Análise III:

The New York Times

- 5.1. (In)formar a opinião pública
- 5.2. Actores sociais
 - 5.2.1. Categorias
 - 5.2.2. Representação
 - 5.2.3. Actores militares
- 5.3. Projecção de vozes
 - 5.3.1. Construções sociais da instituição
 - 5.3.2. O homossexual como inimigo

Apêndice 5-A

5.1. (IN)FORMAR A OPINIÃO PÚBLICA

«I am not gunning for the Press, but looking at the linguistics of representation in newspaper discourse, which is a major element in our daily experience of language.»

Roger Fowler (1991: 8-9)

Embora enformadas também por práticas discursivas próprias de outras ordens de discurso, i. e., da ordem de discurso jurídico-legal e da ordem de discurso dos *media*, as duas práticas discursivas cujas análises apresentei até agora distinguem-se plenamente da que é objecto de análise neste capítulo, por serem práticas intimamente ligadas à instituição militar. Ou seja, da análise de uma realidade que, embora emanada do exterior, é determinada por uma prática interna à instituição, como acontece com os regulamentos militares e códigos de conduta, passei, no capítulo seguinte, para a análise de uma realidade interna, influenciada e constrangida por uma prática e um género discursivos claramente exteriores, como é o caso das revistas militares.

Numa progressão como tal equacionada, passo em definitivo, neste último capítulo de análise, para o exterior da instituição, por meio da análise de um *corpus* de textos do *The New York Times*, cuja pertinência para o presente trabalho, como já tive oportunidade de justificar, é sobretudo garantida pelo facto de nele estarem em causa algumas das opções organizativas da instituição militar, motivadas pelo levantamento da Directiva 1332.14, que proíbe a incorporação de homossexuais. A análise procurará dar conta das representações discursivas da instituição, na sua relação com a opção organizativa em causa, efectuadas, nomeadamente, pelos jornalistas, pelos responsáveis políticos e pelos próprios militares.

Dos quarenta e nove (49) textos publicados no *The New York Times* que directa ou indirectamente têm a ver com a possibilidade de as Forças Armadas revogarem ou não a Directiva 1332.14, treze (13) são de primeira página. A leitura das manchetes-título desses artigos, que apresento no Quadro 5.1., seguindo a ordem cronológica da sua produção, permite uma apreciação geral dos acontecimentos e dos factores e agentes que os condicionaram. Ora vejamos¹:

DATA	TÍTULO
Jan. 13	<i>Clinton Aides Study Indirect End to Military Ban on Homosexuals</i>
Jan. 21	CLINTON SET TO END BAN ON GAY TROOPS <i>Military to Have Say on How Change is Carried Out</i>
Jan. 23	<i>Joint Chiefs Fighting Clinton Plan to Allow Homosexuals in Military</i>
Jan. 25	<i>Pentagon Chief Warns Clinton on Gay Policy</i>
Jan. 26	JOINT CHIEFS HEAR CLINTON AGAIN VOW TO EASE GAY POLICY COMMANDERS STILL UPSET <i>President Firm on Lifting Ban Despite Worries of Decline in Discipline and Morale</i>
Jan. 27	<i>Military Cites Wide Range of Reasons for Its Gay Ban: Joint Chiefs Stress Morale, Privacy and Discipline</i>
Jan. 27	LAWMAKERS REVOLT ON LIFTING GAY BAN IN MILITARY SERVICE PERIL TO CLINTON AGENDA <i>Fierce Opposition in Congress Is Threatening to Sidetrack Democratic Legislation</i>
Jan. 28	WHITEHOUSE BACKS 2-STEP PLAN TO END MILITARY'S GAY BAN FINAL ORDER TO BE PUT OFF <i>Aides Say Clinton Is Trying to Reassure Democrats Who Failed to Support Him</i>
Jan. 28	<i>Ranks Are Divided Over Homosexuals in Military Service</i>
Jan. 30	CLINTON ACCPETS DELAY IN LIFTING MILITARY GAY BAN BOW TO OPPONENTS <i>President Tells Pentagon to Draft Order for Him to Sign in 6 Months</i>
Jan. 30	<i>What Will Change for Now. What Will Remain Unchanged</i>
Jan.30	<i>This Time, Nunn Tests A Democrat</i>
Jan. 31	<i>Pentagon Aides to Study Option of Segregation for Gay Soldiers</i>

Quadro 5.1. – Títulos de Primeira Página

Em termos gerais, estes treze títulos expressam, primeiro, a vontade de Bill Clinton e da sua administração de querer mudar a política das Forças Armadas relativamente à incorporação de homossexuais; segundo, a relutância das altas

¹ Para a leitura da totalidade dos títulos dos quarenta e nove textos que constituem o *corpus*, e não apenas dos treze que constituem a selecção apresentada no Quadro 5.1., remeto o/a leitor(a) para o Apêndice 5-A, a este capítulo.

esferas militares em aceitar essa mudança, embora o Presidente continue firme nos seus propósitos; e, terceiro, a resistência manifestada pelo Congresso à mesma mudança. A partir de 30 de Janeiro, os títulos dão conta, como corolário dos anteriores, de uma alteração na atitude da administração Clinton que propõe agora o adiamento da implementação da mudança por um período de seis meses, durante os quais caberá ao Pentágono determinar o *modus operandum* da nova política. No meio de tudo isto, é frisado, no dia 28, no título do único artigo de primeira página não assinado², que os diferentes ramos das Forças Armadas estão divididos quanto à questão.

A distribuição destes textos ao longo dos dias, com maior incidência em uns e menor em outros, indicia também a importância da última semana do mês, nomeadamente do dia 30, na sequência dos acontecimentos. O título de dia 31 dá conta do que acontecerá depois dessa data e durante os seis meses referidos no subtítulo de um dos textos do dia anterior.

Longe de ser objectiva, a informação contida nestes títulos constrói uma imagem da realidade que passa sobretudo pela afirmação da existência de um confronto entre o Presidente Clinton e as hierarquias militares, com nítidas implicações de que os militares não se estão a submeter devidamente ao poder político e de que este não tem a garra suficiente para os submeter. Repare-se no tom conclusivo e irremediável colocado na informação do título de dia 21, com Bill Clinton a ser caracterizado como determinado, resolutivo, firme nos seus propósitos (“**Clinton Set To End Ban...**”), e com os militares representados como meros consultores do modo como a mudança será efectuada. O que no título

² Embora os textos de primeira página não assinados (da responsabilidade da redacção, portanto) sejam dois, um deles, de 30 de Janeiro, está intimamente ligado aos dois textos que o ladeiam e tem um estatuto especial, pois trata-se de uma caixa com informação sobre, por um lado, o que se altera (“**What Will Change for Now**”), e, por outro, o que permanece imutável (“**What Will Remain Unchanged**”), como resultado do compromisso atingido. Daí que o não considere propriamente como um artigo, referindo para o efeito apenas o outro texto não assinado.

seguinte (do dia 23) se representa como um plano, uma intenção, é neste título representado como um facto consumado, na pressuposição contida no subtítulo **“Military To Have Say on How *Change is Carried Out*”**: a mudança, i. e., o levantamento da proibição, vai mesmo ter lugar³.

Bill Clinton passa então a ser representado, directa e indirectamente, como um alvo de críticas por parte dos militares e do Congresso, que lhe desferem sucessivos ataques (**“Joint Chiefs *Fighting* Clinton Plan...”**; **“Pentagon Chief Warns Clinton...”**; **“Lawmakers Revolt on Lifting Gay Ban...”**; **“Fierce Opposition in Congress...”**; **“... Clinton is Trying to Reassure Democrats Who Failed to Support Him”**), obrigando-o a ceder e a aceitar um compromisso: **“Clinton Accepts Delay in Lifting Military Gay Ban”**. Representado como sujeito passivo relativamente à acção de *accept*, que lhe é imposta não se sabe por quem, pelo menos directamente, Clinton surge agora como que enfraquecido, submetido (subjugado?) aos seus opositores: **“Bow to Opponents”**.

O que neste títulos se torna visível é apenas uma fracção do que a totalidade dos textos constrói sobre a polémica e os seus intervenientes, notando-se, por parte dos jornalistas do *The New York Times*, uma vontade de formação da opinião pública a favor da revogação da Directiva 1332.14. A ênfase no conflito entre

³ A identificação, ao longo do capítulo, dos textos que fazem parte do *corpus* segue dois critérios diferentes, que passo a explicitar. No geral, i. e., sempre que a coerência do discurso o permita, a identificação é feita pelo título e a data (com eventuais acrescentos de secção e de autor). No caso particular das citações de fragmentos, que constituem a grande maioria dos exemplos, os textos são identificados com uma sigla que, por esta ordem, identifica a data, o caderno e a página, a secção (logo, o tipo de texto) e o seu autor, como no exemplo 31: I21 (NC-Sullivan), que identifica um texto publicado no dia 31, no caderno I, página 21, na secção de notícias nacionais e autorado por Ronald Sullivan. Eventualmente, poderá ainda aparecer ou o algarismo 1 ou o 2, separado por barra oblíqua, a seguir à indicação da página, como nos exemplos 31: II/2 (PP-Schmitt) e 31: II/I (PP-Schmitt). A presença do algarismo 1 (como no segundo exemplo) indica que o texto está fragmentado por mais do que uma página e que a citação diz respeito à primeira dessas partes; o algarismo 2 (como no primeiro exemplo) indica que a citação faz parte da segunda parte do texto, embora a página referida seja a da primeira parte. Como é óbvio, a ausência de tal algarismo indica que o texto não está fragmentado por mais do que uma página. Na identificação das secções do jornal, as abreviaturas usadas são relativamente transparentes e reportam-se às seguintes secções: Primeira Página (PP), Nacional (NC), Metropolitana (MT), Editorial (ED), Opinião (OP), Cartas (CT) e Semana (SM).

Clinton e as chefias militares e alguns congressistas, com Bill Clinton no papel de quem está a ser atacado, é disso exemplo, mas não é o único. Outros exemplos incluem a representação da instituição militar como profundamente homofóbica, sem capacidade para controlar a homofobia de muitos dos seus membros⁴, ou da proibição como um caso de discriminação, frequentemente comparada à discriminação racial dos tempos anteriores ao Presidente Harry Truman⁵. A correlação de todas estas representações põe em causa as chefias militares e as motivações subjacentes à manutenção da proibição. A instituição militar é equacionada sobretudo como o último reduto de discriminação social de uma sociedade que já incorporou e aceitou os seus homossexuais, garantindo-lhes inclusive lugares em vários sectores da vida pública, nomeadamente na administração e na política.

Detectável na totalidade dos textos em análise, a parcialidade do jornal é, no entanto, mais visível em textos que se prestam à apresentação de um ponto de

⁴ A homofobia dos militares é referida sobretudo nas duas notícias a propósito do espancamento até à morte, por dois outros militares (segundo as investigações), do marinheiro Allen R. Schindler, **“Death of Gay Sailor Is Investigated as Bias Crime”** (10: I17) e **“Death of Gay Sailor: A Lethal Beating Overseas Brings Questions and Fears”** (31: I22), mas não deixa de estar presente em outros textos, como, por exemplo, **“Air Force: Are Homosexuals The New Enemy”** (28: A16), de que transcrevo o seguinte excerto: **“It was a warning repeated time and again by more than a dozen airmen who gathered in the bar: homosexuals in the military would be beaten. “People are going to go after them physically,” said Jason Puderbaugh, a 21-year-old airman, who also vowed to quit the service if the ban on gays is lifted.”**

⁵ Os objectivos desta comparação são óbvios: legitimar, com um acontecimento e uma prática do passado, um acontecimento e uma prática do presente. A relação Clinton/Truman tem um papel preponderante no cômputo geral dos processos retóricos usados, quer pelos jornalistas quer por alguns dos intervenientes, para legitimar as opções de mudança. Os textos que contêm referências ao fim da discriminação racial, nomeando Truman como seu autor, uns, omitindo essa informação, outros, mas comparando-a sempre ao caso presente, são nove. Embora muitos desses textos sejam editoriais ou artigos de opinião, a comparação entre os dois acontecimentos não se esgota neles, estando também presente em textos menos dados à argumentação, como os de notícias (quer de primeira página, quer de outra secção do jornal), sendo um destes últimos, como o seu título indica, inteiramente dedicado à comparação das duas acções: **“Cancel Reagan’s Ban”** (14: A25 OP-Bush), **“No Wavering on Gay Soldiers”** (20: A22 ED-Redacção), **“Ranks Are Divided Over Homosexuals In Military Service”** (28: A1 PP-Redacção), **“The Issue is Bigotry”** (29: A27 OP-Lewis), **“It’s Bidness General”** (30: I21 OP-Baker), **“Pentagon Aides to Study Option of Segregation for Gay Soldiers”** (31: I1/2 PP-Schmitt), **“The Military Balked at Truman’s Order, Too”** (31: I21 NC-Sullivan), **“Gays in the Military Would Hurt Combat Efficiency”** (31: IV16 CT-Gruen), **“Hold the Phone”** (31: IV17 OP-Quindlen).

vista, como, por exemplo, os editoriais da redacção, os artigos de opinião, quer os de colunistas regulares, quer os de colaboradores pontuais, os textos de análise político-social e as cartas ao director. Por exemplo, se considerarmos os quatro editoriais da responsabilidade da redacção, que, portanto, claramente expressam os pontos de vista do jornal, verificamos que existe, em todos eles, um enorme apoio a Bill Clinton e ao levantamento da proibição, com argumentações como: **“The nation is ready for this change. Polls show that a majority of Americans favor admission of homosexuals. If Mr. Clinton backs off now, he will only invite a backlash against gay servicemen and his own enlightened effort to promote fairness.”** (20: A22).

Por vezes, há também crítica, porque o Presidente não está a avançar como deveria, ou seja, não revoga a lei com uma ordem executiva, embora não seja culpa sua, mas do Senador Sam Nunn, do Secretário da Defesa Les Aspin e do Gen. Colin Powell, repetidamente representados no *corpus* como entraves ao cumprimento da promessa, representação que o editorial de 29 de Janeiro assim sintetiza: **“three prominent individuals who (...) are, *deliberately or inadvertently, fanning the hysteria against him*”** (29: A26). A revogação da proibição por Directiva Presidencial contribuiria também para confirmar o princípio de que Bill Clinton, enquanto Presidente, é, na prática (e não apenas constitucionalmente), Comandante Supremo das Forças Armadas, realidade que o *The New York Times* parece pôr em questão com o uso do condicional, que a remete para uma situação de não existência e, portanto, para a validação do princípio contrário, i. e., de que são os militares que controlam o Presidente: **“Issuing an executive order would also uphold the principle that the President controls the military, not vice versa”** (20: A22).

A questão do poder do Presidente, que parece não controlar os militares, é o

tema de um destes editoriais, intitulado **“Who’s In Charge Of The Military”** (26: A22), que termina com o seguinte parágrafo, sem deixar dúvidas quanto ao que se está a passar:

Moreover, experience has shown that the encrusted culture of the military changes most positively when it has forceful leadership. That can come only from the very top. This is a chance for Mr. Clinton to show that the anti-war student from Arkansas has the spine to be Commander in Chief.

O mesmo editorial afirma inclusive que os oficiais superiores (i. e., os chefes dos Estados-Maiores) estão a desafiar o Presidente e a ser insubordinados; as palavras usadas tornam tudo muito claro: **“latest challenge to White House authority from the military establishment”** (pressupondo-se, com o emprego de **“latest”**, uma série de desafios anteriores); **“the officer corps is sending a clear and unmistakable challenge”**; **“as if they can force or persuade him”**; **“their recalcitrance is not a sufficient reason for delay”**; **“defiantly opposed, almost to the point of insubordination”**.

Estes editoriais ecoam o tom de tratamento do assunto em outros textos do jornal, que são, de facto, de apoio a Bill Clinton. É claro que há textos em que uma leitura como esta não pode ocorrer, pelo menos de um modo linear, como é o caso de dois dos sete artigos de opinião. Ainda assim, do grupo dos cinco a favor, fazem parte os quatro textos assinados por colunistas regulares do jornal, sendo os dois que manifestam uma posição contra⁶ assinados, respectivamente, por John O. Marsh Jr., identificado como Secretário do Exército no período em que a proibição, na sua versão actualizada, foi imposta (**“Secretary of the army from 1981 to 1989”**), e por Dan Coats, identificado como um Senador da oposição (**“a**

⁶ Os dois textos a que me refiro são, respectivamente, **“Let Congress Decide”** (14: A25) e **“Clinton’s Big Mistake”** (30: I21).

Republican Senator from Indiana”). Sintomático do posicionamento do jornal é o facto de o terceiro artigo de opinião da autoria de um colunista não regular, e a favor do levantamento da proibição, surgir ao lado do artigo de John O. Marsh Jr., atrás referido. É que não me parece de todo inocente a colocação dos dois textos lado a lado, tendo em consideração que o título do texto que apela ao cancelamento da proibição, **“Cancel Reagan’s Ban”**, faz referência ao tempo histórico em que o autor do outro texto foi Secretário do Exército.

No geral não se pode dizer do *The New York Times* o que Meyers (1994: 322) diz do *The Washington Post*, nomeadamente que os textos legitimam os argumentos contra o levantamento da proibição. Pelo contrário, se os textos legitimam algo é a posição e a atitude de Clinton que, com o levantamento da proibição, apenas quer garantir os direitos cívicos dos cidadãos, tendo os militares e o partido republicano transformado todo o processo numa luta política, como afirma Anthony Lewis no seu artigo de opinião do dia 29, com referência a alguns dos símbolos da América conservadora:

The organized opposition – highly organized – is political. It is coming from conservative religious groups and other on the extreme right. The Rev. Louis Sheldon of the Traditional Values Coalition boasts that his group shut down the telephone lines at the Capitol with its many calls. Oliver North is appealing for funds to stop the Clinton plan. Those who are truly religious might understand that God made people as they are.

In Washington, all you can hear is political calculation. President Clinton should have moved slower. He should have moved faster. That is Washington: maneuver, not substance. Politics matters, but it is not the issue here. The issue is bigotry.

O tratamento dado à cobertura dos acontecimentos não anda longe deste retrato. Vejamos, por exemplo, os treze textos de primeira página. Destes, e como já referi, dois são anónimos (da responsabilidade da redacção, portanto), sete são do mesmo autor, Eric Schmitt, e os restantes quatro são de três autores diferentes.

Na impossibilidade de apresentar análises exaustivas dos vários textos, apresento de seguida alguns dados de um dos sete textos da autoria de Eric Schmitt. A escolha deste texto deve-se, por um lado, ao facto de o seu autor ser o que mais escreveu sobre a polémica, não só no conjunto dos textos de primeira página, mas no conjunto de todos os textos, e, por outro lado, ao seu título: um título claro, não ambíguo, que leva o leitor a pensar que o que se lhe segue serão críticas ao plano de Clinton de levantar a proibição aos homossexuais nas Forças Armadas, já que dá a voz aos militares. Como se verá, porém, não é isso que de facto ocorre.

O texto apareceu a 27 de Janeiro com a manchete-título **“Military Cites Wide Range Of Reasons For Its Gay Ban”** e o subtítulo **“Joint Chiefs Stress Morale, Privacy and Discipline”**. Reproduzo de seguida os três parágrafos iniciais do texto, seguindo o critério, já natural, de segmentação por períodos numerados (os três parágrafos correspondem, cada um, a dois segmentos):

- 1) WASHINGTON, Jan. 26 – Raised in the privacy of a two-hour White House meeting and in public debate, the military’s objections to homosexuals’ serving openly in the armed services are many.
- 2) They range from visceral fears of disrupting a tight-knit culture and destroying decades-old tradition to practical questions of living in cramped quarters on a six-month sea tour.
- 3) The emotional debate was cristalized on Monday in the White House session between President Clinton and the Joint Chiefs of Staff.
- 4) Those six top officers, whose views were formed over decades in military services that flatly banned homosexuality, are fiercely resistant to lifting the ban.
- 5) There are those in the military who say there is little difference between serving among comrades who hide their homosexuality and those who are openly gay.
- 6) But the objections voiced by the Joint Chiefs are widely shared.

Seguindo a lógica da manchete-título e do subtítulo, o primeiro parágrafo, o *lead* (segms. 1-2), afirma que as objecções dos militares são muitas. Mas seguindo um processo que também já transparecia na manchete, com a representação de diferentes actores sociais no título e no subtítulo (“**Military**” e “**Joint Chiefs**”, respectivamente), as objecções são divididas em dois grupos, cada um produto de diferentes agentes e circunstâncias, havendo entre eles um diferencial de quantidade. Do título para o subtítulo, as razões variadas (“**wide reasons**”) passam a apenas três (“**Morale, Privacy and Discipline**”) e os militares em geral passam a ser os Chefes dos Estados-Maiores; destes para o texto, as razões variadas dos militares em geral são identificadas com o debate público em curso (“**in public debate**”, segm. 1) e as três razões enfatizadas pelos Chefes dos Estados-Maiores com a reunião tida com o Presidente na Casa Branca (“**...in the privacy of a two-hour White House meeting...**”, segm. 1; “**...in the White House session between President Clinton and the Joint Chiefs of Staff.**”, segm. 3).

Esta singular enquadração dos acontecimentos permite ao jornalista gerir posteriormente uma identificação entre os Chefes dos Estados-Maiores e os militares em geral, construindo uma notícia que tem nas opiniões dos primeiros o centro motivador da sua existência, mas que faz das vozes dos segundos o motor da sua organização textual. Por outras palavras, o jornalista, embora centrando a notícia sobre a reunião entre Bill Clinton e os Chefes, cita pouco a opinião e as objecções dos Chefes, optando por dar preferencialmente a voz aos intervenientes no debate público, i. e., os militares em geral. Os Chefes são assim apresentados como os principais opositores, mas as suas objecções são identificadas com as objecções de interpostas pessoas que, supostamente, ecoam as suas posições. Repare-se que dos Chefes se diz sobretudo que estão muito resistentes ao levantamento da proibição (“**... are fiercely resistant to lifting the ban.**”, segm.

6), e pouco mais, implicitando-se que as suas objecções coincidem com as levantadas publicamente por outros militares (as que são citadas pelo jornalista), mas ao mesmo tempo colocando-os como ponto de ancoragem de todo o processo: não são os Chefes que partilham das objecções dos outros militares, são os outros militares que partilham das objecções dos Chefes (“...**the objections voiced by the Joint Chiefs are widely shared.**”, segm. 6). Repare-se, todavia, no verbo usado, “**voiced**”, que parece colocar os Chefes numa posição de meros porta-vozes, quase a desresponsabilizá-los das objecções.

Mas, na opinião do jornalista, algumas dessas objecções não são válidas, por não haver nelas nada de racional: caracterizadas como receios viscerais (“**visceral fears**”, segm. 2), elas são determinadas pela emoção e não pela razão. Daí a caracterização do debate como emocional e cristalizado (“**The emotional debate was crystalized**”, segm. 3), com o particípio a ser relacionado, por implicatura, com as opiniões que os Chefes dos Estados-Maiores têm do assunto, as quais foram formadas durante décadas (“**over decades**”, segm. 4) por uma cultura caracterizada como minuciosamente estruturada (“**tight-knit culture**”, segm. 2) e baseada numa longa tradição (“**decades-old tradition**”, segm. 2). O segundo parágrafo (segms. 3 e 4) contribui ainda mais para a construção social dos Chefes como um grupo movido por razões erradas, uma vez que a oração intercalada da segunda frase (segm. 4) estabelece uma relação causal com a oração principal da mesma frase: “[the Chiefs] **are fiercely resistant to lifting the ban** [because their] **views were formed over decades in military services that flatly banned homosexuality**” (segm. 4).

E mesmo que, posteriormente, como vimos, se reenuncie que as objecções encontram eco na instituição (“**are widely shared**”, segm. 6), o texto continua numa lógica de contra-argumentação: “**there are those in the military who say**

there is little difference between serving among comrades who hide their homosexuality and those who are openly gay” (segm. 5). Ao mesmo tempo, por pressuposição, vai-se insistindo também na presença, de facto, de soldados homossexuais nas fileiras, abrindo-se assim caminho para o posterior relato das vozes das chefias militares, em que estas admitem a presença de milhares de homossexuais nas forças: **“The officers concede that there are now and always have been thousands of homosexuals in the military”**⁷.

Dando a partir desse momento a voz aos militares (daí a manchete-título **“Military Cites...”**), com a enumeração das razões que enformam a proibição, a notícia enfatiza o que já anunciava no título: as razões variadas (**“wide reasons”**) resumem-se a questões de privacidade, disciplina e moral das tropas, questões todas elas facilmente resolúveis, como a estrutura argumentativa do texto quer demonstrar, nomeadamente com intervenções do autor sempre que este considera algumas das afirmações incorrectas ou duvidosas: **“‘Homosexuals are notoriously promiscuous,’ said Comdr. Craig Quigley, a Navy spokesman, offering no evidence.”**). Com esta sua intervenção, o jornalista introduz a ideia de que as objecções quanto à privacidade são baseadas em estereótipos sobre o comportamento dos homossexuais.

Em concordância com esta estratégia, o mesmo é efectuado relativamente às outras objecções. O artigo está retoricamente estruturado para refutar as posições dos chefes e outros oficiais superiores, quer dando a voz a defensores dos direitos

⁷ Refira-se, a este respeito, que, de acordo com Shilts (1993: 3-4), as Forças Armadas norte-americanas exoneraram, durante a década de oitenta, cerca de dois mil militares por ano, sob suspeita/acusação de homossexualidade, o que coloca, portanto, o número de soldados homossexuais nas fileiras muito acima desse valor. Cf.: «Never before have gay people served so extensively – and, in some cases so openly – in the United States military. And rarely has the military moved so aggressively against homosexuality. The scope and sweep of gay dragnets in the past decade have been extraordinary. (...) The ruthlessness of the investigations and hearings serves a central purpose: to encourage lesbian and gay soldiers to resign from the military, to accept passively an administrative discharge or, if they are officers, to leave quietly under the vague rubric “conduct unbecoming.” Such quiet separations help conceal the numbers of lesbian and gay men the military turns out of the service, as many as two thousand a year during the past decade.»

dos homossexuais, e até a outros militares, quer usando frases adversativas logo a seguir às objecções, como nos seguintes exemplos:

(...) Mr. Meinhold's commanding officer, Capt. Gregory A. Markwell, said Mr. Meinhold's return (...) has "reduced morale, efficiency and mission focus within the oommand" (...). [*but*] Mr. Meinhold oontends his presence has caused no adverse effects.

Military officials have suggested that permitting homosexuals in the services could hurt recruiting by scaring off prospective recruits or their parents./ But recruiters say there is little or no evidence to back up that assertion.

Finally, some officers contend that if the ban is lifted more avowed homosexuals would join the military and bring with them increased cases of anal herpes, AIDS and other sexually transmitted diseases that could strain military medical resources. (...)/ But Capt. Perry Bishop (...) said, "No one knows what medical effect lifting the ban would have because we haven't received any guidance yet."

Embora o que até agora enunciei tivesse sido subordinado a uma apreciação geral da representação dos acontecimentos e das motivações que comandaram as opções de representação, da análise sobressaíram alguns aspectos relevantes sobre a representação social dos militares nos textos da polémica, objectivo primordial deste capítulo. Por forma a poder avançar ainda mais nesse sentido e assim precisar algumas das conclusões, passo de seguida à consideração e análise dos actores sociais.

5.2. ACTORES SOCIAIS

«There is no neat fit between sociological and linguistic categories, and if Critical Discourse Analysis, in investigating for instance the representation of agency, ties itself in too closely specific linguistic operations or categories, many relevant instances of agency might be overlooked.»

Theo Van Leeuwen (1996: 33)

5.2.1. Categorias

Independentemente dos processos neles representados, os treze títulos de primeira página que listei no Quadro 5.1. instauram como protagonistas principais dos acontecimentos cinco entidades diferentes, que de um modo genérico, e em função de um denominador comum, passarei a referir por Administração, Militares, Políticos, Homossexuais e Soldados Homossexuais, muito embora cada uma delas seja representada por diferentes vozes no conjunto dos textos por que é composto o *corpus*. Ausente destes títulos e da grande maioria dos restantes, o que lhe atribui um papel secundário em toda a polémica, está mais uma entidade, cujas diferentes vozes têm, todavia, alguma importância em certas representações discursivas operadas nos textos: a População em geral.

Na categoria Administração englobo todos os actores que de um modo geral se encontram ligados à Presidência e à figura de Bill Clinton (incluindo o próprio), quer por serem membros da administração, quer por serem conselheiros ou apoiantes expressos de Bill Clinton e da sua política. Estão, portanto, nesta categoria, actores referidos como: **“White House officials”**, **“some of Mr. Clinton’s strongest supporters”**, **“Pentagon aides/officials”**, etc..

Na categoria Militares estão incluídos todos os actores que fazem parte da instituição, independentemente da hierarquia, com excepção dos militares

identificados como homossexuais que optei por colocar numa categoria à parte, Soldados Homossexuais, uma vez que grande parte da polémica se orienta em torno deles. Por seu lado, a categoria Homossexuais, de que os actores da categoria Soldados Homossexuais poderiam, aliás, também fazer parte, engloba apenas os actores sociais identificados/referidos como homossexuais que não têm qualquer relação com a instituição militar. A criação desta categoria deve-se ao facto de a sua homossexualidade ou a defesa dos direitos dos homossexuais ser a característica determinante na representação dos actores que a constituem, ao contrário do que acontece, por exemplo, com dois membros do Congresso, referidos como homossexuais, mas cujo traço pertinente é a sua pertença à classe política: **“Representative Barney Frank, a Massachusetts Democrat and one of two openly gay members of Congress”; “one influential gay lawmaker, Representative Gerry Studds, Democrat of Massachusetts”**. Estes dois actores fazem parte de uma outra categoria, a dos Políticos, que incorpora congressistas, deputados e membros dos vários partidos, incluindo o democrático.

Por último, temos a categoria População em que incluí actores que não pertencem a nenhuma das outras categorias e cuja presença nos textos decorre precisamente da sua representação como actores exteriores ao processo e sem motivação directa na polémica, quer estes sejam especialistas (**“historians”**) cuja função é legitimar atitudes e comportamentos, ou cidadãos anónimos (**“some people”, “Americans”, “callers”**).

5.2.2. Representação

A imprensa faculta, necessariamente, versões da realidade que dependem da posição social, dos interesses e motivações de quem as produz (Fairclough, 1995^b: 103-104), como penso ter demonstrado com os dados de análise da primeira parte

deste capítulo. O modo como os actores sociais designados por cada uma das seis categorias acima enunciadas são representados no discurso não é excepção a esta prática; a sua representação depende de vários factores, os mais importantes dos quais são a motivação ideológica e os objectivos perlocutórios que a comandam.

Como já tive oportunidade de referir, a propósito da análise dos textos de *Soldier*, as representações dos actores sociais incluem ou excluem os actores em função dos interesses e propósitos de quem os representa (cf. Van Leeuwen, 1996: 38). Todavia, as representações dos actores sociais no discurso não se esgotam na pseudo dicotomia inclusão/exclusão. Por exemplo, dependendo da existência, ou não, na totalidade do texto, de referências aos actores sociais excluídos em parte dele, a exclusão pode ser parcial ou total; a sua pertinência como categoria de análise decorre, portanto, não do facto de se opor radicalmente à inclusão, mas por ser a categoria natural que se segue a alguns processos de inclusão que dela se aproximam e que são tão motivados pelos interesses e propósitos de quem efectua a representação, exactamente como acontece com a escolha inicial entre inclusão e exclusão.

Num dos títulos do dia 28 e num outro dos do dia 30, por exemplo, os subtítulos **“Final Order to Be Put Off”** e **“Bow to Opponents”**, respectivamente, registam a exclusão dos actores agentes dos processos. Mas essa exclusão não é total, uma vez que a identificação dos actores é recuperável por traços deixados no texto, nestes casos nos títulos que antecedem os subtítulos. O que acontece em circunstâncias como estas é que o actor não é totalmente suprimido, é apenas desenfocado, passando assim para segundo plano (*backgrounded*). Ora, este processo de exclusão não anda longe de alguns tipos de inclusão, como, por exemplo, a genericização e a indeterminação (Van Leeuwen, 1996), em que os actores perdem o seu estatuto individual a favor de representações que os dão

como sujeitos não identificáveis no meio dos conjuntos em que são incluídos⁸. Isso mesmo pode ser visto no uso de Determinantes e de Quantificadores, como, por exemplo, *few*, *some*, *several*, *many* e *most*, associados a Nomes que denotam actores humanos como referentes. A função destas unidades é a de tornar objecto de referência um número não preciso de pessoas, o que resulta na indeterminação parcial dos actores sociais. Nestes casos, a identidade dos actores é tratada como irrelevante para o leitor; relevante é apenas a sua pertença a um grupo particular, parte de um outro grupo, este referido pelo Nome, sendo a identidade transmitida a partir da relação todo/parte.

No *corpus* em análise, por exemplo, existe um padrão de utilização destes Determinantes e Quantificadores. Com esta função e este valor, *some* é usado quarenta e duas vezes, quase sempre seguindo o paradigma dos seguintes exemplos:

(...) some Clinton aides are looking to take the political heat off Mr. Clinton (...).

13: A1/2 (PP-Schmitt)

Some Clinton advisers are advocating a low-key approach to modifying the ban (...).

14: A25 (OP-Marsh Jr.)

(...) causing some Pentagon aides to suggest the chiefs were bordering on insubordination.

26: A1 (PP-Schmitt)

Some Republicans had the added motive of embarrassing Mr. Clinton.

27: A1/2 (PP-Clymer)

A indeterminação parcial dos actores, por meio do uso de *some*, é operada sobretudo em relação a actores que se enquadram nas categorias Militares,

⁸ A terminologia e conceptualização que sigo aqui para referir os modos de representação dos actores sociais no discurso é, como se depreende pela referência bibliográfica, da autoria de Van Leeuwen. Relativamente à utilização dos termos portugueses correspondentes, sigo as escolhas constantes da tradução portuguesa do artigo de Van Leeuwen em questão, disponível em Pedro, ed. [no prelo].

Políticos, População e Administração, com o conjunto das duas primeiras a registar mais de metade das ocorrências. O mesmo não pode ser dito de *most*, porém, que apenas surge como veículo de indeterminação de actores enquadráveis nas categorias População, Militares e Soldados Homossexuais, mas com a primeira categoria a garantir mais de metade do total das ocorrências, de que são exemplos os seguintes casos:

The Congressional switchboard logged 434,104 incoming calls from midnight to 5 P.M. today, officials said. And most callers wanted to keep the ban, several senators and representatives said.

28: A1 (PP-Ifill)

Once upon a time when most American civilians had served a couple of years in the military, the professionals and the draftees developed as understanding of each other.

30: I21 (OP-Baker)

(...) his advisers hope that most Americans will have trouble remembering the name of Zoe Baird (...).

31: I25 (NC-Ifill)

Por outro lado, de entre as várias unidades, *most* é a menos utilizada para a categoria Militares, com a particularidade adicional de as ocorrências ligadas a esta categoria se inserirem num paradigma diferente daquele que regula a sua utilização, quando associada às outras duas categorias. Por outras palavras, na relação entre actores e processos, a utilização de *most* associada a actores da categoria Militares, como, por exemplo, em “**most senior military officials**”, cumpre objectivos perlocutórios diversos dos da sua utilização para actores da categoria População, como, por exemplo, em “**most Americans**”. Ou seja, a diferente utilização de *most* nestas categorias está associada também a diferentes processos, que buscam efeitos de leitura e de interpretação concordantes com as intenções de representação *negativa* da instituição militar, num caso, e da vontade

positiva da maioria, em outro.

Se bem que algumas conclusões possam desde já ser adiantadas, quanto ao uso dos Determinantes e Quantificadores citados, reservo-as para mais tarde, acrescentando por agora outros dados de análise, nomeadamente os resultantes da comparação das ocorrências das várias unidades, na sua relação com as categorias gerais referentes aos diferentes actores, que apresento no Quadro 5.2..

	Adminis- tração		Militares		Políticos		Homos- sexuais		Soldados Homos.		Popu- lação		Total
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº
<i>no</i>	0	0	2	33,3	1	16,7	0	0	1	16,7	2	33,3	6
<i>(a) few</i>	0	0	5	83,3	0	0	0	0	1	16,6	0	0	6
<i>some</i>	6	14,2	18	42,2	8	19,0	0	0	3	7,1	7	16,6	42
<i>several</i>	0	0	3	30,0	3	30,0	1	10,0	0	0	3	30,0	10
<i>many</i>	1	3,0	14	42,4	4	12,1	5	15,2	4	12,1	5	15,1	33
<i>most</i>	0	0	4	28,5	0	0	0	0	2	14,2	8	57,1	14
<i>all</i>	0	0	8	50,0	1	6,3	2	12,5	0	0	5	31,2	16
Total	7	5,5	54	42,5	17	13,3	8	6,3	11	8,6	30	23,6	127

Quadro 5.2. – Frequência de Ocorrências dos Determinantes e Quantificadores

Embora a mera quantificação de ocorrências não faça parte dos objectivos deste trabalho, em algumas situações ela pode ajudar a clarificar a análise qualitativa que pretendo efectuar. No que diz respeito aos textos dos *media*, ela pode revelar-se frutífera, sobretudo se o que está em causa é a cobertura de determinado(s) acontecimento(s) ao longo de um período de tempo razoável. Nesses casos, à microanálise de pendor linguístico deverão ser associadas, como propõe Fairclough (1995^b: 105), outras formas de análise, como, por exemplo, a análise do conteúdo.

Para além da já referida diferença na utilização de *some* e *most*, a que ainda voltarei, a leitura do quadro revela-nos que o uso das unidades em análise é mais

frequente quando associado a protagonistas inseridos na categoria Militares, a única, aliás, que regista a utilização de todas as unidades, sendo talvez pertinente perguntarmo-nos porquê, como tentarei fazer, já que é fundamentalmente esta categoria que constitui o objecto da análise.

5.2.3. Actores Militares

Ao contrário do que se passa com as outras categorias, a representação dos actores da categoria Militares é normalmente feita por generecização – “**the military**”, “**the armed forces**”, “**the armed services**”, etc. –, ou por processos de especificação que se aproximam da generecização, como a assimilação por agregação ou por colectivização, de que fazem parte os exemplos em causa. Os processos de representação dos actores sociais por assimilação desempenham um papel fundamental em muitos contextos. Van Leeuwen (1996: 49) refere, por exemplo, que vivemos em sociedades em que a maioria governa, não só do ponto de vista da utilização de processos democráticos formais para chegar a decisões, mas também do ponto de vista da utilização de sondagens, inquéritos, pesquisas de mercado. A tendência é viver de acordo com o que a maioria das pessoas considera legítimo. Daí que a agregação seja, no dizer de Van Leeuwen, usada muitas vezes para regulamentar a prática e para produzir uma opinião de consenso, mesmo quando se apresenta como mero registo de factos. E embora Van Leeuwen não o refira, a agregação serve também os propósitos contrários, i. e., opera representações que visam reforçar a ideia de uma ausência de consenso, minimizando assim a representatividade dos actores na legitimação que a ideia de maioria implica. Tal acontece, por exemplo, no seguintes exemplos:

Public opinion is sharply divided on the question of homosexuals in the military, polls show.

(28: A1 (PP-Redacção))

(...) some 70 people interviewed in Wyoming, Georgia and North Carolina divided on the question that has split official Washington (...).

(28: A1 (PP-Redacção))

A acrescentar a tudo isto, há ainda que considerar as diferenças entre activação e passivação dos actores na sua representação⁹, assim como quais os processos em que estão envolvidos. Daí que a diferente utilização dos Determinantes e Quantificadores nos exemplos da categoria Militares possa ser vista em função de paradigmas de representação também eles diferentes. Vejamos um a um os dezoito casos de utilização de *some*, quando associados a esta categoria de actores:

Some top generals fear that open acceptance of homosexuals will destroy morale and discipline.

20: A22 (ED-Redacção)

A representação aqui operada, à semelhança, aliás, do que acontece com todos os outros exemplos, funciona por assimilação dos actores sociais por parte de uma classe. Só que neste caso, a representação dessa classe – todos os elementos das Forças Armadas – sofre uma redução: não são todos os membros da classe, mas apenas os generais e destes apenas os do topo da carreira (“**top generals**”). A utilização do Determinante, por sua vez, provoca uma outra redução, neste caso de uma maioria para uma minoria: não são todos os generais do topo da carreira, mas

⁹ A utilização dos conceitos de *activação* e de *passivação*, neste contexto, de que, aliás, já me servi, de passagem, num exemplo anterior, nada deve à utilização dos mesmo termos para referir os processos de dar significação ou forma de voz activa ou voz passiva a um verbo ou frase (de que também já me servi). Neste contexto, e seguindo Van Leeuwen (1996), os termos surgem associados aos modos de representação dos actores sociais no discurso e referem-se à distribuição de papéis que ocorre nessas representações, já que estas podem dotar os actores, quer com papéis activos, quer com papéis passivos. Assim, a activação ocorre quando os actores sociais são representados como forças activas e dinâmicas numa actividade e a passivação quando os actores são representados como submetendo-se a, sofrendo a actividade, ou como sendo dela receptores. Como afirma Van Leeuwen (1996: 43-44): «This may be realised by grammatical participant roles, by transitivity structures in which activated social actores are coded as Actor in material processes, Behavior in behavioural processes, Senser in mental processes, Sayer in verbal processes or Assigner in relational processes».

apenas alguns (“**some top generals**”). E ainda que o processo, com mais ou menos delimitações na representação dos membros da classe, seja semelhante em todos os exemplos em que estes Determinantes e Quantificadores são usados, a associação entre a representação e as acções a que os actores se encontram ligados é diferente nos vários casos.

Se atendermos a que toda a polémica em causa no *corpus* se joga entre defensores e opositores da incorporação de homossexuais e de outras mudanças a que, de uma forma ou de outra, as Forças Armadas estão sujeitas, poderemos, com base nessa apreciação, proceder a uma classificação genérica da representação das posições e atitudes assumidas pelos actores sociais. Assim, partindo do princípio de que as representações podem ser de defesa ou de oposição, diria que, neste exemplo, os actores sociais, “**some top generals**”, estão associados a uma representação de oposição, com a particularidade de, como já referi, serem apresentados como uma minoria dentro de uma minoria. O mesmo pode ser dito dos exemplos seguintes, se bem que no caso dos dois últimos a oposição surja representada indirectamente, pois é direccionada não para a mudança, mas para o mentor da mudança:

Some marines have gone so far as to suggest that the corps be disbanded rather than accept avowed homosexuals.

(27: A1/2 (PP-Schmitt))

Finally, some officers contend that if the ban is lifted more avowed homosexuals would join the military and bring with them increased cases of anal herpes, AIDS and other sexually transmitted diseases that could strain military medical resources.

27: A1/2 (PP-Schmitt)

Some speculated that homosexuals would be attracted to the large pool of physically fit young men in the military.

28: A16 (NC-Johnson)

But in news conference, he was again less gentle in remarking on the concerns some officials have have expressed over the physical intimacy required by military life.

30: 19 (NC-Gross)

And of reports that some members of the military might resign if the ban on homosexuals is lifted, Mr. Meinhold said, “I would put the question to them: What job is going to guarantee you that there will be no gays?”

30: 19 (NC-Gross)

Some enlisted personnel said they saw that incident as worrisome indication of things to come.

31: 120 (NC-Rohrer)

Some sailors said the changes they expected Mr. Clinton to enact in this next few months would also create morale problems.

31: 120 (NC- Rohrer)

Mr. Clinton’s record during the Vietnam draft and his plans for increased military cuts have provoked concern among some military officials.

23: 11/2 (PP-Schmitt)

Senior military officers also say that some officers resent a President who has no military background, and whom they consider a draft-dodger, seeking to impose such a radical social change on the armed services.

27: A1 (PP-Schmitt)

Para além de outros aspectos a que já aludi e a que ainda voltarei, como, por exemplo, o da relação Presidência/Forças Armadas ser construída como um conflito ou guerra institucional-política que põe em causa a legitimidade das Forças Armadas, os dois últimos exemplos estabelecem uma relação entre diferentes comportamentos assumidos por Bill Clinton, inserindo-os num padrão de afronta da instituição militar, de que o levantamento da proibição é apenas um exemplo. Daí a passivação (Van Leeuwen, 1996), no primeiro desses exemplos, de “**some military officials**”, relativamente a “**have provoked**”. Mas activando os mesmos actores relativamente a “**concern**”, e a “**resent**”, no segundo exemplo, as representações tornam claro, por um lado, que os actores do processo são militares, e, por outro, mais determinante, reduzem a sua representatividade no conjunto de

todos os militares, com a particularidade de, no segundo exemplo, os actores surgirem numa frase projectada por relato, que tem, como actores, sujeitos generecizados pela representação.

O que se nota em todos os exemplos é uma vontade de representar como não consensual a ideia de que os militares em geral são naturalmente contra o levantamento da proibição. Este propósito é bem visível nos dois exemplos seguintes:

And though some say they would quit the service rather than serve with homosexuals, a vast majority of military personnel seem to feel that if the ban on homosexuals is lifted, the military will have to adjust as it has adjusted to racial integration and increased roles for women.

28: A1 (PP-Redacção)

Of about 20 soldiers interviewed here, a slim majority voiced a deep, visceral opposition to the thought of homosexuals in the military. Others say they have no problem with letting them serve, and some of those who oppose the idea concede they're not sure that lifting the ban would have much impact.

28: A16 (NC-Applebome)

Jogando com a oposição “**some**” vs. “**a vast majority**”, no primeiro caso, o jornalista veicula a ideia de que a mudança derivada do levantamento da proibição apenas afectará uma minoria do pessoal ao serviço da instituição, já que a maioria (e uma maioria larga) se adaptará à mudança, como se adaptou a outras mudanças. No segundo exemplo, e de uma forma mais subtil, a mesma ideia é veiculada. Apesar da maioria dos entrevistados ser contra o levantamento da proibição, a sua representação é feita com o uso do modificador “**slim**”, construindo-se assim a ideia, não de que são poucos, mas de que os outros, os que não são contra o levantamento da proibição (“**others**”), são muitos, quase a chegar à maioria. Maioria a que chegam, aliás, porque de entre os que se opõem, e que constituem uma fraca maioria, não o esqueçamos (“**a slim majority**”), alguns reconhecem que

o levantamento da proibição não trará muitas mudanças. Note-se também, para esse efeito, o uso do verbo “**concede**”, que regista a incerteza e a dúvida dos actores sociais face aos factos, assim os validando: “**some of those who oppose the idea concede they’re not sure that lifting the ban would have much impact.**”

Atendendo a que os textos de onde foram retirados estes dois exemplos têm uma função particular no conjunto dos textos que constituem o *corpus*, facilmente se percebem as motivações que subjazem à representação. É que os textos, de um conjunto de quatro, pretendem ser relatos objectivos da realidade dos quartéis e das consequências derivadas do possível levantamento da proibição, dando para isso a voz aos sujeitos que quotidianamente com elas lidarão¹⁰. Os actores militares destes textos não são os mesmos dos restantes textos do *corpus*, normalmente mais dados a representações de actores da patente de oficial, de oficial superior e, sobretudo, de oficiais generais. Aqui a palavra é dada aos soldados e a conclusão, ainda que pouco objectiva e pouco isenta, está bem patente no título do texto de primeira página que introduz os restantes três e no título genérico a que estes estão submetidos posteriormente na página de notícias nacionais: “**Ranks Are Divided Over Homosexuals In Military Service**” e “**Military People Split Over Ban On Homosexuals**”, respectivamente.

A estes textos ainda voltarei, mas mais adiante. Retomo, por agora, a análise que vinha a efectuar, apresentando os restantes exemplos:

Mr. Nunn, backed by many Democrats and Republicans and apparently some members of the Joint Chiefs of Staff, said he could not support totally forgoing legal actions against avowed homosexuals.

29: A12 (NC-Friedman)

¹⁰ Daí que, nesses textos, a nomeação seja fortemente utilizada na representação dos actores sociais, ganhando terreno relativamente à genericização, o que contribui para a construção do mundo dos quartéis como o ponto de identificação, o mundo dos semelhantes do leitor.

Some of the critics are military men who are genuinely worried about change – just as the military fiercely resisted President Truman’s 1948 order desegregating the forces.

29: A27 (OP-Lewis)

Truman ignored the nearly solid opposition of some of the military’s most influential leaders and signed an executive order on July 26 (...).

3 1: 121 (NC-Sullivan)

“Some people are openly supportive, others give closet support and others, by their vibes alone, are not happy with my return,” Mr. Meinhold said, measuring his words with caution.

30: 19 (NC-Gross)

Others in the company, including some who had mocked him in life, cried as his body was carried off.

29: A27 (OP-Lewis)

Some officers say easing the policy would change little.

(27: A1/2 (PP-Schmitt))

À semelhança do que acontecia com os anteriormente listados, os três primeiros exemplos deste conjunto associam os actores a uma representação de oposição, dando assim conta de que a oposição dos militares não é generalizada. No primeiro caso, temos inclusive uma diferença de quantidade dada pelo uso de “**many**” associado a “**Democrats and Republicans**” e de “**some**” associado a “**members of the Joint Chiefs of Staff**”, construindo-se assim a ideia de que a oposição surge mais dos responsáveis políticos do que dos militares, estratégia concordante com a construção da polémica como uma luta política.

Por sua vez, os dois casos seguintes relacionam a proibição com a discriminação racial vivida nas Forças Armadas antes de Truman e da guerra da Coreia, dando assim a entender, por um lado, que a Bill Clinton resta apenas fazer o que Truman fez, e, por outro, mais uma vez, que a resistência ao levantamento da proibição não está generalizada na instituição, como a resistência à integração

racial no tempo de Truman também não estava¹¹. Isso é conseguido pelas reduções veiculadas pelos Nomes usados para caracterizar os actores e pelo uso do Quantificador: de todos os críticos (e a escolha da palavra “**critics**” em vez de *opponents* não é inocente), apenas alguns são militares – “**some of the critics are military men**” – no primeiro caso, com uma redução ainda mais acentuada nos actores representados, no segundo caso: “**some of the military’s most influential leaders**”. Repare-se ainda, no primeiro caso, na pressuposição veiculada pela oração relativa restritiva, “**who are genuinely worried about change**”, que deixa implícita a existência de outros actores, a grande maioria, por oposição a “**some**”, cujas preocupações não são legítimas.

Seguindo um paradigma diferente do dos anteriores, os últimos três exemplos têm estatutos especiais, por razões que passo a explicitar. No primeiro caso, estamos perante uma citação directa, a única, que regista uma diferença em relação a todos os outros exemplos. Neste caso, estamos talvez mais próximos de uma representação isenta, já que o jornalista opta por dar a voz ao interveniente que melhor pode falar sobre a situação a que o texto e o exemplo se referem; trata-se do retorno ao seu local de trabalho, por imposição judicial, de um soldado suspenso por acusação de homossexualidade. Embora se possa ler no exemplo uma associação entre os actores e uma representação da defesa de incorporação de homossexuais, é necessário reter que o que aí está em causa é fundamentalmente defesa relativamente à reintegração de um soldado expulso por homossexualidade. Pelas razões contrárias, o mesmo é válido para o exemplo seguinte, aliás, que se refere ao funeral de um soldado homossexual morto em combate, em situação de extrema coragem. Se bem que se possa dizer que, neste caso, *some* está associado a uma representação de oposição, a mesma não diz directamente respeito à

¹¹ Veja-se a este propósito, o que enunciei na nota 5 deste capítulo, na p. 257.

incorporação de homossexuais.

A única associação explícita entre actores representados por agregação (em que *some* tem uma função de restrição da agregação) e uma representação de defesa de incorporação de homossexuais (de não oposição será o termo mais correcto), encontra-se no último exemplo listado; esse é, portanto, o único caso, de todos os listados, que não contribui para a construção da oposição por parte dos sujeitos militares como pontual, não consensual, logo não representativa da própria instituição.

A concorrer para a construção social dos defensores da proibição como um grupo restrito, logo não representativo da maioria dos militares e sem a legitimidade que a ideia de maioria veicula, temos também os exemplos de ocorrência de *most*. Só que nesses casos o processo é o inverso. Porque *most* contém em si o traço semântico indicador de maioria, os actores que ajuda a determinar ou a quantificar estão associados não a representações de oposição, mas de defesa da incorporação de homossexuais.

Dos quatro exemplos que constituem o total de ocorrências de *most* para caracterizar actores militares, duas são de projecções, por citação, de vozes de actores, pelo que não correspondem exactamente ao paradigma que tenho vindo a analisar, à semelhança do que acontecia com um dos exemplos de *some*. Nestes casos estamos perante representações de palavras de actores, o que as torna eventualmente mais isentas. Mas correspondendo à representação de uma representação não deixa de ser legítimo questionarmo-nos sobre as motivações da sua integração no discurso.

“I’ll stick and march on smartly,” he says. “That’s what a marine is trained to do. That’s what most of my friends plan to do. We don’t like it, and it’ll be an awfully long, hard pull to get this task done. But we’re marines.”

28: A16 (NC-Ayres Jr.)

“Most males in the military fear anything they don’t understand,” Mr. Wilson said, and “take longer than the average person” to accept those who are different from themselves. But once the military policy is unambiguous, Mr. Wilson said, “people will abide by the law” because members of the armed forces are trained to be obedient to command.

30: 19 (NC-Gross)

Em ambos os casos estamos perante a reprodução da voz de um sujeito militar, se bem que o primeiro, um coronel, tenha sido identificado previamente como opositor da mudança (“**I’am against my President on this one, dead against him,**”) e o segundo como seu defensor (“**One supporter, Reginald Wilson, a petty officer**”). Agora repare-se como é na reprodução das palavras do opositor que a ideia de maioria – ainda que reduzida, pois é apenas relativa a um grupo muito particular (“**my friends**”) – é associada à obediência e observância da lei que impõe a mudança, construindo-se assim a ideia de que mesmo no grupo dos que são contra a incorporação (muitos ou poucos, não interessa neste contexto), a maioria não deixará de agir em conformidade com a lei, se a lei for favorável à incorporação de homossexuais.

A motivação que leva o jornalista à selecção desta citação e não de outra parece-me derivar da própria funcionalidade do exemplo no corpo do texto de que foi retirado. Trata-se de um dos textos, já referidos, que dá, maioritariamente, a voz aos soldados de baixa patente, com o intuito de procurar saber das consequências da mudança ao nível do quotidiano dos quartéis. Neste caso, trata-se de tropas especiais, os famosos *marines*, referidos no *corpus* como profundamente homofóbicos. O texto desconstrói um pouco esse estereótipo com citações como esta, em que a obediência aos superiores e às leis militares, expressa por um sujeito de patente superior, se sobrepõe a potenciais ódios contra homossexuais. O exemplo funciona dentro da lógica de um possível princípio de projecção em que se gera a identificação deste *marine* com todos os *marines*, sendo, portanto, a sua

atitude a súmula representativa do comportamento de todos eles. Note-se que apesar da redução contemplada no Grupo Nominal “**my friends**”, a anterior utilização do Det + Nome, “**a marine**”, com referência generecizada, aponta precisamente nesse sentido.

Um último apontamento se impõe relativamente ao texto de onde foi retirado este exemplo, antes de avançar para o seguinte. Como referi, o texto faz parte de um conjunto de três agrupados sob um título geral, “**Military People Split Over Ban on Homosexuals**”, dizendo cada um deles respeito a um dos três ramos das Forças Armadas¹². No caso da Marinha, o jornal optou por entrevistar membros não de uma qualquer base naval, mas de uma base de *marines*, a força especial de soldados ligada à Marinha, nacionalmente conhecida pela sua homofobia e pelo machismo que promove, um facto que o jornalista não deixa de registar:

More than any other service branch, the Marine Corps promotes machismo – “a few good men” – and Marine machismo is certainly what President Clinton has stirred up with his proposal to lift the ban against homosexuals serving in uniform.

28: A16 (NC-Ayres Jr.)

Mas o corpo de *marines* é também conhecido entre a(s) comunidade(s) *gay* pelo seu homo-erotismo e pela homossexualidade de muitos dos seus membros (cf. Zeeland, 1996)¹³. Daí que, sintomaticamente, este seja o único dos três textos referidos a fazer uso de uma entrevista realizada num bar *gay* situado perto da base

¹² Os textos não são efectivamente três, mas quatro. Só que o primeiro desses textos, que aparece, aliás, na primeira página e é da responsabilidade da redacção, ao contrário dos outros, que fazem parte da secção de notícias nacionais e são autorados, funciona um pouco como introdução aos restantes.

¹³ Cf., por exemplo, Zeeland (1996: note to figure 13): «In 1993, the story of as many as 800 Camp Pendleton marines performing in “gay” porn videos made national headlines. But Marines have long been offering their nude bodies for the delectation of other men». Zeeland (*Idem*: 3, 16) refere também a crença corrente entre a(s) comunidade(s) *gay* norte-americana(s) de que os *marines* homossexuais são fundamentalmente passivos no que diz respeito à penetração e relaciona esse facto com a própria noção de masculinidade expressa naquele corpo de tropas especiais: «However, some Marines I have known claim that Marines view being penetrated not at all as female, but as a manly test of endurance that, successfully withstood, leaves the bottom with *more* power. According to Captain Eric [an interviewee], “It takes a lot more masculinity to be a bottom than to be a top.” He recites a favorite DI [drill instructor] aphorism: “Pain is weakness leaving the body.”»

(**“Still they [homosexuals] are here – everybody knows that – enough of them to support an off-base dance hall, the Friends Lounge.”**), com o entrevistado a declarar que na base há centenas de homossexuais: **“There are hundreds of us on the base, and it would be wonderful just to drop all the pretense that we’re straight and come on out, legally. (...)’”**

Daí que o texto jogue com a oposição *on base/off-base* para dar conta da relação dos *marines* com a homossexualidade nas Forças Armadas, dando a entender que a proibição não inibe os homossexuais de fazerem parte do corpo, apenas os inibe de manifestar/verbalizar a sua homossexualidade em contexto militar. Como pressuposto no título do texto, **“Even the Thought Is Off-Limits”**, tudo o que é relativo à homossexualidade é **“Off-Limits”**, mas isso não implica que ela não exista *on-limits*.

Retomando, então, a análise que vinha efectuando relativamente ao uso de *most*, repare-se que no segundo exemplo listado, o processo é o inverso, já que *most* surge associado a uma representação de oposição, ou pelo menos de negatividade, na voz de um defensor. Mas por detrás dessa representação de oposição, duas representações de defesa são efectuadas, uma por implicitação, outra por pressuposição. Ao opor **“most males”** a **“the average person”** é pressuposta a diferença entre as duas categorias, sendo à segunda dada uma conotação positiva e à primeira, negativa. Por outro lado, pressupõe-se, dando tal facto como dado adquirido, que a segunda categoria, **“the average person”**, aceita os que são diferentes (**“take longer than the average person’ to accept those who are different from themselves”**); o problema, se existe, está, portanto, na primeira categoria, e é fundamentalmente um problema de masculinidade, já que é temido apenas pela maioria dos elementos do sexo masculino (**“most males in the military fear anything they don’t understand”**) e não pela maioria dos elementos

de ambos os sexos. Por outro lado, ainda, é implicitado que estes elementos (“**most males**”) acabarão por deixar de temer o que temem; é tudo uma questão de tempo (“**take longer**”), não uma questão de incapacidade de aceitação da mudança.

Tal como no primeiro destes casos, o exemplo seguinte foi retirado de um texto que pretende informar os leitores sobre a realidade dos quartéis, quanto à possível implementação da mudança. Não será portanto de admirar que procure associar a ideia de maioria de actores a uma representação de defesa. Neste sentido, ele é, aliás, o reflexo especular perfeito dos casos de *some* já analisados, cujos actores eram normalmente associados a representações de oposição.

Most of these enlisted men said they believed homosexuals were already serving in the armed forces, usually in a brave and competent manner.

28: A16 (NC-Johnson)

Quanto ao último dos exemplos com *most*, embora ambíguo no seu sentido, parece inserir-se no mesmo modelo de construção dos anteriores. Todavia, porque se trata de um parágrafo completo que finaliza um segmento lógico iniciado nos dois parágrafos anteriores e o seu significado só pode ser avaliado à luz do que nos mesmos é enunciado, reproduzo o conjunto na sua totalidade:

The debate over segregating soldiers, a heated topic regarding blacks until President Harry S. Truman ordered the armed forces integrated in 1948, has more recently focused on women in combat.

A Presidential panel recommended in November that women should continue to be prohibited from flying combat planes. As expected, it also said that women should be barred from ground combat, but it did vote to allow women to serve on most warships.

No action has been taken on the recommendations, but most senior military officials say that the report did not go far enough and that it is likely women will soon be allowed to fly combat planes.

31: I1/2 (PP-Schmitt)

Para avaliar a posição atribuída a “**most senior military officials**” é

necessário perceber qual o significado da oração “**the report did not go far enough**” e da conjunção “**and**” que se lhe segue, já que são elas que alimentam a dificuldade de interpretação. Vejamos, portanto, os seus significados ou valores, em função do que é representado nos parágrafos anteriores.

O primeiro parágrafo serve para caracterizar uma situação: estamos perante um caso de segregação, como já acontecera em 1948 com os negros e, mais recentemente, com as mulheres e o seu papel activo em combate. O parágrafo seguinte desenvolve a questão das mulheres, jogando com várias pressuposições: por um lado, pressupõe-se a existência de três práticas institucionais (as mulheres estão proibidas de pilotar aviões de combate, de combater em regimentos terrestres e de cumprir serviço em navios); por outro, que há uma vontade (de agentização indefinida) de alteração de algumas dessas práticas (o que motiva uma comissão a debater o problema); por outro, ainda, que, não se esperando alterações à proibição da prática de combater em regimentos terrestres (“**As expected, it also said...**”), havia algumas expectativas de mudança (do jornalista? das mulheres militares? dos oficiais?) relativamente às outras duas práticas. E embora o resultado não tenha sido o esperado, houve efectivamente alterações, o que leva o jornalista a enfatizar tal facto com a construção “**but it did vote**”.

É à luz desta interpretação que os comentários atribuídos a “**most senior military officials**” devem ser analisados. A oração “**the report did not go far enough**” acentua o não preenchimento total das expectativas, as quais só o seriam se às mulheres fosse também permitido pilotarem aviões de combate. Daí a projecção¹⁴ da voz dos militares por meio de uma construção adversativa, “**but most senior military officials say that...**”, acentuando-se, assim, o facto de, para além das recomendações da comissão não terem sido implementadas, as mesmas

¹⁴ Sobre a noção de projecção, vd. Halliday (1985) e, mais adiante, a parte 5.3. deste capítulo.

estarem aquém do que muitos militares gostariam. Daí, também, a segunda oração projectada “**it is likely women will soon be allowed to fly combat planes**”. Mas entre uma e outra oração projectadas, enquanto relatos de vozes, não há qualquer relação, pelo menos do ponto de vista dos dois factos relatados. A conjunção “**and**” liga dois momentos de enunciação (do mesmo ou de diferentes sujeitos) sem que haja entre eles qualquer sentido que não o que lhes é dado pela projecção, i. e., a conjunção faz parte da oração que projecta e não da oração projectada, sendo a ambiguidade gerada pela elipse do verbo projectante *say*, na potencial frase *and they (also) say that it is likely...*

A contradição entre as duas orações é apenas aparente. Com a sua conjunção, o jornalista pretende enfatizar o princípio do precedente para futuras mudanças, ou seja, apesar de não terem ido até ao fim desejado, as recomendações abrem a possibilidade de, em breve, às mulheres ser permitido pilotar aviões de combate. A particularidade da construção desresponsabiliza o jornalista pela autoria do raciocínio, transferindo-o para “**most senior military officials**”. À instituição é assim colada uma imagem de vanguarda, em que a maioria dos sujeitos em posição de chefia são favoráveis à integração completa das mulheres e, consequentemente, dos homossexuais, por ênfase do paralelismo entre as duas realidades: tal como no caso das mulheres um precedente conduzirá eventualmente à integração total, também no caso dos homossexuais o precedente instaurado pelo compromisso conduzirá à sua total aceitação.

À semelhança do que acontecia nos exemplos anteriores, estamos, portanto, perante um caso em que o uso de *most* na representação dos actores sociais se encontra associado a uma representação de defesa. Construções como esta e a dos exemplos de *some* produzem imagens das Forças Armadas que contrariam o estereótipo da instituição coesa, estruturada em princípios de uniformidade de

perspectivas, e em que a homofobia comanda comportamentos. A instituição surge assim como profundamente dividida quanto à incorporação de homossexuais. Daí a existência, já notada, de títulos como: **“Ranks Are Divided Over Homosexuals In Military Service”** – 28: A1 (PP–Redacção); **“Military People Split Over Ban on Homosexuals”** – 28: A16; **“Army: Ranks Are Split, As in Society”** – 28: A16 (NC–Applebome). Mas enfatizando os princípios de obediência em muitos dos exemplos em que é dada voz aos militares de patente inferior e às praças, ao mesmo tempo que veiculam uma imagem de abertura por parte da maioria dos oficiais superiores, os textos reproduzem alguns dos estereótipos sobre a organização da instituição, com a finalidade de minorizar os efeitos e a aplicabilidade prática da incorporação de homossexuais. O mesmo pode ser dito, aliás, dos princípios que comandam a lógica de apresentação das vozes dos actores sociais ao longo dos textos, cuja análise passo de seguida a efectuar.

5.3. PROJECCÃO DE VOZES

«Equity and balance cannot be assessed by merely noting which voices are represented, and, for instance, how much space is given to each; the web of voices is an often subtle ordering and hierarchization of voices.»

Norman Fairclough (1995^b: 81)

As entidades englobáveis nas seis categorias de actores sociais referidas raramente falam por si próprias, apenas o fazendo em alguns textos de opinião, em cartas ao director ou em conferências de imprensa¹⁵; na restante parte das vezes, e como já se tornou perceptível em alguns dos exemplos até agora analisados, o seu discurso é representado pelos jornalistas, os verdadeiros protagonistas, cuja prática sujeitou os acontecimentos a processos de selecção, tornando-os, assim, notícia, i. e., uma construção do que efectivamente aconteceu, gerada por transformações e tratamento diferencial na representação.

A representação jornalística do discurso dos protagonistas é operada por meio de citações directas das suas vozes ou de relatos das mesmas, usando-se para isso o que na gramática tradicional se chama de discurso directo, discurso indirecto e discurso indirecto livre. Os textos são portanto uma mediação das vozes dos intervenientes nos vários momentos da polémica, sendo o discurso representado, o dos actores sociais intervenientes, integrado no discurso que representa, o dos jornalistas.

De um ponto de vista oracional, e segundo o modelo sistémico-funcional de Halliday, estamos perante casos de projecção, a relação lógico-semântica em que uma oração funciona não como uma representação directa de experiência

¹⁵ Vejam-se, por exemplo, os textos de opinião “**Cancel Reagan’s Ban**” e “**Let Congress Decide**”, ambos de 14 de Janeiro, as cartas ao director de 31 de Janeiro, agrupadas sob o título “**Gays in the Military Would Hurt Combat Efficiency**”, e os textos das declarações de Bill Clinton e do Senador Sam Nunn, na conferência de imprensa de 30 de Janeiro.

não-linguística, mas como representação de uma representação linguística. Variando de acordo com as características da sua função discursiva, da interdependência entre orações e do processo projectante que a determina, a projecção pode assumir diferentes valores, i. e., pode ser do tipo citação, relato ou facto (vd. Halliday, 1985: 227-228).

A manutenção ou não de fronteiras entre o discurso que representa/projecta e o que é representado/projectado, consoante estejamos perante casos de citação ou de relato, constitui uma importante variável na apreciação dos dados em análise (vd. Fairclough, 1995b: 81), sobretudo quando equacionada em função dos verbos de projecção, no sentido em que possibilita uma enquadração (*framing*) particular que influencia o modo como o discurso representado é interpretado. Nos dados em análise, a citação, enquanto representação fiel de uma representação linguística, por meio da reprodução entre aspas do que foi dito, é usada abundantemente, mas a frequência do seu uso está longe de acompanhar a do relato, processo mais dado à sumarização do discurso representado e consequentemente à transformação em discursos que mais facilmente se integram nas vozes e nos propósitos ideológicos dos jornalistas.

Nas citações, os verbos de projecção mais utilizados são, naturalmente, os verbos mais gerais da classe, que à partida têm um valor neutro na enquadração, como *say*¹⁶, *tell* e verbos que ou combinam *say* com elementos das circunstâncias co-textuais, como *continue*, *add* e *go on*, ou fazem apelo ao teor do discurso representado, como *ask* e *answer* (vd. Halliday, 1985: 229 sgg.). Mas no caso do relato, verbos há que não são tão neutros assim. Por exemplo, o verbo *insist* é

¹⁶ No caso em que as citações são de discurso escrito, o verbo *say*, embora usado em exemplos como “‘**The challenge at this point is no longer ending discrimination,**’ the memorandum said.”, encontra frequentemente expressão no seu correspondente *write*, em exemplos como “‘**Some dreams do come true,**’ he wrote”. Para efeitos de análise, o verbo *write* foi encarado, em exemplos como este, como uma mera variação de *say*.

usado apenas quatro vezes e em três delas serve para projectar relatos de vozes que, por uma ou outra razão, reflectem posicionamentos de sujeitos em luta pelo poder. Da mesma forma, o verbo *announce*, enquanto verbo de projecção, é usado duas vezes e em ambas serve para projectar relatos de acções verbais de um sujeito em situação de emposse, o Presidente Clinton:

Mr. Gingrich insisted Congress had a role in changing the policy toward homosexuals (...).

27: A1/2 (PP-Clymer)

But Mr. Nunn and his supporters insisted that they had prevailed in their effort to prevent the possibility that large numbers of men and woman in the armed services would declare their homosexuality during the interim period (...)

30: I1/2 (PP-Iffil)

The chairman of the Senate Armed Services Committee, Sam Nunn of Georgia, insisted that all new recruits be advised on the laws and military regulations governing sexual conduct for service members.

30: I9 (NC-Schmitt)

(...) Mr. Clinton (...) announced that new recruits would no longer be asked if they are homosexuals.

30: I1 (PP-Ifill)

(...) the President announced yesterday that he didn't expect to change his position

30: I21 (OP-Coats)

A diferença entre os dois verbos de projecção usados nestes exemplos, ou entre outros verbos usados em projecções semelhantes, como *contend*, *demand*, *complain*, etc., reflecte o posicionamento do autor da projecção relativamente ao que é projectado, no sentido em que tal diferença é baseada na sua interpretação da ordem social e no seu entendimento das relações inter-pessoais existentes entre os actores. Daí que às produções de Clinton surja associado o verbo *announce*, mas nunca *complain*, por exemplo.

Deixando, todavia, de lado as manifestações interpretativas do jornalista nos casos de projecção por relato, passemos aos casos de projecção por citação e às representações da instituição militar nelas operadas. É evidente que a manutenção de fronteiras entre diferentes vozes facultada pelo uso de citações directas não deixa de estar intimamente ligada à diluição das mesmas facultada pelo relato. Ou seja, se o relato permite mais facilmente a manipulação da informação, a citação pode também cumprir os mesmos objectivos: por um lado, porque é o resultado de uma escolha entre outras (citações) possíveis; e, por outro, porque é o resultado de uma opção entre dois modos (relato ou citação) de representar o discurso.

É também evidente que os processos de escolha das citações e dos diferentes modos da sua contextualização no discurso não andam longe dos processos motivacionais que determinam a presença de um verbo de projecção, em vez de outro possível, nos casos da projecção por relato. Por outras palavras, se, no relato, o jornalista garante determinada interpretação, por parte do leitor, devido ao uso de um verbo de projecção específico, na citação a mesma interpretação pode ser garantida pela escolha de uma citação em detrimento de outra e pelo modo como a citação é contextualizada no discurso. Mas tudo isso está relacionado com a característica fundamental, não da citação (ou do relato), mas da projecção: a de se tratar, como referi, de uma representação de uma representação linguística. Só que, independentemente de tal característica, a citação goza da particularidade, ausente do relato, de ser fiel não só ao espírito, mas também à letra da representação inicial, primitiva, servindo, por isso mesmo, para construir socialmente a realidade e, com ela, o sujeito responsável pela sua enunciação.

Apesar de ter bem presente que, integrando as citações no seu próprio discurso, o jornalista tem meios para garantir que o leitor faça uma interpretação correcta das representações nas mesmas construídas, proponho-me de seguida

analisar o conjunto das citações directas existentes no *corpus*, fazendo tábua rasa das enquadrações activadas pelo jornalista e apelando apenas ao conteúdo das citações. Por exemplo, a enquadração operada pelo jornalista no seguinte excerto enfatiza o carácter conciso da declaração do Gen. Colin Powell, instaurando a dúvida sobre o valor da mesma e da posição do General relativamente à reunião, ao mesmo tempo que o coloca em oposição aos funcionários da Casa Branca e do Pentágono:

White House and Pentagon officials described today's meeting as "cordial", "honest" and "respectful," but the chiefs left the White House quickly after the meeting, making only terse comments.

"We had an excellent meeting with the President and a good exchange of views," General Powell said in a brief interview outside the White House. "I've said all I want."

26: Alll (PP-Schmitt)

Em exemplos como este, o leitor é constrangido na sua leitura e interpreta as representações não pelo que elas valem, mas à luz do que o jornalista acha que elas valem, facto que demonstra que a funcionalidade dos relatos e das citações em textos jornalísticos não pode ser equacionada em termos quantitativos, porque a isenção, ou falta dela, não é garantida pela igualdade de ocorrências no número de relatos ou citações que expressam pontos de vista opostos. Da mesma forma que a ênfase e a desênfase/marginalização de vozes garantem objectivos singulares não coadunáveis entre si, também a enquadração, inclusive de umas citações por outras, lhes garante princípios de funcionalidade diferentes. O mesmo é válido, aliás, para a escolha entre uma coisa e outra, entre um relato e uma citação. A imparcialidade não se mede pelo grau de representatividade atribuído a uma ou a outra voz, nem pelo espaço que lhes é atribuído, porquanto a sua hierarquização e organização na teia textual pode facilmente miná-la.

Nada disto vai estar em análise na minha apreciação das citações, até porque

a contabilização das citações usadas ganha novo sentido quando encarada e analisada à luz da contabilização dos processos de relato. Todavia, e como informação sobre os dados com que vou trabalhar, registre-se que das duzentas e quarenta (240) citações usadas no corpus, apenas doze (12) dizem respeito à categoria soldados homossexuais, a que apresenta valores mais baixos, e setenta e quatro (74) dizem respeito à categoria militares, a que apresenta valores mais altos, como se pode ver no Quadro 5.3.

CATEGORIA	Nº	%
Militares	74	30,83
Administração	61	25,41
Políticos	37	15,41
Homossexuais	25	10,41
População	18	7,50
Soldados Homossexuais	12	5,00
Outros ¹⁷	13	5,41

Quadro 5.3. – Ocorrências de frases projectadas por citação, por categorias de actores sociais

A discrepância entre estes valores parece-me natural, apenas denotando certos princípios de funcionamento da instituição militar, com os militares homossexuais a submeterem-se mais às possíveis consequências das regras do que à sua filosofia. Assumir a sua homossexualidade equivale para estes soldados a serem submetidos a um processo disciplinar. Daí que a maioria das frases projectadas por citação referentes a esta categoria tenham sido produzidas por soldados suspensos das suas funções e a aguardar os resultados de processos legais

¹⁷ O surgimento desta categoria foi motivado pela existência, no *corpus*, de citações de texto escrito, cujos autores não são enquadráveis em nenhuma das outras categorias de actores sociais. Trata-se, por exemplo, de citações de outros textos em cartas ao director e da reprodução de excertos de textos legais e de textos literários.

movidos contra a instituição.

Deixando, portanto, de lado, como dizia, as interferências do jornalista, pelo menos no que diz respeito à contextualização das citações na estrutura textual, já que à interferência resultante das suas escolhas não podemos escapar, vejamos que tipo de construções sociais da instituição militar estão em jogo nas frases projectadas por citação.

5.3.1. Construções Sociais da Instituição

Tendo em consideração que os textos do *corpus*, assim como as frases projectadas por citação neles incluídas, foram motivados pela questão pontual do levantamento ou não da Directiva 1332.14, posicionando-se os actores sociais a favor ou contra o levantamento, é natural que, em termos gerais, estejamos apenas perante dois tipos de manifestações discursivas, no que a representações da construção social da instituição diz respeito. Ou seja, e reordenando os factores, as duas representações da construção social da instituição fazem apelo a diferentes ordens de discurso e ordens sociais e cada uma delas estabelece uma correspondência com um dos dois tipos de posicionamento (a favor ou contra o levantamento da proibição). É que, embora os dois tipos de manifestações discursivas digam respeito a distintas construções sociais, não da instituição militar, mas de um acontecimento factual particular, parece-me óbvia a existência de uma relação de causalidade entre ambas as coisas. Efectivamente, cada uma das duas atitudes face ao levantamento da proibição acciona, reproduz e é enformada por uma diferente construção social da instituição militar.

Aliás, o próprio levantamento da proibição é equacionado de modos díspares, numa nítida vontade de manipulação da opinião pública, consoante os sujeitos se posicionam como seus defensores ou como seus opositores, sendo essa disparidade

determinada pelo modelo de construção social que activamente produzem e reproduzem. Enquanto, por exemplo, do lado dos defensores, o levantamento da proibição traduz uma vontade de pôr fim a uma prática discriminatória e de perseguição de homossexuais, veiculando-se sempre, por pressuposição discursiva, a sua presença de facto nas Forças Armadas, do lado dos opositores, trata-se, fundamentalmente, de não permitir o acesso de homossexuais às Forças Armadas, de que nunca fizeram parte, fazendo coincidir o significado de “levantamento da proibição” com “recrutamento de homossexuais”. E se há actores sociais que efectivamente operam desconstruções discursivas que lhes permitem ver para além da realidade linguística da polémica, como se pode verificar pelo exemplo que transcrevo de seguida, em termos gerais, é a realidade linguística que passa sempre como realidade factual, o que coloca o sujeito desprevenido perante duas realidades “factuais” diferentes, que na prática não se tocam, apenas se sobrepõem, dependendo da qualidade dos argumentos com que os “factos” são construídos:

“This is going to be a hot fire that burns fast,” said another Administration official who spoke on condition of anonymity. “It’s an issue of irresistible hype. And there’s a sense out here that we’re talking about recruiting gays for the military. That’s not what it’s about. It’s about ending discrimination in the armed forces.”

28: A1/2 (PP-Ifill)

Como dizia, as distintas retóricas discursivas sobre o levantamento da Directiva, usadas nas frases projectadas por citação, são activadas por modelos dissemelhantes de construção social dos militares e das Forças Armadas. A significação destes modelos, que passo, genericamente, a designar por modelo militar, um, e modelo civil, o outro, é, por sua vez, garantida por diferentes ordens discursivas e sociais que estruturam e modelam as várias práticas discursivas e sociais e as relações entre elas. Por exemplo, embora as Forças Armadas

reconheçam a presença de homossexuais nas fileiras, facto referido, aliás, por alguns militares¹⁸, o discurso gerado pela maioria dos sujeitos ligados à instituição constrói uma oposição entre *nós (us)* e *eles (they)*, com ela criando outras oposições que pressupõem a não existência de homossexuais na instituição. Produções discursivas como as que de seguida transcrevo acentuam essa pressuposição, implicitando, consequentemente, a validade e a funcionalidade de uma proibição que manteve, e deverá manter, fora da instituição sujeitos supostamente não enquadráveis nos ideais de masculinidade de que esta faz apanágio.

“If homosexuals come in, I’m going out,” said John Kaisner, a 22-year-old airman from nearby F. E. Warren Air Force Base, as he slapped a fist on the table and lifted another beer. He added darkly: “If they let gays in the military, there are going to be physical outbreaks.”

28: A16 (NC-Johnson)

¹⁸ Para além do que enunciei na nota 7 do presente Capítulo (p. 264), veja-se, por exemplo, no *corpus* em análise: “**‘We know we have a certain number of gays performing extremely well, but they’re in the closet and as long as they stay there we’re fine,’ said one Navy admiral (...)**” – 23: I1/2 (PP-Schmitt). Independentemente dos dados presentes no *corpus*, a prática de investigação e de perseguição de homossexuais, com a sua consequente exoneração, é a prova clara da existência de homossexuais nas Forças Armadas. De acordo com os dados de Shilts (1993: 4), já citados na referida nota 7, foram exonerados dois mil soldados por ano durante a década de 80, sob a acusação de homossexualidade. Shawver (1995: 209), no entanto, afirma que nos anos mais recentes essas exonerações correspondem a cerca de mil por ano, estimando-se que as mesmas digam respeito a apenas 2% do total de soldados homossexuais: «Even the most conservative estimate would place the number of homosexuals in the military today at over 50,000. Since only 1,000 were discharged each year in recent years, this means that not more than one in every 50 homosexuals gets discharged. If we were to define the term homosexual to include everyone the military would count as homosexual, for the military defines the term very broadly, indeed, then it is probably more accurate to say that one in every 1,000 or even one in every 1,500 gets discharged for homosexuality. This varies, of course, by the year and by the service».

Uma questão que normalmente surge associada a estas estatísticas é a dos custos (materiais, mas também emocionais) provocados pela exoneração e pelas práticas a ela conducentes. Shilts (1993: 4) refere que os mesmos chegaram, na década de oitenta, a várias centenas de milhares de dólares: «In the past decade, the cost of investigations and the dollars spent replacing gay personnel easily amount hundreds of millions. The human costs are incalculable. Careers are destroyed; lives are ruined. Under the pressure of a purge, and in the swell of rumors that often precedes one, despairing men and women sometimes commit suicide». Shawver (1995: 3), por seu lado, é mais precisa nos dados e formulações que apresenta e mais acutilante nas questões que levanta: «On a practical level, in the 1980s alone, the United States military spent 500 million dollars on the training of soldiers who would later be discharged as homosexual. This does not include the salaries for the people investigating what can be very insubstantial charges. No one believes that this effort actually eliminated all, or even a substantial portion, of homosexuals, or

“They can stay out,” (...). “The way I feel about it is, I don’t like them, I don’t like the way they do things, and if they do come in, they’re going to get a lot of abuse.”

28: A16 (NC-Applebome)

Na sociedade existem homossexuais, mas não nas Forças Armadas, as quais são construídas socialmente pelos sujeitos militares como um mundo à parte, uma cultura especial que não se compadece com as transformações sociais que porventura possam ocorrer na sociedade. Os sujeitos militares estão assim a verbalizar uma das características da instituição, a que já fiz referência no Capítulo 2, traduzível num apego à tradição e à relutância à mudança, esta quase sempre encarada como sinónimo de perturbação da ordem organizativa. E levantar a proibição é perturbar a ordem organizativa. O carácter externo dessa perturbação é figurado em *eles*, o inimigo que visa minar a boa ordem e a disciplina, como se depreende do seguinte exemplo:

“The military is a highly structured society, closely knit, lacking many of the freedoms and flexibilities of the civilian world,” (...). “It has its own ethos critical to its well-being and performance. It should not be tampered with lightly.”

27: A11 (PP-Schmitt)

Para além de registar mais uma vez a oposição, acima enunciada, entre *nós* e *eles*, este exemplo, como tantos outros, dá conta do carácter múltiplo associado a *eles*, que tanto serve a representação discursiva dos homossexuais, como a representação de qualquer actor social que vise a efectivação da mudança na instituição, como ainda a sociedade civil, de que a instituição se quer afastar radicalmente no que a práticas sociais diz respeito. Assim, primeiro, temos *eles*, a sociedade civil, cujas características de liberdade e de flexibilidade a afastam da

homosexuality, from the forces. Is this 500 million dollars well spent? Is there a better way for America to deal with the issue of homosexuality in the military?»

instituição a que se opõe, o pólo de referência do discurso; depois, temos *eles*, o governo, a Administração Clinton (mas também a sociedade civil e os homossexuais), agente apagado da construção passiva final, cuja acção imponderada põe em causa o funcionamento da instituição; e, por último, temos *eles*, os homossexuais, sempre implícitos nas oposições criadas pelo próprio discurso.

Tais oposições e seus desfechos podem ser parafraseados da seguinte forma: por um lado, a existência de homossexuais na sociedade civil é possível devido a certas liberdades e flexibilidades nela presentes (“**the freedoms and flexibilities of the civilian world**”), as quais, estando ausentes na instituição militar, deverão conduzir necessariamente também à ausência de homossexuais na instituição; por outro lado, a instituição faz uso de um código de valores (“**ethos**”) que é crítico, fundamental para o bem-estar institucional e para a missão que às Forças Armadas é confiada e o código de valores dos homossexuais diverge dele, pondo em causa esse bem-estar e essa missão.

O que parece, portanto, a constatação de um facto, uma leitura neutra da realidade, é efectivamente a naturalização de uma construção social baseada em estereótipos sobre o comportamento dos homossexuais, ideologicamente marcada por valores e princípios de estruturação da realidade específicos da instituição militar. Só que esta naturalização não é pontual ou conjuntural, antes faz parte de um processo continuamente repetido ao longo dos últimos dois séculos, com a particularidade de ter sido a ideologia da instituição a contribuir decisivamente para a implementação dos estereótipos na ordem social, por intermédio de uma certa militarização da masculinidade, que teve sempre como seu contratipo a homossexualidade, designação categorizadora de sujeitos efeminados, possuidores

de uma delicadeza de trato e de uma fraqueza nada masculinas¹⁹.

Atendendo a que o que está em causa na análise não é a representação discursiva que os militares operam dos homossexuais, mas a construção social da instituição que comanda essa representação, a listagem de exemplos que de seguida apresento pode parecer descontextualizada, porquanto traduz essencialmente, embora não em todos os exemplos, a visão que os militares tem dos homossexuais e não a que têm da sua instituição. Embora possível, tal raciocínio é incorrecto, pelas razões acima aduzidas, já que não é apenas o que dizemos sobre nós que ajuda à nossa representação, mas também o que dizemos sobre os outros, estando as duas representações intimamente ligadas, constituindo-nos como sujeitos institucional e socialmente activos em termos de identidade.

Neste caso concreto, a representação discursiva dos homossexuais operada pelos sujeitos militares decorre da própria construção da identidade institucional destes sujeitos e do modo como assertam a sua masculinidade, criada tendo como parte dos seus alicerces uma relação de oposição, de pré-juízos e de homofobia relativamente ao que é ser homossexual, a partir de construções da realidade estereotipadas e generalizantes.

“The presence of homosexuals in the force would be detrimental to good order and discipline, for a variety of reasons, principally

¹⁹ A este respeito, atente-se na seguinte formulação de George L. Mosse (1996: 55): «War, as we saw, strengthened the male stereotype, and the enemies of masculinity provided its foil: for the Germans fighting Napoleon, the French were decadent and effeminate, and although the French did not think the Germans were especially decadent, they were seen as lacking those virtues necessary for the attainment of true masculinity. The enemies hidden inside the nation were perhaps a greater, certainly a more permanent menace: a reminder of a failed manhood that threatened the established order. Who were these enemies within, and how did their character and appearance relate to the construction of modern masculinity? The countertype they represented is vital for an understanding of the ideal itself, and both were inseparably linked in an unholy alliance».

relating around the issue of privacy,”

27: A11 (PP-Schmitt)

“I’ll put it to you like this,” (...) “In combat arms, you’ve got people living in extremely close quarters. You’ve got community showers. How would you feel about being in a shower with a homosexual?”

28: A16 (NC-Applebome)

“Homosexuality is morally wrong and has no place in the United States Marine Corps,”(...). “I’ve got one of those posters,” (...). “Letting gays into a hard-charging military unit like the Corps isn’t the same as in the old days, when blacks and women were let in. What we’re talking about now is not equality but people who are different in a way that’s totally wrong. They even act different, and they’ll keep a unit from hanging together real tight, which is everything in the Corps.”

28: A16 (NC-Ayres Jr.)

“I’m against my President on this one, dead against him,” (...). “He’s dead wrong, and if he had spent any time around troops, he’d understand what he’s about to do to discipline and morale and the special mix that makes a great fighting force.”

28: A16 (NC-Ayres Jr.)

Activando mais uma vez a oposição entre *nós* e *eles*, a categorização e as escolhas de vocabulário efectuadas nestes exemplos indiciam como referente de nós uma instituição onde não só não existem homossexuais, como já vimos, mas também onde não existem os valores, os comportamentos, as práticas sociais e discursivas e a disfunção moral, psicológica e social que as construções pressupõem como típicas dos homossexuais. Neste sentido, estamos perante uma instituição enquadrada por um sistema organizativo perfeito, por oposição ao desregramento da sociedade civil. É uma instituição baseada em princípios de boa ordem, disciplina e num elevado estado de espírito (“**good order**” “**discipline**”, “**morale**”) e em que a vivência quotidiana dos seus membros é feita sobretudo da partilha da privacidade (“**close quarters**”, “**community showers**”, “**dormitory**”) e da uniformidade de pensamentos e de comportamento (cf. “**...people who are different in a way that’s totally wrong. They even act different, and they’ll keep a unit from hanging together real tight**”), acabando tudo isto por produzir a

excepcionalidade que lhe é tão necessária (“**the special mix that makes a great fighting force**”).

Embora tenham como objecto enunciados produzidos por sujeitos militares, estes aspectos relativos às questões de ordem, disciplina, moral e eficiência, agora referidos na análise, são próprios de ambos os modelos de construção social da instituição militar a que tenho feito referência, o civil e o militar. A desproporção entre os dois modelos decorre sobretudo de aspectos que se prendem com as relações entre a instituição e a sociedade civil, encaradas estas na sua acepção mais abrangente, que engloba as relações não só com o poder político, mas também com as mudanças em curso na sociedade. Por exemplo, apesar da legitimidade do Presidente, enquanto Comandante Chefe, para proceder a, ou propor, alterações à legislação que regulamenta a organização interna das Forças Armadas, a sua acção (ou tentativa de acção) adquire significados diversos consoante o modelo de construção social da instituição que é activado. No fundo, estamos perante relações de poder, com os conflitos e os interesses ideológicos a elas inerentes a sobreporem-se às relações institucionais existentes entre a Presidência e a instituição. Vejamos alguns exemplos:

“We feel we’re in a position to convince the President that this would be the wrong decision,” said one of the Chiefs (...).

23: 11/1 (PP-Schmitt)

“The meeting was entirely dominated by the gay issue,” another Chief said. “At the end, we spent a few minutes on Iraq, Somalia and Bosnia.”

23: II/1 (PP-Schmitt)

“Aspin listened to all our views and said they would all be taken

into consideration,” one Chief said. “At least he is someone we can work with on this thing.”

23: 11/1 (PP-Schmitt)

Todos provenientes do mesmo texto de primeira página (com o título “**Joint Chiefs Fighting Clinton Plan To Allow Homosexuals in the Military**”), e tendo como ponto de referência uma reunião, a primeira, entre o recém-nomeado Secretário da Defesa, Les Aspin, e os Chefes dos Estados-Maiores, que teve lugar dois dias antes, estes exemplos são extremamente interessantes do ponto de vista das implicaturas que desenvolvem.

Repare-se como, por implicatura, Clinton é representado, no primeiro exemplo, como estando do lado errado da razão, com os Chefes a colocarem-se numa posição de poder e controlo sobre a realidade e a convocarem para o discurso a sua posição de militares: a sua experiência, a sua posição, a sua força, o seu poder, mas também a sua irredutibilidade face a um problema que constroem como menor, sem importância, sobretudo quando comparado, como acontece no segundo exemplo, aos grandes problemas da conjuntura internacional (“**Iraq, Somalia and Bosnia**”). Implicando que, sem razão, a primeira reunião com o Secretário da Defesa foi inteiramente dominada pelo assunto dos *gays*, ao invés de ser dominada por importantes questões referentes à política internacional, o locutor deste segundo exemplo implica também, por um lado, que o assunto dos *gays* não é um assunto militar e, por outro, que só o é por imperativos de uma política desconhecadora da realidade militar. Repare-se, agora, como o terceiro exemplo contribui ainda mais para a clarificação do último aspecto referido, com o Secretário Les Aspin a ser colocado como o contratipo de Clinton (a personificação da política desconhecadora da realidade militar), como aquele com quem se pode discutir ideias, ou melhor, aquele que toma em consideração as

ideias e as posições dos Chefes.

Estes e outros exemplos ajudam a uma construção social da instituição como estando sujeita a uma pressão exterior que nada conhece da realidade militar, sendo apenas comandada por objectivos políticos. Nos exemplos que se seguem, a realidade é, todavia, outra. O primeiro dos exemplos provém do mesmo texto que os anteriores e diz respeito à mesma reunião do Secretário da Defesa com os Chefes militares; os dois restantes são de um outro texto (com o título “**Joint Chiefs Hear Clinton Again Vow To Ease Gay Policy**”)²⁰ e tem como ponto de referência a primeira reunião de Bill Clinton, já como Presidente, com os mesmo Chefes militares:

Pentagon officials said Mr. Aspin was eager to avoid a confrontation with his senior uniformed advisers. “It was a give-and-take session but Aspin had his receive button pushed for a long time,” one Pentagon aide said.

23: II/1 (PP-Schmitt)

“The President reiterated his commitment to ending discrimination against gays in the military solely on the basis of status, and to maintain morale and cohesion in the military,” said the White House director of communications, George Stephanopoulos. “And the chiefs, while they expressed their difficulties with the President’s commitment, they also noted their respect for his decision-making power as Commander in Chief.”

26: AI/1 (PP-Schmitt)

“They definitely behaved themselves,” one Administration official

²⁰ Embora não seja a análise dos títulos que agora está em causa, note-se como o título do texto anterior, “**Joint Chiefs Fighting Clinton Plan To Allow Homosexuals in the Military**”, e o deste texto, “**Joint Chiefs Hear Clinton Again Vow To Ease Gay Policy**”, constroem de modo radicalmente diferente a realidade, sobretudo se pensarmos que, no primeiro caso, a notícia diz respeito a uma reunião dos Chefes com o Secretário da Defesa e não com o Presidente. Acentuando a irredutibilidade de Clinton em mudar de posição, o título do segundo texto acentua também a desconfiança e a crítica dos Chefes, já que pretende sobretudo dar o ponto de vista destes, enquanto agentes da frase, fazendo cair sobre eles a responsabilidade da escolha do verbo *vow*, com o seu valor relacional particular, para caracterizar a acção do Presidente Clinton.

Enquanto em exemplos como os anteriores assistimos a uma representação dos Chefes como sujeitos de poder, em outros, como estes, temos precisamente o contrário, com os Chefes, e com eles a instituição, a serem construídos socialmente como uma força de pressão, cujos contornos de comportamento e de manipulação de influências nem sempre são transparentes nem formais na sua execução. O primeiro exemplo listado, à semelhança dos anteriores, também coloca o Secretário da Defesa como contratipo do Presidente Clinton. Só que neste caso, os pressupostos são os contrários: Aspin não soube fazer ouvir a sua voz, como faz Clinton, implicitando-se a sua submissão ao poder dos militares (**“had his receive button pushed for a long time”**)²¹.

Para lidar com as Forças Armadas é necessário fazer prevalecer os princípios de autoridade de que a instituição faz uso e recordar desse facto os seus membros integrantes. No segundo exemplo, George Stephanopoulos, porta-voz da Presidência, acentua a submissão dos militares ao poder político, valida a atitude de Bill Clinton e, por oposição à construção de Les Aspin, operada no exemplo anterior, constrói Clinton como um Presidente forte, fiel aos seus compromissos eleitorais, mesmo que para isso tenha que ir contra os militares. Repare-se na construção argumentativa do discurso: Clinton reiterou o seu compromisso (**“reiterated his commitment...”**); os Chefes expressaram dificuldades em lidar com esse compromisso (**“expressed their difficulties...”**); os Chefes fizeram notar

²¹ Atente-se na manifestação discursiva de processos de mercatização (*marketization*) neste exemplo, em que a formalidade de uma reunião entre altos representantes do Estado e da instituição militar é, na sua representação, completamente destruída, por contaminação de ordens de discurso que introduzem nessa representação novos processos de negociação de relações e de identidades. A reunião é construída socialmente seguindo a lógica do dar e receber, típica das organizações de mercado, em que o discurso funciona como mero veículo para *vender* bens, serviços, organizações, ideias ou pessoas. (Sobre processos de mercatização do discurso, vd. Fairclough, 1993).

o seu respeito pelo poder de Clinton (“**noted their respect for his decision-making power...**”). Os mecanismos de coesão entre as duas últimas orações (“**while... also**”), estabelecendo uma relação de extensão semântica por adição positiva (cf. Halliday, 1985: 207-210), funcionam a favor da última oração, instaurando-a como o pólo de referência a que o significado da outra se submete: as dificuldades, as objecções dos Chefes são secundárias relativamente ao respeito que os mesmos Chefes têm pelo poder de decisão do Comandante Supremo das Forças Armadas. Por sua vez, o valor relacional de *respect* – nominalização de verbo, apelando à objectificação do processo e possibilitando a manifestação de um outro processo (“**noted**”) –, associado a uma frase em que os Chefes surgem como agentes, acentua, por um lado, a submissão dos Chefes ao poder do Presidente, ao mesmo tempo que, por outro, dispensa Clinton do exercício explícito de qualquer manifestação de autoridade.

Ora, é exactamente este último aspecto que o terceiro exemplo ajuda a construir: não foi preciso fazer apelo a manifestações de autoridade, pois os Chefes “**souberam comportar-se**”). Mas ao mesmo tempo, o exemplo ajuda, por pressuposição, à construção dos Chefes, e com eles da instituição militar, como sujeitos dados à “**insubordinação**”²², quando certas mudanças lhes são impostas, as quais são pouco dados a aceitar de ânimo leve.

A instituição, por via dos seus Chefes mais altos, é então construída como conservadora, alheada das grandes transformações sociais, pouco dada ao diálogo, antes optando pela imposição dos seus pontos de vista, e manifestando pouca vontade em querer perceber práticas sociais e discursivas que se afastam da lógica ditada pelo seu modelo organizativo. Pela voz do Senador George Mitchell, líder

²² Recorde-se que a questão da insubordinação dos Chefes militares foi colocada inclusive em editorial, a que fiz referência na p. 259, com o jornal a veicular, portanto, a posição da Administração Clinton (cf. o editorial “**Who’s in Charge of the Military**”, de 26 de Janeiro).

da maioria democrática no Congresso, esta construção é mais uma vez activada, desta vez de um modo bastante subtil, por meio da utilização do pronome indefinido, “**everybody**”, aqui usado não para registar desconhecimento da identidade das pessoas referidas pelo pronome, mas para acentuar que há um grupo restrito de pessoas, os opositores do levantamento da proibição, i. e., os militares, que não querem compreender a validade da posição do Presidente.

Senator George J. Mitchell (...) said the negotiations (...) had established the core issue at stake for President Clinton: “the distinction between disciplinary action taken on the basis of conduct as opposed to disciplinary action taken on the basis of status.” He added: “That is, what a person does as opposed to what a person is. From the President’s standpoint, this directive establishes that principle, and it is very important that everybody understand that.”

30: I1/2 (PP-Ifill)

Resumindo, nas frases projectadas por citação são activados dois tipos de construção social da instituição, que designei por militar, um, e civil, o outro, sendo íntima a relação existente entre cada um deles e cada um dos dois tipos de posicionamento dos actores sociais face ao levantamento da proibição (a favor ou contra). No caso dos militares, a construção social da instituição que ajudam a edificar activa também uma outra, a ela intrínseca e que dela parece fazer parte integrante. Refiro-me à construção social dos homossexuais como o inimigo, o outro, perante o qual é afirmada, quer a masculinidade do sujeito, quer o carácter especificamente militar dessa masculinidade. Esse é o tema do próximo e último módulo de análise, tendo mais uma vez como elementos de suporte as frases projectadas por citação, só que desta feita apenas as referentes às vozes de sujeitos militares.

5.3.2. 0 Homossexual como Inimigo

No caso concreto da instituição militar, e em particular no *corpus* em análise, os estereótipos sobre os homossexuais e o seu comportamento encontram a maior parte das vezes formulações discursivas bastante directas e pouco eufemísticas, todas elas devedoras da tentativa de reprodução de uma masculinidade que se pretende hegemónica e cujo espaço de criação e de afirmação, a recruta, é o expoente máximo nos processos de socialização secundários ou adultos visíveis na instituição militar. A masculinidade hegemónica dos militares é um produto teórico e uma forma de consciência resultante do exercício do poder sobre a interpretação do que deve ser a masculinidade, por subordinação ou repressão de outras formas de expressão potenciais. Como afirmam Edley & Wetherell (1995: 128-129), com a particularidade de o exemplo que dão se encaixar perfeitamente neste estudo, no centro do desenvolvimento da masculinidade hegemónica está um conjunto de conflitos sobre poder e controlo:

There are struggles between groups of men over the proper expression of masculinity, whether, for instance, gay men should be legally permitted to be part of the military and could count as 'proper soldiers'. Male capitalists compete with each other for the control of women's labour, but at the centre of all these developments is a series of battles for power and control.

O resultado desta luta é a emergência, via relações de poder caracterizadas por constantes contradições, tumultos e mudanças, de géneros sexuais (*genders*) que dificilmente são demarcados dos sexos biológicos dos sujeitos e cujo principal objectivo, em última análise, não é tanto a supressão de outras formas de masculinidade, quanto o controlo social das mulheres, por instauração de uma hegemonia masculina. No caso da instituição militar, importa perguntarmo-nos como é que este grupo particular de homens se coloca numa posição de poder, no que à expressão da masculinidade diz respeito, e como é que legitima e reproduz as

relações institucionais (e sociais) que geram a sua dominação.

Como já fiz depreender das análises e discussões anteriores, a colocação dos militares numa posição de poder é garantida, por um lado, pela afirmação repetida dos pressupostos veiculados pelo, já referido, dilema de segurança²³ associado à instituição; por outro, pela construção social da instituição como perfeita e detentora de um modelo organizativo que, enquanto configuração e expressão de valores sociais gerais, garante a manutenção da ordem e da estabilidade, não só na instituição, mas também na sociedade, sendo, portanto, determinante para o exercício democrático do poder; por outro lado, ainda, pela correlação destes dois factores.

Quanto ao segundo aspecto da pergunta, relativo aos mecanismos de que os militares se servem para legitimar e reproduzir as relações institucionais (e sociais) que geram a sua dominação, alguma coisa foi já adiantada, a propósito do que chamei militarização da masculinidade e da construção social dos homossexuais dela decorrente. Todavia, muito ficou por dizer, pelo que se torna necessário clarificar e desenvolver alguns aspectos, apanhando as pontas do novelo.

A frase-chave mais usada pelos militares ao longo do período que durou a controvérsia anunciava que a presença de homossexuais nas Forças Armadas é prejudicial para a boa ordem, a disciplina e a moral (o estado de espírito) das tropas, características fundamentais e caras à instituição militar. Todavia, apenas por meio de uma análise das produções discursivas dos militares é possível descobrir nelas as razões que conduzem a tal asserção, já que as mesmas nunca foram explicitamente declaradas, apenas implícitas em produções como as que por ora apresento, em que, directamente nas proposições, ou indirectamente nas

²³ Veja-se o que, a este respeito, enunciei em 2.2. (pp. 89-91), tendo como suporte a reflexão de Edmonds, 1988.

pressuposições nelas contidas, o que se nota é uma categorização ideológica dos homossexuais como, respectivamente, agentes de um processo de desvirtuação que, progressivamente, difamará a instituição, promíscuos, deformadores das virtudes militares e indignos de respeito por parte dos seus subordinados heterossexuais.

“It is better to wear proudly the uniform of another service than to see the Globe and Anchor progressively defamed,”

27: A1/2 (PP-Schmitt)

“Homosexuals are notoriously promiscuous,”

27: A1/2 (PP-Schmitt)

“I’ll tell you right off that it stinks,” (...). “There’s a general consensus that this goes against the moral grain of what the Navy is about. When you’re proud of something, you don’t want to see it defaced by something like this.”

31: I20 (NC-Rohter)

“If I have a commanding officer who I know is gay, I’m not going to have a drop of respect for him,” (...) “Oh sure, I’ll have to do what he tells me, but I won’t have any respect for him.”

31: I20 (NC-Rohter)

Embora não tenha dados que me permitam comprovar a análise, pois a frase projectada por citação resume-se à que citei, note-se que o uso do advérbio “**progressively**”, no primeiro exemplo, denota um movimento de um estado menos acentuado para um estado mais acentuado, com, eventualmente, um momento de auge, sendo talvez possível ler na frase a caracterização da totalidade do processo de abertura da instituição às transformações sociais operadas na sociedade civil²⁴. Desta forma, e atendendo ao conservadorismo inerente à instituição, o enunciado

²⁴ Todo o discurso é histórico e relacionável com outros discursos na história, sendo portanto legítima a leitura que proponho. Cf. Wodak (1996: 19): «Discourse is historical: Discourse is not produced and cannot be understood without taking the context into consideration. (...); utterances are only meaningful if we consider their use in a specific situation, if we recognize their embedding in a certain culture and ideology, and most importantly, if we know what the discourse relates to in the past”.

não diz apenas respeito ao levantamento da Directiva 1332.14 (algo que, de facto, não tinha acontecido no momento de enunciação, nem veio a acontecer posteriormente), mas às outras duas grandes alterações recentemente impostas à instituição – a integração racial e a incorporação das mulheres –, constituindo-se o levantamento da Directiva, a acontecer, como o máximo da desvirtuação²⁵.

Mas se a instituição aceitou as anteriores imposições de mudança, a aceitação da terceira não é pacífica, sobretudo porque o que está em causa é algo que para ser visível tem que ser verbalizado, já que não é detectável pela cor da pele ou pelo aspecto físico. Daí que os adjetivos “**avowed**” e “**open**” adquiram tanta importância na construção discursiva do problema, permitindo-nos concluir que o mesmo não é tanto sobre a presença de homossexuais nas fileiras, quanto sobre a presença de homossexuais assumidos, configurando-se, assim, o verbo como mais perigoso do que a acção. Ou seja, é o acto de se dizer que se é homossexual, enquanto abertura ao conhecimento, que produz no outro a homofobia e a activação discursiva de representação de padrões de experiência e não a acção sexual propriamente dita, já que esta está, por regra, sujeita a um código de conduta que supostamente será válido para todo o pessoal militar independentemente da sua orientação sexual. Só que se esta separação entre dizer e fazer é válida para os heterossexuais, ela não o é para os homossexuais: ser

²⁵ Como já tive oportunidade de afirmar, a política que subjaz à implementação da Directiva 1332.14 é frequentemente relacionada, por alguns dos actores sociais envolvidos na polémica, com os tempos de discriminação racial militar anteriores a Harry Truman e com o período anterior à autorização de incorporação das mulheres. Alguns dos actores militares estabelecem eles próprios essa relação, seja para refutarem a existência de qualquer semelhança entre os três acontecimentos e assim garantir a validade da actual proibição, seja para aceitar o seu levantamento, como acontece nos seguintes exemplos, o primeiro dos quais já citado: “**Homosexuality is morally wrong and has no place in the United States marine Corps,**” (...) “**Letting gays into a hard-charging military unit like the Corps isn’t the same as old days, when blacks and women were let in. What we’re talking about now is not equality but people who are different in a way that’s totally wrong. They even act different, and they’ll keep a unit from hanging together real tight, which is everything in the Corps.**” – 28 Jan. (Ayres Jr.); “**I think people often use race and a lot of other things like this as a cop-out**” (...). “**I don’t see a problem at all.**” – 28 Jan. (Applebome).

(dizer-se) heterossexual nas Forças Armadas não equivale a ter (fazer) relações sexuais na instituição; ser (dizer-se) homossexual equivale necessariamente à expressão dessa sexualidade em actos (fazer) no interior dos quartéis²⁶.

A importância dada ao verbo em toda a polémica, em detrimento da potencial acção, encontra um paralelo curioso na funcionalidade das orações e frases, enquanto representações de processos. Dito de outro modo, e atendo-me especificamente ao domínio linguístico da representação de padrões de experiência segundo Halliday (1985: 101-131), a construção dos homossexuais faz-se sobretudo por uso de orações e frases que mostram essencialmente processos relacionais, os chamados processos de ser (*processes of being*), relegando-se os processos materiais e mentais para uma existência sem expressividade. Mas mais importante ainda é o facto de os processos relacionais representados nas orações e frases serem fundamentalmente de tipo intensivo, e não de tipo circunstancial ou possessivo, e dentro destes terem especial preponderância os de modo atributivo, em detrimento dos de modo identificativo. As consequências destas representações são óbvias, se atendermos a que neste tipo de processo temos apenas um participante que, por lhe ser predicado um atributo, qualificativo, neste caso, se vê representado como Portador (*Carrier*) e não como Actor, por exemplo²⁷. E porque os atributos são fundamentalmente categorizados como negativos, o(s) participante(s) dos processos, enquanto portador(es) dos atributos, são-no também.

Mas este tipo de processo não é específico das produções de alguns dos militares a quem é dada voz nesta polémica; ele foi também sempre usado na

²⁶ A comprovar que é o acto de verbalizar a orientação sexual que é problemático, e não a orientação sexual em si, está o facto de a política adoptada em consequência desta polémica ter sido imediatamente apelidada de “Don’t tell, don’t ask”. Se o sujeito enunciar a sua condição de homossexual ou se alguém de direito o questionar sobre a mesma, corre o risco de sobre si recair a assunção de que fará dos quartéis o local de prática de actos sexuais.

²⁷ É esse o caso no segundo e no quarto dos últimos exemplos citados (“**Homosexuals are notoriously promiscuous,**”; “**...a commanding officer who... is gay**”), mas, como afirmei, esta é uma característica geral presente ao longo do *corpus*.

instituição para servir a diminuição e a caracterização negativas dos homossexuais²⁸, o que, porventura, explica a ausência de uma explicação clara e directa, no discurso dos militares, para a assunção de que a presença de homossexuais nas fileiras é prejudicial para a boa ordem, a disciplina e a moral das tropas. Por exemplo, o advérbio presente no enunciado “**Homosexuals are notoriously promiscuous**”, registando uma desresponsabilização do sujeito face ao que enuncia, como acontece aliás com a representação metafórica da modalidade (Halliday, 1985: 334) em “**There’s a general consensus**”, no terceiro caso listado, denuncia também um pudor em categorizar os homossexuais, partindo de um ponto de vista estritamente militar.

Posições como esta são sobretudo visíveis em enunciados produzidos por oficiais Superiores, como é o caso nos últimos exemplos citados, os que mais directamente são responsáveis pela manutenção do modelo organizativo e da ideologia da instituição, nomeadamente no que à militarização da masculinidade diz respeito²⁹. Só que entre os oficiais superiores e os restantes militares existe um diferencial de exposição a, e de apreensão dos ideais de masculinidade veiculados nas casernas. Como já afirmei, a masculinidade hegemónica dos militares é um produto teórico e uma forma de consciência que resulta sobretudo do exercício do

²⁸ A caracterização negativa da homossexualidade e dos homossexuais marca presença constante no discurso militar, sobretudo ao nível da recruta, como já afirmei, e serve propósitos de hegemonização no significado militar da masculinidade. Esse processo de caracterização negativa está muito bem retratado, por exemplo, no filme *Full Metal Jacket*, de Stanley Kubrick, de que cito o seguinte exemplo, de um diálogo entre o Sargento Instrutor e um recruta:

«– Do you suck dicks?

– Sir, no Sir.

– Bullshit, I bet you can suck a golf ball through a garden hole.

– Sir, no Sir.

– I don’t like the name Lawrence. Only faggots and sailors are called Lawrence. From now on you go for Pile.»

²⁹ A produção discursiva do General Colin Powell, Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, a quem se deve a asserção de que a presença de homossexuais nas Forças Armadas é prejudicial para a boa ordem, a disciplina e a moral das tropas, posteriormente repetida à exaustão, é um bom exemplo do que designo por pudor de enunciação, pois nunca na sua produção discursiva são apontadas as razões que o levam a assertar tal facto. Isto apesar de ser tido, pelos jornalistas do *The New York Times*, como o principal e o mais forte opositor da abolição da Directiva 1332.14.

poder sobre a interpretação do que deve ser a masculinidade. Sendo tal interpretação efectuada por subordinação ou repressão de outras formas de expressão da masculinidade, é natural que desse exercício de poder resulte uma forte homofobia por parte dos sujeitos em situação de desemposse, i. e., sobre quem é exercido o poder, como podemos ver nos exemplos seguintes, todos eles enunciados por praças:

“We’re all crammed together in the showers, and I don’t want to worry that some gay guy is staring at me,”

28: A16 (NC-Johnson)

“Now how am I going to feel if I walk in to a dormitory and see pictures on the wall from Playgirl magazine?”

28: A16 (NC-Johnson)

“I couldn’t sleep at night,” (...) “I’d be worried that some homosexual is going to sneak over and make a pass at me.”

28: A16 (NC-Johnson)

“In civilian life you can choose or not choose to be around gays, but you couldn’t do that if gays were allowed in the military,” (...). “In the military, somebody else controls who you associate with.”

28: A16 (NC-Ayres Jr.)

Expressando de uma forma clara as relações de poder existentes na instituição, com princípios de manipulação e controlo facultados pelo seu próprio modelo organizativo, o último exemplo dá também conta da homofobia existente nos quartéis. O pressuposto subjacente ao raciocínio é o seguinte: a proibição pode ser levantada por Directiva Presidencial, mas aí estamos apenas no domínio legal, porque depois a prática será radicalmente diferente, já que há mecanismos de controlo particulares que determinam as relações e as associações possíveis entre sujeitos militares. O outro lado deste quadro mostra-nos os princípios de discriminação existentes na instituição, que, em termos gerais, não se restringem à

orientação sexual, mas abarcam também a cor da pele e o género sexual³⁰.

Exemplos como estes mostram claramente o medo dos homossexuais e da mudança na ordem instituída, ao mesmo tempo que comprovam que a perfeição do sistema está constantemente em risco, pois este pode ser facilmente adulterado e minado na sua efectivação. Por exemplo, a possibilidade de assédio sexual de um soldado heterossexual por um soldado homossexual, presente em muitos dos exemplos, não reflecte os potenciais riscos a que o sistema pode vir a estar sujeito no futuro, se nele forem introduzidas alterações, reflecte, sim, as características actuais do sistema, tal como ele se apresenta. Ou seja, o medo não é relativo a algo potencialmente novo, mas a novas configurações de algo que já existe, fazendo-se a projecção especulativa para o futuro a partir da realidade do presente – o assédio sexual, tradicionalmente exercido sobre as mulheres-soldados³¹.

É esse o caso da aventada situação que tem como ponto de referência a *Playgirl*. A sua enunciação é informada pela prática social, naturalizada, de ter, nas

³⁰ A propósito da discriminação racial e sexual, veja-se o que a este respeito enunciei na p. 311 (nota 25). Especificamente sobre a discriminação sexual, há a acrescentar que esta está intimamente ligada à questão da orientação sexual e à implementação da Directiva 1332.14, a qual serve sobretudo, segundo alguns autores, para exonerar mulheres. Randy Shilts (1993: 4-5), por exemplo, refere que, nos casos de homossexualidade feminina, a Directiva levanta efectivamente problemas mais complexos que envolvem características de discriminação sexual: «There are many men who never wanted women in their Army or their Navy in the first place, and the military regulations regarding homosexuality have been the way to keep them out for the past decade. Until proven otherwise, women in the military are often suspected of being lesbian. Why else, the logic goes, would they want to join a man's world? Many of these women take jobs that have traditionally been held by men. If they are successful, they are suspect for not being womanly enough; if they fail, they are harassed for not being man enough to do the job.»

³¹ A prática de assédio sexual nas Forças Armadas norte-americanas está longe de ser inexistente, como revelado pelo escândalo de Tailhook, em que estiveram envolvidos cento e dezassete oficiais da marinha, acusados de assediar sexualmente noventa vítimas (sete das quais homens), durante a Convenção de Pilotos Tailhook, em Las Vegas, em 1991. Como afirma Lois Shawver (1995: 5), a marinha minimizou o acontecimento e as investigações acabaram por ser conduzidas pelo Congresso: «The Navy initially downplayed the incident, and the investigation was taken over by the Congress. There was such substantial evidence that the Navy had blocked a thorough investigation into the facts, that it eventually resulted in the resignation of the Secretary of the Navy, Lawrence Garrett. And if the Secretary of the Navy would block investigation of a morally outrageous incident (which even included homosexual transgressions) it seems unlikely that the enthusiasm the Navy evidenced during this period for discharging homosexuals was a simple result of a moral outrage». Por outro lado, e como refere Shilts (1993: 4), na continuação do raciocínio que citei na nota anterior, a forte vitimização das mulheres-soldados homossexuais nas Forças Armadas deve-se fundamentalmente a discriminação e a assédio sexual, à semelhança do que acontece com outras mulheres que, na sociedade civil, ocupam cargos tradicionalmente reservados aos homens.

paredes das casernas e nas portas dos cacifos, fotografias da *Playboy* e de outras revistas erótico-pornográficas, em que a mulher surge representada apenas como objecto sexual. Porque essa prática é um resultado da instauração e manutenção de uma hegemonia masculina e do consequente controlo das mulheres, a possibilidade de uma mulher-soldado entrar numa camarata e ver fotografias da *Playboy* é encarada como natural. É que essa é a situação presente e não é a objectificação sexual das mulheres que levanta problemas.

O que é problemático para o locutor e para a maioria dos seus camaradas é a objectificação sexual do homem, sobretudo a que é operada por outros homens. Repare-se, a este respeito, na pressuposição pragmática veiculada na proposição: a *Playgirl* é uma revista de homossexuais; mesmo que a marca de género no título identifique para quem potencialmente se destina a revista. Tudo parece voltar ao ponto essencial, o do controlo das mulheres, pacientes possíveis de processos de objectificação sexual, mas nunca agentes desses mesmo processos, categoria deixada exclusivamente para os homens.

O risco não decorre, portanto, da homossexualidade dos homossexuais, mas da sua masculinidade e do controlo que a mesma pode facultar, nomeadamente no que diz respeito a comportamentos de assédio sexual. Aos olhos dos soldados heterossexuais, o levantamento da Directiva 1332.14 transforma o soldado homossexual em mais um agente de tal prática, com a agravante, essa sim problemática, de os actuais agentes se estarem a ver, no futuro, na posição de pacientes. É que não é por acaso que os exemplos enunciados são estes e não outros.

Efectivamente, a caracterização dos homossexuais como escopófilos, sexualmente incontrolláveis, violentos na expressão da sua sexualidade, sedutores e corruptores dos heterossexuais, caracterização presente não só nos exemplos

citados (“**being in a shower with a homosexual**”, “**staring at me**”, “**to sneak over and make a pass at me**”), mas também ao longo do *corpus*, aproxima-se da visão tradicional da sexualidade heterossexual – homem activo, insaciável/mulher passiva, destituída de vontade sexual –, ao mesmo tempo que se afasta dos estereótipos mais vulgares na sociedade em geral, que normalmente representam os homossexuais como efeminados e passivos na expressão da sua sexualidade, sem moral e facilmente seduzíveis por heterossexuais, os verdadeiros homens. Por exemplo, na economia sexual masculina em geral, o anus tornou-se sinónimo de homossexualidade, isto é, da homossexualidade na sua forma passiva, a qual se apresenta ainda hoje como o significado por excelência de homossexualidade.

Ora, se esta é a representação dos homossexuais operada pela sociedade civil, a que se deve a diferente representação operada pela instituição militar? A resposta está na própria instituição e nos mecanismos usados pelos seus membros para expressar a sua masculinidade. A este respeito, veja-se o que nos diz Mark Simpson, no seu livro *Male Impersonators: Men Performing Masculinity* (1994: 81):

The performance of masculinity in all its various rites, from football to war, has more to do with the anxiety a man has about the ‘hole’ hidden between his legs than his phallus, the possession of which he is forever advertising.

O que Simpson aqui enuncia traduz muito da prática da construção da masculinidade no seio da instituição militar, frequentemente dissociada, por oposição e nomeação explícita, da homossexualidade. É que, efectivamente, o homossexual é também para os militares o sujeito sexualmente passivo que faz do seu anus o defeito e a imperfeição da sua masculinidade. Ser masculino passa, portanto, pela recusa e anulação desse defeito: por um lado, pela constante ridicularização do homossexual como um homem imperfeito (durante o período da

recruta, por exemplo, mas não só) que está nos antípodas do verdadeiro soldado, e, por outro, pela defesa da masculinidade enquanto, simultaneamente, manutenção de pureza física e expressão de posse e de controlo (cf., por exemplo, “**...some gay guy is staring at me**” e “**I’d be worried that some homosexual...**”).

A transformação do homossexual em inimigo está apenas a um passo daqui, já que levantando claramente a legitimidade da sua exclusão das Forças Armadas, os homossexuais contestam sobretudo a masculinidade hegemónica dos militares e a repressão, por estes registada, de outras formas de masculinidade. Ou seja, a existência de homossexuais na instituição, por um lado, destrói os pressupostos tão caros à militarização da masculinidade, como a possibilidade de ridicularização dos homossexuais, enquanto contratipos por excelência do soldado que, entre outros aspectos, possui sempre o controlo da situação, e, por outro, faz perigar a própria ideia de masculinidade, retirando-lhe precisamente a componente hegemónica de controlo de outras formas de masculinidade.

Perante perspectivas de mudança tão radicais, quer a partir de uma percepção geral das mesmas, quer a partir de uma percepção mais particular e individual, o soldado homossexual, surge como o inimigo, o invasor, porque responsável primeiro da possibilidade de implementação de tais mudanças, mas também porque faz lembrar ao seu colega heterossexual, como se depreende dos últimos exemplos citados, a sua própria penetrabilidade. Vejamos, mais uma vez, o que a este respeito nos diz Simpson (1994: 82-83):

In fact the homosexual represents not just something despictable and ridiculous; he is not just the man who allows himself to be fucked. He also has a secondary status in which he represents a terrible threat to the heterosexual male because he, for his ‘castration’, still has a penis and the heterosexual male still has an anus, tingling with forbidden anality. So the fear of the heterosexual man’s own anality and his own homosexuality is projected into the homosexual who becomes the anal rapist, the invader.

É evidente que o que está em causa em toda a polémica do levantamento ou não da proibição é, a um nível geral, uma luta pelo poder e controlo da instituição e das suas opções de organização, como pudemos ver pela análise do diferencial existente entre os dois modelos de construção social dos militares. Mas, como esta reflexão sobre as citações de Simpson nos ajuda a concluir, a partir de alguns dos dados de análise, é também uma luta pelo poder e controlo da sexualidade, nomeadamente no acto sexual, cuja perda é equivalente à perda da masculinidade, equacionada esta como sinónimo de actividade e de penetração.

Daí que a metáfora dos chuveiros, usada pelos soldados heterossexuais, adquira neste contexto um valor especial, pois serve a representação do heterossexual como indefeso, sobre o qual paira a possibilidade de violação. Só que, neste caso, a lógica de quem pode ser potencialmente violado está enferma dos valores de quem é normalmente o violador, o que constrói a violação não tanto como um acto sexual, quanto como um acto de dominação.

A batalha militar dos, e nos, chuveiros é, assim, apenas uma variante das batalhas sociais que, quotidianamente, se travam, via relações de poder, sobre o controlo da masculinidade.

APÊNDICE 5-A

Datas, referências, autores, títulos e secções dos textos do *The New York Times*

DATA	REF	AUTOR	TÍTULO	SECÇÃO
10 Jan Domin.	I, 17: 1	Redacção	Death of Gay Sailor is Investigated as Bias Crime	NC
13 Jan 4ª-feira	A, 1: 2	Eric Schmitt	Clinton Aides Study Indirect End to Military Ban on Homosexuals	PP
14 Jan 5ª-feira	A, 25: 2	James T. Bush	Cancel Reagan's Ban	OP
14 Jan 5ª-feira	A, 25: 4	John O. Marsh Jr.	Let Congress Decide	OP
20 Jan 4ª-feira	A, 22: 1	Redacção	No Wavering on Gay Soldiers	ED
21 Jan 5ª-feira	A, 1: 1	Eric Schmitt	Clinton Set to End Ban on Gay Troops: Military to Have Say on How Change Is to Carried Out	PP
23 Jan Sábado	I, 1: 4	Eric Schmitt	Joint Chiefs Fighting Clinton Plan to Allow Homosexuals in Military	PP
25 Jan 2ª-feira	A, 1: 5	Eric Schmitt	Pentagon Chief Warns Clinton on Gay Policy	PP
26 Jan 3ª-feira	A, 1: 6	Eric Schmitt	Joint Chiefs Hear Clinton Again Vow to Ease Gay Policy: Commanders still Upset: President Firm on Lifting Ban Despite Worries of Decline in Discipline and Morale	PP
26 Jan 3ª-feira	A, 22: 1	Redacção	Who's in Charge of the Military?	ED
26 Jan 3ª-feira	A, 23: 1	A. M. Rosenthal	General Powell and The Gays	OP
27 Jan 4ª-feira	A, 1: 4	Eric Schmitt	Military Cites Wide Range of Reasons for Its Gay Ban: Joint Chiefs Stress Morale, Privacy and Discipline	PP
27 Jan 4ª-feira	A, 1: 6	Adam Clymer	Lawmakers Revolt on Lifting Gay Ban in Military Service: Peril to Clinton Agenda: Fierce Opposition in Congress Is Threatening to Sidetrack Democratic Legislation	PP
28 Jan 5ª-feira	A, 1: 6	Gwen Ifill	White House Backs 2-Step Plan to End Military's Gay Ban: Final Order to Be Put Off: Aides Say Clinton Is Trying to Reassure Democrats Who Failed to Support Him	PP
28 Jan 5ª-feira	A, 1: 6	Redacção	Ranks Are Divided Over Homosexuals In Military Service	PP
28 Jan 5ª-feira	A, 16: 1	Peter Applebome	Army: Ranks Are Split, As in Society	NC
28 Jan 5ª-feira	A, 16: 1	Dirk Johnson	Air Force: Are Homosexuals the New Enemy?	NC
28 Jan 5ª-feira	A, 16: 2	B. D. Ayres Jr.	Marine Corps: Even the Thought Is Off-Limits	NC
28 Jan 5ª-feira	A, 16: 6	Richard L. Berke	White House Memo: Timing Awry, Clinton Trips Into a Brawl	NC
28 Jan 5ª-feira	A, 17:	Redacção	On Homosexuals in the Military	NC
28 Jan 5ª-feira	B, 4: 4	Jerry Gray	D'Amato Backs Overturning Gay Ban in Military	MT
29 Jan 6ª-feira	A, 12: 1	Redacção	The Rule Behind the Ban	NC
29 Jan 6ª-feira	A, 12: 3	Thomas L. Friedman	Compromise Near on Military's Ban on Homosexuals	NC
29 Jan 6ª-feira	A, 12: 2	Elizabeth Kolbert	The People Are Heard, at Least Those Who Call Talk Radio	NC

APÊNDICE 5-A

Datas, referências, autores, títulos e seções dos textos do *The New York Times*
(continuação)

29 Jan 6ª-feira	A, 13: 1	Robert Reinhold	Homosexual Ban Loses in U.S. Court: Judge Tells Navy to Reinstate Sailor as Policy Is Ruled to Be Unconstitutional	NC
29 Jan 6ª-feira	A, 26: 1	Redação	Ego and Error on the Gay Issue	ED
29 Jan 6ª-feira	A, 27: 1	Anthony Lewis	The Issue Is Bigotry	OP
30 Jan Sábado	I, 1: 5	Gwen Ifill	Clinton Accepts Delay in Lifting Military Gay Ban: Bow to Opponents: President Tells Pentagon to Draft Order for Him to Sign in 6 Months	PP
30 Jan Sábado	I, 1: 5	Redação	What Will Change for Now. What will Remain Unchanged	PP
30 Jan Sábado	I, 1: 5	Michael Wines	This Time, Nunn Tests A Democrat	PP
30 Jan Sábado	I, 8: 1	Fed. News Service	Excerpts From the News Conference by Clinton and Nunn	NC
30 Jan Sábado	I, 9: 2	Jane Gross	Uneasy Silence at Base Where Gay Sailor Serves	NC
30 Jan Sábado	I, 9: 5	Redação	The Questions in Question	NC
30 Jan Sábado	I, 9: 5	Eric Schmitt	How Rules Will Be Altered On Homosexuals in Military	NC
30 Jan Sábado	I, 10: 3	Ari L. Goldman	Religion Notes: Gay ministers in military. Inquiry over church's anti-Clinton ads. A Western Wall fax.	NC
30 Jan Sábado	I, 20: 1	Redação	Hold Off the Republican Dobermans	ED
30 Jan Sábado	I, 21: 1	Russel Baker	It's Bidness General	OP
30 Jan Sábado	I, 21: 6	Dan Coats	Clinton's Big Mistake	OP
31 Jan Domin.	I, 1: 3	Eric Schmitt	Pentagon Aides to Study Option of Segregation for Gay Soldiers	PP
31 Jan Domin.	I, 20: 1	Clifford Krauss	Compromise Dampens Republican Hopes on Ban	NC
31 Jan Domin.	I, 20: 1	Larry Rohter	Off Base, Many Sailors Voice Anger Toward Homosexuals	NC
31 Jan Domin.	I, 21: 1	Ronald Sullivan	The Military Balked at Truman's Order, Too	NC
31 Jan Domin.	I, 22: 1	James Sterngold	Death of a Gay Sailor: A Leathal Beating Overseas Brings Questions and Fear	NC
31 Jan Domin.	I, 22: 4	Redação	Little Trouble in Canada When Its Gay Ban Ended	NC
31 Jan Domin.	I, 25: 1	Gwen Ifill	Clinton Planning a Shift of Focus: White House to Campaign on Domestic Issues to Move Spotlight Off Problems	NC
31 Jan Domin.	IV, 1: 2	Thomas L. Friedman	Outside Agitator: Ready or Not, Clinton Is Rattling the Country	SM
31 Jan Domin.	IV, 1: 4	Jeffrey Schmalz	National Soul-Search: Homosexuals Wake to See a Referendum: It's on Them	SM
31 Jan Domin.	IV, 16: 6	AA.VV.	Gays in the Military Would Hurt Combat Efficiency	CT
31 Jan Domin.	IV, 17: 1	Anna Quindlen	Hold the Phone	OP

6. Plano de conjunto

6.1. Aspectos estruturais e discursivos

6.2. Aspectos institucionais e sociais

6.1. ASPECTOS ESTRUTURAIS E DISCURSIVOS

«Research paradigms inherently reflect our beliefs about the world we live in and want to live in (...). Currently we are in a period of dramatic shift in our understanding of scientific enquiry. (...). No longer does following the correct method guarantee true results (...).»

Patti Lather (1986: 259)

Finalizadas as análises, que constituem, juntamente com os dois capítulos teóricos iniciais, o núcleo fundamental deste trabalho, cabe agora proceder a um afastamento gradual do(s) objecto(s) e avançar para uma panorâmica geral, i. e., para um plano de conjunto. Não espere, todavia, o/a leitor(a) encontrar, neste último capítulo, apenas a sistematização das conclusões que a seu tempo e sem pretensões foram sendo avançadas, à medida que as considerações teóricas e as análises se desenrolaram, ou, em contrário, algo de completamente novo em relação ao que para trás ficou enunciado. Seguindo a lógica delineada pela própria estrutura do trabalho, este capítulo surge como a continuação natural das análises apresentadas, movida, é certo, por uma vontade de conclusão, mas motivada, sobretudo, pela necessidade de clarificação e de desenvolvimento das preocupações subjacentes às análises, na sua relação com a explicitação dos objectivos e objectos enunciados na Introdução. A linha dominante será, pois, de reflexão sobre o caminho percorrido e sobre as perspectivas de conhecimento que ao longo desse caminho se manifestaram, procurando simultaneamente apanhar algumas das pontas que no enovelamento das análises ficaram para trás.

Assim, à luz das análises efectuadas, procurarei não só recapitular, em traços gerais, o que tentei fazer, sistematizando aspectos do percurso até aqui realizado, como também avançar com algumas das relações, até agora intuídas, mas não explicitadas, existentes quer entre os resultados das três análises, quer entre estes e

os pressupostos teórico-metodológicos que os informaram, quer, ainda, entre os mesmos resultados e os processos de mudança em curso na instituição militar.

O primeiro e mais óbvio aspecto que as três análises realçam, quando pensadas como unidades, relativamente independentes, de um mesmo trabalho e como produtos da aplicação de uma mesma metodologia, vem confirmar a asserção de Fowler & Kress (1979: 197), citada no Capítulo 2 (cf. pp. 119-120), de que não existe um procedimento rotineiro que permita uma apreciação crítica mecanizada dos processos de construção de um texto. Efectivamente, motivada pela especificidade da amostra que tinha como objecto, cada análise reivindicou procedimentos metodológicos singulares, em que quer os instrumentos quer as ênfases por estes determinadas foram, de alguma forma, requeridas pelos textos e não por mim a eles impostas.

Neste sentido, diria, em termos genéricos, e sem querer ser redutor e simplista, que o que esteve em causa, a propósito do *Regulamento de Disciplina Militar*, foi a análise de uma prática discursiva particular. Daí que, inicialmente, me tenha preocupado em caracterizar aspectos da especificidade da linguagem legal, quando pensada em função da instituição militar, acentuando o carácter, simultâneo, de lei de controlo e de lei de acção que está associado ao *Regulamento*, assim como a sua existência sob a forma de texto escrito e as funções que, por esse motivo, serve. Chamando a atenção para o facto de os regulamentos e códigos de conduta procurarem ser não só uma formalização do indivíduo no seio das relações de poder da instituição militar, mas também uma formalização da disciplina no seio dos sistemas constitutivos da mesma instituição, tentei demonstrar, posteriormente, que o *Regulamento* serve sobretudo o emposse dos oficiais, não só como seus destinatários e intérpretes, mas sobretudo como zeladores do seu cumprimento por parte dos subordinados, garantindo assim aos oficiais o poder de

exercício do poder disciplinar. Porque a prática do exercício do poder disciplinar e a manutenção e reprodução da máquina de vigilância e de burocracia é garantida pela efectivação dos deveres militares, terminei o capítulo com uma análise desses deveres e do modo como estes se configuram, enquanto constrangedores dos sujeitos, na prática institucional da sua condição de militares.

Se, no caso do *Regulamento de Disciplina Militar*, o que esteve em causa foi a análise de uma prática discursiva particular, já no caso da revista *Soldier*, a preocupação foi sobretudo a de localizar os textos relativamente à ordem do discurso que os motivou e à rede social das ordens do discurso que com ela entram em conflito ou em diálogo. Nesse sentido, foram equacionados e analisados aspectos que reflectem momentos de transformação e mudança no seio da instituição militar, por acção de contingências mais gerais e remotas, que se prendem com a instauração de uma nova ordem mundial e com as ordens do discurso a ela associadas. Ao mesmo tempo, foram analisadas linhas de continuidade e/ou de conflito na ordem do discurso da instituição, que nos permitem caracterizá-la em função dos aspectos de tradição e de inovação que tais linhas consigo carregam. Atendendo, todavia, a que a instituição militar se caracteriza pela sua resistência à mudança, foram também analisados aspectos dessa resistência, nomeadamente no que diz respeito à manutenção de uma certa militarização do discurso, à afirmação dos princípios de hierarquia e à atribuição de papéis de sujeito com base na patente ou posto.

Por último, tivemos a análise da amostra referente ao *The New York Times*. Se nos dois casos anteriores, as análises tinham tido como objectos amostras relativas a práticas discursivas ligadas à instituição militar, neste caso tratava-se de algo bastante diferente, pois dizia respeito a uma prática discursiva, dos *media*, que nada deve à instituição militar. Todavia, como o tema dos textos que constituíam

esse *corpus* tinham a instituição militar como uma das suas principais motivações de escrita, a análise focou aspectos de representação, procurando mostrar como, em termos de processamento textual, se manifesta a expressão ideológica dos sujeitos. Começando por levantar aspectos que visavam clarificar o posicionamento dos jornalistas relativamente à polémica em causa nos textos, assim dando conta da sua parcialidade e das motivações que comandaram as opções de representação, passei depois para a análise dos actores sociais, centrando-me particularmente no modo como os actores militares, e com eles a instituição, surgiam representados. Na prossecução desse mesmo objectivo, procedi, já no final, ao estudo das representações das construções sociais da instituição, tendo como objecto as produções dos vários actores sociais em frases projectadas por citação. Por fim, terminei com a análise da representação dos homossexuais nas produções dos sujeitos militares em frases projectadas por citação, por considerar que esta se constituía como factor adicional para a compreensão não só das preocupações que geraram a polémica, mas também da militarização da masculinidade e da construção social do militar como o expoente da masculinidade.

Reflectindo e dando azo ao aparecimento de diferentes preocupações a elas associadas, as análises acentuam, assim, um dos pressupostos teóricos da ACD, que tem como dado adquirido que os textos são o produto do contexto em que são produzidos e interpretados, tanto do contexto *local* de situação, como do contexto *geral* da cultura, requerendo, portanto, uma metodologia e um aparato de análise que os avalie em função da interdependência manifestada entre as diferentes dimensões.

A diversidade das dimensões contextuais que informam e enformam cada uma das amostras dificilmente tornou possível, aquando das análises, o

estabelecimento de pontes de sentido entre elas. Daí que as mesmas tenham funcionado como unidades relativamente isoladas, cujo sentido foi acima de tudo garantido pela própria análise e pelos pressupostos teóricos que esta, no momento, obrigou a introduzir. Por outro lado, o facto de, numa das análises, trabalhar apenas com um texto cuja extensão ultrapassa, em muito, a média de extensão dos textos normalmente analisados pela ACD, e, de, nas duas restantes análises, trabalhar com amostras extensas, ao contrário do que também é prática na ACD *tradicional*, mais dada ao trabalho com amostras de dimensão reduzida, mesmo quando tem como objecto apenas uma amostra, contribuiu ainda mais para o relativo isolamento de cada uma das análises face às outras.

Aliás, relativamente a este aspecto da dimensão das amostras, a seu tempo abordado no subcapítulo 2.4., intitulado “Como Estudar os Dados Criticamente?”, quer-me parecer que os objectivos foram plenamente alcançados. As análises levadas a cabo neste trabalho ajudam, efectivamente, a comprovar a tese reivindicada, quer pelos trabalhos de Hardt-Mautner a esse propósito por mim largamente citados (1995^b, 1995^a), quer pelos trabalhos de Stubbs & Gerbig (1992) e de Stubbs (1994) – sobretudo a mais recente e mais exaustiva contribuição de Stubbs (1996) –, de que é possível proceder à análise crítica de amostras extensas, com a ajuda de um computador. Mas, mesmo aqui, mais uma vez, os resultados não foram uniformes, tendo algumas amostras, mais do que outras, se prestado melhor ao uso do computador e a uma análise que pretendeu ser sistemática.

Tal aconteceu, por um lado, por causa das já referidas diferenças entre as amostras – uma constituída por um só texto longo, as outras por textos mais pequenos, mas em muito maior número –, e, por outro, pela especificidade das mesmas, quando pensadas tanto em função de uma perspectiva crítica de análise, como em função da relação que entre si estabelecem. Esta problemática torna-se

evidente se pensarmos, por exemplo, nas três questões de investigação que motivam o trabalho de Stubbs & Gerbig (1992: 1-2):

1. What patterns of meaning exist across long texts, and what methods are available for describing and interpreting them?
2. How can an individual text be located in diatypic space relative to other texts, text types and text corpora?
3. How can the intuitive insights of “critical linguistics” be developed and strengthened by computer assisted text analysis?

Quer os trabalhos citados, quer as análises aqui desenvolvidas demonstram, como já afirmei, a validade da asserção pressuposta na terceira questão colocada por Stubbs & Gerbig: a ACD pode ser desenvolvida e enriquecida com uma análise textual que tenha o computador como coadjuvante. No entanto, contrariamente a Stubbs & Gerbig, tenho para mim que, para esse desenvolvimento e enriquecimento, as respostas às primeira e segunda perguntas não são necessariamente pertinentes. Isto, porque, por um lado, não se referem a amostras extensas, i. e., com múltiplos textos, mas a amostras constituídas por apenas um texto longo, à semelhança do que aconteceu com o *Regulamento de Disciplina Militar*, no Capítulo 3 deste trabalho, e, por outro, porque uma análise descritiva sistemática das regularidades de um texto pode ser contraproducente para uma avaliação crítica da sua especificidade, se pensarmos que esta pode radicar não nas suas regularidades, mas nas suas irregularidades.

Por outro lado, ainda, as regularidades observadas podem ajudar à caracterização e localização do texto relativamente a outros textos – aspecto defendido na segunda pergunta –, assim se construindo a noção de representatividade, mas esta, porque por tal forma proclamada, pode fazer esquecer aspectos em que o texto não é de todo representativo do que o analista acha que é,

mas de algo diferente. Até porque, para o analista crítico do discurso, a questão da representatividade comporta perigos a que não pode nem deve submeter-se, sob o risco de comprometer o seu trabalho com generalizações abusivas. Ou seja, a representatividade pode reportar-se a aspectos da ideologia, mas não aos mecanismos usados para a sua expressão, já que estes apenas são representativos do texto em análise e qualquer tentativa de generalização implica a necessidade de analisar outros textos.

Aliás, muitas vezes o que chama a atenção do analista crítico para determinado(s) texto(s) pode ser precisamente a sua não representatividade. Quer isto dizer que talvez mais importante do que observar, descrever e interpretar as regularidades, proclamando-as típicas, e a partir daí construir a noção de representatividade, seja analisar o texto e ver de que modo e em que aspectos é que ele é e/ou não representativo de outros textos, de determinadas práticas discursivas e de determinadas ordens do discurso.

A amostra da revista *Soldier*, com que trabalhei, é neste aspecto particularmente elucidativa de todas estas questões. Em primeiro lugar, porque não é constituída por um texto longo, mas por vários textos; em segundo lugar, porque, nela, as regularidades de um texto são quase sempre as irregularidades de outro; em terceiro lugar, porque nela se notam relações de conflito e de oposição entre os textos, no que a enquadramentos em diferentes ordens de discurso diz respeito; e, por último, porque a noção de representatividade que a partir dela se pode construir diz respeito não aos textos individuais por que é constituída, mas à totalidade da amostra, na sua relação com as diferentes ordens de discurso que enformam presentemente a instituição militar.

Numa outra perspectiva, o mesmo é válido, se assim o quisermos, para o *Regulamento de Disciplina Militar*. Se as motivações que comandaram a análise do

Regulamento tivessem sido sobretudo impulsionadas pelas duas primeiras perguntas de Stubbs & Gerbig, os resultados dificilmente seriam validados no quadro de uma análise crítica do discurso. Embora algumas das questões relativas à influência de duas ordens de discurso, a militar e a legal, pudessem ser respondidas, os aspectos críticos da inter-relação entre as duas ordens do discurso e a especificidade dos mecanismos de emposse e desemposse dos sujeitos militares registados no *Regulamento* seriam eventualmente descurados.

Quer isto dizer, recapitulando o que acima afirmei, que a ajuda que o computador pode dar à análise textual, entendida esta no quadro da análise crítica do discurso, depende mais das características dos *corpora* e do modo como estes se prestam à utilização do computador, do que propriamente da existência prévia de uma grelha de análise computadorizada que lhes é aplicada. Ou seja, se não existe um procedimento rotineiro de análise na ACD, porquanto são os textos que requerem os seus próprios instrumentos de análise, dificilmente a utilização de um computador, aplicada a amostras extensas, poderá contrariar esse facto. Daí que os resultados do escrutínio a que as amostras foram submetidas pelo computador se apresentem diferentes, apesar do programa de *software* utilizado, por outras palavras, o procedimento rotineiro, ter sido o mesmo para as três amostras. Quer-me parecer que a ajuda facultada pelo computador é muito mais visível nas análises das amostras do *The New York Times* e da revista *Soldier*, do que na análise do *Regulamento de Disciplina Militar* (muito embora não tenha sido propósito das análises deixar ver essa ajuda, a qual teve lugar num estágio prévio à apresentação dos resultados). Mas isso deve-se sobretudo às características das amostras.

Um outro aspecto que as análises realçam prende-se com os aspectos particulares das ligações de sentido(s) entre os três *corpora*. Se olharmos para cada

um deles e para a progressão registada no modo como as análises foram sendo apresentadas ao longo do trabalho, verificamos que houve uma movimentação, na horizontal, que parte de fora da instituição, atravessa-a, para chegar novamente ao exterior. Ou seja, ecoando uma formulação do início do Capítulo 5, diria que, da análise de uma realidade emanada do exterior, o *Regulamento de Disciplina Militar*, que condiciona grandemente a prática das relações entre os sujeitos no interior da instituição, passei, posteriormente, para a análise de uma realidade interna, a revista *Soldier*, indagando do modo como a vida e a prática institucionais se reflectem nos textos da revista; por último, na apreciação do terceiro *corpus*, referente aos textos do *The New York Times*, passei para a análise de uma realidade externa, equacionada esta em função das especificidades internas da instituição e dos modos como estas se reflectem nas construções sociais da instituição efectuadas no seio da sociedade civil.

Equacionado o percurso de análise deste modo, torna-se possível ver nos *corpora* algumas linhas de sentido, para além do aspecto referido (cf. p. 105) de todos eles estarem relacionados, directa ou indirectamente, com a instituição militar. Aliás, tendo em consideração tal percurso, é possível inclusive afirmar que alguns aspectos de uma análise foram clarificados e ajudados por aspectos de outra das análises e vice-versa. Assim, o facto de, na análise do *Regulamento de Disciplina Militar*, terem sido equacionados aspectos referentes à “Disciplina militar e hierarquia de relações” ajuda a perceber melhor aspectos da análise que da revista *Soldier* foi efectuada, relativamente aos “Papéis institucionais e sujeitificação”. O processo de emposse dos oficiais registado no *Regulamento* é um dos momentos primeiros e essenciais de um processo mais vasto, de hierarquização das relações entre sujeitos militares, que associa papéis institucionais aos sujeitos, em função do seu posto ou graduação, como se viu com a análise dos textos

“‘Extraordinary’ courage earns QCB” e “Top brass first off mark with drug test”, da revista *Soldier*.

Dito de uma outra forma, estes textos apresentam vestígios do processo de produção textual que encontram nos recursos de grupo, informados em parte pelos regulamentos e códigos de conduta, a razão da sua existência. Porque a prática sócio-institucional motivadora da existência dos recursos de grupo se baseia na estrutura institucional e esta é fortemente condicionada por princípios de hierarquização e de sujeitificação, é natural que estes princípios constituam um factor de constrangimento, quer na formação dos recursos de grupo, quer na actuação destes durante os processos de produção textual, deixando assim marcas nos textos.

Não se pense, todavia, que tal aspecto está ausente da amostra que constitui o objecto da terceira análise. Como tive oportunidade de referir, os textos do *The New York Times*, com algumas (poucas) excepções que na altura indiquei, procedem a representações dos actores militares que são conformes ao princípio de hierarquização dos papéis institucionais. Ou seja, não é por acaso que a quem é dada voz na polémica, dentro da instituição, é aos oficiais de patente superior, nomeadamente aos oficiais generais. O princípio de hierarquização no interior da instituição determina que, nas relações com a sociedade civil, só têm voz sujeitos em situação de emposse. E quando aos outros é dada a palavra, as suas produções são inconsequentes, no sentido em são apenas o registo de opiniões pessoais. A esses sujeitos em situação de desemposse não resta senão obedecer, como também vimos na análise. A voz da instituição é a voz dos oficiais, e, dentro desta categoria, preferencialmente a voz dos oficiais generais. Na prática, são eles que constituem verdadeiramente a instituição militar, já que são eles que têm o poder de decisão para proceder a mudanças no seu modelo organizativo, fazendo aplicar

aos restantes sujeitos militares o princípio da obediência.

A afirmação deste princípio, presente ao longo dos três *corpora* e denotando, por isso, mais uma linha de sentido entre eles, constitui, aliás, a única face visível da disciplina militar. Como afirma Hockey (1986: 23): «The term ‘discipline’ is used constantly in the Army by all superiors. The assumptions behind the term are, however, rarely made explicit.» (itálicos meus). Repare-se que não é por acaso que na polémica em causa nos textos do *The New York Times* não surgem nunca explicitados, pela voz de sujeitos militares, conceitos tão importantes como *disciplina*, *boa ordem* e *moral das tropas*. A única coisa que parece ser comum a todos eles, a julgar por qualquer dos *corpora* e das análises respectivas, é o princípio da obediência. Como vimos com a análise do *Regulamento de Disciplina Militar*, a disciplina militar, que o *Regulamento* tem dificuldade em definir, está intimamente ligada à estrutura hierárquica da instituição e às relações entre os sujeitos. Mas o que define a estrutura hierárquica é o princípio de obediência, constituindo-se este, portanto, como a base da disciplina militar, esta como a base da boa ordem, e a boa ordem, podemos dizê-lo, como a base da moral das tropas, ou vice-versa.

O que com este pequeno exercício retórico pretendo assinalar não é a dependência de um conceito relativamente a outro, de que, aliás, duvido, mas a quase sinonímia de todos eles, razão pela qual são de tão difícil conceptualização por parte dos sujeitos militares e dos regulamentos e códigos de conduta. Por exemplo, a noção de *boa disciplina*, que *The Queen’s Regulations for the Army 1975* a certa altura introduz, confunde-se facilmente com as noções de *boa ordem* e de *moral*. Aliás, considerando os conceitos usados nas *Regulations*, e objecto de representação em diagrama na figura 3.1., da página 167, diria, acrescentando-lhes o conceito de obediência, que a conjugação desta com a liderança constitui a base

da disciplina militar; a associação da camaradagem e do respeito próprio a estes princípios, por sua vez, é o garante da boa ordem e da moral das tropas. Só que não são estas as associações que são feitas nos regulamentos e códigos de conduta. Atendendo à presença constante de aspectos relativos à obediência no *Regulamento de Disciplina Militar* (assim como nas *Regulations* britânicas) e nas páginas do *The New York Times*, é de estranhar que o conceito não seja nunca definido nos regulamentos e códigos de conduta, nem seja nunca enunciado como parte integrante do sistema dos conceitos constitutivos da instituição militar. Sobretudo se pensarmos, como vimos na análise do *Regulamento*, que a disciplina militar é o resultado da obediência dos militares de patente inferior relativamente aos seus superiores hierárquicos.

Um outro aspecto que convém referir, realçado pelas análises, diz respeito às ordens do discurso. Nenhuma das práticas discursivas é informada apenas pelo que podemos definir e isolar como a *ordem do discurso militar*, sendo todas elas produtos de convergência de ordens do discurso diferentes. Essa é, aliás, uma característica determinada pela especificidade dos *corpora* que escolhi como objectos de análise. Se a escolha tivesse recaído, por exemplo, na correspondência militar, nas trocas conversacionais entre instrutores e instruendos durante a recruta ou na produção discursiva de reuniões de Estado-Maior, a presença de apenas uma ordem do discurso a estruturar as práticas discursivas seria, hipoteticamente, mais visível. Todavia, a julgar pelos resultados das análises da revista *Soldier* e do *The New York Times*, a ordem do discurso da instituição sofre actualmente fenómenos de colonização de outras ordens do discurso, que, provavelmente, seriam visíveis também em tais práticas discursivas.

É que a colonização é uma tendência contemporânea que afecta as relações entre ordens do discurso e a sua manifestação nas duas amostras referidas deve-se

mais a essa característica do que a factores que se prendem com a especificidade das amostras e ao facto de serem produtos de convergência de mais do que uma ordem do discurso. Se, nesse aspecto concreto, as amostras comprovam alguma coisa, é precisamente a sua permeabilidade e submissão às tendências modernas de colonização entre ordens do discurso, o que nos permite concluir ser esta uma característica da ordem do discurso militar, como de tantas outras, apesar da forte incidência de processos de rotinização e de homogeneidade de comportamentos na instituição, por mim referida e insistentemente proclamada em alguns estudos de sociologia militar.

Processos como os de mercatização e de tecnologização do discurso são fenómenos que, afectando grande parte das ordens do discurso contemporâneas, estão também presentes na ordem do discurso militar, como vimos, e reflectem mudanças e transformações sociais mais vastas a que a instituição militar também parece estar sujeita. Mas, para além da acção desse processos, a ordem discursiva da instituição militar está também sujeita a transformações causadas por mudanças na ordem institucional, quer por acção de transformações sociais e globais mais vastas, a que a instituição também é permeável, quer por acção de processos pontuais de abertura e de adaptação às transformações entretanto operadas na sociedade civil.

Como vimos na análise dos textos da revista *Soldier*, os reflexos da instauração de uma nova ordem mundial nas relações internacionais e da adopção de atitudes de *policimento*, com vista à instauração e manutenção da paz em zonas de conflito, são já visíveis na ordem discursiva da instituição militar. A presença de tais reflexos é homóloga de processos de transformação em curso na ordem institucional e organizativa das Forças Armadas, os quais têm como consequência a diversificação e a especialização das funções e tarefas militares.

Por sua vez, toda a polémica em causa nos textos do *The New York Times* espelha a necessidade de adaptação, por um lado, e a relutância à mudança, por outro, da instituição militar relativamente à sociedade civil que a enquadra e legitima, com consequências a nível discursivo. Ainda que seja apenas a homossexualidade a estar em foco nos textos, a sua relação com a instituição militar surge, social e discursivamente, associada à integração racial e à incorporação das mulheres, e, como tal, é enquadrável num processo gradual de transformação da instituição que faz apelo a princípios de igualdade e de não discriminação, com reflexos naquilo que chamei de pudor de enunciação.

Pudor de enunciação ou, num outro sentido, uso politicamente correcto da linguagem, referido a propósito da tecnologização do discurso visível na amostra da revista *Soldier*, são fenómenos discursivos que afectam, actualmente, as ordens do discurso e, nesse sentido, porque estão também presentes em algumas práticas discursivas da instituição militar, indiciam a acção de processos pontuais de abertura e de adaptação da instituição às transformações entretanto operadas, ou em curso, na sociedade civil e em outras organizações.

E se os reflexos de colonização da ordem do discurso militar por outras ordens discursivas não são visíveis no *Regulamento de Disciplina Militar*, tal deve-se a três características entre si relacionadas, que lhe garantem a sua singularidade face aos outros *corpora*. Em primeiro lugar, o seu carácter de texto legal e, consequentemente, o seu alheamento relativamente às transformações e mudanças acontecidas após a sua publicação. Em segundo lugar, o seu carácter de texto cuja funcionalidade só é garantida por intermédio dos processos de interpretação e de recontextualização a que é sujeito pelos seus destinatários. E, em terceiro lugar, o facto de a acção de (e a colonização por) outras práticas e ordens discursivas apenas ocorrer com a interpretação e a recontextualização a que é

submetido. Só que, nesses casos, estamos já perante outros textos, resultado da distribuição do *Regulamento* por outras tantas práticas discursivas. Por outro lado, e como afirma Bernstein (1990: 184), «any recontextualized discourse becomes a signifier for *something other than itself*». Com a sua recontextualização, o *Regulamento* serve sobretudo como instrumento de significação para outros discursos disciplinares e normalizadores.

Relativamente ao primeiro aspecto, também aqui o *Regulamento* se distingue dos outros *corpora*, por força da sua ancoragem num tempo histórico preciso – o ano de 1977 –, anterior a muitas das transformações que informam os processos de colonização por outras práticas e ordens discursivas presentes nas restantes amostras. A necessidade de reformulação do *Regulamento*, sentida por muitos sujeitos militares, enfatiza o seu carácter datado e, em alguns aspectos, obsoleto, é certo; mas o contrário também é verdadeiro: desde a publicação do *Regulamento*, a instituição militar portuguesa sofreu transformações e mudanças que o mesmo não reflecte¹.

Nesse sentido, e passando para os segundo e terceiro aspectos referidos, a actualização do *Regulamento*, operada quotidianamente por acção da recontextualização a que os oficiais o submetem durante o processo de interpretação e da sua implementação na prática institucional dos quartéis, deve mais a outras práticas discursivas e à ordem do discurso da instituição do que ao *Regulamento* propriamente dito, como aliás acontece com todas as leis em geral, nos diversos domínios em que são aplicadas.

Todas as leis, e o *Regulamento de Disciplina Militar* não é excepção, funcionam como estádios num *continuum* de discursos disciplinares e

¹ Repare-se que esta questão não se coloca com tanta pertinência no caso de *The Queen's Regulations for the Army 1977*, porquanto estas são, regularmente, objecto de adições e de emendas, acompanhando assim com maior rigor a mudança institucional e social.

normalizadores. Na sociedade, e no caso das leis em geral, esse *continuum* vai desde os mais variados discursos educacionais, por exemplo, até aos discursos da psiquiatria, da religião, da terapia, etc., passando por aspectos sociais, políticos e morais da nossa existência colectiva (Goodrich, 1986: 16). No caso da instituição militar, e tendo o *Regulamento de Disciplina Militar* como referente, o processo é em tudo semelhante, com a particularidade adicional de, na prática da recontextualização a que é submetido por parte dos oficiais, o *Regulamento* legitimar outros discursos disciplinares e normalizadores, baseados em princípios explícitos de hierarquia.

Como afirma Goodrich (*idem*), por detrás dos discursos da normalidade e da lei estão os vários ramos da coerção do estado e da violência; da mesma forma, por detrás dos regulamentos e códigos de conduta estão os vários ramos da coerção da instituição e da violência legitimadas hierarquicamente, as quais encontram a sua expressão, por exemplo, em práticas de vigilância como os testes relativos ao uso de drogas, em causa num dos textos de *Soldier*, ou as investigações sobre a orientação sexual dos tropas, referidas nos textos do *The New York Times*. A aplicação inflexível dos regulamentos e códigos de conduta por parte dos oficiais pode tornar intolerável a vivência institucional dos seus subordinados. E, se, como afirma Hockey (1986: 17), o motim representa o último e radical recurso de tropas insatisfeitas com as condições em que vivem, trabalham e são comandadas, não é menos verdade que este tem graves consequências disciplinares, pelo que a baixa produtividade e a execução das tarefas a níveis de eficiência inferiores aos desejados pelos superiores configura-se muitas vezes como um padrão de comportamento alternativo contra atitudes de tirania, de prepotência e de coerção.

Mas, como se depreende de alguns aspectos focados a propósito da análise do *The New York Times*, este tipo de reacção por parte das tropas subalternas pode

não ser uma resposta a atitudes de tirania ou de prepotência dos oficiais comandantes, mas à coerção exercida pelas autoridades centrais. Reacções como a registada no enunciado **“If I have a commanding officer who I know is gay, I’m not going to have a drop of respect for him,”** (...) **“Oh sure , I’ll have to do what he tells me, but I won’t have any respect for him.”**, por exemplo, denotam uma posição de resistência, com reflexos posteriores na produtividade, relativamente ao que é considerado pelo sujeito como uma imposição coerciva por parte das autoridades centrais.

Todas estes aspectos implicam, seguindo a lógica de Hockey (1986: 142), que a apreciação sobre se um determinado comportamento serve ou não os objectivos organizativos da instituição, à luz dos critérios estabelecidos nos regulamentos e códigos de conduta, é tanto uma responsabilidade que recai sobre os oficiais como uma questão de interpretação, com a particularidade desta última ter consequências importantes para a instituição:

By calling it a matter of interpretation I do not mean to imply that it is a whimsical affair, although on occasion is [sic] may well be, but that it is very much a process in and through which the reality of the organisation is created and sustained.

A acrescentar a tudo isto está o facto de, como tivemos oportunidade de verificar com a análise do *Regulamento de Disciplina Militar*, a interpretação ser uma responsabilidade que também recai sobre os oficiais, os verdadeiros destinatários dos regulamentos. E como para além de serem os seus destinatários, os oficiais são também quem o *Regulamento* empossa para administrar aos subordinados o conhecimento da legislação em vigor², acabam por ser eles,

² Repare-se que, no caso do *Regulamento de Disciplina Militar*, este princípio de atribuir aos oficiais a responsabilidade de administração do conhecimento surge não uma, mas duas vezes, acentuando-se, assim, a sua importância. Tal acontece no parágrafo 4 do Artº 2º, a seu tempo citado no Capítulo 4 (**“Aos superiores cumpre instruir e exercitar os inferiores que sirvam sob as suas ordens no conhecimento**

portanto, os agentes principais *do processo no qual e por meio do qual a realidade da organização é não só criada e mantida, mas também alterada*³. Dito de outro modo, o processo de interpretação e de recontextualização dos regulamentos e códigos de conduta, por parte dos militares oficiais, resulta sobretudo na mobilização do significado para recriar e manter as relações de dominação pelas quais a instituição é sustentada, i. e., resulta na expressão dos propósitos ideológicos da instituição, mas não deixa, também, de reflectir os processos de mudança que os afectam.

da legislação em vigor”) e no 27º dos cinquenta e cinco Deveres Militares especiais (“...conhecer as leis e regulamentos militares e ministrar esse conhecimento aos seus subordinados”).

³ Por exemplo, quer-me parecer que, informando grande parte da homofobia da instituição, a aplicação dos regulamentos e códigos de conduta (e da Directiva 1332.14, no caso da instituição militar norte-americana), por parte dos oficiais e das autoridades centrais, legitima a existência de investigações sobre a orientação sexual das tropas e a sua subsequente exoneração, mas não deixa, também, em parte, devido à vertente subjectiva da sua aplicação, de explicar a presença de homossexuais nas fileiras.

6.2. ASPECTOS INSTITUCIONAIS E SOCIAIS

«A recruitment system attuned to market conditions accompanies the professional army, which in turn leads to a military social composition mirroring the basic stratification system of the larger society (...). Over the years, incremental developments amount to deep changes. A shift in the rationale of the armed forces toward the warless model implies profound organisational consequences for armed forces.»

Charles Morkos (1992 [1994: 137-138])

Entre a coesão, a moral e a eficiência de combate das tropas existe uma relação estreita que encontra nos laços de amizade, de afeição, de humor, de machismo, e de sentido de honra alguns dos factores determinantes que motivam o sentido estóico de cumprimento de um dever naturalmente colocado bem acima da própria vida. Neste sentido, é possível dizer-se que os princípios de coesão militar fazem esquecer as diferenças existentes entre os vários elementos que constituem as Forças Armadas, nomeadamente as referentes a antecedentes sócio-económicos, a níveis de educação, e, potencialmente, a origens étnicas e raciais. Fazem também esquecer, a julgar pelo exemplo das três instituições referidas neste trabalho, as diferenças entre os sexos; mas não as diferenças na orientação sexual. Tudo em nome da união, da unidade, do grupo, em detrimento do individualismo e da visão subjectiva da realidade. Esta é a posição oficial, teórica, sobre a coesão e a eficiência de combate das tropas, tanto a da instituição, como a de alguns académicos (cf., por exemplo, Stewart, 1991 [1994: 144-149]).

Todavia, enfatizando aspectos como os referidos, posições como esta descuram certas realidades, como, por exemplo, o facto de as mulheres nas Forças Armadas serem uma minoria – nos anos 80, na Grã-Bretanha, eram cinco por

cento, e, nos Estados Unidos da América e no Canadá, oito por cento⁴ – ou ainda o facto de as minorias étnicas e raciais estarem desproporcionalmente representadas na sua relação com a sua presença na sociedade – na Grã-Bretanha, por exemplo, as minorias étnicas representavam, em 1987-88, um por cento do total das Forças Armadas, contra quatro por cento na população em geral.

Por outro lado, como afirma Shaw (1991: 142), ainda que esteja em curso, nas diferentes instituições militares, uma reconsideração sobre o papel das mulheres nas Forças Armadas, com vista à sua maior integração, isso não quer dizer que se esteja a assistir a uma abertura radical nas suas políticas sexuais. Shaw refere que, no caso da instituição militar britânica, não houve mesmo qualquer avaliação da questão da homossexualidade, que continua a ser reprimida, apesar da cada vez maior aceitação manifestada pela sociedade civil. Mas o mesmo pode ser dito da instituição militar portuguesa. E embora Shaw cite, como exemplo positivo, o facto de o Departamento da Defesa norte-americano ter encomendado um relatório sobre a questão – *Non-Conforming Sexual Orientation and Military Suitability* –, o que, em sua opinião, mostra a importância que a questão dos direitos dos homossexuais tem vindo a adquirir na sua relação com as Forças Armadas, o certo é que o exemplo nada tem de positivo, se atendermos aos conteúdos da polémica de 1992-1993, representada da forma que se viu ao longo das páginas do *The New York Times*.

Aliás, o facto de, como afirma Shaw, o Departamento da Defesa norte-americano ter sido incapaz de aceitar as conclusões do relatório, que

⁴ Valores apresentados por Shaw (1991: 141). A incorporação de mulheres nas Forças Armadas portuguesas é, como afirmei no Capítulo 1, uma prática relativamente recente, apenas iniciada a partir do final dos anos 80, pelo que os valores não têm grande expressão. Todavia, comparando o dados britânicos com os dados de uma outra organização portuguesa, a Polícia de Segurança Pública, onde, como afirma Maria Carrilho (1994^a: 228-229), «a prática de recrutamento feminino conta já com mais de 20 anos de existência», verificamos que a realidade portuguesa não é diferente da realidade dos dois países citados, já que as mulheres constituíam, em 1992, «6 % do total de efectivos da polícia».

afirmavam a inexistência de provas de que os homossexuais são uma ameaça, maior do que os heterossexuais, à integridade das Forças Armadas⁵, e se ter recusado a publicá-lo, mostrou, na prática, mau grado o entusiasmo de Shaw, a política do Departamento da Defesa e das Forças Armadas norte-americanas de não aceitação dos homossexuais, que a análise da amostra do *The New York Times*, ao longo do Capítulo 5, veio confirmar.

A questão da maior abertura nas políticas sexuais das Forças Armadas não se restringe, todavia, aos aspectos relativos à não discriminação das mulheres e dos homossexuais. Até porque não basta dizer que a instituição não discrimina as mulheres e os homossexuais, é necessário perceber e equacionar que outras mudanças se deverão operar, como consequência dessa não discriminação, nomeadamente as que dizem respeito à construção institucional e social da masculinidade e às relações entre os sexos, por exemplo. A análise dos textos do *The New York Times* mostrou que por detrás do discurso homofóbico da instituição está uma concepção de masculinidade que se pretende hegemónica e que tem na homossexualidade o contratipo perfeito para a sua afirmação. E embora não tenha sido minha preocupação dar conta do discurso misógino que também atravessa os dados do *The New York Times*, não posso deixar agora de registar a sua importância para a caracterização, formação e manutenção da masculinidade hegemónica dos militares, já que ambos os tipos de discurso se encontram intimamente ligados na prática institucional e discursiva da instituição. Isso mesmo

⁵ A ameaça personificada nos homossexuais dizia respeito, fundamentalmente, a questões de segurança. De acordo com a instituição, os soldados homossexuais, devido à sua orientação sexual, poderiam ser objecto de chantagem, pondo, assim, em causa a segurança da instituição e do estado. O argumento perdeu o seu sentido, em parte devido às mudanças registadas nas relações internacionais após o período da Guerra Fria e a queda do muro de Berlim, com as implicações político-ideológicas daí decorrentes, mas também devido ao contra-argumento, avançado pelos defensores dos direitos dos homossexuais, de que não se pode chantagear um soldado homossexual, tendo por base a sua orientação sexual, se essa orientação for do conhecimento dos seus pares. Neste sentido, os soldados homossexuais estariam tão sujeitos a chantagem quanto os seus colegas heterossexuais.

é registado por Sara Ruddik (1993: 110), quando, tendo por base a sua experiência de análise da instituição militar norte-americana, afirma:

(...) a “male”-defining, women-excluding misogyny and homophobia (...) threads through military speech and practice. The “monstrous male, loud of voice, hard of fist” who goes off to war singing of the “Persian Pukes” he is ready to “nape,” the faggot assholes he is ready to sodomize, the dead and diseased whore he is ready to rape, expresses even as he caricatures this common military attitude. This conception of masculinity is expressed in a lower register in boot camp training rituals, soldier’s chants and songs, graffiti on bombs and guns, tough talk by generals, metaphors of strategists, and the gestures, bonding, and “boyish” boasts of soldiers returning from battles and bombing raids.

Como esta afirmação e a análise dos textos do *The New York Times* demonstram, existe uma forte componente homofóbica e misógina nas práticas discursivas das Forças Armadas, sendo de esperar que uma maior abertura nas suas políticas sexuais implique também uma renovação nos modos de representar discursivamente a realidade, sobretudo no que a questões de género e de orientação sexual esta diz respeito. Por outras palavras, o processo de não discriminação não será total, se, como alicerce de muitas das práticas e dos discursos da instituição, se mantiver o actual discurso estruturador da cultura e da condição militar⁶. É que, para além de enformar os modos de experiência e de apreensão das identidades dos sujeitos, em termos de masculino e de feminino, em termos de positivo e negativo,

⁶ Cf. Carol Cohn (1993: 228-229): «I am talking not only about words or language but about a system of meanings, of ways of thinking, images and words that first shape how we experience, understand, and represent ourselves as men and women, but that also do more than that; they shape many other aspects of our lives and culture. In this symbolic system, human characteristics are dichotomized, divided into pairs of polar opposites that are supposedly mutually exclusive: mind is opposed to body; culture to nature; thought to feeling; logic to intuition; objectivity to subjectivity; aggression to passivity; confrontation to accommodation; abstraction to particularity; public to private; political to personal, ad nauseum. In each case, the first term of the “opposites” is associated with male, the second with female. And in each case, our society values the first over the second». Cohn discute estes aspectos de formação de discursos, tendo como objecto a guerra, a instituição militar e a defesa nacional e apresentando múltiplos exemplos de depreciação do *outro*, a partir de categorizações que os representam ou como mulheres ou como homossexuais.

respectivamente, esse discurso centralizador entrelaça-se com outros discursos, enformando-os também.

Por exemplo, como tive oportunidade de afirmar no Capítulo 2 (cf. pp. 94-98), as Forças Armadas mantêm ainda hoje o pressuposto ideológico de que transformam rapazes em homens, apesar das mudanças no significado social associado a tal transformação. Ainda que nela sejam agora contabilizados novos factores, como a aprendizagem de uma profissão, a especialização profissional ou a aquisição de uma maior consciência social, o certo é que o pressuposto continua a ser o mesmo, o da transformação de rapazes em homens, assim se validando uma construção social que coloca os homens e a sua masculinidade como o único e verdadeiro motor de desenvolvimento da sociedade e das suas instituições. Nesta perspectiva, tornar-se homem é não só adquirir a condição essencial para a permanência na instituição militar, mas também atingir um estágio de afirmação psico-social que legitima a expressão do poder e do controlo tradicionalmente associado aos homens. Neste processo, o reforço da auto-imagem do sujeito como homem, ser masculino, passa pela negação de ameaças possíveis a essa imagem, como mostrar emoções ou assumir comportamentos que a instituição considera próprios de mulheres ou de homossexuais, i. e., como componentes estruturais negativas da identidade dos sujeitos e, portanto, a evitar.

As Forças Armadas são, por definição, profundamente discriminatórias, já que não entra para a instituição quem quer, mas quem a instituição deixa entrar, sendo necessário possuir determinados atributos físicos que dizem respeito ao peso e à altura, por exemplo, mas também certas características psicológicas, sociais e, até, morais⁷. A recruta, servindo obviamente como factor de formação e de

⁷ Embora com cambiantes diferentes, este aspecto surgia, aliás, referido por um militar numa das frases projectadas por citação e, do ponto de vista argumentativo, servia para legitimar a discriminação dos homossexuais. Do ponto de vista daquele militar, a instituição discrimina homossexuais, por que é, por natureza, discriminatória, embora ninguém associe as práticas em questão com acções de discriminação.

adaptação à realidade militar da instituição, serve também de teste e de análise das qualidades e capacidades dos candidatos, permitindo assim a sua exclusão, se for caso disso. Só que nenhum destes aspectos é, efectivamente, encarado como um exemplo de discriminação, sobretudo porque é o resultado de processos de selecção que são comuns à maioria das instituições civis e que fazem parte da vivência em sociedade. Mas recusar a incorporação de mulheres ou, aceitando-a, vedar-lhes a escolha de certas especialidades é um exemplo de discriminação, pois corresponde ao não reconhecimento dos direitos adquiridos pelas mulheres na sociedade civil. O mesmo é válido para os homossexuais, para os negros ou para os índios, por exemplo.

Ainda que lentamente, a prática de não discriminação social, racial e sexual a que a instituição se tem vindo a submeter provocou, e provocará ainda mais no futuro, alterações no seu modelo organizativo e no significado social de muitos dos pressupostos em que este assenta, propiciando, desse modo, uma aproximação da instituição à sociedade civil. Só que esta aproximação acompanha um outro movimento da instituição relativamente à mesma sociedade, que, paradoxalmente, é de afastamento, e que com o outro está relacionado. Refiro-me à profissionalização das Forças Armadas e à especialização que a acompanha.

Como é sabido, ou como, pelo menos, penso ter ficado claro com a exposição do Capítulo 2, a profissionalização é uma tendência das modernas instituições militares ocidentais, até há muito pouco tempo fortemente dependentes da conscrição universal e do SMO (Serviço Militar Obrigatório). Como afirma Maria Carrilho (1994^a: 191), a tendência actual presente nas Forças Armadas é a de uma

Cf.: “The Navy has policies against people who are obese, so why shouldn’t they be able to get rid of homosexuals?” asked Vernon Smith, a 40-year-old ship repair inspector with 20 years in the service. “If you’ve got 22 percent body fat or if you do drugs or have a drinking problem, you’re out of there because you don’t meet Navy standards. If you let the gays in, what’s to prevent those other folks from claiming discrimination too?” – 31: I20 (NC-Rohrer).

redução dos contingentes e do potencial militar:

Estamos hoje longe do modelo da “Nação em Armas”, a que a emergência dos exércitos de massa, baseados no sistema da conscrição geral, deu origem. A presente tendência, nos países ocidentais, é a de uma redução global dos contingentes e do potencial militar, e da transformação das tradicionais formações de massa em forças mais limitadas, tendencialmente profissionalizadas e facilmente mobilizáveis.

Com a sua profissionalização e o abandono do SMO, as Forças Armadas optam também por um maior fechamento e isolamento relativamente à sociedade civil. É que, para o bem e para o mal, o SMO funciona como a ligação por excelência da instituição com a sociedade. Por exemplo, no dizer de David Martelo, no seu estudo sobre o exército português (1997: 11), o SMO «tem constituído, simultaneamente, a principal janela aberta para o interior» da instituição «e a motivação maior para os comentários negativos que sobre a Instituição se tecem». Com o fechamento dessa *janela* e a subsequente profissionalização, as Forças Armadas tendem a isolar-se da sociedade civil em que estão instituídas.

Diria, então, que à profissionalização corresponde uma maior militarização das Forças Armadas, não querendo registar com tal termo nada mais do que o fechamento da instituição sobre si própria e a sua especificidade, enquanto detentora do monopólio dos meios organizados da violência legitimada. Neste sentido, a militarização das Forças Armadas é homóloga da desmilitarização das sociedades, tanto no sentido em que o termo é vulgarmente usado para referir o declínio dos efeitos, nas mesmas sociedades, do militarismo e da preparação para a guerra, como no sentido, com que utilizo o termo, de redução do número de indivíduos de uma sociedade que potencialmente poderão servir na instituição⁸.

⁸ O termo *militarização*, que uso aqui apenas para referir o processo de fechamento, relativamente à sociedade, que acompanha a profissionalização das Forças Armadas, não pretende ser, de todo, um

Mas a militarização das Forças Armadas, enquanto instância de especialização e de reivindicação de uma especificidade institucional, que as separa da sociedade civil, resulta, todavia, como afirmei, num processo de convergência entre as mesmas e a referida sociedade. Identificado e defendido por vários autores, em particular o sociólogo Charles Moskos (1992), esse processo de convergência tende a aproximar a instituição militar das organizações burocráticas civis e é assim sintetizado por Maria Carrilho (1994^a: 192):

(...) apesar de se admitir a especificidade que estruturalmente diferencia as organizações militares de outras instituições da sociedade civil – ou seja, a probabilidade sempre presente de combate; a detenção do monopólio dos meios organizados da violência legitimada – considera-se existir a tendência para uma certa continuidade entre organizações militares e outras organizações burocráticas civis. Ao mesmo tempo que permanece uma lógica operacional específica, desenvolve-se uma lógica de “empresa”, induzida pela introdução de materiais e técnicas de gestão semelhantes às utilizadas pelas empresas civis.

Com base neste processo, e sem qualquer vontade de ser paradoxal, poderemos então dizer que a acompanhar a militarização das Forças Armadas se dá também a sua *civilinização* gradual, sendo uma e a outra realidades as duas faces de uma mesma moeda⁹. Não se trata aqui de afirmar a transformação da instituição

instrumento ideológico de análise anti-militarista e não encerra em si, portanto, qualquer conotação negativa. Como refere Shaw (1991: 3), o conceito por detrás do termo nem sempre surge claramente definido, mas, no geral, são-lhe reconhecidos dois sentidos: «the more restricted notion of ‘military build-up’ and the wider concept of a process leading to ‘militarism’ in the sense of a preference for violent and military means or ‘militarism of the mind’». Não é, portanto, com nenhuma destas acepções que o termo é por mim usado, o mesmo acontecendo com *desmilitarização*, frequentemente utilizado para definir o processo contrário ao registado na primeira das duas acepções de militarização enunciadas na citação. De acordo com esta utilização dos conceitos, a militarização e a desmilitarização têm reflexos opostos nas economias dos países, porquanto os gastos na indústria da defesa, associados à militarização, são muitas vezes vistos como causa de declínio económico. Como exemplo de declínio económico atribuído a excessivos gastos na defesa, Shaw (*Idem*: 38-39) refere a Grã-Bretanha e, como exemplos contrários, de desmilitarização e de crescimento económico, refere o Japão e a Alemanha.

⁹ A palavra *civilinização* não existe na língua portuguesa, estando, portanto, a ser usada por mim, penso, pela primeira vez. Trata-se de um neologismo construído a partir da palavra inglesa *civilianization*, usada por Shaw (1991: 73) a propósito de um conjunto de trabalhos produzidos na área da sociologia militar, entre os anos 50 e 70, onde, contra a militarização da sociedade, se postulava a *civilinização* das Forças Armadas. Embora não esteja totalmente claro o que Shaw entende por *civilinização* das Forças Armadas,

militar numa organização civil. Longe disso. Com a utilização do termo civilinização, pretendo apenas dar conta do movimento de convergência entre as Forças Armadas e a sociedade, descrito na citação de Maria Carrilho, sabendo que, nesse processo, as Forças Armadas continuam a reivindicar e a manter a especificidade que estruturalmente as diferenciam das organizações civis.

De acordo com a tipologia avançada por Charles Moskos (1992 [1994: 135]) e baseada na história das sociedades e das instituições militares dos países da Europa e do Atlântico Norte, aquilo a que chamo a civilinização das Forças Armadas corresponde a uma transformação das sociedades, que têm vindo a passar de sociedades «prontas para a guerra» (*war readiness*) para sociedades «dissuasoras da guerra» (*war deterrence*) e para sociedades «sem guerra» (*warless*). No quadro da problemática que aqui interessa discutir, a característica mais importante da tipologia de análise proposta por Moskos radica no facto de a mesma registar que, a acompanhar as transformações das sociedades, as organizações militares mostram uma tendência de passagem de uma lógica institucional para uma lógica ocupacional:

Internal organisational formats and tensions change. The military social structure of war readiness is heavily *institutional with sharp divergences from civilian structures*, while that of war deterrence becomes *more occupational with greater civilian convergences*. War readiness usually sees the primary intra-military conflict revolving around definitions of the roles of land, air and sea forces. In the mode of war deterrence, budget fights more than service roles characterise conflict within ministries of defence. In the warless society, military membership is defined mainly as a civic obligation, transcending the institutional and occupational dichotomy, including non-military forms of civic obligation and performance. (itálicos meus)

quer-me parecer que a mesma diz respeito à constituição de um serviço nacional civil, visto actualmente por muitos sociólogos como um contraponto benéfico ao serviço nacional militar. Não é com essa acepção que uso o termo civilinização para me referir às Forças Armadas, mas no sentido de aproximação à lógica e à leis organizativas que comandam o relacionamento das organizações civis com a sociedade.

A estas duas lógicas distintas do formato organizativo da instituição militar correspondem diferentes modalidades de legitimação, como nota Carrilho (1994^a: 130): «a primeira, traduz-se pelo seu alcance social; a segunda, afirma-se em termos de mercado». A passagem de um formato organizativo a outro, ou melhor, a transformação das instituições militares, por via das referidas militarização e civilização, é marcada pela presença de características conjugadas, identificáveis tendo por referência o quadro da análise do problema proposto por Moskos.

Não cabe obviamente aqui proceder à enunciação dessas características, identificadas e sistematizadas, aliás, por Carrilho (*ibidem*), mas convém frisar um aspecto delas decorrentes que ajuda a perceber melhor o processo que chamei de civilização. Refiro-me ao facto de, com a sua profissionalização e a passagem de uma lógica organizativa institucional para uma lógica ocupacional, as Forças Armadas competirem com as organizações civis no mercado de emprego, em muitos casos adaptando-se aos requisitos das condições de trabalho que as organizações civis oferecem aos seus empregados. Como refere Shaw (1991: 112), cada vez mais as instituições militares tem de oferecer as compensações e as recompensas que outros empregos providenciam, não apenas em termos financeiros, mas também no que se refere a oportunidades de aquisição de habitação, a vida familiar, a lazer, etc..

Ora, é esta civilização gradual da instituição militar que explica as posições de grupos discriminados socialmente, reivindicando o seu direito de fazerem parte da instituição, o seu direito ao trabalho, num processo em tudo semelhante ao que perpassa por muitas das organizações civis. Não é por acaso que a polémica em causa nos textos do *The New York Times* é encarada pela maioria dos jornalistas e pelos defensores dos direitos dos homossexuais como um caso de luta de direitos, assim construída a partir de categorizações como “**a contentious civil rights issue**

like this” – 20: A22 (ED-Redacção) –, **“a civil rights fight**” – 31: IV1/2 (SM-Schmalz). Por sua vez, a manutenção da Directiva 1332.14 surge como a imposição dos preconceitos de uma maioria aos direitos de uma minoria: **“the prejudices of a majority can undercut the rights of a minority**” – 27: A1/2 (PP-Schmitt); desta forma, valida-se a legitimidade dessa minoria em lutar pelos seus direitos.

Como frisei na análise, o levantamento da directiva surge representado como um passo natural, face a outros passos anteriormente dados pela instituição, nomeadamente no que diz respeito à integração racial, à incorporação das mulheres e à posterior e gradual abertura, também às mulheres, de especialidades que até aí lhes eram vedadas. Ou seja, o levantamento da directiva é equacionado como apenas mais um momento no processo de civilização da instituição: **“the military will have to adjust as it has adjusted to racial integration and increased combat roles for women**” – 28: A1 (PP-Redacção).

Mas o processo de civilização, sendo uma das causas, ainda que remota, da polémica acerca do levantamento ou não da Directiva 1332.14, não está apenas visível no textos do *The New York Times*. Também na revista *Soldier* são visíveis os efeitos da civilização e da passagem de uma lógica institucional para uma lógica ocupacional. Se não nos cingirmos apenas à amostra que analisei e considerarmos as secções da revista que dizem respeito a questões relativas ao sistema de saúde, a alojamento, a finanças, a cônjuges e restante família, etc., intituladas “Lifestyle” e “For Families”, verificamos que a sua presença na revista decorre precisamente da adaptação da instituição aos requisitos de uma lógica ocupacional, que determina uma maior preocupação com questões ligadas a compensações materiais e ao prestígio económico dos seus membros. Essa preocupação é também visível no recrutamento, como se pode ver pelo folheto

Army: Protecting Britain's Future, apresentado no Anexo 2-A, do Capítulo 2.

As várias asserções até agora enunciadas permitem concluir que o processo de civilização das Forças Armadas não é apenas um processo de convergência relativamente à sociedade, tendente a aproximá-las das outras organizações civis, no que a materiais e técnicas de gestão diz respeito. Ele é também um processo de adaptação às exigências de um mundo em mudança, por muitos considerado pós-tradicional (por exemplo, Giddens, 1991), em que as tradições tem de ser justificadas na sua relação com as alternativas com que são confrontadas, em vez de serem valorizadas como tal, e em que as relações sociais e as identidades dos sujeitos e das organizações são cada vez mais negociadas pelo diálogo do que pela imposição da autoridade, do direito ou do dever. Neste mundo em mudança, fenómenos como auto-determinação, liberdade, direito ao trabalho, direitos das minorias, globalização, desenvolvimento tecnológico, especialização, auto-estradas da informação, acesso aos cuidados de saúde, paz, missões humanitárias, catástrofes ecológicas, orçamento de estado, etc., determinam fortemente a vida das organizações e dos indivíduos e, consequentemente, o modo como estes vêm a instituição militar e lhe fornecem as bases para a sua legitimação.

Face a tudo isto, não será, efectivamente, de estranhar que a hipótese de Charles Moskos (1992 [1994: 138]), com que termino, se venha a concretizar:

Probably the most documented finding in military sociology is how the dominant type of military professional shifts – from the combat leader in times of war readiness to the managerial technician in the military of war deterrence. We hypothesise, perhaps somewhat unexpectedly, that the dominant professional type in the warless society will be the soldier-scholar, reminiscent of the career officer in the period between the two world wars in Western nations. We can also expect, however, a residue of the warrior spirit to continue into the officer corps of the indefinite future.

Conclusão

Enunciadas que foram, no último capítulo, algumas conclusões sobre a validade das análises e sobre a instituição militar em geral, vistas à luz das linhas de sentido existentes entre os *corpora* e referidas a propósito de aspectos estruturais, discursivos, institucionais e sociais, cabe agora proceder à sistematização de outras conclusões, estas de carácter mais avaliativo.

A mais óbvia dessas conclusões diz respeito à pertinência da análise linguística efectuada e ao contributo que a mesma pode trazer, como método de estudo da mudança social e de questões de manutenção do poder e da ideologia, para a compreensão da instituição militar e do seu papel nas sociedades contemporâneas. A investigação aqui levada a cabo distingue-se de outras, na área da sociologia militar, precisamente pela especificidade do fenómeno com que trabalha, a linguagem, a cujo uso reconhece um papel central entre as várias manifestações sociais, dele se servindo para identificar e estudar processos de mudança social e cultural, assim como conflitos e transformações nas relações de poder.

Mas, por outro lado, ela também se distingue das análises da linguagem militar levadas a cabo no âmbito da linguística, que partem, normalmente, de uma concepção estática da linguagem e se preocupam, sobretudo, com questões de terminologia ou com o modo como algumas expressões da linguagem são herdadas da organização militar. Ao contrário do que acontece nesses trabalhos, em que a linguagem surge apenas equacionada como um instrumento de significação, por referência ao mundo que lhe é exterior, esta investigação reconhece à linguagem, e ao uso que dela fazemos, um carácter dinâmico, quer de agente transformador das estruturas sociais, quer de veículo de outros agentes dessa transformação, reivindicando que as alterações no uso da linguagem são uma parte importante de mudanças sociais e culturais mais gerais, pois, embora não envolvam apenas a

linguagem, tais mudanças não deixam de ser estruturadas por mutações nas práticas linguísticas.

Neste sentido, a pertinência da investigação é garantida, por exemplo, pelo facto de muitas das conclusões para que aponta, com base numa análise linguística, coincidirem com aspectos da transformação da intuição, descritos e interpretados em vários estudos de sociologia militar. Citados várias vezes ao longo desta dissertação, como apoio para as análises ou como forma de confirmação ou de explicitação das conclusões a que aquelas conduziram, esses estudos partilham quase todos uma mesma característica: não vêem na linguagem um fenómeno social digno de consideração. A ausência, neles notada, de qualquer apreciação de aspectos linguísticos e os resultados que com eles este trabalho partilha demonstram, por si só, a importância do uso da linguagem, enquanto prática social, para o reconhecimento dos processos ideológicos que medeiam as relações de poder e de controlo na instituição militar e os conflitos e as transformações que as afectam.

A acrescentar a tudo isto está o facto de a análise apenas ter tratado de uma parcela muito pequena das potencialidades de cada *corpus*, como se pode verificar pelo contacto directo com as amostras reproduzidas nos três anexos finais. Quer do ponto de vista da micro-análise, quer do ponto de vista da macro-análise, houve aspectos que, por razões de escolhas de ênfase, não foram tidos em consideração e que poderiam, eventualmente, contribuir para a apreciação de outros dados relativos ao papel social e à importância da instituição militar. Deles fazem parte questões relativas à coesão e coerência textuais, por exemplo, e à estruturação retórica dos textos, do ponto de vista argumentativo, que apenas foram focadas lateralmente a propósito do *The New York Times*; o mesmo pode ser dito relativamente à análise de certos conceitos que ajudam o discurso a estruturar áreas

de conhecimento e da prática institucional, como o conceito de *missão*, presente nos três *corpora*, embora, visivelmente, com motivações e implicações de sentido diferentes em cada um deles. E se estes dois casos dizem respeito a aspectos pouco ou nada tratados ao longo da investigação, outros houve a que foi dado maior reparo, embora também aí a análise esteja longe de ter sido exaustiva: refiro-me, nomeadamente, a questões ligadas à gramática da transitividade ou à modalidade e ao modo como estas servem para controlar as representações e para codificar perspectivas do real ideologicamente investidas.

Mas, para além de reflectirem as ênfases da investigação particular a que os *corpora* foram sujeitos, as ausências de alguns aspectos de análise e as presenças de outros foram também motivadas pelo modelo de análise seguido ao longo do trabalho. Como oportunamente referi, o paradigma da ACD não congrega em si uma uniformidade de perspectivas de análise, mas uma pluralidade, variando muitos dos pormenores sob investigação em função do modelo e do posicionamento adoptados. Ou seja, a preocupação, por exemplo, com o escrutínio de aspectos relativos às relações entre ordens do discurso e aos processos de colonização a que as mesmas estão sujeitas decorre sobretudo da adopção do modelo e dos pressupostos de análise de Norman Fairclough, o qual obviamente determinou o meu modo de olhar para os *corpora* e para os dados que os mesmos me facultaram.

Daí que longe de reivindicar, em jeito de conclusão e de avaliação finais, a importância ou o alcance da análise que foi feita, seja mais relevante chamar a atenção para as potencialidades de investigação futura que este trabalho comporta. Assim, por exemplo, grande parte das questões tratadas a propósito do *Regulamento de Disciplina Militar* podem ser desenvolvidas, por meio de uma micro-análise de pendor linguístico, tendo como objecto apenas o Título II do

Regulamento, intitulado “Da Competência Disciplinar”. Conviria, neste caso, ver como é que a competência disciplinar e os sistemas de recompensas e de castigos são construídos discursivamente, na sua relação com a organização hierárquica da instituição, e verificar que escolhas são operadas para representar as relações entre os sujeitos (analisar a distribuição e a funcionalidade discursiva de um grupo nominal como “o militar”, por exemplo). No caso da revista *Soldier*, seria talvez pertinente continuar com a consideração dos aspectos referentes às missões humanitárias e ao modo como estas ajudam a construir socialmente uma nova imagem da instituição e alargar a análise pormenorizada, que apenas se centrou num texto, aos restantes sete textos que, directa ou indirectamente, reflectem a mesma temática. Aliás, no caso de *Soldier*, e atendendo a que a revista festejou recentemente o seu quinquagésimo aniversário, poderíamos talvez alargar o *corpus* a artigos semelhantes produzidos, por exemplo, vinte anos antes e trabalhar os dados comparativamente.

Por razões explicáveis em parte pela riqueza do próprio *corpus*, mas também em parte devido à proliferação de análises críticas sobre os *media*, que ajudam a direccionar a investigação (e, em parte, a condicionam), os textos do *The New York Times* são os que mais facilmente se abrem ao escrutínio, possibilitando diferentes perspectivas de análise. Todavia, convém não esquecer que a abordagem a que a amostra possa ser submetida deverá pautar-se por critérios de investigação precisos, mais fortemente determinados pela instituição militar do que pela instituição *media*. De qualquer forma, e mesmo considerando tal restrição, múltiplos aspectos podem ser desenvolvidos na análise do *The New York Times*, nomeadamente precisar as diferenças de representação da instituição militar nas frases projectadas por citação. No seguimento da avaliação das representações, em função dos dois modelos de construção social da instituição referidos, o civil e o

militar, conviria proceder à análise das diferenças registadas nas representações que enformam cada um dos modelos e ver como a instituição é representada nas vozes de cada uma das categorias de actores sociais, independentemente de partilharem ou não o mesmo modelo de construção social da instituição. Nesse caso, seriam garantidos dados de análise que nos permitiriam, posteriormente, determinar, por exemplo, o grau de dependência da representação operada pelos defensores dos direitos dos homossexuais relativamente à prática de policiamento e de vigilância facultadas pela Directiva 1332.14.

Todos os aspectos focados correspondem a linhas de investigação passíveis de serem desenvolvidos a partir dos *corpora* coligidos para este trabalho e no seguimento das análises nele efectuadas. Porém, como qualquer *corpus*, também estes se prestam a novas perspectivas de análise que nada devam às por mim desenvolvidas e que procurem novas pontes de sentido entre eles e a instituição militar. O trabalho de recolha está feito, os dados estão disponíveis, trata-se agora de fazer deles um objecto de estudo sistemático e aproveitar as possibilidades que os mesmos nos oferecem. Assim, seria produtivo analisar como ao longo dos três *corpora* as identidades institucionais e sociais dos sujeitos militares variam, por vezes em termos contraditórios, consoante as diferentes relações interpessoais estabelecidas nos e pelos textos. Por exemplo, associadas ao referido conceito de *missão* e às discrepâncias que o mesmo encerra, as questões da legitimidade social da instituição, que os dados do *The New York Times* levantam, parecem-me determinar em parte o modo como as identidades dos sujeitos militares são construídas e que se distinguem do modo como são construídas nos outros dois *corpora*. A confirmarem-se tais diferenças, seria então fundamental considerá-las na sua relação com cada uma das práticas discursivas em questão e indagar das causas das mesmas.

Finalmente, como se depreende do tudo o que até agora afirmei nesta conclusão, o trabalho de investigação por mim conduzido é muito menos devedor das experiências de investigação em sociologia militar ou em linguística, do que de trabalhos que procedem à reconsideração do papel da linguagem e do discurso na esfera dos fenómenos sociais e que, a partir ou de um ponto de vista linguístico ou de um ponto de vista sociológico, analisam, por exemplo, quer instituições como os *media*, a educação ou a justiça, quer a construção social das relações de género (*gender relations*), o discurso do racismo ou o discurso da psicoterapia, para citar apenas alguns casos. À semelhança desses trabalhos também este acentua e reclama as potencialidades de descrição e de interpretação de dados linguísticos para a compreensão dos fenómenos e processos que enformam, motivam, reproduzem e transformam as estruturas sociais. Ele é, portanto, como aqueles, um exemplo do que pode ser feito relativamente a outras áreas ou instituições, para além do maior ou menor reconhecimento que se lhe possa atribuir como estudo da organização militar e da ordem institucional que lhe subjaz.

Anexos
(não incluídos no pdf)

Bibliografia

ABRAHAMSSON, Bengt

1972 *Military Professionalization and Political Power*. Beverly Hills: Sage Publications.

ALLATT, Patricia

1983 "Men and War: Status, Class and the Social Reproduction of Masculinity". In Gamarnikow, Eva, Morgan, David H. J., Purvis, June & Taylorson, Daphne, eds.: *The Public and the Private*. London: Heinemann: 47-61.

ARKIN, William & DOBROFSKY, Lynne R.

1978 "Military Socialization and Masculinity", *The Journal of Social Issues*, 34 (1): *Male Roles and Male Experience*, eds. Joseph H. Plack & Robert Brannon: 151 - 168.

ASSOUN, Paul-Laurent

1987 *Lécole de Francfort*. Paris: Presses Universitaires de France. Trad. Port.: *A Escola de Frankfurt*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.

BARRETO, António, ed.

1996 *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

BERNSTEIN, Basil

1990 *Class, Codes and Control. Vol. IV: The Structuring of Pedagogic Discourse*. London: Routledge.

BHATIA, Vijay K.

1987 "Language of the Law". *Language Teaching*: 20: 227-234.

1993 *Analysing Genre: Language Use in Professional Settings*. London: Longman.

BILLIG, Michael

1995 *Banal Nationalism*. London: Sage Publications.

BILLIG, Michael & Simons, Herbert W. Simons

1994 "Introduction". In Billig, Michael & Simons, Herbert W., eds.: *After Postmodernism: Reconstructing Ideology Critique*. London: Sage Publications: 1-11.

BIX, Brian

1993 *Law, Language and Legal Determinacy*. Oxford: Clarendon Press.

BROWN, Richard Harvey

1993 "Cultural Representation and Ideological Domination". *Social Forces*, 71 (3): 657-676.

- 1994 "Reconstructing Social Theory after the Postmodern Critique". In Billig, Michael & Simons, Herbert W., eds.: *After Postmodernism: Reconstructing Ideology Critique*. London: Sage Publications: 12-37.
- BURTON, Frank & CARLEN, Pat
1979 *Official Discourse: on Discourse Analysis, Government Publications, Ideology and the State*. London: Routledge & Kegan Paul.
- CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa
1993 "From Discourse Analysis to Critical Discourse Analysis: The Differential Re-Presentation of Women and Men Speaking in Written News". In Sinclair, John M., Hoey, Michael & Fox, Gwyneth, eds.: *Techniques of Description: Spoken and Written Discourse. A Festschrift for Malcolm Coulthard*. London: Routledge: 196-208.
- CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa & COULTHARD, Malcolm, eds.
1996 *Texts and Practices: Readings in Critical Discourse Analysis*. London: Routledge.
- CAMERON, Deborah *et al.*
1992 *Researching Language: Issues of Power and Method*. London: Routledge.
- CARREIRAS, Maria Helena Chaves
1994 *Mulheres-Soldados ou Soldados-Mulheres: Um Estudo sobre a Participação Feminina nas Forças Armadas Portuguesas*. Lisboa: ISCTE (Dissertação de Mestrado).
- CARRILHO, Maria
1985 *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Séc. XX: Para uma Explicação Sociológica do Papel dos Militares*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
1994^a *Democracia e Defesa: Sociedade Política e Forças Armadas em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
1994^b "As Forças Armadas". In Reis, António, ed., 1994: 152-159.
- CARRILHO, Maria & CARREIRAS, Helena
1990 *Mulheres e Defesa Nacional: Elementos para a perspetivação de uma Política Aplicada a Portugal*. Lisboa: Comissão da Condição Feminina.
- CHILTON, Paul, ed.
1985 *Language and the Nuclear Arms Debate: Nukespeak Today*. London: Frances Pinter.
- COHN, Carol
1993 "Wars, Wimps, and Women: Talking Gender and Thinking War". In Cooke, Miriam & Angela Woollacott, eds., 1993: 227-246.

- COOKE, Miriam & WOOLLACOTT, Angela, eds.
1993 *Gendering War Talk*. Princeton, N.J.: Princeton University Press.
- DANDEKER, Christopher
1990 *Surveillance, Power and Modernity: Bureaucracy and Discipline from 1700 to the Present Day*. Cambridge: Polity Press.
- EAGLETON, Terry
1991 *Ideology: An Introduction*. London: Verso.
- EDLEY, Nigel & WETHERELL, Margaret
1995 *Men in Perspective: Practice, Power and Identity*. London: Prentice Hall/Harvester Wheatsheaf.
- EDMONDS, Martin
1988 *Armed Services and Society*. Leicester: Leicester University Press.
- EGGINS, Suzanne
1994 *An Introduction to Systemic Functional Linguistics*. London: Pinter.
- FAIRCLOUGH, Norman
1985 "Critical and Descriptive Goals in Discourse Analysis". *Journal of Pragmatics*, 9: 739-763. Também em Fairclough, 1995^a: 25-53.
1988 "Discourse Representation in Media Discourse". *Sociolinguistics*, 17 (2): 125- 139.
1989 *Language and Power*. London: Longman.
1992 *Discourse and Social Change*. London: Polity Press.
1993 "Critical Discourse Analysis and the Marketization of Public Discourse: The Universities". *Discourse & Society*, 4 (2): 133-168. Também em Fairclough, 1995^a: 130-166.
1995^a *Critical Discourse Analysis. The Critical Study of Language*. London: Longman.
1995^b *Media Discourse*. London: Edward Arnold.
1996^a "A Reply to Henry Widdowson's 'Discourse Analysis: A Critical View'". *Language and Literature*, 5 (1): 49-56.
1996b "Technologisation of Discourse". In Caldas-Coulthard, Carmen Rosa & Malcolm Coulthard, eds., 1996: 71-83.
1997 "Critical Discourse Analysis in the 1990s: Challenges and Responses". In Pedro, Emília Ribeiro, ed., 1997: 289-302.
- FAIRCLOUGH Norman, ed.
1992 *Critical Language Awareness*. London: Longman.
- FERREIRA, José Medeiros
1996 *O comportamento Político dos Militares: Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*. Lisboa: Editorial Estampa.

FONSECA, Joaquim

1992 *Linguística e Texto/Discurso: Teoria, Descrição, Aplicação*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

FOUCAULT, Michel

1971 *L'ordre du discours: Leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970*. Paris: Gallimard.

1975 *Surveiller et punir: Naissance de la prison*. Paris: Gallimard.

1980 *Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings, 1972-1977*. Ed. by C. Gordon. New York: Pantheon Books.

FOWLER, Roger

1985 "Power". In Van Dijk, Teun A., ed., 1985, vol. 4: 61-82.

1991^a "Critical Linguistics". In Malmkjaer, Kirsten, ed., *The Linguistics Encyclopedia*. London: Routledge: 89-93.

1991^b *Language in the News: Discourse and Ideology in the Press*. London: Routledge.

1996 "On Critical Linguistics". In Caldas-Coulthard, Carmen Rosa & Malcolm Coulthard, eds., 1996: 3-14.

FOWLER, Roger & KRESS, Gunther

1979 "Critical Linguistics". In Fowler, Roger *et al.*, 1979: 185-213.

FOWLER, Roger *et al.*

1979 *Language and Control*. London: Routledge & Kegan Paul.

FRAWLEY, William

1987 "Review Article: *Handbook of Discourse Analysis, I, II, III, IV*. Edited by Teun A. Van Dijk. Orlando: Academic Press, 1985". *Language*, 63 (2): 361-397.

FREEDMAN, Lawrence, ed.

1994 *War*. Oxford: Oxford university Press.

GIDDENS, Anthony

1985 *A Contemporary Critique of Historical Materialism, Vol. 2: The Nation-State and Violence*. Cambridge: Polity Press. Pequeno excerto reproduzido em Freedman, Lawrence, ed., 1994: 112-118, sob o título "States and Military Power in Social Theory".

1991 *Modernity and self-Identity*. Cambridge: Polity Press.

1993 *Sociology*. Second Ed. Fully Rev. & Updated. Cambridge: Polity Press.

1994 *Beyond Left and Right: The Future of Radical Politics*. Cambridge: Polity Press.

GOODRICH, Peter

1986 *Reading the Law: A Critical Introduction to Legal Method and Techniques*. Oxford: Basil Blackwell.

1987 *Legal Discourse: Studies in Linguistics, Rhetoric and Legal Analysis*. London: MacMillan.

GOUVEIA, Carlos A. M.

1996 "How Critical Can We Be? Some Notes on Marian Meyers's 'Defining Homosexuality'. *Discourse & Society*, 7 (1): 155-159.

1997^a "Book Review of CARMEN ROSA CALDAS-COULTHARD & MALCOLM COULTHARD (eds.), *Texts and Practices: Readings in Critical Discourse Analysis*. London: Routledge, 1996". *Discourse & Society*, 8 (1): 156-158.

1997^b "'Views Expressed in this Magazine Are Not Necessarily those of the Army': Ideology in Military Magazines". In Pedro, Emília Ribeiro, ed., 1997: 163-174.

[no prelo]^a "A Guerra dos Chuveiros: Análise Crítica das Representações de Homossexuais no Discurso Militar Norte-Americano em Textos do *The New York Times*". In *Actas do XVIII Encontro da Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos, Guarda, 20-22 de Março de 1997*. Guarda: Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos.

[no prelo]^b "Regulamentos, Disciplina e Hierarquia de Relações na Instituição Militar". In Pedro, Emília Ribeiro, ed., [no prelo].

GUNNARSSON, Britt-Louise

1984 "Functional Comprehensibility of Legislative Texts: Experiments with a Swedish Act of Parliament". *Text*, 4 (1-3): 71-105.

GUSTAFSSON, Marita

1984 "The Syntactic Features of Binomial Expressions in Legal English". *Text*, 4 (1-3): 123-141.

HADDAD, Tony, ed.

1993 *Men and Masculinities: A Critical Anthology*. Toronto: Canadian Scholars' Press Inc.

HALLIDAY, M. A. K.

1970 "Language Structure and Language Function". In Lyons, John, ed.: *New Horizons in Linguistics*. Harmondsworth: Penguin Books: 140-165.

1978 *Language as Social Semiotic: The Social Interpretation of Language and Meaning*. London: Edward Arnold.

1985 *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold. 2nd ed., 1994.

HALLIDAY, M. A. K. & HASAN, Ruqaiya

1976 *Cohesion in English*. London: Longman.

HARDT-MAUTNER, Gerlinde

1995^a “‘How Does One Become a Good European?’: The British Press and European Integration”. *Discourse & Society*, 6 (2): 177-205

[1995]^b ‘Only Connect.’ *Critical Discourse Analysis and Corpus Linguistics*. Lancaster: Lancaster University, Unit for Computer Research on the English Language, vol. 6.

HARRIES-JENKINS, Gwyn & van DOORN, Jacques, eds.

1976 *The Military and the Problem of Legitimacy*. London: Sage Publications.

HILTUNEN, Risto

1984 “The Type and Structure of Clausal Embedding in Legal English”. *Text*, 4 (1-3): 107-121.

HOCKEY, John

1986 *Squaddies: Portrait of a Subculture*. Exeter: University of Exeter.

HODGE, Robert & KRESS, Gunther

1988 *Social Semiotics*. Cambridge: Polity Press.

1993 *Language as Ideology: Second Edition*. London: Routledge.

HOEY, Michael

1996 “A Clause-relational Analysis of Selected Dictionary Entries: Contrast and Compatibility in the Definitions of ‘Man’ and ‘Woman’”. In Caldas-Coulthard, Carmen Rosa & Malcolm Coulthard, eds., 1996: 150-165.

HUNT, Alan & WICKHAM, Gary

1994 *Foucault and the Law: Towards a Sociology of Law as Governance*. London: Pluto Press.

HYMES, Dell

1971 *On Communicative Competence*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

JANOWITZ, M.

1971 *The Professional Soldier: A Social and Political Portrait*. New York: The Free Press.

JOHNSON, Sally & MEINHOF, Ulrike Hanna, eds.

1997 *Language and Masculinity*. Oxford: Blackwell Publishers.

KEIJZER, Nico

1978 *Military Obedience*. Alphen aan den Rijn: Sijthoff & Noordhoff.

KERR, Douglas

- 1992 "The Disciplines of the War: Army Training and the Language of Wilfred Owen". *The Modern language Review*, 87 (2): 286-299.

KINSMAN, Gary

- 1993 "Inverts,' 'Psychopaths' and 'Normal' Men: Historical Sociological Perspectives on Gay and Heterosexual Masculinities". In Haddad, Tony, ed., 1993: 3-35.

KNUF, Joachim

- 1990 "Where Cultures Meet: Ritual Code and Organizational Boundary Management". *Research on Language and Social Interaction*, 23: 109-138.

KRESS, Gunther

- 1985^a "Discourses, Texts, Readers and the Pro-nuclear Arguments". In Chilton, Paul, ed., 1985: 65-87.
- 1985^b "Ideological Structures in Discourse". In Van Dijk, ed., 1985, vol. 4: 27-42.
- 1985^c *Linguistic Processes in Sociocultural Practice*. Victoria: Deakin University. (2^a ed. 1988. Oxford: Oxford University Press.)
- 1993^a "Against Arbitrariness: The Social Production of the Sign as a Foundational Issue in Critical Discourse Analysis". *Discourse & Society*, 4(2): 169-191.
- 1993^b "Cultural Considerations in Linguistic Description". In David Graddol, Linda Thompson & Mike Byram, eds.: *Language and Culture: Papers from the Annual Meeting of the British Association of Applied Linguistics held at Trevelyan College, University of Durham, September 1991*. Clevedon: BAAL/Multilingual Matters Ltd.
- 1994 "Text and Grammar as Explanation". In Meinhof, Ulrike Hanna & Richardson, Kay, eds.: *Text, Discourse and Context: Representations of Poverty in Britain*. London: Longman: 24-46.
- 1996 "Representational Resources and the Production of Subjectivity: Questions for the Theoretical Development of Critical Discourse Analysis in a Multicultural Society". In Caldas-Coulthard, Carmen Rosa & Malcolm Coulthard, eds., 1996: 15-31.
- 1997 "Multimodal Texts and Critical Discourse Analysis". In Pedro, Emília Ribeiro, ed., 1997: 367-386.

KRESS, Gunther & HODGE, Robert

- 1979 *Language as Ideology*. London: Routledge & Kegan Paul.

KRESS, Gunther & Van Leeuwen, Theo

- 1990 *Reading Images*. Victoria: Deakin University.
- 1996 *Reading Images: The Grammar of Visual Design*. London: Routledge.

KURZON, Dennis

1984 "Themes, Hyperthemes and the Discourse Structure of British Legal Texts". *Text*, 4 (1-3): 31-55.

LATHER, Patti

1989 "Research as Praxis". *Harvard Educational Review*, 56 (3): 257-277.

MANIGART, Philippe

1990 "The Decline of the Mass Armed Forces in Belgium 1900-1985". *Forum International*, 9: 40-44. Pequeno excerto reproduzido em Freedman, Lawrence, ed., 1994: 130-132, sob o título "Mass Armed Forces in Decline".

MARTELO, David

1997 *O Exército Português na Fronteira do Futuro*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

MELLINKOFF, David

1963 *The Language of the Law*. Boston: Little, Brown and Company.

MEYERS, Marian

1994 "Defining Homosexuality: News Coverage of the 'Repeal the Ban' Controversy". *Discourse and Society*, 5 (3): 321-344.

MÓNICA, Maria Filomena

1996 "A Evolução dos Costumes em Portugal, 1960-1995". In Barreto, António, ed., 1996: 215-231.

MORGAN, David

1987 *'It Will Make a Man of You': Notes on National Service, Masculinity and Autobiography*. Manchester: Manchester University, Studies in Sexual Politics, N° 17.

MOSKOS, Charles C.

1992 "Armed Forces in a Warless Society". *Forum International*, 13: 2-10. Parcialmente reproduzido em Freedman, Lawrence, ed., 1994: 134-139, sob o mesmo título.

MOSSE, George L

1996 *The Image of Man: The Creation of Modern Masculinity*. Oxford: Oxford University Press.

PEDRO, Emília Ribeiro

1991 "Algumas Questões sobre a Prática (da) Linguística". In *Actas do VII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística: 330-341.

PEDRO, Emília Ribeiro, ed.

1997 *Discourse Analysis: Proceedings of the 1st International Conference on Discourse Analysis, University of Lisbon, Portugal, June 17-19, 1996*. Lisboa: Edições Colibri/Associação Portuguesa de Linguística.

[no prelo] *Análise Crítica do Discurso: Uma Perspectiva Sócio-política e Funcional*. Lisboa: Caminho.

PENNYCOOK, Alastair

1994 "Incommensurable Discourses?". *Applied Linguistics*, 15 (2): 115-138.

PINTO, Maria Luís Rocha

1994 "As Tendências Demográficas". In Reis, António, ed., 1994: 296-306.

REIS, António, ed.

1994 *Portugal: 20 anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores.

REIS, Ivone

1978 "O Serviço Militar Feminino". *Baluartes*, 8: 14-17.

ROJO, Luisa Martín

1995 "Division and Rejection: From the Personification of the Gulf Conflict to the Demonization of Saddam Hussein". *Discourse & Society*, 6 (1): 49-80.

ROWE, Peter

1981 "Legislation: Armed Forces Act 1981". *The Modern Law Review*, 44 (6): 693-701.

RUDDICK, Sara

1993 "Notes Toward a Feminist Peace Politics". In Cooke, Miriam & Angela Woollacott, eds., 1993: 109-127.

SANTOS, Boaventura de Sousa

1984 "Os três Tempos Simbólicos da Relação entre as Forças Armadas e a Sociedade Portuguesa". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 15/16/17: 11-45.

SARANGI, Srikant & SLEMBROUCK, Stefaan

1996 *Language Bureaucracy & Social Control*. London: Longman.

SCHIFFRIN, Deborah

1994 *Approaches to Discourse*. Oxford: Blackwell.

SHAW, Martin

1991 *Post-Military Society: Militarism, Demilitarization and War at the End of the Twentieth Century*. Cambridge: Polity Press.

1994 *Global Society and International Relations: Sociological Concepts and Political Perspectives*. Cambridge: Polity Press.

SHAWVER, Lois

1995 *And the Flag Was Still There: Straight People, Gay People, and Sexuality in the U. S. Military*. New York: Harrington Park Press.

SHILTS, Randy

1993 *Conduct Unbecoming: Gays & Lesbians in the U.S. Military*. London: Penguin Books.

SIMONS, Jon

1995 *Foucault & the Political*. London: Routledge.

SIMPSON, Mark

1994 *Male Impersonators: Men Performing Masculinity*. London: Cassell.

SIMPSON, Paul

1993 *Language, Ideology and Point of View*. London: Routledge.

SMITH, Dorothy E.

1990 *Texts, Facts, and Femininity: Exploring the Relations of Ruling*. London: Routledge.

STEINER, Erich

1985 "The Concept of Context and the Theory of Action". In Chilton, Paul, ed., 1985: 215-230.

STEWART, Kinzer N.

1991 *Mates and Muchachos: Unit and Cohesion in the Falklands/Malvinas War*. London: Brassey's. Pequeno excerto reproduzido em Freedman, Lawrence, ed., 1994: 144-149, sob o título "Military Cohesion".

STUART-SMITH, James

1969 "Military Law: Its History, Administration and Practice". *Law Quarterly Review*, 85, nº 340: 478-504.

STUBBS, Michael

1994 "Grammar, Text and Ideology: Computer-Assisted Methods in the Linguistics of Representation". *Applied Linguistics*, 15 (2): 201-223.

1996 *Text and Corpus Analysis: Computer-assisted Studies of Language and Culture*. Oxford: Blackwell Publishers.

STUBBS, Michael & GERBIG, Andrea

1992 "Human and Inhuman Geography: On the Computer-Assisted Analysis of Long Texts". Invited plenary paper presented at the 4th Finish Seminar on

Discourse Analysis, Oulu, 2-3 October. Draft manuscript version.

TATCHELL, Peter

1995 *We Don't Want To March Straight: Masculinity, Queers and the Military*. London: Cassell.

THOMPSON, Geoff

1996 *Introducing Functional Grammar*. London: Arnold, a member of the Hodder Headline Group.

THOMPSON, John B.

1984 *Studies in the Theory of Ideology*. Cambridge: Polity Press.

TROSBORG, Anna

1995 "Statutes and Contracts: An Analysis of Legal Speech Acts in the English Language of the Law". *Journal of Pragmatics*, 23: 31-53.

Van DIJK, Teun A.

1985 "Introduction: The Role of Discourse Analysis in Society". In Van Dijk, Teun A., ed., 1985, vol. 4: 1-8.

1990 "*Discourse & Society*: A New Journal for a New Research Focus". *Discourse & Society*, 1 (1): 5-16.

1991 *News as Discourse*. Norwood: Erlbaum.

1993^a "Editor's Foreword to Critical Discourse Analysis". *Discourse & Society*, 4 (2): 131-132.

1993^b "Principles of Critical Discourse Analysis". *Discourse & Society*, 4 (2): 249-283.

1994^a "Editorial: Critical Discourse Analysis". *Discourse & Society*, 5 (4): 435-436.

1994^b "Editorial: Discourse Analysis as Social Analysis". *Discourse & Society*, 5 (2): 163-164.

1996 "Discourse, Power and Access". In Caldas-Coulthard, Carmen Rosa & Malcolm Coulthard, eds., 1996: 84-104.

Van DIJK, Teun A., ed.

1985 *Handbook of Discourse Analysis*. 4 Vols. London: Academic Press.

Van LEEUWEN, Theo

1995 "Representing Social Action". *Discourse & Society*, 6 (1): 81-106.

1996 "The Representation of Social Actors". In Caldas-Coulthard, Carmen Rosa & Malcolm Coulthard, eds., 1996: 32-70. Trad. Port.: "A Representação dos Actores Sociais". In Pedro, Emília Ribeiro, org., [no prelo].

WAUGH, Linda R.

1995 "Reported Speech in Journalistic Discourse: The Relation of Function and Text". *Text*, 15 (1): 129-173.

WERNICK, A.

1991 *Promotional Culture*. London: Sage.

WIDDOWSON, H. G.

1995 "Discourse Analysis: A Critical View". *Language and Literature*, 4 (3): 157-172.

1996 "Reply to Fairclough: Discourse and Interpretation: Conjectures and Refutations". *Language and Literature*, 5 (1): 57-69.

WODAK, Ruth

1985 "The Interaction Between Judge and Defendant". In Van Dijk, Teun A., ed., 1985, vol. 4:181-192.

1989 "Introduction". In Wodak, Ruth, ed., 1989: xiii-xx.

1996 *Disorders of Discourse*. London: Longman.

WODAK, Ruth, ed.

1989 *Language, Power and Ideology: Studies in Political Discourse*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.

ZEELAND, Steven

1996 *The Masculine Marine: Homoeroticism in the U.S. Marine Corps*. New York: Harrington Park Press.